

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 186

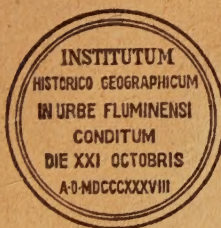
JANEIRO — MARÇO

1945

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

CLAUDIO GANNS

Diretor da Revista



1945

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

NOTA

Tôda a correspondência relativa à colaboração nesta *Revista*, bem como a referente ao serviço de assinaturas, permutas, etc. deve ser dirigida directamente à Sede do Instituto Histórico com o seguinte enderêço:

"Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Revista — rua Teixeira de Freitas n.º 4 — 1.º andar. Rio de Janeiro".



Anverso e reverso (em tamanho natural) da bela medalha comemorativa do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco, mandada fazer pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em homenagem à memória daquele seu Presidente Perpétuo.

Trabalho artístico do gravador A. GIRARDET. (Foram cunhados apenas 20 exemplares em prata e 100 em bronze.)



Trabalhos originaes

RIO BRANCO E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

A. TAVARES DE LYRA

Sob esta mesma epígrafe, já Vieira Fazenda, — o ilustrado e inesquecível cronista do Rio de Janeiro de outros tempos —, escreveu substanciado estudo publicado no tomo 75 da *Revista* e de que me permito transcrever alguns trechos:

“Corria o ano de 1866. Em 22 de novembro, efetuava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sua 15.^a sessão ordinária, honrada com a presença do Imperador D. Pedro II. Presidia à reunião o vinconde de Sapucaí, comparecendo os seguintes sócios: conselheiro Pedreira (depois visconde do Bom Retiro), Dr. Joaquim Manuel de Macedo, cônego Fernandes Pinheiro, Dr. Carlos Honório de Figueiredo, Manuel Ferreira Lagos, conselheiro Francisco Freire Alemão, Dr. Cláudio Luís da Costa, Dr. Antônio Pereira Pinto, Dr. José Saldanha da Gama, Luís Antônio de Castro, Miguel Antônio da Silva, Antônio Alves Pereira Coruja, Luís Antônio Boulanger e Dr. Felizardo Pinheiro de Campos. Na ordem do dia, os consócios Dr. Macedo e Lagos propuseram para membro correspondente o Sr. José Maria da Silva Paranhos Júnior, servindo de título para sua admissão a *Biografia do barão do Serro Largo*, escrita e oferecida ao Instituto pelo mesmo Sr. Paranhos Júnior. Na forma dos Estatutos, foi a proposta remetida à Comissão de Admissão de Sócios. Por notável coincidência, o Dr. Pereira Pinto, minutos depois, leu seu trabalho sobre os *Limites do Brasil*... Mal sabia o erudito autor que o nome do novo candidato a um dos lugares do Instituto seria no futuro o do integralizador de nosso território, ter-

minando com honra e justiça para o Brasil questões seculares e, à primeira vista, jamais suscetíveis de pacífica solução.

Em sessão de 24 de outubro de 1867, lia, sobre o trabalho de Paranhos Júnior, ponderado parecer o relator da comissão, Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiros, o sempre lembrado autor da célebre monografia a *Escravidão no Brasil*. Referindo ligeiros dados biográficos sobre o futuro barão do Rio Branco, tecia louvores à sua inteligência e aplicação, provadas pelo bom conceito acadêmico entre os discípulos e professores. Chamava a atenção dos consócios para a predileção particular que a Paranhos mereciam os estudos da história pátria. Citava para exemplo a *Biografia do capitão de fragata Luís Barroso Pereira* e os *Episódios da Guerra do Prata* (1825 a 1828). Quanto à biografia do general José de Abreu, barão do Serro Largo, afirmava ainda o Dr. Perdigão ser este trabalho digno de ser impresso na *Revista*, pois que era uma prova brilhante das habilitações intelectuais e literárias do nosso jovem compatriota: “ai não se lê apenas uma biografia e menos um esboço, e sim, a largos traços, episódios interessantíssimos de nossas guerras no Rio da Prata... A investigação histórica e a crítica presidiram a esse estudo, onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados...”

Este parecer foi aprovado unânimemente na sessão de 7 de novembro do mesmo ano; mas Paranhos só tomou posse em 19 de junho do ano seguinte, 1868. Fê-lo sem nenhuma solenidade: compareceu à Secretaria, prestou o juramento da praxe, assinou, com o presidente e o 1.º secretário, o termo lavrado em livro próprio, e depois foi ocupar sua cadeira no recinto, pedindo a palavra e procedendo à leitura de um capítulo da biografia que escrevera do barão do Serro Largo (1).

Prossegue Vieira Fazenda:

“Com assiduidade assistiu Paranhos às sessões de 1868, tendo em algumas delas lido a continuação da referida biografia. Em sessão de dezembro de 1868, comunicou que deixava de comparecer às sessões por ser obrigado a retirar-se temporariamente da cidade por incômodo de saúde

(1) Está publicada no tomo 31 da *Revista*.

Restabelecido já, comparecia à 1.^a sessão de 1869, celebrada em 30 de abril. Presente à sessão de 14 de maio, fazia importante oferta de valiosos volumes, dentre os quais se destacam *El centinela*, periódico sério-jocoso, impresso em Asuncion em 1867, e *Protetor nominal de los pueblos libres*, d. José Artigas, classificado por *el amigo del orden* (Buenos Aires, 1818).

Em 2 de julho de 1869, comunicava que, por se achar impedido na Câmara dos Deputados, não podia comparecer à sessão e remetia, por parte de Joaquim Alves Ferreira, um manuscrito sobre o aldeamento dos índios Unicurús e Guanás, com a descrição de seus usos, costumes, religião e estabilidade. Em 1869 e 1873, foi Paranhos Júnior nomeado membro da Comissão Subsidiária de História e da de Trabalhos Históricos em 1874 e 1876. Antes, em 1875, fôra elevado a sócio honorário..." Aqui há um engano. Quando Rio Branco entrou para o Instituto, três eram as categorias de sócios, na conformidade dos Estatutos em vigor (2): efetivos, em número de cinquenta, correspondentes e honorários, em número ilimitado. Exigiam-se dos candidatos a sócios os seguintes requisitos: para efetivos ou correspondentes, que apresentassem trabalho próprio acêrca de história, geografia ou etnografia do Brasil, estampado ou inédito, abonando sua capacidade; para honorários, que tivessem idade provecta, consumado saber e distinta representação. Êle contava então 22 anos, não preenchendo, portanto, o primeiro dêsses requisitos para sócio honorário. E, como não havia vaga de efetivo, o recurso foi admiti-lo como correspondente, de acôrdo com uma disposição estatutária assim redigida: *estando completo o número de sócios efetivos, será o candidato recebido na qualidade de correspondente*.

Pela reforma dos Estatutos em 1 de agosto de 1890 (3), estabeleceu-se que sócios honorários só poderiam ser, além das pessoas que, por sua idade provecta, consumado saber e distinta representação estivessem em circunstâncias de justificar a escolha, os efetivos ou correspondentes que se tivessem distinguido por serviços notáveis ao Instituto ou tivessem exercido quaisquer dos lugares da Mesa Administrativa por mais de sete anos. Assim, tratando-se de sócios efe-

(2) *Revista*, tomo 14.

(3) *Revista*, tomo 53.

tivos ou correspondentes, a eleição para sócio honorário, ao contrário do que sucede hoje (4), importava numa elevação de classe, numa honra que os consócios de Rio Branco se apressaram em conferir-lhe após seu estrepitoso triunfo na questão das *Missões*, em 1895. Logo na primeira sessão ordinária do Instituto, a 17 de março desse ano, foi lida a respectiva proposta, assinada por Henrique Raffard, Alfredo Nascimento, A. Brasiliense, Homem de Melo, A. J. Gomes Brandão, Barão de Capanema, João Severiano da Fonseca, Castro Carreira, Sacramento Blake e Marquês de Paranaguá (5). O parecer da Comissão de Admissão de Sócios é de 6 de abril e foi aprovado na sessão de 5 de maio:

“A Comissão de Admissão de Sócios foi presente a proposta assinada por ilustres membros da Mesa e outros dignos consócios, elevando à categoria de sócio honorário o distinto sócio correspondente, Barão do Rio Branco. O alto testemunho da capacidade que, com glória e vantagem para a nossa pátria, deu aquêle ilustrado consócio na melindrosa missão que lhe foi confiada junto ao presidente dos Estados Unidos da América, árbitro no antigo litígio das *Missões* entre o Brasil e a República Argentina, para cuja feliz solução muito contribuiu a excepcional competência do nosso abalizado representante, bastaria para completa justificação da proposta, quando em favor dela não atuassem outros relevantes motivos, sabida como é a dedicação constante com que o barão do Rio Branco louvavelmente se ocupa com o estudo da história pátria.

A Comissão de Admissão de Sócios é, portanto, de parecer que seja aprovada a proposta. Manuel Francisco Correia, relator, barão de Alencar, Afonso Celso”.

E, neste passo, um esclarecimento necessário: Rio Branco fôra admitido como sócio correspondente pela inexistência na ocasião de vaga na classe dos efetivos; passara mais tarde a esta classe por ter exercido cargos nas comissões permanentes; e voltara novamente à de correspondente por ter fixado residência no estrangeiro. O que

(4) Pelos Estatutos atualmente em vigor, o sócio honorário só tem direito de voto nas assembléias gerais, não pode fazer parte da directoria e das comissões permanentes, nem ser promovido a sócio benemérito e grande benemérito.

(5) A proposta e o parecer encontram-se na *Revista*, tomo 58.

ignoro é a data exata em que foi sócio efetivo. Talvez em 1875, o que explicaria o engano de Vieira Fazenda.

De certo, o que posso afirmar é que, nesse ano, já o aureolava justa fama de historiador, não sendo outra a razão porque o govêrno o incumbiu de anotar o livro de L. Schneider, — *A Guerra da Triplíce Aliança* —, cuja tradução está precedida de um prólogo de oportuna leitura (6).

“Não obstante a boa vontade e diligência com que o Sr. Luís Schneider procurou coligir as informações que serviram de base à sua *História da Guerra da Triplíce Aliança*, escrita em alemão e agora, por ordem do govêrno imperial, trasladada a português (7), tão completas e exatas não puderam elas ser, que ao autor fôsse dado ultimar uma obra perfeita.

Esta reflexão me acudiu ao espírito logo que percorri, nas columnas do *Rio-Grandense*, jornal de Pôrto Alegre, os dois primeiros capítulos; e, fazendo transcrever o primeiro dêles na *Nação*, julguei indispensável acompanhá-lo de notas, que, por versarem sôbre acontecimentos que há mais de dez anos estudo, me animei a traçar ao correr da pena, como são geralmente compostos os trabalhos destinados à imprensa diária.

Seria, talvez, essa transcrição assim corrigida que movesse o ilustrado ex-ministro da guerra, Sr. conselheiro Junqueira, a convidar-me para rever e anotar o livro inteiro, tarefa sem dúvida honrosa, mas de que só me incumbi, já por não avaliar a êsse tempo quão penosas diligências me custaria, já porque esperei não figurar o meu nome nesse trabalho, circunstância esta que se não verificou visto ter sido publicado, contra meus desejos, o aviso em que me fôra dirigido aquêlê convite.

Com efeito, tão fácil me havia sido retificar a matéria do primeiro capítulo, como árduo me tem sido rever os seguintes, desde que o autor descreve a intervenção brasileira no Estado Oriental em 1864, os importantes sucessos que a prepararam e se lhe seguiram, e a guerra a que logo depois foi constrangido o Império pelo ditador do Paraguai.

(6) É datado de 8 de dezembro de 1875.

(7) Foi traduzida por Manuel Tomás Alves Nogueira.

Bem que às pressas, tive necessidade de examinar quanto se há publicado sobre êsse período, recorrer aos arquivos das Secretarias de Estado da Guerra e Marinha, e solicitar informações de testemunhas oculares e fidedignas.

Com as retificações e aditamentos que o leitor encontrará em notas, e com as peças oficiais do Apêndice, afigura-se-me que a tradução da obra do Sr. Schneider poderá vir a ser consultada com proveito por quem houver de tomar a si a dificultosa empresa de escrever a história da guerra do Paraguai, incontestavelmente a mais agigantada luta ferida na América Meridional. Pelo menos, aqui se acham registrados seus principais feitos e tirados a limpo outros muitos que escritores estrangeiros adulteraram, tomados de despeito ou dominados de ódio ao Brasil.

As primeiras notas foram fielmente reproduzidas da *Nação*, e nem sequer pude dispor de tempo para modificá-las. As outras começaram a ser escritas em setembro, ficando concluída a impressão dêste volume em pouco mais de três meses.

O leitor encontrará nelas, entre muitos defeitos, repetições escusadas. Só dei por isso quando, muito adiantada a impressão, não me era já possível remediar tal inconveniente, pois, ao passo que revia as provas dos primeiros capítulos, ocupava-me igualmente em corrigir os posteriores e em ler sem número de publicações e documentos inéditos sobre assuntos diversíssimos.

Conçola-me, porém, a esperança de que com tais repetições nada padecesse a clareza e verdade dos fatos, tendo sido meu único fito desfazer conscienciosamente os enganos, muito desculpáveis, do autor, e completar a sua exposição, sem preocupar-me com a questão de forma, a que, aliás, se para tanto as minhas forças dessem só poderá atender dispondo de mais tempo para uma leitura geral e seguida dos originais antes de os entregar ao prelo...

*

* *

Rio Branco diz neste prólogo que havia mais de dez anos vinha estudando as coisas do Prata e, — acrescento eu —, as de nossa história. É fato comprovado pelos seus escritos acadêmicos e a que se

referiram muitos de seus biógrafos, inclusive Almeida Nogueira (8) e Spencer Vampré (9), que perpetuaram em livros curiosas pesquisas sobre a tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Foram êste amor e êste culto pelas glórias e pelos feitos de nosso passado que o levaram a pleitear ainda no verdor dos anos sua entrada para o Instituto Histórico, onde teve por paraninfos, entre outros, três mestres consagrados, — Macedo, Perdigão Malheiros e Moreira de Azevedo —. No Instituto não decepcionou a ninguém. Fala outra vez Vieira Fazenda:

“Percorrendo-se as atas durante grande lapso de tempo, vê-se que o futuro barão do Rio Branco conservara sempre pelo Instituto o mesmo entusiasmo, sendo por isto considerado um dos seus melhores ornamentos. Retirando-se no país para, fora dêle, ir prestar essa longa série de inolvidáveis serviços que tornaram imorredoura sua memória, Paranhos jamais se esqueceu da velha instituição. Para prova aí estão no arquivo suas eruditas missivas, pedindo informações, dando notícias de obras e manuscritos encontrados nos arquivos do velho mundo, bem como de antigos mapas com relação ao Brasil...”

“*Ubique patriae memor*” foi a divisa que o guiou em tôda sua longa vida, que Clóvis Beviláqua traçou nitidamente nestas linhas mestras (10):

“Nasceu na antiga travessa do Senado, que tomou seu nome, a 20 de abril de 1845. Iniciou o curso em São Paulo e veio concluí-lo no Recife. Uma das mais altas figuras da nossa história pelos inestimáveis serviços que prestou ao país. Iniciou a vida pública ensinando história do Brasil no Colégio Pedro II. Apesar de se ter pouco demorado nessa função, foi sempre êsse o seu estudo predileto, e a sua autoridade em história do Brasil tornou-se excepcional com o tempo. Acompanhou o grande político e diplomata, seu pai, na missão especial ao Rio da Prata e ao Paraguai (1869-1870). Mato Grosso deu-lhe uma cadeira na Câmara dos Deputados (1869-1875). Por êsse mesmo tempo (1871-1875) redigiu a *Nação*. Entrou em 1876 para a carreira consular, indo servir em Liverpool. Em 1884, o governo

(8) *Tradições e reminiscências da Academia de São Paulo*, vol. II.

(9) *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, vol. II.

(10) *História da Faculdade de Direito de Recife*, vol. I.

conferiu-lhe o cargo de *Comissário* na Exposição Internacional de São Petersburgo. A República aproveitou-lhe a competência, nomeando-o *Superintendente*, em Paris, dos serviços de emigração para o Brasil. Em seguida, foi nomeado para substituir o barão de Aguiar de Andrade, na chefia da missão especial encarregada da defesa dos direitos do Brasil, na questão de limites com a Argentina, submetida ao julgamento arbitral de Cleveland, presidente dos Estados Unidos da América. O trabalho que apresentou, extenso, erudito e profundo, conquistou para o Brasil 30.622 quilômetros quadrados, com a sentença do árbitro, proferida a 15 de fevereiro de 1895. Pouco depois, os conflitos no território ao sul do Oyapoc determinaram a necessidade de dirimir a disputa entre o Brasil e a França sobre a soberania dessa região. Coube ainda ao barão do Rio Branco o estudo e a defesa do nosso direito, e, a 1 de dezembro de 1900, alcançava decisão favorável do árbitro escolhido, o presidente da Suíça. Foram 260.000 quilômetros quadrados, que se reconheciam como pertencentes ao território brasileiro. O Congresso recompensou o feliz advogado da causa nacional, declarando-o benemérito, dando-lhe um prêmio de trezentos contos de réis e uma pensão, que passou aos seus filhos. Foi-lhe, depois, dado o posto do ministro plenipotenciário em Berlim, de onde o chamou o Presidente Rodrigues Alves para dirigir a pasta das Relações Exteriores. Aí resolveu as nossas questões de limites com a Bolívia e com o Peru (tratados de 21 de novembro de 1903 e 8 de setembro de 1909). São, de certo, serviços de alta benemerência. Mas o ato que lhe valeu mais intensa glória, e que lhe há de iluminar a nobre figura pelo futuro a dentro, é o tratado da lagoa Mirim (30 de outubro de 1909), estabelecendo a comunhão das águas com a República do Uruguai..." Em suas viagens aos diferentes Estados da Europa, a passeio ou no desempenho das comissões que exerceu, nunca deixou de ser uma de suas mais absorventes preocupações a visita a biblioteca e arquivos, coligindo dados, que depois coordenava cuidadosamente, sobre sua terra e sua gente. Foi assim, como fôra antes na leitura das preciosas velharias do Instituto Histórico e na consulta de documentos oficiais, que acumulou a grande soma de conhecimentos especializados de que diria Max Fleiuss (11):

(11) *Boletim da Revista do Instituto Histórico*, 1931.

“Para compreender-se a profundeza de sua erudição sobre o Brasil, é indispensável conhecer esta página admirável de Eduardo Prado: “o que o barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos seus marinheiros, o nome das plantas mais vulgares da praia do Porto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo quanto há impresso e copiou ou fêz copiar todos os manuscritos; fêz extratos dêles; distribuiu êsses extratos em forma de notas pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil. Retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos êsses livros; e, com o mundo das suas notas, poderá êle um dia publicar uma descrição geral do Brasil, que será um monumento...”

Infelizmente, as fadigas e cancelas de um labor contínuo não lhe permitiram opulentar com essa obra o patrimônio de nossas letras históricas, em todo caso enriquecidas pelos seus notáveis trabalhos sobre as questões de limites em que foi nosso vitorioso patrono e ainda por outros que avultam em sua bibliografia, alguns já citados:

- *Episódios da Guerra do Prata*;
- *Biografia do capitão de fragata Luís Barroso Pereira*;
- *Anotações ao livro de Schneider*;
- *Biografia do barão do Serro Largo*;
- *Esquisse de l'Histoire du Brésil*;
- O artigo *Brésil* da *Grande Encyclopedie*, de Levasseur;
- *A biografia de Pedro II* no livro de Benjamin Mossé;
- *A biografia de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco*;
- *As Efemérides Brasileiras*.

Não era preciso mais para que lhe fôsse assegurado um lugar de merecido relêvo entre os historiadores nacionais. *Ex-digito, gigans...*

*

* *

Em 1 de dezembro de 1900, chegou a esta capital a notícia do laudo arbitral do presidente da Suíça sobre a questão da Guiana Francesa. Indescritíveis as demonstrações de exaltação cívica com

que foi recebida, aqui e em toda a República. A todas elas se associou o Instituto Histórico, que, reunido em sessão a 7 do mesmo mês, votou, entre aclamações, a seguinte moção assinada pelos sócios presentes e justificada oralmente pelo Sr. Conselheiro Manuel Francisco Correia (12):

“A primeira manifestação do Instituto Histórico na sessão de hoje não pode deixar de ser a de acompanhar o regosijo geral pelo justo laudo arbitral do Conselho Federal Suíço na secular questão pendente entre o Brasil e a França, tanto mais quanto, e disso dá também testemunho a sua *Revista* de 1896, concorreu muito modestamente embora, para que fôsse proclamado o direito do Brasil ao limite norte, ora definitivamente reconhecido.

O Instituto rendeu sempre homenagem à retidão do árbitro e, solenemente, em sessão, o declarou merecedor por todos os títulos da maior confiança.

Propomos, pois:

Que se lance na ata um voto de agradecimentos aos árbitros, que não se pouparam a trabalho para o completo desempenho do seu honroso, mas laboriosíssimo encargo, dando-se disto conhecimento ao ilustre cônsul da Confederação Helvética nesta cidade;

Que se felicite o nosso ilustre consócio honorário o Sr. Barão do Rio Branco por seus patrióticos e eficazes esforços no empenho de tornar patente o direito que assiste ao Brasil, o qual foi unânimemente reconhecido pelos membros do Tribunal Arbitral; e

Que se coloque na sala do Instituto o seu retrato, escrevendo-se na placa, depois de seu nome, *Missões — Oypoc*, em recordação dos louros que lhe engrinaldam a frente.

Sala das Sessões do Instituto Histórico, 7 de dezembro de 1900, O. M. d'Aquino e Castro. Manuel Francisco Correia. Marquês de Paranaguá. Barão de Loreto. F. R. de Melo Rêgo. Dr. Liberato de Castro Carreira. Luís de França Almeida e Sá. Antônio Ferreira de Sousa Pitanga. Dr. barão de Ribeiro de Almeida. Joaquim Pires Machado Portela. José Américo dos Santos. José Francisco da Rocha Pombo. Visconde de Ouro Preto. Oliveira Catrambi.

(12) *Revista*, tomo 63.

Dr. Afonso Celso. Max Fleiuss. Taumaturgo de Azevedo. M. A. Galvão. A. Milton. Monsenhor C. Monteiro. Barão Homem de Melo. Capistrano de Abreu. J. Barbosa Rodrigues. Honório Lima. Henri Raffard. Tristão de Alencar Araripe. Antônio Zeferino Cândido. T. G. Paranhos Montenegro. A. de Paula Freitas”.

Oito dias depois, ao realizar-se a sessão magna do encerramento dos trabalhos anuais do Instituto, seu presidente, o venerando ministro Olegário Herculano de Aquino e Castro, renovou, em expressão de comovido patriotismo, o júbilo da douta associação pelo grande acontecimento, evocando a memória de alguns companheiros mortos, — Joaquim Caetano da Silva, à frente —, que também haviam concorrido eficientemente para o triunfo alcançado, enaltecendo o valor do insigne defensor de nossos direitos e fazendo referência à moção votada dias antes (13):

... “Foi esta uma justa e expressiva homenagem tributada ao brasileiro ilustre, herdeiro de um grande nome, que hoje, com duplicado brilho, refulge glorioso nos anais da pátria. Outras mais valiosas, porém não mais cordiais demonstrações de aprêço, têm sido e continuarão a ser dadas ao hábil diplomata brasileiro, que teve a fortuna de ligar seu nome do modo mais honroso a um fato histórico importante; mas acreditamos bem que a melhor recompensa reservada aos seus inestimáveis serviços terá êle encontrado na íntima satisfação da consciência pelo exato cumprimento do dever e na respeitosa estima e profunda gratidão do povo brasileiro, que com entusiasmo proclama o seu merecimento...”

Deve estar satisfeito o honrado representante do Brasil; é-lhe dado gozar o mais precioso galardão a que pode aspirar um caráter nobre e elevado, — o reconhecimento nacional por serviços prestados à pátria...”

Esse reconhecimento, que emanava da alma popular, nunca lhe faltou: durante o decênio em que dirigiu a pasta do Exterior teve sempre a ampará-lo, acima dos partidos e das dissensões políticas, o crescente carinho e afeto de seus concidadãos.

(13) *Revista*, tomo 63, cit.

Em 1 de dezembro de 1902, aqui chegou para ocupar essa pasta, por convite do Presidente Rodrigues Alves, e nela permaneceu até à sua morte (1912), sem perder o apoio da opinião, que jamais traiu os sentimentos de admiração e simpatia com que o acolhera, no dia da chegada, em ruidosa e festiva recepção de que partilhara o Instituto (14):

“Com sumo prazer, associou-se às entusiásticas manifestações de regosijo com que os poderes públicos, corporações e povo receberam o distinto diplomata e nosso digno consócio Sr. Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, nomeando para êsse fim uma comissão especial (15), que bem correspondeu aos íntimos sentimentos do Instituto, já revelados quando conhecido o esplêndido e disputado triunfo, por todos aplaudido, da causa da razão e do direito, na secular e debatida questão de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Haveis de estar lembrados de que na sessão de 7 de dezembro de 1900 havia o Instituto deliberado que se felicitasse o benemérito Sr. Barão do Rio Branco por seus constantes e patrióticos esforços, coroados do mais feliz e desejado sucesso, na sustentação dos direitos do Brasil até então contestados; e mais que se collocasse na sala do Instituto o seu retrato, com a inscrição do seu nome e das palavras que sintetizavam suas brilhantes vitórias alcançadas na defesa da integridade da pátria.

Hoje ser-vos-á certamente agradável saber que está cumprido tão honroso e delicado empenho.

É nesta solene ocasião, e com aplausos de todos quantos presam o verdadeiro mérito, inaugurado neste luminoso templo dedicado à ciência o retrato do eminente brasileiro, que, pelo seu nóbre caráter e relevantes serviços prestados à nação, se fez credor de todo o nosso respeito, estima e consideração...”

Rio Branco não pôde compartilhar, desde sua chegada, dos trabalhos do Instituto por serem pesadíssimos seus encargos de homem

(14) São passagens de um discurso do presidente do Instituto proferido em 15 de dezembro de 1902. *Revista*, tomo 65.

(15) Era composta de Sousa Pitanga, Henri Raffard e Max Fleiuss. Foi orador o primeiro, que leu vibrante saudação impressa em pergaminho e arquivada no Instituto.

de governo. Só em 1908 retornou à atividade social, após sua eleição para presidente, realizada, segundo Max Fleiuss, em condições especialíssimas (16):

“Quando, devido à sua grande ancianidade, em 1907, o veneradíssimo Marquês de Paranaguá não pôde na sessão magna do Instituto Histórico, a 21 de outubro, presidida pelo Conselheiro Afonso Pena, concluir o seu discurso de presidente da benemérita associação, verificamos todos que êle não aceitaria a reeleição. E logo cogitamos de quem o deveria substituir. O nome unânimemente lembrado, e com a maior justiça, foi o do Visconde de Ouro Preto, então primeiro vice-presidente. Fui portador do desejo de todos os sócios; mas o visconde, inabalavelmente, recusou a investidura.

Sugeriram-se outros nomes, sob todos os aspectos respeitáveis; mas prevaleceu o do Barão do Rio Branco.

Quem o consultaria?

Ainda uma vez prontifiquei-me a desempenhar a comissão, pois em se tratando do Instituto não receio tornar-me impertinente.

De fato, uma associação que em nosso país consegue permanecer por cem anos, ultrapassá-los, desenvolvendo com absoluta regularidade tôdas as suas tarefas, servindo ao Governo e ao povo, publicando uma *Revista* que já consta de 172 volumes (17), além de uma centena de publicações especiais, congressos, investigações no estrangeiro, impõe-se decisiivamente à estima e ao auxílio, que, aliás, sempre obteve de D. Pedro II e dos presidentes da República, especialmente dos Srs. Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa e Getúlio Vargas.

Dirigi-me, portanto, ao Barão do Rio Branco, sócio do Instituto desde 1867.

Nesse dia, o Barão estava ocupadíssimo e, não obstante, recebeu-me no seu gabinete do Itamarati, palestrando muito amavelmente.

Quando lhe disse o fim da minha visita, levantou-se e num ímpeto proferiu estas palavras: “O Sr. está doido, Sr. Fleiuss? Pois eu tenho tempo para dirigir o Instituto? A posição ocupada por

(16) *Recordando...*, vol. I.

(17) Atualmente 185.

tantos brasileiros eminentes, sobrelevando-os o Imperador!... Qual, o Sr. enloqueceu ou não é meu amigo!..”

Deixei passar a *trovoada* e insisti no assunto, mostrando que só êle poderia assumir o cargo.

Recusou de novo.

Queimei então meu último navio.

— Sr. Barão, observei, venho do escritório do Visconde de Ouro Preto, que aplaude calorosamente o nome de V. Ex.^a, acrescentando: “diga ao Paranhos que só com êle na presidência permanecerei, como primeiro vice-presidente”.

O Barão emudeceu por alguns momentos e depois disse-me:

— O Ouro Preto teve essas palavras a meu respeito?

— Facilina a verificação, respondi; o Visconde continua no escritório, V. Ex.^a pode telefonar...

— Não, não é preciso. Obedeço. O juízo de Ouro Preto é, para mim, uma ordem. Mas V., senhor Fleiuss, fica responsável seu eu fôr derrotado.

Sorri-me. E na assembléia geral de 21 de novembro de 1907 foi eleito por unanimidade o Barão, “o herói, o magno sabedor das coisas pátrias, o servidor incomparável do Brasil”, no entender de Ramiz Galvão...”

Tomou posse a 30 de janeiro de 1908, sendo êste o discurso que pronunciou (18):

“Meus senhores: Êste Instituto, há mais de quarenta anos, dignou-se de me receber em seu grêmio, aceitando como título de admissão um modesto trabalho que, sôbre documentos ainda incompletos, eu escrevera pouco antes, quando estudante em São Paulo. Depois, no decurso dos últimos doze anos, me foi dando êle testemunhos seguidos da sua generosa benevolência até chegar ao recente e supremo favor de me acreditar no caso de poder presidir aos seus trabalhos com a necessária competência.

Não posso achar palavras com que vos exprima tôda a extensão do meu reconhecimento; nem a abundância de vozes e protestos foi

(18) *Revista*, tomo 71.

nunca a melhor prova dos sentimentos verdadeiramente sinceros. Competência falta-me de certo para poder igualar os homens eminentes que, tão honrosamente todos, têm ocupado esta cadeira; mas não assim boa vontade e ardente desejo de me recomendar à vossa estima e de retribuir em dedicação ao Instituto as muitas finezas de que lhe sou devedor, concorrendo, na medida dos meus recursos, para que o seu futuro não desmereça do seu passado, fecundo e glorioso.

O desempenho do cargo que me confiastes, uma vez despedido temporariamente, como se acha, do brilho que sempre teve e poderia ainda agora ter se outro fôra o ocupante, é relativamente fácil, porque a cada um de nós e a todos nós, fiéis e constantes sustentadores desta casa, há de continuar a pertencer quase todo o esforço na execução do nosso programa primitivo, que consiste principalmente em coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que devem servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a História e a Geografia do Brasil.

E êsse programa, como atestam os já numerosos volumes da sua *Revista*, o Instituto o tem sabido realizar sem desfalecimento desde a sua fundação: — primeiro, sob os auspícios do grande e sempre lembrado Imperador, que até à morte lhe dedicou incessantemente um tão especial desvêlo; depois, graças às animações, cada vez mais vivas, que nos tem dispensado o Govêrno da República e o Congresso Nacional.

A crescente simpatia que o Instituto inspira à nação e aos seus mais altos representantes explica-se naturalmente pela importância, pela nobreza e desinterêsse da missão, que êle se impôs, de ir registrando, neste calmo recinto em que jamais penetraram paixões parti-diárias, os feitos honrosos dos contemporâneos e pesquisando e divulgando tanto as ações gloriosas dos nossos maiores como os desvios e erros que a nós e às gerações futuras possam servir de estímulo e ensinamento.

Na verdade, já dispomos de um belo e brilhante passado histórico para que podem olhar com amor e orgulho todos os bons brasileiros e que já tem merecido a atenção, o estudo e o louvor de estrangeiros ilustres e insuspeitos. Mas, até no que diz respeito aos três

primeiros séculos da formação da nacionalidade brasileira, sôbre que possuímos, além de outros elementos preciosos, as bem elaboradas obras de Southey e Warnhagen e os eruditos trabalhos de Capistrano de Abreu, há grandes lacunas e muito a pesquisar ainda, sobretudo para que possa aparecer em tôda a sua luz a intrépida energia dos nossos antepassados, que souberam defender contra intrusões armadas de outros povos a vasta zona litoral do Brasil e dilatar pelo sertão a dentro as fronteiras da pátria, realizando emprêsas de que surgiram, como disse o poeta laureado inglês, “consequências mais amplas e provavelmente mais duradouras do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre e Carlos Magno”.

Muito vasto já é o campo de estudos e investigações que se oferece ao nosso labor em benefício da pátria e do seu justo renome; mas o tempo, que corre, cada dia mais o alarga, transformando rapidamente em passado o presente e o futuro.

Para auxiliar-nos na nossa árdua, mas agradável tarefa, já se levantaram de há muito, em Pernambuco, São Paulo, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e outras partes do Brasil, instituições similares, inspiradas do mesmo pensamento que, há setenta anos, levou o Visconde de São Leopoldo e outros próceres da nossa vida literária a promover com sucesso propício a criação desta ilustre companhia. Basta agora que a nossa e as demais associações irmãs prossigam no desempenho de sua missão com o mesmo ardor e diligência de sempre, com o mesmo culto de nosso honesto passado e a mesma confiança no futuro. Porque esta nossa terra, que na minha remota mocidade já conheci grande, gloriosa e respeitada, e agora, cheios de contentamento, vemos cada dia mais considerada no mundo, há de continuar a ser o teatro de ações e acontecimentos dignos de figurar com honra nas páginas da história, e os vindouros a hão de ver, dentro dos seus limites presentes, maior ainda do que a vemos, como uma das mais poderosas, adiantadas e influentes províncias da Humanidade.

Agradecendo ao meu venerando predecessor as benévolas expressões com que acaba de me honrar, agradeço também a todos vós, meus senhores e colegas, a distinção que vos aprouve conferir-me, e peço a Deus que me dê fôrça para corresponder à vossa confiança”.

Falou depois o conde de Afonso Celso, orador do Instituto, dizendo eloqüentemente de cada um de seus antigos presidentes e esboçando nestas linhas o perfil do que se empossava naquele momento (19):

... “Celebrou Camões os *subidos e ilustres movimentos* de Dom Manuel, o Afortunado, e de seus avós.

“... *cujo intento.*

Foi sempre acrescentar a terra cara...”

Neste conceito condensa-se a biografia do Barão do Rio Branco: *acrescentar a terra cara.*

Mal saído da infância, já Silva Paranhos Filho comemorava o heroísmo da fragata *Imperatriz*, comandada por Luís Barroso Pereira, que, em 1826, repeliu a abordagem da esquadra argentina, capitaneada por Brown, e que, caindo em seu pôsto, varado pela metralha inimiga, a custo se soergueu para bradar: “Não se assustem, camaradas, não é nada”.

Este assomo de coragem de um quase cadáver, comenta um cronista, duplicou o entusiasmo da galharda guarnição.

Depois ocupou-se o moço escritor com *Episódios da Guerra do Prata*, tão defeituosamente conhecida, tão falsamente apreciada e da qual, apurados os sucessos, só esplendor deriva às nossas armas.

Em seguida, na biografia do Barão de Sêrro Largo; nas monumentais anotações à obra de Schneider sobre a Guerra da Tríplice Aliança; na Câmara dos Deputados; na imprensa abolicionista; a par de Eduardo Prado, na *Grande Encyclopedie*, de Emile Levasseur; nas *Efemérides Brasileiras*; no Consulado geral de Liverpool; na Exposição Internacional de Agricultura, de São Petersburgo; como Superintendente Geral na Europa do Serviço de Emigração para o Brasil; na Exposição Universal de Paris, em 1889; em numerosos outros cargos e trabalhos; constantemente, em tôda parte, sobrelevou nele a ativa preocupação de *acrescentar a terra cara*. É dêle a mais perfeita síntese dos feitos brasileiros; é dêle a mais completa, a mais imparcial, a mais luminosa história de D. Pedro II e sua época, pois

(19) *Revista*, tomo 71, cit.

ninguém ignora que êle inspirou, senão totalmente compôs, o belo livro de Benjamin Mossé sôbre o assunto.

Enfim, permitiu-lhe a Providência que, deveras, materialmente, *acrescentasse a terra cara...*

Rio Branco I combatera, aniquilara a pirataria nas águas do batismo, águas da jurisdição divina, segundo a frase magnífica de Sales Tôrres Homem. Chamara a si os pequeninos de tôda uma raça secularmente explorada, redimira-os, conferira-lhes a primordial prerrogativa da personalidade humana, — a liberdade.

É muito! Rio Branco II ultrapassou-o, engrandecendo a grandeza do Brasil.

Pela banda de leste, enfrenta o Brasil com a planura inapreensível do Atlântico. Nada ali a grangear. Mas ao norte, ao sul, ao oeste, Rio Branco II amplificou, agigantou as nossas gigantescas, amplíssimas proporções. Acima dos bandeirantes que desvendaram e subjugarão o sertão, rompendo as barreiras do Tratado de Tordesilhas; acima do benemérito D. João VI, que avassalou a Guiana Francesa e determinou a anexação do Uruguai ao Brasil; acima dos bravos que, em 1801, conquistaram tôda a metade ocidental do Rio Grande do Sul e a linha do Jaguarão; o vencedor de Missões, do Amapá e do Acre é o sumo ampliador do solo pátrio, o que mais colossal e mais imensa tornou a imensidade brasileira, na partilha do globo.

Ultimamente, em Haia, se o nosso Embaixador emulou com os generais da Revolução, batendo a Europa coligada (e em Haia à Europa se ajuntava a América do Norte), Rio Branco, tendo encaminhado a campanha no seu gabinete longínquo, fêz jus ao ínclito cognome de Lazara Carnot: o organizador da vitória.

Preeminente em História e Geografia, mui legítima e natural é a colocação do Barão do Rio Branco à testa do Instituto que a tais matérias se consagra. O Instituto é um cultor da antiguidade, um santuário da tradição. E no passado, nos velhos arquivos, encontrou S. Ex.^a as armas de seus triunfos...

No Instituto Histórico, os elementos fixos são o respeito e o amor das coisas idas, nobres, antigas, venerandas. Conhece-o o Barão do Rio Branco; zelará a integridade dos sentimentos e os pre-

ceitos sagrados. Quem soube multiplicar as dimensões de sua terra facilmente exaltará o prestígio da corporação que, satisfeita, lhe confiou o seu opulento patrimônio moral e o erigiu seu chefe e seu guia...”

*

* *

Os fatos confirmaram os vaticínios de Afonso Celso. O prestígio do Instituto continuou a ser cada vez maior.

E daí as numerosas homenagens de reconhecimento de que Rio Branco foi cumulado pelo acerto, segurança e clarividência de seus atos durante todo o tempo em que exerceu a presidência. Relembrarei uma delas, — a da inauguração de seu retrato na Secretaria —, levada a efeito a 6 de maio de 1909, e na qual, respondendo a uma empolgante oração de Barbosa Lima, há declarações que bem o definem (20):

“Grande é a honra que me faz hoje o Instituto, honra realçada pelo fato de haver escolhido para intérprete de seus sentimentos o brilhante orador e acadêmico que acabámos de ouvir, digno êmulos do que usualmente abrilhanta as nossas festas, na nobreza de caráter, sinceridade de convicções e talento de bem as exprimir.

Desta vez, porém, a benevolência para comigo do ilustre órgão do Instituto, benevolência de que tive a inesquecível prova ao ler longe da pátria as palavras que proferira na Câmara dos Deputados, em 1 de dezembro de 1900, levou-o a encarecer por demais os meus serviços e qualidades.

Nunca aspirei senão a servir modesta e obscuramente a nossa terra, como a servi durante muito tempo na mocidade e mesmo no vigor dos anos, vivendo quase no isolamento, na solidão do meu gabinete de trabalho. Não me sentia feito para as posições de realce, para as lutas da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer um dia, neste recinto, que amei a minha terra e, como de meu pai, quando êle desapareceu, foi dito da tribuna do Senado, que nunca abriguei contra ninguém, no meu coração, uma partícula de malquerença ou ódio.

(20) *Revista*, tomo 72.

Instado para ocupar o posto de ministro em que me acho, só o aceitei a contragosto, após longa e respeitosa resistência, porque ia interromper trabalhos da minha predileção e para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato e egoísta, só desejoso de posições, mais ou menos cômodas, no estrangeiro.

Alguns me receberam com desconfiança, acreditando-me um ambicioso de grandezas e um partidário de soluções violentas nos pleitos internacionais com os mais fracos.

O meu passado já então protestava contra tais suposições.

Creio poder afirmar hoje que êstes quase sete anos passados como membro do govêrno, inteiramente estranho às competições da política interna, e todo consagrado à da concórdia internacional e às soluções amigáveis das nossas divergências ocasionais com os demais povos, puseram bem a claro os verdadeiros sentimentos pacifistas que sempre me animaram. E folgo de ver que todos me fazem hoje justiça neste particular. Alegra-me sobremodo ver que o ilustre parlamentar, nosso consócio, aplaude, como eu esperava, as palavras da recente mensagem presidencial no tocante à concessão que o govêrno promove em favor de uma das nações nossas vizinhas. Essa concessão, que a equidade e a justiça reclamam, só poderá ser feita com o consentimento dos dignos representantes da nação no Congresso Federal. E estou firmemente convencido de que ao projetado acôrdo entre o Brasil e a República Oriental não faltará essa indispensável sanção.

Há muito que, nos conselhos do govêrno, êsse ato, que concorrerá para mais engrandecer o nome do Brasil no estrangeiro, estava resolvido. Por motivos de delicadeza política, demoramo-lo bastante; mas não podíamos esperar indefinidamente que melhor oportunidade se oferecesse e a melhor que se nos deparou foi a ocasião solene em que o primeiro magistrado da República se dirige anualmente aos representantes do povo reunidos em Câmaras.

Não houve da nossa parte o mínimo pensamento de melindrar nenhum outro govêrno ou de influir sôbre a solução de alguma outra questão pendente. Quando o govêrno brasileiro deliberou, há anos, submeter, em tempo, êsse projeto à deliberação soberana de Congresso

Nacional, nenhuma questão sobre jurisdição em águas fluviais tinha surgido em parte alguma do mundo. Todos reconheciam nos ribeirinhos o condomínio nas águas dos rios e lagos lindeiros, salvo quando tratados solenes estabeleciam o regime de exceção, como o que ainda temos na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Se desejamos remover a exceção, que não é para nosso tempo, nem para o nosso continente, não é com a idéia de merecer agradecimentos e conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento de gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é êle nas coletividades humanas que se chamam nações. Isto nos ensina eloquentemente a história da sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, país que, na frase de um ilustre estadista argentino, já foi libertador de povos oprimidos. Se queremos hoje corrigir uma parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque êsse testemunho do nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e a uma ação digna do povo brasileiro...”

*

* *

Rio Branco nunca perdia ensejo de acentuar os rumos e diretrizes de sua política internacional, que, na América, sempre foi a que, de presente, se denomina a da *boa vizinhança*. Comprovam-no todos os seus discursos do Instituto. Para exemplificar, citarei dois: um dando a palavra ao Visconde de Ouro Preto para fazer uma conferência sobre a batalha do Riachuelo; outro comunicando o falecimento do Presidente Pena.

Êste, o primeiro, de 11 de junho de 1908 (21): “Meus senhores: — O honrado visconde de Ouro Preto teve a bondade de aceitar o convite que lhe dirigiram os demais membros do Instituto, residentes no Rio de Janeiro, para que fizesse na sessão de hoje uma conferência sobre a batalha do Riachuelo.

Ninguém mais competente para tratar do assunto do que o Ministro que com tanto brilho soube dirigir a nossa Repartição da

(21) *Revista*, tomo 71, cit.

Marinha pouco depois daquele grande feito e em um dos períodos mais ativos e gloriosos da nossa vida nacional.

Ele nos dirá, de certo, que, se o adversário que nos provocou à guerra nos encontrou desprevenidos de recursos militares suficientes, nas duas fronteiras que invadiu, pôde, entretanto, sentir, em Riachuelo, desde o início das suas operações ofensivas, que tínhamos uma marinha bem organizada, independente de qualquer preparo imediato ou de aquisições recentes, porque naquele tempo se compreendia, como agora de novo se compreende entre nós, que navios e marinheiros não se improvisam, e que uma nação, como a brasileira, com tão vasta extensão de costas e tão grandes rios internacionais, precisa de estar seriamente aparelhada para a pronta defesa das suas comunicações marítimas e fluviais, dos seus portos e comércio.

Um dos mais provetos estadistas argentinos, o general Roca, referindo-se, não há muito, ao Brasil, usou da expressão: *nossos pacíficos vizinhos do norte*. E com razão e perfeito conhecimento da história e da nossa índole nos qualificou assim.

Somos, na verdade, um povo que tem dado inequívocas provas do seu amor à paz e da sua longanimidade para com os mais fracos. Desde que nos constituímos em nação independente, esforçamo-nos sempre por viver na melhor harmonia com os demais países, particularmente com os que nos são limitrofes. Desejamos muito sinceramente que todos êles prosperem, se engrandeam e nos estimulem, pelos bons exemplos que nos possam dar, a prosseguir com firmeza e serenidade no caminho de todos os progressos morais e materiais. Anelamos merecer o afeto, não a desconfiança ou o temor dos nossos vizinhos.

Se hoje procuramos, com mais método e atividade, melhorar as condições em que alguns anos de agitações políticas e conseqüentes descuidos colocaram o nosso Exército e a nossa Armada, não é porque alimentemos planos de agressão ou de ambiciosa e indébita influência sobre os destinos de outros povos. É unicamente porque sentimos a necessidade, que tôdas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estar preparadas para a pronta defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra contra possíveis provocações e afrontas. Tivéssemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos

nossos, planos insensatos de ataque contra países vizinhos, e as encomendas que ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto mar ou ao longo do nosso dilatado litoral.

Mas não devo alongar-me sôbre assunto do presente, quando a sessão de hoje é consagrada a feitos do passado, a Barroso e aos seus companheiros de glória, entre os quais, pela intrepidez que ostentaram, manda a justiça sejam compreendidos também os nossos adversários na jornada de Riachuelo.

Todo êste seletto auditório tem pressa em ouvir o ilustre estadista que, deixando por momentos o digno e nobre retraimento em que vive há anos, quis dar-nos, neste Instituto, que se orgulha de contá-lo em seu seio, mais uma prova do entranhado amor que consagra à pátria e à marinha brasileira.

Tem a palavra o Sr. Visconde de Ouro Preto.”

O segundo, sôbre o falecimento do Conselheiro Afonso Pena, é de 30 de junho de 1909, e, como o anterior, medido nos conceitos e elegante na forma; revelando, por igual, os talentos do orador e a *souplesse* do homem de Estado (22):

“Meus senhores: Depois da nossa última sessão sobreveio, como sabeis, fatal acontecimento que, enlutando a nação inteira, repercutiu dolorosamente no seio dêste Instituto.

A morte tão imprevisita do Dr. Afonso Pena representa para nós, ao mesmo tempo, a perda lamentada de um Chefe do Estado, que o contará sempre entre os que mais dignamente houverem ocupado tão alto e difícil pôsto, e a de um presidente honorário do Instituto, cujos trabalhos êle acompanhava com particular interêsses e simpatia.

O que esta casa lhe deve cada um de nós o sabe e guardará sempre na memória agradecida. Mais considerável, porém, é o seu haver no balanço da vida nacional em que, por mais de três décadas e em vários ramos e posições na administração e na política, êle exerceu sua infatigável atividade de cidadão e homem público, cordial e honestamente consagrado aos interêsses da terra do seu nascimento. Caiu no seu pôsto de trabalho e de honra, surpreendido pela morte, quase fulminado por ela, mas cheio de serenidade e fortaleza de ânimo,

(22) *Revista*, tomo 72, cit.

repetindo a divisa *Deus, Pátria e Liberdade* do antigo Ateneu Paulistano, onde na mocidade se ensaiara nos torncios da inteligência. Como às vêzes sucede ao varão justo, pôde êle ter nos seus últimos momentos um dêsses relances supremos da consciência, que abrangem e resumem uma vida inteira e que permitem que os que se vão possam recapitular tôda a sua obra e partir satisfeitos consigo mesmo.

A nós não cabe, com repouso e inteira isenção de ânimo, apreciar agora a sua vasta e fecunda obra, que, para a História, êste recinto requer maior recuo no passado. Há, porém, na vida do ilustre estadista traços de caráter e atos de política que desde logo podemos assinalar e já foram apontados ao reconhecimento dos nossos compatriotas. A dedicação e energia com que serviu sempre à nação provinham nêle do mais acendrado patriotismo. Não tinha falhas o seu amor ao Brasil, nem desmaio algum o invencível otimismo que dêsse sentimento resultava. É por isso que o seu tempo de govêrno, — demasiado breve para o que êle se propunha fazer, mas suficiente para a nossa mui sentida saudade —, pode ser considerado como um dos mais proveitosos para o progresso material da nossa terra e seu desenvolvimento econômico, em tôdas as suas múltiplas consequências sociais e políticas. Todos os que o conhecemos de perto, amigos e colaboradores que êle escolhera para a tarefa de bem encaminhar o futuro nacional, todos fomos tocados por êsse entusiasmo vivaz, por êsse nobre e generoso alento de um coração juvenil, como a própria esperança.

O Presidente Afonso Pena tinha sido deputado ao Parlamento Brasileiro, Presidente de Província, Ministro da Guerra e Ministro da Agricultura, no passado regime; Presidente do Estado de Minas Gerais, lente e diretor de uma Faculdade de Direito, Presidente do Banco do Brasil e Vice-Presidente da República, no regime atual; conhecia teórica e praticamente a administração e legislação no Império parlamentar e na República presidencial. Percorrera todo o país, inspecionando-o previdentemente, para inteirar-se das suas necessidades mais urgentes, antes de vir assumir a magistratura suprema da República, a que o elevara o voto unânime dos seus concidadãos. Tinha, pois, a preparação necessária para formar um grande programa de govêrno e tinha incontestável capacidade para iniciar e promover a

sua realização dentro do quadriênio que lhe fôra designado pela vontade popular, de acôrdo com a nossa lei constitucional.

Não lhe coube preencher êste período governativo; mas o forte impulso aplicado por êle à construção dos nossos caminhos de ferro de penetração, que em menos de um ano vão pôr o Rio de Janeiro em comunicação direta com o extremo oeste e o extremo sul do Brasil e com vários pontos remotos dos nossos Estados interiores, desenvolvendo assim o comércio, criando novos e fortalecendo antigos vínculos da união nacional, e o grande cuidado com que prosseguiu na execução do liberal programa da anterior presidência, bastariam para conferir-lhe a benemerência entre nós, se lhe não fôssemos devedores de outros serviços de tanta ou superior valia. Foram êsses, no exterior, a nobre atitude que o Brasil pôde assumir na Segunda Conferência Internacional da Paz na Haia, pelo órgão do seu grande Embaixador, elevando o nosso bom nome na estima e respeito de todo o mundo civilizado; e, no interior, o inteligente e enérgico esforço que fêz para a restauração dos nossos meios de defesa nacional, em terra e no mar, descuidados durante largos anos e quase inteiramente destruídos pelas nossas dissensões e lutas civis. Do prosseguimento, nas mesmas linhas, desta sábia, providente e digna política, que, virilizando a nação sem espírito nenhum agressivo, lhe dá a tranquilidade e confiança cordial que sói faltar aos fracos diante dos fortes; da aquisição gradual e avisada dos elementos de sanção da soberania de um povo depende grandemente o seu progresso material e moral. Assim o tinha compreendido o Presidente Pena, no empenho patriótico de também imprimir ao direito e à honra dos brasileiros a força material que lhes pudesse valer em qualquer súbita e grave emergência da vida internacional.

O Brasil inteiro, que igualmente o acompanhou nesse empenho, fêz-lhe a justiça de acreditar na pureza das suas intenções, e viu nele um verdadeiro estadista desejoso de assegurar-nos a paz de que tanto precisamos e precisam todos os povos.

Esta casa, onde se guardam e zelam os anais pátrios, deve um voto de afeto e gratidão à memória de quem tanto contribuiu para que neles se não escreviam em nosso tempo páginas ingratas, das que

registram humilhações e falências, como sementeira de ódios e de vindictas entre as nações.

Peço que, com esta intenção piedosa, levantemos a sessão em homenagem ao ilustre e benemérito Presidente que perdemos.”

*

* *

No exercício da presidência, Rio Branco era de extrema meticulosidade. Por tudo se interessava e de tudo queria saber. Mostra-o Max Fleiuss, então primeiro secretário e seu mais prestimoso colaborador, em várias passagens dos três volumes de *Recordando...*

Cautelosíssimo na admissão de novos sócios: *o Instituto não deve permitir vulgaridades; é mister atender rigorosamente não só ao valor intelectual, como moral, dos que batem às suas portas.* Disse-o, uma vez, logo no comêço de sua administração, quando impediu a apresentação de uma proposta para sócio correspondente estrangeiro. O incidente provocou comentários de bastidores que, felizmente, passaram depressa. Dentro em pouco, todos convenceram de que o não movia nenhum propósito de suscetibilizar a quem quer que fôsse. Seu objetivo era sòmente resguardar os créditos da instituição.

Nos dias de sessão, costumava ser dos primeiros que compareciam e dos últimos que se retiravam, entretendo-se com os companheiros em amistosas confabulações. E com isto não contrariava seu feitio. Era o seu natural. Significativo o que narra Vieira Fazenda, seu colega quando cursavam humanidades, sôbre a visita que fêz ao Instituto, já ministro de Exterior, desde 2 de dezembro de 1902 (23). De acôrdo com deliberação tomada ao ser resolvida a questão do Amapá, efetuara-se, a 15 daquele mês e ano, a inauguração de seu retrato num dos salões do mesmo Instituto.

Por enfêrmo, não esteve presente, à solenidade; mas, uma vez restabelecido, foi agradecer pessoalmente o que considerava ser, — expressão sua —, uma excessiva honraria e, cumprido êsse dever,

(23) *Revista*, tomo 75, cit.

dirigiu-se ao gabinete de nosso saudoso bibliotecário, que descreveu assim o encontro que tiveram:

... “Conversamos sôbre coisas passadas havia 42 anos no Externato do Colégio D. Pedro II.

Lembrou-se do recreio dos meio-pensionistas, das garotadas feitas ao *cebo* da rua da Imperatriz, das impertinências do Furtado de Mendonça, professor de latim, do respeito e fôrça moral do reitor, Dr. Manuel Pacheco da Silva, e das badaladas dos sinos de São Joaquim, e, mais que tudo, da popularidade do inspetor Viegas, alcunhado o pai da rapaziada.

Por minha vez, lembrei-lhe a casa do velho Bittencourt na rua da Misericórdia, situada em frente à minha residência. Ali jantava o futuro barão, e, em companhia do jovem Manuel Bittencourt, do Pizarro, Rêgo César, Alexandrino do Amaral saíam em grupo a dar o seu passeio vespertino, todos de calças brancas e as infalíveis cartolas. Do triste fim do *meu Manel*, como lhe chamava o extremoso pai, lembrou-se o barão e teve frases de saudade por êsses tempos de poucas preocupações e cuidados...”

No trato comum, cativava pelas suas maneiras distintas e pela sua sedução pessoal. Ninguém que dêle se aproximasse escapava à influência de sua personalidade inconfundível.

Foi o que succedeu com os seus confrades, que acabaram por conferir-lhe, na assembléia geral de 27 de novembro de 1909, a perpetuidade no cargo de presidente (24):

“A assembléia geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolve, como justa demonstração de sincero agradecimento aos inestimáveis serviços prestados a esta instituição pelo seu presidente, — o Sr. Barão do Rio Branco —, conferir a S. Ex.^a a perpetuidade nesse cargo, a exemplo de que já foi praticado com o Visconde de São Leopoldo.

O Sr. Barão do Rio Branco, que, na frase justíssima de Martim Francisco, “é o presidente aclamado da alma nacional”, e a quem Afonso Celso, insuspeitamente, denominou “o mais admirável ministro das Relações Exteriores do mundo atual, o maior diplomata vivo”,

(24) Revista, tomo 72, cit.

impõe-se, por seus gloriosos feitos, que o erigem uma das mais fulgurantes figuradas da História do Brasil, a esta consagração por parte dos seus companheiros na associação de que S. Ex.^a é, indubitavelmente, *primus inter pares*, e a que tem trazido, com seu imenso prestígio, os maiores títulos de consideração, não só em nossa pátria como no estrangeiro.

Max Fleiuss — Afonso Celso — Gastão Ruch — Antônio Jansen do Paco — Norival Soares de Freitas — Orville A. Derby — Ernesto Sena — B. T. de Moraes Leite Velho — A. Índio do Brasil — Tau-maturgo de Azevedo — Jesuíno da Silva Melo — A. F. de Sousa Pitanga — Dantas Barreto — Vicente Lustosa — João Luís Alves — Clóvis Beviláqua — Xavier da Silveira Júnior — Pedro Lessa — Eduardo Marques Peixoto — Tobias Laureano Figueira de Melo — Alfredo Rocha — B. F. Ramiz Galvão — Amaro Cavalcanti — Miguel J. R. de Carvalho — Marques de Paranaguá — Artur Guimarães — Viveiros de Castro — Leopoldo de Bulhões.

A êsse tempo, a vida nacional estava profundamente perturbada pelas convulsões políticas que precederam e se seguiram à sucessão presidencial de 1910; e Rio Branco, conquanto alheio às lutas dos partidos, era membro do governo, donde não poder ser de todo indiferente aos acontecimentos emergentes, que, por vêzes, lhe criaram sérias dificuldades.

Afastou-se do Instituto, não comparecendo em 1911 a nenhuma de suas sessões, fato que o primeiro secretário houve por bem justificar no relatório lido na sessão magna de 21 de outubro (25):

“O nosso benemérito Presidente Perpétuo, Sr. Barão do Rio Branco, já por motivo de enfermidade, já devido às múltiplas preoccupações que o assoberbam, não pôde dar-nos a honra de sua grata presença às sessões. Nem por isso, todavia, deixou de orientar-nos com as suas preclaras luzes, sendo sempre ouvido sôbre todos os fatos ocorridos e concedendo-nos plena aprovação às providências tomadas. Por determinação expressa de S. Ex.^a mandamos proceder à pesquisa e cópia, nos arquivos da Torre do Tombo e do Conselho Ultramarino, em Portugal, das *Memórias Diárias* sôbre a guerra holandesa, relativas

aos anos de 1638, 1639, 1640 e 1641, bem como da narrativa da marcha de Luís Barbalho, do Rio Grande do Norte até Sergipe, para bater o invasor flamengo...”

Menos de quatro meses depois, em 10 de fevereiro de 1912, baixou ao túmulo, cedendo à lei inexorável da contingência humana. Começava para êle a vida dos imortais nos anais do tempo.

*

* *

Em 14 de junho de 1916, nosso ilustre consócio Dr. Lauro Müller, seu sucessor na pasta das Relações Exteriores, ofereceu ao Instituto os originaes das *Efemérides Brasileiras*, encontrados entre os papéis de seu arquivo adquirido pelo govêrno. Eram relativos ao período de janeiro a junho. Posteriormente, em 22 de junho do mesmo ano, L. M. de Sousa Dantas, também nosso eminente consócio, que substituíra a Lauro Müller, na direção da aludida pasta durante sua curta ausência em viagem ao estrangeiro, nos remeteu os manuscritos correspondentes aos meses de julho a dezembro. De posse da preciosa dádiva, o Conde de Afonso Celso, ao tempo nosso presidente, nomeou uma comissão, composta de Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Vieira Fazenda, Max Fleiuss e Basílio de Magalhães, para examinar e coordenar os manuscritos recebidos, completando as falhas e lacunas porventura nêles existentes. Foi relator Basílio de Magalhães, que escreveu longa e brilhantíssima exposição sôbre a maneira pela qual se desobrigou da delicada tarefa. São dela estas passagens (26):

“Cotejando o trabalho do Barão do Rio Branco com os congêneres, gerais ou parciais, de Teixeira de Melo, de Joaquim Norberto (com o pseudônimo de *Fluziano*), de José de Vasconcelos, de Xavier da Veiga, de Azevedo Marques e outros, impõe-se a irrecusável ilação de que o do egrégio chanceler é o único que equivale a um excelente compêndio de História do Brasil, onde os fatos capitais da evolução nacional são expostos com o mais rigoroso preito à verdade, com a mais ampla investigação documental e com o mais alcandorado civismo.

(26) *Revista*, tomo 82.

A parte, — sem dúvida a mais considerável das *Efemérides Brasileiras* —, respeitante às nossas campanhas no Prata, desde o primeiro quartel de século XIX até 1870, é tratada não só exaustiva e limpidamente, como ainda tendo em mira salvaguardar as sagradas tradições da honra da nossa Pátria.

Agora, principalmente, que se cogita de *abrasileirar o Brasil*, a edição completa do trabalho monumental de Rio Branco constituirá valiosíssimo contingente para essa interpresa gigantesca da nacionalização imprescindível.

Será, portanto, mais um inestimável serviço que prestará o nosso Instituto ao nome do ínclito Rio Branco e aos altos destinos do Brasil...

O Instituto não se limitou a mandar publicar imediatamente o referido trabalho (27). Foi além, resolvendo, em assembléia geral de 11 de outubro de 1919, que, em tôdas as suas sessões, fôsse lida a parte em que nele se registram os sucessos do dia (28). Ainda mais. Como a primeira publicação dêsse trabalho se houvesse esgotado com relativa rapidez providenciou para que se fizesse segunda, que veio à luz em 1933, acompanhada de um índice remissivo para facilitar as consultas. Está inserta no volume 168 da *Revista* (29), que é, como se sabe, copioso repositório de ricas contribuições sobre a vida e as modelares virtudes cívicas do grande brasileiro. Entre estas, — e além das já indicadas no correr dêste escrito —, as de Ramiz Galvão, Liberato Bittencourt, Ernesto Sena e Laudelino Freire, que cito a título de exemplificação.

Das solenidades patrióticas até hoje realizadas para evocar, através de sua memória gloriosa, os ensinamentos que nos legou nunca estiveram ausentes seus antigos companheiros e aquêles que os substituíram na renovação de nossos quadros sociais. É o que vão demonstrar mais uma vez, agora que o Brasil inteiro se prepara para comemorar a próxima passagem da data centenária de seu nascimento.

(27) *Revista*, tomo 82, cit.

(28) *Revista*, tomo 85.

(29) A partir de 1916, cada tomo da *Revista* corresponde a um volume. O daquele ano, tomo 79, corresponde ao volume 133. Mais tarde, abandonou-se a denominação de *tomo* para só se usar a de *volume*. É por esta razão que o seu número de 1933 já constitui o volume 168.

Para organizar o programa que nessa ocasião deve ser observado pelo Instituto foi nomeada, em princípio do ano passado, uma comissão especial composta de Tasso Fragoso, Virgílio Correia, Pedro Calmon, Hélio Lôbo e Rodrigo Otávio Filho. Tive a honra de ser seu presidente e de neste caráter, dirigir a seguinte comunicação ao ilustre Sr. Embaixador Macedo Soares, em 15 de maio:

“Tenho o prazer de comunicar a V. Ex.^a que a comissão nomeada para organizar o programa com que deve ser comemorada condignamente pelo Instituto a passagem do centenário do nascimento do barão do Rio Branco, em 20 de abril de 1845, reuniu-se a 4 do corrente, resolvendo propor:

a) que seja cunhada uma medalha comemorativa da referida efeméride;

b) que seja realizada uma sessão especial, em que deverá haver três discursos: um do Presidente do Instituto, outro do orador e o terceiro de um de seus membros para êsse fim escolhido;

c) que sejam convidados todos os Institutos Históricos do país para se associarem às homenagens que forem nesse dia tributadas à memória do glorioso chanceler, promovendo êles mesmos as que julgarem mais significativas;

d) que, sendo possível, seja feita, durante uma semana, a exposição de todos os seus autógrafos existentes no Instituto;

e) que sejam publicadas, em volume ou volumes, tôdas as contribuições escritas por membros do Instituto sobre a vida e os feitos dêsse eminente brasileiro”...

Dias depois, reuniu-se a assembléia geral, que tomou conhecimento do programa formulado e o aprovou com um aditivo de Raul Tavares: — *que o convite aos Institutos Históricos estaduais fôsse ampliado às associações consagradas aos estudos geográficos, assunto em que também se extremou o insigne brasileiro.*

E por esta forma será rendido mais um preito da imperecível saudade à memória de nosso querido confrade extinto. Dêle quis participar não só coletiva, como individualmente, e tal o motivo porque escrevi esta despretenciosa monografia a que dou por fecho o discurso

que proferi, a 7 de setembro de 1943, na qualidade de orador oficial, ao ser inaugurada sua estátua na *Esplanada do Castelo* (30):

“Sou o único sobrevivente dos ministros de Estado que tiveram a fortuna de sentar-se ao lado de Rio Branco nos altos conselhos do Governo da República, em dias que já vão bem longe. E a esta circunstância atribuo a honra do convite, que, em gesto de fidalga gentileza, me foi generosamente dirigido pelo ilustre Sr. Ministro das Relações Exteriores, para vir dizer algumas palavras nesta magnífica cerimônia em que o eminente Sr. Presidente Getúlio Vargas se digna de inaugurar o monumento que atestará às gerações vindouras, com o reconhecimento da pátria agradecida, os feitos inesquecíveis do maior de seus diplomatas.

Para corresponder a essa honra insigne, não tentarei esboçar, nem mesmo em linhas gerais, a figura empolgante e dominadora do grande chanceler, que Saenz Pena proclamaria, ainda insepulto seu cadáver, um dos mais preclaros servidores da concórdia americana.

Deixarei que fale meu coração, em transbordamentos de afeto, numa simples homenagem de comovida saudade à memória do companheiro, que dorme, há mais de trinta anos, no seio da terra dadivosa e boa, que êle amou e engrandeceu, com devotamento e carinho inextinguíveis, aos lampejos de seu gênio político.

Rio Branco é um exemplo edificante do quanto podem no destino dos homens as primeiras influências recebidas pelo seu espírito, pois foram marcantes e decisivas, na vocação de sua carreira, as que lhe ficaram do ambiente do lar paterno, o do ilustre estadista a quem devemos a lei áurea da liberdade dos nascituros.

Sua vida é, em grande parte, reflexo da de seu pai e, o que é mais, desdobrou-se nos mesmos campos de ação: o jornalismo, o parlamento, a diplomacia, o governo, com a diferença de ter sido a de seu pai mais intensa e eficiente na política interna e a sua no cenário internacional, onde alcançaria seus mais assinalados e estrepitosos triunfos.

O Consulado de Liverpool, que obteve em 1876, fixaria em definitivo o ponto inicial de sua ascensão gloriosa. Foi ali que, na solidão

(30) *Revista*, vol. 180.

no estudo, aparelhou por completo sua vigorosa inteligência para os cometimentos que o futuro lhe reservava; foi dali que, librandose em suas possantes asas, levantou seus vôos de águia para ser o patrono de nossos direitos na questão das *Missões* e, em seguida, na do *Amapá*, conquistando as duas grandes vitórias que o sagrariam, pelo voto de nossos legisladores e pelo consenso unânime da nação, um *benemérito da pátria*, para quem não havia limites entre o dever e o sacrificio: "Os mais íntimos, os que assistiram de perto, em Washington, em Paris, em Berna, ao meticuloso preparo e à laboriosa redação das memórias em defesa do Brasil tiveram ocasião de admirar o homem em sua plena atividade intelectual, devorado pela febre do trabalho e não absorvido pela sua obra que os meses passados sem sair de casa pareceni-lhe dias e os breves instantes de repouso tempo perdido..."

Natural que, depois de coroados de êxito seus fatigantes esforços, espirasse a um relativo descanso na legação de Berlim, então confiada sua excepcional capacidade. Não o consegue. Estava escrito que o país não dispensaria nunca mais os seus serviços na direção da pasta do Exterior, a que o chama Rodrigues Alves, em momento de feliz inspiração.

Reluta, a princípio, em aceitá-la; mas, por fim, atende aos apelos que lhe são feitos. Ele diria por que, em famoso discurso proferido em 1909:... *para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato e egoísta, só desejoso de posições mais ou menos cômodas e estrangeiro...*

E eis-lo daí em diante, — de dezembro de 1902 a fevereiro de 1912 —, no pôsto culminante de dirigente de nossa política externa, pôsto em que dá os remates finais à sua obra opulenta e fecunda, sobre cujos resultados, no tocante às nossas divisas, os números dispensam comentários: "Nos dois arbitramentos em que funcionou como advogado de nossos direitos e nos tratados de limites concluídos durante seu ministério, o barão do Rio Branco conservou para o Brasil 750.000 quilômetros quadrados de território que nos disputavam... e aumentou de 152.000 quilômetros quadrados o patrimônio nacional com o acréscimo do Território do Acre, o que perfaz uma

extensão de mais 900.000 quilômetros quadrados, superior à superfície de muitos dos mais poderosos países do mundo...”

Não bastava, entretanto, derimir conflitos seculares de caráter geográfico-históricos. Era ainda necessário impedir que surgissem outros de qualquer ordem. E foi esse pensamento que ditou alguns dos principais atos de sua sabedoria e patriotismo.

Ao empossar-se do cargo de ministro o Brasil tinha apenas um tratado de arbitramento com o Chile, dependente da formalidade essencial da troca de ratificações, e, quando faleceu, já assinara trinta e um justes desta natureza, entre tratados e convenções.

Estávamos em primeiro lugar entre tôdas as nações. Ao Brasil seguiam-se os Estados Unidos, onde existiam vinte e seis.

Não é preciso melhor índice de suas tendências francamente pacifistas. De fato, ninguém cultivou mais ardentemente a paz baseada no espírito de justiça. Aí está para demonstrá-lo o tratado sobre o condomínio da lagoa Mirim e das águas do rio Jaguarão, um dos documentos mais notáveis de nossa história diplomática, valioso padrão de nossos tradicionais sentimentos e propósitos na política do continente, por ele mesmo afirmados de modo eloqüente em várias ocasiões e especialmente na Conferência Pan-Americana aqui realizada em 1906, com a presença de Elihu Root, a qual, conquanto a terceira no tempo, foi realmente, no dizer de ilustre publicista patricio, a primeira a adotar normas práticas, ulteriormente desenvolvidas, no estudo dos problemas submetidos ao seu exame.

Vangloriava-se desses sentimentos e propósitos, que relembriava de uma feita, com justa ufania, em saudação dirigida aos delegados de um Congresso Científico reunido nesta Capital, penso que em 1909. Dizia-lhes *terem visto uma bela terra, habitada por um bom povo: terra generosa e farta, povo laborioso e manso, como as colmeias em que sobra o mel*; mas acrescenta: — *não há aqui quem alimente inveja contra os povos vizinhos, porque tudo esperamos do futuro; nem ódios, porque nada sofremos deles no passado...* Está dito tudo.

Em todos os setores em que exerceu sua atividade, revelou-se sempre o patriota de ação benfazeja, proveitosa, exemplar. Foi assim nas instruções sobre a polícia e exploração dos territórios enquanto litigiosos, na criação de postos fiscais mistos, na delimitação definitiva

de nossas linhas fronteiriças, nos acordos comerciais, na criação do primeiro cardinalato sul-americano e de várias embaixadas, assembléias, conferências e congressos, em suma, na solução amistosa de tôdas as questões atinentes à nossa vida internacional. Embora fugisse discreta e cautelosamente às competições e rivalidades dos partidos, em suas lutas internas, não escapou à crítica irreverente de acusadores apressados, que chegaram ao extremo de pôr em dúvida a sinceridade de sua adesão às instituições republicanas. Injustamente. Cultor e mestre de nossa história, não ignorava que a monarquia fôra, como tanto se tem repetido, uma solução provisória do problema político brasileiro. Cumprida sua missão histórica, — a da defesa da integridade territorial e da formação da consciência coletiva da nacionalidade —, ela teria necessariamente de desaparecer. A república era e é a lei americana.

Talvez, em seu fôro íntimo, não tivesse sido de todo indiferente à sorte da realza. Mas, de público, jamais manifestou preferências irreduzíveis por formas de govêrno. O que queria, antes e acima de tudo, era um Brasil politicamente unido, socialmente coeso, economicamente independente, militarmente forte. Era a unidade moral e a grandeza material da pátria, sem as quais é sempre precária a soberania das nações. Esse o ideal a que dedicou incondicionalmente suas energias de diplomata de raça, sem deformações profissionais, realizando a obra a que, na parte que era sua, se referiria o Presidente da República, na sobriedade da linguagem oficial, em mensagem dirigida ao poder legislativo, a 3 de maio de 1910: “Está na consciência nacional que esta grande obra é devida ao Ministro Sr. Rio Branco, que, ratificando as nossas fronteiras, aproximando os povos americanos e interessando altos espiritos do Velho Mundo na evolução do Brasil, se tornou alvo do universal e imorredouro reconhecimento da nossa pátria”.

Rio Branco venceu pela inteligência pela habilidade, pelo tato, pelo senso das realidades, enfim, por um conjunto de dons positivos e raros com que o dotara pròdicamente a Providência. Nos sucessos que legitimam sua glória não houve lágrimas de desespero, nem gemidos de dôr de fracos e oprimidos. Houve, sim, as auroras e esplendores da larga política de solidariedade e confraternização que é apatrimônio dos povos da América.

Ele foi, em verdade, um grande homem de Estado, um diplomata à altura da sua época, um governante de visão clara e descortinada, seguro, com inapreciável acervo de relevantes serviços ao país. Seu nome vale pela melhor das propagandas em favor do Brasil e de sua cultura. É o de um dos expoentes máximos da civilização latina, sob o céu do Cruzeiro.

Bem andou, portanto, o govêrno da República em recordá-la na hora sombria que ora atravessamos, entregando esta estátua imponente e majestosa à veneração dos brasileiros. Ela será um símbolo: o do culto do dever e da religião da pátria”.

Rio, Janeiro, 1945.

O BRASIL E SEU DESCOBRIMENTO (*)

por MAX FLEIUSS

A intencionalidade — Duarte Pacheco — Outras
provas — Colombo — Reserva oficial — Monumentos
de erudição — Ainda Colombo — O infante —
D. João II — Demarcação — Pinson e Ojeda —
Síntese —

O descobrimento do Brasil constitui um problema importantíssimo. E não pode imaginar-se outro de maior realce, como pensa o professor João Ribeiro, ora na história particular de Portugal ou do Brasil, ora no conjunto geral da história da civilização.

Entretanto, foi estudado, faz quatro séculos, por grandes homens, de ciência, historiadores, sociólogos, paleólogos, críticos e técnicos navais, daquém e dalém mar, que o discutiram à luz de segura e abundante documentação, esclarecendo-o mediante as melhores fontes bibliográficas das coleções luso-brasileiras, espalhadas nos arquivos e bibliotecas do Velho e do Novo Mundo.

Segundo nosso entender, o problema se encontra resolvido.

A INTENCIONALIDADE

A *intencionalidade* da chegada de Cabral em 1500 é um fato esclarecido depois da leitura e comentário crítico da *Carta de Vaz de Caminha* e do *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco, dos mapas e documentos autênticos dos séculos XV e XVI, referentes ao feito quinhentista, por vultos incontestáveis e especialistas do assunto, como Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Rodolfo Garcia, Duarte Leite, Baldaque da Silva, Luciano Pereira da Silva, Henrique Lopes de Mendonça, Zeferino Cândido e outros.

Os cronistas da época revelaram um desconhecimento quase absoluto das cartas e códices antigos, conservados nos arquivos e biblioteca sob o sigilo do Estado.

(*) Trabalho publicado em espanhol na "História da Nação Argentina", ed. em Buenos Aires, sob a direção de D. Ricardo Levene — (Versão de J. Paulo de Medeiros).

Ante a falta dos documentos oficiais que não lhes era permitido folhear, geralmente seguiram a corrente da tradição popular, da fantasia legendária ou precientífica, que faz do descobrimento uma obra ocidental do acaso: Cabral havia sido arrastado ao litoral nordeste do Brasil pelo fatalismo da ação mecânica da corrente marítima do Equador, pela fúria dos ventos, ou para fugir das calmarias da costa de Guiné.

Ainda em nossos tempos, compêndios didáticos de história pátria, de uso freqüente nas escolas primárias e secundárias repetem essa heresia inicial: "Para a história se dá como seguro, por ausência completa de documentos que demonstrem o contrário, que o acaso ou uma calmaria foram os únicos elementos do bom êxito de Cabral no descobrimento do Brasil".

E alguns historiôgrafos nacionais e estrangeiros reincidiram nesse falso conceito.

Entre os analistas lusitanos dos séculos XVI e XVII, Pedro de Mariz, Severim de Faria, Rocha Pita e d. Caetano de Sousa aludem à borrasca com fortes chuvas e vento do sudeste que fêz garrar as nave já ancoradas, na noite de 23 de abril.

Em compensação outros se abstêm de discutir quais foram as causas do notável desvio do rumo da esquadra do descobridor. Tais foram: Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Damião de Góis, d. Jerônimo Osório e Pedro de Magalhães Gandavo, autor da primeira *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicada em 1576.

Pero Vaz de Caminha que trabalhou *in loco* o registro do primeiro documento da História do Brasil, da narração epistolar pela qual se dava conta ac rei de seu descobrimento, não faz menção alguma de temporal ou de atuação das correntes marinhas, e tampouco denota surpresa ante o "encontro" da Terra de Santa Cruz.

O professor Mendes Corrêa, da Universidade do Pôrto, nos observa a esse respeito: "Nenhum cronista diz que os marinheiros de Cabral mostraram surpresa ao ver a terra para a qual se dirigiam".

No Brasil, frei Vicente do Salvador, natural da Bahia e autor da primeira história do nosso país — escrita em 1627 no Brasil por um brasileiro nato — acrescenta que os selvagens tupiniquins não deram, por sua vez, mostras de espanto ante a presença do descobridor com seus navios.

Cabral fez desembarcar soldados armados para lutar com os naturais, pois receava hostilidade que não. houve.

Frei Vicente do Salvador foi também o precursor brasileiro da falsa versão da casualidade do descobrimento do Brasil. Logo na introdução do capítulo I de sua obra, sob a epígrafe "Como foi descoberto este estado", afirma na seguinte forma, como acidental, a proeza da segunda armada para a Índia:

"A terra do Brasil, que está na América, uma das quatro partes do mundo, não se descobriu adrede e como principal intento, senão ao acaso, en-

quanto Pedro Álvares Cabral ia, a mando do rei dom Manuel, no ano de 1500, para a Índia na qualidade de capitão-mor de doze naus. Afastando-se da costa de Guiné que já era descoberta no Oriente, achou esta outra no Ocidente, da qual não havia notícia alguma”.

Quanto aos autores estrangeiros, o primeiro a atribuir exclusivamente ao acaso o bom êxito do descobrimento de Cabral, foi Wilhelm Thomas Raynal, da Academia de Ciências e Belas Letras da Prússia (*História filosófica e política dos estabelecimentos e comércio dos europeus em ambas as Índias*, Maistricht, 1755; reeditada em Gênova, 1780).

A hipótese casualista de Raynal veio a influir de fato sôbre a obra de Alexandre Humboldt, que por sua vez se inspirou na tese apresentada pelo poeta brasileiro Antônio Gonçalves Dias, na sessão de 26 de maio de 1854, ao Instituto Histórico Brasileiro do qual era membro, e na qual dizia à maneira de preâmbulo:

“Para que o descobrimento do Brasil por Cabral não fôsse obra de mero acaso, seria preciso que antes de sua viagem êsse navegador tivesse ou pudesse haver tido conhecimento das terras da América” (*Revista do Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro*, tomo XVIII, 1855).

O cantor dos *Timbiras* pinta o descobrimento da Terra de Santa Cruz como se Cabral houvesse sido “arrastado pelas correntes sem o saber”.

Sua tese — *Reflexões* acêrca da memória de Joaquim Norberto de Souza Silva — foi escrita em forma de réplica, nas seguintes circunstâncias:

Na sessão que aquêlê Instituto celebrou a 15 de dezembro de 1849, o jovem soberano do Brasil D. Pedro II, como presidente e protetor dessa tradicional casa de ciência fundada em 1838, encomendou ao sócio Joaquim Norberto o seguinte tema para defender a tese de concurso, dos que o mesmo monarca criou e costumava premiar: *Se o descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral foi devido a um mero acaso, ou teve êle alguns indícios para isso?*

A memória de resposta, lida nas sessões do dito Instituto, de 6 a 20 de dezembro, constitui um título honroso para seu sustentador, o futuro ensaista da *História da Conjuração de Minas* e presidente do mesmo Instituto Histórico. Joaquim Norberto foi provavelmente o primeiro historiador brasileiro que se rebelou contra a lenda do *feliz acaso* de Reynal.

O nome de Cabral está ligado a outro sócio daquele Instituto, a Francisco Adolfo de Varnhagen, ulteriormente visconde de Pôrto Seguro, fundador do método científico da historiografia no Brasil e a que se deve o descobrimento das instruções do *Derroteiro*, dado a Cabral por Vasco da Gama, no arquivo da Torre do Tombo (1), quando foi secretário da Legação brasileira em Lisboa; e da sepultura do descobridor, em 1839, no presbitério do Convento da Graça, em Santarém.

(1) Em Lisboa chama-se Torre do Tombo o arquivo público.

Em 1900 o Instituto voltou a promover a comemoração do IV centenário do descobrimento da *Terra de Santa Cruz do Brasil*, assim chamada, ainda em 1822, por José Bonifácio, o *Patriarca*, ao firmar os decretos ministeriais como chefe do “*gabinete da independência*”.

Como parte do seu programa comemorativo figuravam a publicação de uma obra de análise do sócio Dr. Antônio Zeferino Cândido, intitulado *Brasil*, e a sessão cívico-histórica do 22 de abril, cujo orador foi o Dr. Alfredo do Nascimento Silva.

Este escolheu como tema de seu discurso o seguinte: “Tudo nos leva a riscar da História a lenda do arrasto involuntário da esquadra pelas correntes oceânicas desconhecidas, fazendo supor com todo fundamento que *Cabral não estava desviado do rumo que seguia conscientemente*, quando divisou no horizonte o cume de um alto monte no território que hoje é o Estado da Bahia.

Por sua vez Zeferino Cândido demonstrou com muita erudição que o traçado da rota havia sido feito por Vasco da Gama.

Provou documentadamente que “a existência dessa terra ocidental era conhecida em Portugal, e satisfeito naturalmente ordenou dom Manuel que fizessem investigações, tanto Cabral como todos seus marinheiros que se dirigiam para aqueles lados”.

Não obstante sua competência e dialética de argumentação crítica histórica, Zeferino Cândido defende em seu livro uma teoria incompleta que poderíamos classificar de *fatalismo do rumo*, cuja fórmula sintética é esta: “O rumo da esquadra era o Brasil, ainda quando seus pilotos não o buscassem”.

Na hipótese formulada não figurariam para nada por si mesmas as causas naturais — a corrente do golfo, o ímpeto ou ausência dos ventos contrários ou de forma — fatores da teoria casualista.

Tão pouco se explica pelo simples instinto de curiosidade por parte do capitão-mor, de 1500, elemento psicológico em que baseia seus fundamentos o historiador português Oliveira Martins. Cabral cumpriu seu regime de viagem e não lhe era permitido afastar-se por capricho do rumo que levava, sem tornar-se possível de grave sanção penal.

Já o comandante da armada portuguesa, engenheiro hidrógrafo A. Baldaque da Silva — em sua monografia de técnica naval, a mais completa e erudita de todas as conhecidas até agora (*O descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral*, nas memórias da Comissão Portuguesa da Exposição Colombiana, edição da Academia Real de Ciências de Lisboa, 1892), em comemoração do quarto centenário do descobrimento da América — disse a última palavra da ciência náutica sobre a verdadeira causa pela qual a esquadra se desviou para o ocidente que, em definitivo, demonstrou que *foi adrede e com o objeto manifesto de tocar nas terras da América austral*”.

Em seu ensaio sobre o *Descobrimento do Brasil* (Rio, 1895), o almirante I. J. da Fonseca apresentou esta conclusão técnica:

“Nem calmarias, nem correntes, nem ventos poderiam causar um tal desvio ou uma desorientação nunca vista”.

A manobra de reversão não exigia que o capitão-mor se fizesse “ao largo”, sem oculto propósito, tão para o poente, como rumo ao sul, para dobrar o cabo.

As instruções para regime dessa navegação seriam estas: “Depois de passar a ilha de Santiago, meridiano de Tordesilhas, teria que singrar sempre para o sul, enquanto soprassem ventos de pôpa. Entretanto, nas bordadas devia tomar a direção de S. O. correndo a bombordo amurado para a bordada do mar, logo que o vento fôsse contrário até a latitude do Cabo; era, então, mister navegar direito a L.” (Rio Branco, *História do Brasil*, 1930).

Os pilotos da carreira do Atlântico meridional eram os mais destros, como se vê pelos *Derroteiros* de Vicente Rodrigues e Aleixo Mota, edição de G. Pereira, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1898.

Pela navegação do oceano Índico levava Cabral alguns práticos mouros que Vasco da Gama trouxe do Levante.

Da navegação “ao largo” — ou seja da travessia longitudinal do Atlântico — nos fala o livro IV do *Esmeraldo* de Pacheco: “*Como se deve fazer o caminho do cabo Verde pelo golfo*”.

Que êsse episódio da viagem fôsse previsto e pôsto em prática pelo regime de bordada, sem coação das causas supervenientes de elementos físicos, o prova sem dúvida a forma natural em que se expressa o escrivão Caminha com respeito a êste tópico de sua carta: “*Assim seguimos NOSSO CAMINHO POR ÊSTE MAR LARGO até a terça feira d’oitavas da páscoa, que foram XXI dias de abril que logramos alguns sinais de terra...*”

A corrente equatorial — a única, por demais conhecida, dessa região atlântica entre 50.º de longitude q e 65.º de 70.º de Latitude S., é, como se sabe, o *Gulf-Stream*, a corrente do golfo, do *Esmeraldo*.

Corre para o sul da África e se bifurca, lançando um braço que dá a volta ao continente negro até o oceano Índico; outro, ao largo do golfo de Guiné.

Seguindo então pela equinocial, atravessa todo o Atlântico até a altura do cabo de São Roque; é a *corrente brasileira* que se divide em duas sub-correntes, a do norte e a do sul.

Muito bem; desde que Cabral largou do Cabo Verde, seguiu sempre sob o paralelo 15.º da região equatorial, onde a velocidade da referida corrente é, no máximo, de dez a doze milhas diárias, ou seja meia milha por hira.

A esquadra de 1500 cobriu esta distância de Santiago a Vera-Cruz em 28 dias apenas. Por conseguinte, com tempo favorável. Quanto a velocidade, incapaz em absoluto de arrastar seu govêrno uma armada de onze velas, pelo espaço de quatro semanas a fio.

Uma opinião autorizada a este respeito é a do almirante francês Ernest Mouchez: *Les côtes du Brésil*, Dépôt des cartes et plans de marine, Paris, 1864. Diz assim:

“Para percorrer as 800 léguas, que distam de Cabo Verde a Pôrto-Seguro, em meio das quais há que atravessar a zona das calmarias equatoriais, muitos navios levam maior tempo em nossos dias”.

O almirante português Gago Coutinho, precursor da travessia aérea do Atlântico, que em um só vôo uniu a Portugal e Brasil, fêz notar em sua conferência realizada em 1927, no salão da Biblioteca de Marinha do Rio de Janeiro, que não há tempestades no mar de Guiné, enquanto que são freqüentes no Atlântico Sul, para onde se dirigiu Cabral e aonde Vasco da Gama havia chegado por acaso. Por conseguinte — não fugiu à tempestade.

Também é falso — negam o professor Luciano Pereira da Silva e o almirante Gago Coutinho — que as correntes marítimas que rodeiam a costa brasileira façam com que os navios se aproximem da costa e tenham arribadas forçadas. “Não há exemplo de um só navio de vela — afirma categoricamente o último desses autores — que tenha ido dar à costa ao sul da Bahia, levado contra sua vontade pelos ventos ou correntes marítimas”.

Mas um descendente ilustre do “grande Pacheco” do *Esmeraldo* — que foi signatário diplomático do Tratado de Tordesilhas e precursor de Cabral — Duarte Leite Pereira, professor da Universidade do Pôrto e ex-embaixador de Portugal no Brasil, declara positivamente: “Estou convencido de que Cabral traçou seu roteiro com a esperança de encontrar o prolongamento do continente visitado fazia menos de dois anos por Cristóvão Colombo ostensivamente e secretamente por Duarte Pacheco”.

“Terras entrevistas pelos cosmógrafos portugueses, na época os mais adiantados da Europa, estavam asseguradas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, sempre que se encontrassem ao este de certo meridiano convencionado entre os reis de Portugal e Castela.

“Um dos objetivos de d. João II ao escolher em 1494 esta linha foi proteger a rota atlântica para a Índia, esforçando-se por que o oeste seguisse o lado de domínios portugueses, como já sucedia no este africano; e agora que Vasco da Gama o completava alcançando a meta cobiçada, d. Manuel devia empenhar-se em tomar posse das terras que, por casualidade, o faziam inclinar-se para o Ocidente. Esta foi, ao mesmo tempo, uma das missões confiadas à expedição de 1500”. (*Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931). Assim pois d. João II não teria firmado, por certo — argüi Gago Coutinho — o pacto divisório de Tordesilhas “só para converter-se em senhor nominal de algumas léguas quadradas de água salgada.

DUARTE PACHECO

Duarte Leite argumenta entretanto, contra a opinião geral, que Pacheco não visitou secretamente o Brasil em 1498, supondo reconhecer que no *Esmeraldo* há referências veladas a esse país, coisa que, por sua vez, estaria de perfeito acôrdo com as reservas diplomáticas da época entre as nações que se lançavam à conquista marítima de terras desconhecidas.

Mas contra a opinião sustentada por Duarte Leite surge o fato concreto de não registrar o tratado cosmográfico de Pacheco nem uma só das coordenadas geográficas do continente norte-americano, porquanto se afirmam em numerosos *reais* nada menos de 18 latitudes que pertencem ao Brasil, conforme refuta o professor Luciano Pereira da Silva. (*Duarte Pacheco precursor de Cabral, na História da Colonização Portuguesa no Brasil*, três tomos, edição monumental de 1922, comemorativa do primeiro Centenário da Independência do Brasil, tomo I).

O trecho aludido no *Esmeraldo de Situ Orbis*, livro I, capítulo segundo, é o seguinte, no qual o autor se dirige a d. Manuel, a quem dedicava a obra:

“E além do que se disse, a experiência que é mãe das coisas, nos desengana e nos afasta de qualquer dúvida; e, por conseguinte, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto como o terceiro ano de vosso reinado do ano do Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito onde Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando a grandeza do mar Oceano onde se encontrou e navegou uma grande terra firme, com méritos e grandes ilhas adjacentes, que se estende a setenta do lado da linha do equinócio contra o polo ártico, e pôsto que se encontre e grandemente povoada e assaz fora do mesmo círculo equinoxial, dobra outra vez e vai mais além a vinte e oito graus e meio de lado contra o Polo Ártico (2); e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita largura, que nem de uma parte nem de outra foi visto nem sabido o fim e extremo dela, pelo que, segundo a ordem que leva, é certo que vai em circuito por toda a redondeza, assim que temos sabido que, das praias e costas do mar destes reinos de Portugal e do promontório de Finisterre e de qualquer outro lugar da Europa e da África e da Ásia, atravessando demais todo o Oceano diretamente para o ocidente ou para o oeste, segundo a ordem de marinharia, por trinta e seis graus de longitude, que serão seissentos e quarenta e oito léguas de caminho, contando a dez e oito léguas por grau; e há lugares um tanto mais distantes (3); acha-se esta terra navegada pelos navios de Vossa Alteza e por vosso mandato e licença para vossos vassallos e naturais; e seguindo por esta costa acima mencionada do mesmo círculo equinoxial para deante por vinte e oito graus de latitude, contra o Polo Antártico, se encontrou nela muito e fino Brasil, com muitas coisas com as quais vêm grandemente carregados os navios destes reinos”.

(2) E' positivamente o continente austral americano; é o Brasil.

(3) Caminha fala em sua carta: “sendo da dita ilha (de Vera Cruz) segundo os pilotos diziam obra de bjc LX (660) ou LXX léguas (achando-se, segundo diziam os pilotos, a uns BICLX (660) ou LXX léguas da dita ilha (de Vera Cruz)).”

O manuscrito original do *Esmeraldo* existia ainda em meados do século XVIII na Torre do Tombo. Infelizmente extraviou-se; e hoje só nos restam duas cópias autênticas, muito mais recentes, obtidas pelos apógrafos: uma na Biblioteca de Évora, outra na de Lisboa. A primeira, que data de 1892, tem um prefácio e comentários do conservador do Arquivo oficial da mencionada Torre do Tombo, Rafael Eduardo de Azevedo Basto. A segunda, de 1905, é uma edição da Sociedade de Geografia de Lisboa e contém anotações críticas feitas por Augusto Epifânio da Silva Dias.

O original de Duarte Pacheco se ressentia pela falta irreparável das últimas partes desse tratado, especialmente aquela que deveria tratar dos limites do Brasil.

As cópias faltam, ao mesmo tempo, 16 mapas, e as estampas menores “pintadas do natural”, segundo o garantia o autor.

Em 1854 publicou Cunha Rivara um extrato do *Esmeraldo* em um artigo de “*O Panorama* (primeira série volume V).

Na obra de Pacheco se distinguem a quarta parte do mundo, que mandou descobrir o príncipe de Portugal, e o Oceano Pacífico, ou Grande Oceano, sem confundirlos com a Ásia e o Atlântico.

COLOMBO

O autor não reincide no erro de Colombo quando, de regresso das Antilhas, comunicava a d. João II, em audiência de Palácio e por documento que corre impresso (carta de 5 de setembro de 1493) haver chegado dos confins do Grande Canato de Tartária.

Entretanto, no diário da terceira viagem (1498) do genovês, se consigna a existência de terra firme a oeste das costas da Mina e de Guiné.

OUTRAS PROVAS

Não obstante, há provas documentais mais esmagadoras de que o Brasil já estava cronologicamente descoberto antes de 1500, e foi oficialmente reconhecido como possessão pela esquadra de Cabral.

Portugal confirmou então sua posse imemorial sobre a *Terra de Santa Cruz*.

Ao anunciar de fato o descobrimento aos reis católicos de Espanha, d. Manuel de Portugal se expressou nestes termos em sua Carta de 29 de julho de 1501 (Arquivo de Saragoça, cópia de d. Joaquim Traggia):

“Na oitava da Páscoa seguinte, o capitão-mor chegou a uma terra que descobriu novamente, à qual deu o nome de *Santa Cruz*”.

Outro documento de prova decisiva é, por sua vez, a carta de d. Manuel dirigida pelo cosmógrafo da esquadra de 1500, o físico mor mestre João Eme-

nelau, primeiro em descobrir a constelação austral que ilumina o céu do Brasil: o *Cruzeiro do Sul*.

Essa missiva, datada como a do escrivão da feitoria de Calcutá, em Vera Cruz, a 1.º de maio de 1500, foi encontrado por Varnhagen no Arquivo da Torre do Tombo e publicada na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, 1843.

O parágrafo seguinte elucida perfeitamente a questão do prévio conhecimento que do Brasil tinham os descobridores portugueses: “quanto, Senhor, ao lugar desta terra, mande Vossa Alteza traçar um mapa-mundi que tem Pero Vaz Bisagudo, e dêsse modo poderá Vossa Alteza ver o lugar desta terra”.

Muito bem; êsse planisfério de Pero Vaz da Cunha, o *Bisagudo*, é um dos mais antigos, como Mestre João o faz notar ao rei; e foi calcado no “Mapa português” do *Arquivo Secreto do Vaticano* de 1343. O imperador Carlos V, de França, o mandou reproduzir em 1375 por um dos mais hábeis cartógrafos espanhóis de Mallorca e ordenou corrigi-lo e ampliá-lo de acôrdo com as explorações feitas a partir daquele ano de 1343. Sua cópia figura hoje na Biblioteca Nacional de Paris.

No planisfério do *Bisagudo*, a *Insula do Brasil* está representada a uma distância de 1550 milhas do cabo Verde, com o *croquis* do Brasil atual.

A 12 de fevereiro de 1343, quando reinava em Portugal d. Afonso IV o Valeroso, filho do rei d. Diniz, lhe comunicava o papa Clemente VI, em carta escrita de *Montemayor* — o *Novo* (Arquivo do Vaticano) que o capitão Sancho Brandão havia arribado a uma terra que se lhe pareceu ser uma ilha e que dali levava para Lisboa selvagens, animais e pau-brasil, e que a havia feito reconhecer por algumas naves.

Em mapas dos séculos XV e XVI, a legenda “Ilha de Brandão” se aplica também à “Ilha do Brasil”. Essa ilha figurava desde 1351 no atlas de Médicis.

Capistrano de Abreu nos diz que das cartas medievais, algumas dão-lhe o nome a uma ilha, em forma de um círculo perfeitamente regular de um a dois decímetros, ora em forma de meia lua; outras lhe dão o nome a duas ilhas, semicirculares e separadas por um estreito.

Na carta de Pisigano, de 1367, há três ilhas *Bracir*.

Nenrod Krestalimer encontrou, em seu estudo dos mapas medievais, a palavra Brasil escrita com as seguintes variantes: *Brasi*, *Braciri*, *Brasil*, *Brasiel*, *Brasil*, *Brazile*, *Braziele*, *Bracil*, *Bracill*, *Bersill*, *Braxil*, *Braxili*, *Braxiel*, *Braxyili* e *Brigilge*.

No mapa de Carlos V e no mapa-mundi de Ranulph Hyggden, desenhado em 1360 (British Museum, Londres), essa ilha tem pouco mais ou menos a forma que apresenta no de *Bisagudo*; ilha que se encontra ainda nas cartas geográficas de Nicoló Zeno (1380), de Becario (1435) e de André Bianco, original de 1343 e cópia de 1448. Nesta última, consta da legenda segundo a qual sua distância marítima do arquipélago de Cabo Verde se calcula em 1500 milhas, ou seja aproximadamente a distância que há entre Cabo Verde

e o Cabo de Santo Agostinho. Além de mais êsse dado figura na carta de Paulo Toscanelli.

Ainda: no globo de Martin Behaim, que data de 1487, se encontra assinalada a "*Ilha de Sancho Brandão ou do Brasil*". Êsse astrônomo e cartógrafo de Nuremberg residiu muito tempo em Lisboa e ali morreu no ano 1507.

Sancho Brandão, capitão da esquadilha de 1343, seria pois, cronologicamente, o primeiro descobridor do Brasil.

Entre os autógrafos que pertenceram ao arquivo de Lorde Charles Stuart, se encontrou a carta de Pedro Álvares a d. Manuel, em que lhe anunciava, juntamente com o escrivão, o astrônomo e todos os comandantes das naves, o descobrimento da terra brasileira, cartas essas expedidas pela embarcação do comando de Gaspar de Lemos.

Cabral se dirige assim ao rei no seguinte tópico: "Obedecendo as instruções de Vossa Alteza, navegamos para o ocidente, tomamos posse, com título autêntico, da terra de Vossa Alteza que os antigos chamavam *Brandão ou Brasil*" (Arquivo da Torre do Tombo, Registro do Arquivo de Lorde Stuart).

Autores de renome, como Luciano Pereira, Faustino da Fonseca, Lopes de Mendonça, Brito Rebelo, Jaime Cortesão, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Pandiá Calógeras, Rodolfo Garcia e o norte-americano Henry Vignaud, reputado como um dos melhores biógrafos de Colombo, admitem que Duarte Pacheco Pereira foi predecessor de Cabral.

Não obstante, Duarte Leite insiste em negar: "nem Duarte Pacheco descobriu o Brasil em 1498, nem assistiu, dois anos depois, a seu descobrimento por Cabral" — contra a afirmação do cronista e coetâneo da era manuelina Damião de Góis (*Crônica do rei Dom Manuel*, 1567), que o inclui entre os membros da comitiva de Cabral.

RESERVA OFICIAL

Entretanto, a expedição de 1498 se realizou sob a mais segura reserva e em caráter clandestino, porque invadiu francamente a zona de domínio espanhol: precaução que em regra geral se tomava obedecendo a uma ordem real.

Os textos do *EsmERALdo* e da carta de 1501 pela qual d. Manuel dava a notícia, quinze meses depois, do descobrimento de Santa Cruz, a seus parentes Fernando e Isabel, falecem dêsse cunho de incerteza e sigilo diplomático. Desde Afonso o *Valoroso* e João I, govêrno português iniciou essa política misteriosa, pois não tardou em compreender a razão imperativa de ocultar, tanto quanto fôsse possível, suas conquistas de ultra-mar.

Essa reserva oficial se estendeu à publicidade das cartas geográficas, diários e derroteiros de viagens; ao invento de instrumentos náuticos e ao manejo das tábuas astronômicas de navegação.

Tornou-se ainda mais rigorosa durante os reinados de d. João II, o *Príncipe Perfeito*, e de d. Manuel I, o *Afortunado*, isto é, até 1521.

“Na arte de navegar — e essa era também tôda a razão, como a confirma Enrique Lopes de Mendonça — repousa o primeiro fundamento da glória de Portugal”.

Já Duarte Pacheco o havia dito em seu famoso tratado cosmográfico, com incontida ufania, em fins do século XV:

“Nossa nação portugueza se adiantou de tal modo aos antigos e modernos nestas questões (de náutica) que pode afirmar-se *que não sabem nada em relação a nós*”.

Prova-o sobejamente um século de grandes descobrimentos.

Por mares nunca dantes navegados, aos que se acham vinculados os nomes das Côrte-Real, Gonçalo Velho (ascendente de Cabral), Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Duarte Pacheco, Pedro Álvares, Afonso de Albuquerque, Juan de Solís e Fernando de Magalhães.

Um piloto lusitano, João de Lisboa, foi o inventor, em 1514, do sistema de contar as longitudes pelo relógio que, na zona equinocial, corrigiu os erros mais vulgares de navegação.

Os cosmógrafos de d. João II aperfeiçoaram o astrolábio e as tábuas de navegação.

MONUMENTOS DE ERUDIÇÃO.

Pertencem a essa época gênios náuticos e monumentos de erudição superiores ao tempo: o *Tratado da esfera*, de Pedro Nunes; o *Arte de navegar*, de Pedro Medina; os *Regimes do Astrolábio e da Cruz do Sul*, do mestre João Emenelau; o *Esmeraldo*, de Pacheco; a esfera, globo sólido terráqueo de Jorge Vasconcelos, construído por ordem de d. Manuel, à distância de um quarto de século antes da primeira viagem de circum-navegação do planeta, realizada em 1520; o *Tratado da arte de marear*, de Francisco Faleiro; e vários outros, que nos permitem seguir *pari-passu* o desenvolvimento da ciência astronômica e náutica dos séculos XV e XVI.

AINDA COLOMBO

Tôda a prática de marinhagem de Colombo, que residiu oito anos nos Açores, Madeira e Lisboa e que se casou com uma dama de linhagem lusitana, é exclusivamente portugueza.

Associado com seu sógro, donatário de Pôrto Santo, e instruído por seus mapas — guardados com sigiloso cuidado — Colombo fez cruzeiros no mar de Guiné, e se lançou para ir oferecer seus serviços de descobridor das Índias pelo oeste, ainda que obedecendo pela alucinação geográfica da lenda de Marco Polo e Toscanelli, a d. João II, que possuía conhecimento perfeito do assunto, já que, como muito bem diz. João Ribeiro: “Em Lisboa, ou em nenhuma

parte, se tinha a intuição mais nítida do planeta, como o haviam revelado as navegações". (Fabordão, Rio, H. Garnier, 1910, cap. *A Carta de Vaz de Caminha*).

Portugal soube garantir seus descobrimentos marítimos desde a época enriqueana, fazendo obra da mais segura e sábia diplomacia no terreno espiritual e no temporal.

O INFANTE

O infante *Navegador*, como Grão Mestre da Ordem de Cristo, obteve com tal fim da Santa Sé a bula de 8 de janeiro de 1454, outorgada pelo papa Nicolau V, e a de 13 de março de 1455, do papa Calixto III (Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo), em virtude das quais tôdas as terras então descobertas e por descobrir pelos portugueses, a partir do cabo Bojador até as Índias, seriam administradas por aquela ordem religiosa.

Por morte do infante d. Enríque, seu grande mestrado foi devolvido à Coroa de Portugal, por bula de 21 de junho de 1471, emitida durante o pontificado de Sixto IV.

Já então aspirava Portugal descobrir o caminho para o Levante pela via do sul africano; e como previra futuras dissidências com Castela, firmou com ella o Tratado de Alcazabas, de 1479, segundo o qual não só a costa ocidental africana, senão também tôdas as ilhas do Atlântico eram de domínio português, com a única exceção das Canárias que ficavam sob a soberania espanhola.

A viagem de Colombo às Antilhas em 1492 veio destruir acidentalmente essa ordem de coisas e motivou as bulas de 3 e 4 de maio de 1493 (Arquivos de Simancas) do papa espanhol Alexandro VI, que fixou um meridiano divisório luso-hispânico, demarcando-o a cem léguas do extremo ocidental dos Açores e do Cabo Verde para oeste.

D. JOÃO II

D. João II protestou indignado ante a Cúria romana e se armou para a guerra de corsários contra os navios castelhanos que explorassem os mares de soberania portuguesa. Então a Espanha negociou diretamente com Portugal o tratado de Tordesilhas, que foi firmado em Arévalo a 7 de junho de 1494, mas que só foi confirmado pelo papa Júlio II em 1506.

A linha divisória se afastou umas 370 léguas ao oeste do cabo, abarcando portanto o Brasil, Terra Nova e a Groenlândia.

Entretanto, nesse pacto, o mesmo que nas bulas de Alexandre VI, não ficou especificado nitidamente nem o ponto inicial da demarcação nem o cômputo oficial da unidade itinerária: se a légua portuguesa ou a castelhana.

DEMARCAÇÃO

Na comissão de demarcação diplomática desse tratado, Duarte Pacheco empregou a légua portuguesa de 18 por grau, de 72 milhas romanas; em troca a castelhana, usada pelos marinheiros espanhóis segundo o método de Jaime Ferrer, de 1495, mede apenas 60 milhas, e a empregada por Colombo era de 5 e 2/3 de milha.

Tôdas as dúvidas sobre as pretensões espanholas ao descobrimento do Brasil — como as surgidas entre espanhóis e lusitanos por motivo da jurisdição das terras do Novo Mundo — se originam pela imprecisão que houve ao fixar esses dois pontos essenciais do tratado, que por esse motivo se converteu em pomo de discórdia entre Portugal e Espanha.

A 15 de agosto de 1493 chegavam a Castela os embaixadores portugueses Rui de Leme e Duarte Pacheco Pereira; mas as negociações se prolongaram por espaço de doze anos, e um século depois ainda discutiam os descendentes, até que ficou definitivamente resolvido que esse meridiano teria no Brasil seus extremos septentrional e meridional em Belém e Laguna.

“Durante um século — assinala Duarte Leite — seguiu em litígio um fuso estreito de alguns graus de longitude, pelo qual os navegantes de ambas as nações se aventuravam clandestinamente, com medo das sanções penais derivadas do tratado”.

A Espanha jamais ocupou o norte do Brasil, e os descobrimentos de terras de Vicente Pinzon e Diego de Lepe dizem ter visitado antes que Cabral, no litoral do nordeste brasileiro, não prevalecem por clandestinas e ilegais, desde o ponto de vista jurídico, político e social da questão.

PINZON E OJEDA

A posse com título autêntico, que Vicente Pinzon alega haver efetuado em Porto Formoso, é nula de pleno direito internacional público, além de ser refutada historicamente.

A viagem de Ojeda, de 1499, interpretada por Varnhagen “tem contra si, como conclui Capistrano de Abreu (tese de concurso, *Descobrimiento do Brasil e desenvolvimento no século XVI*, Rio, 1883), é testemunho do próprio Ojeda, de Juan de la Cosa, de companheiros de Pinzon, do próprio Pinzon, e de todos os resultados examinados a fundo no estudo dos textos e na crítica dos fatos”. A expedição de Vélez de Mendonza é posterior à de Cabral.

Em seu livro *Descobridores do Brasil*, Porto, 1931, Duarte Leite corroborando com argumentos novos o que Zeferino Cândido já havia afirmado em 1900, em seu citado livro *Brasil*, página 114, discute a prioridade castelhana. Alega, por conseguinte, que Alonso de Ojeda, Vicente Pinzon e Diego de Lepe foram tocado de fato antes de Cabral em qualquer trecho do território brasileiro que foi concedido a Portugal pelo lindeiro histórico de Tordesilhas.

A pretensão castelhana à prioridade do descobrimento da terra brasileira só foi lançada, ao contrário, dez anos depois do anúncio feito solenemente aos reis católicos por d. Manuel, para notificar-lhes a tomada oficial de posse do Brasil por Cabral.

Duarte Leite demonstra que as primeiras terras americanas visitadas pelos espanhóis só o foram em 1512 e pertencem ao hemisfério boreal. Entende que as provas alegadas em favor da presença de Pinzon no território em 1500 podem reduzir-se a quatro:

1.^a A travessia do equador pelos quatro barcos da expedição e o subsequente desembarque ao sul da linha;

2.^o — O testemunho judicial de Pinzon, no qual este capitão afirma ter tocado no cabo Consolação ou Santo Agostinho;

3.^o — O encontro de um rio chamado Maranhão, atestado pelos cronistas, e que hoje se diz ser o Amazonas;

4.^o — O planisfério de Juan de la Cosa, que data de 1500, no qual aparece marcado no hemisfério meridional um cabo cujo descobrimento se atribui a Pinzon.

“Seguindo a corrente ocidental e apenas alcançaram latitudes baixas, os espanhóis cruzaram a linha e alcançaram o hemisfério do sul, com Vicente Yanez Pinzon.

“Seguindo a corrente do sul, os portugueses, obrigados a internar-se no mar em busca de ventos mais frescos para dobrar o cabo, encontraram a zona dos alíseos e foram dar no hemisfério ocidental, com Pedro Alvares Cabral”. Ambos os casos ocorreram no mesmo ano, opina contrariamente Capistrano de Abreu (*Capítulo de história colonial*).

Para refutar a viagem de Pinzon ao Brasil, Duarte Leite demonstra que a trezentas léguas ao sudoeste de Cabo Verde, o nauta de Palos jamais poderia ter visto desaparecer no horizonte a estrêla polar (que no tempo os navegadores espanhóis utilizaram como guia), para afirmar por esse motivo em seu testemunho ante o Conselho das Índias, que havia transposto a linha equinoxial, sobretudo em vista de haver visto reaparecer a estrêla cinquenta léguas ao norte de um grande rio: o Santa Maria ou *Mar Dulce*. Nesse rio *Maranhão* viu o Amazonas. Muito bem: a estrêla do norte só é invisível, não a 300 senão a 445 léguas para o sul; e o rio Orenoco, bastante caudaloso a 8.^o30' para o norte, tem também bastante extensões de água doce, até cinco léguas e mais.

Este último rio venezuelano e não o Amazonas é o que figura nas *Décadas* (edición princeps de 1611) e no mapa de *Anghiera*, como primeiro cronista que nos fala do Maranhão.

No planisfério de Juan de la Cosa, traçado no Pôrto de Santa Maria em 1500, e que é o mais antigo dos mapas manuscritos sobre descobrimentos geográficos ibéricos, o cabo de Santo Agostinho não se identifica com o *Rosto*

Formoso, de onde já Varnhagen pôde deduzir que Pinzon não esteve ali em 1500. Os antigos pilotos espanhóis localizavam esse cabo muito mais para o norte de sua verdadeira posição geográfica.

Quanto a Diego de Lepe, os três primeiros cronistas espanhóis Anghiera, Oviedo e Gomara nem sequer mencionam seu nome, que se encontra em Herrera. A descrição de sua primeira viagem figura, não obstante, na *História Geral das Índias* por frei Bartolomé de las Casas, bispo de Chiapas, conservada em manuscrito durante mais de três séculos. Este autor valeu-se dos testemunhos incompletos e contraditórios das *Probanzas*, em que se louvou Navarrete, e de onde se deduz que Lepe partiu de Espanha em 1499, pouco antes ou depois que Pinzon, e percorreu parte do litoral que precede Parva ao nordeste do continente sul-americano.

Não obstante, as principais fontes documentais que servem para autenticar a viagem de Pinzon, são as seguintes:

1.^a Capitulação de Vicente Yanez Pinzon, datada de 5 de setembro de 1501, cujo original se encontra no Arquivo de Índias de Sevilha. Foi publicada integralmente por Varnhagen (*Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, tomo XXII, 1859; por Joaquim Caitano da Silva, em *L'Oyapoc et l'Amazonne*, tomo II; nos *Documentos inéditos das Índias*, tomo XXX; pelo Barão do Rio Branco em *Frontières entre le Bresil et la Guyane Française, lère memoire*, tomo II; pela *Sentence du Conseil Fédéral Suisse dans la question des frontières de la Guyane Française et du Bresil*.

2.^a *A Relação de Franczano e o Orbe Novo*, de Pedro Mártir d'Anghiera, protonotário apostólico em Espanha e membro do Conselho das Índias Ocidentais, 1.^a década;

3.^a A Real provisão em favor de Pinzon e seus sobrinhos Diego Colmenero e Arias Perez, de 5 de dezembro de 1500, publicada por Navarrete em sua *Colección de los viajes y descubrimientos*, tomo II;

4.^a *Provanças do fiscal e do almirante* com os depoimentos em juízo dos testemunhos do processo contra Diego Colombo (Navarrete, *loc. cit.*);

5.^a *A História geral e natural das Índias*, de Gonzales de Oviedo, livro XXI, capítulo 3, e livro XXIV, capítulo 2;

6.^a Os cronistas Francisco Gomara e outros espanhóis. Dos historiadores modernos pode citar-se Humboldt, Peschel, Varnhagen, Harriette, Ruge e Capistrano de Abreu, reconhecendo este último que o mais abundante e erudito especialista do assunto foi, sem dúvida alguma, Joaquim Caitano da Silva, em seu livro monumental *L'Oyapoc et l'Amazonne*, que Rio Branco incorporou a sua citada memória diplomática.

Com respeito a viagem de Juan Cousin e a tradição francesa que a fixou, com Desmarquets e Gaffarel, em 1488, não está provado à luz de bons documentos; é apenas uma pretensão cronológica.

A viagem de João Ramalho em 1490, conforme a versão de frei Gaspar da Madre de Deus, nos parece uma sofisticação sem fundamento histórico.

SÍNTESE

Deduzimos, em síntese e como conclusões do presente estudo sobre *Brasil e seu descobrimento*, as seguintes teses:

1.^a Os portugueses foram os descobridores do Brasil, tanto histórica quanto socialmente;

2.^a Pedro Álvares Cabral é, sem embargo, seu descobridor oficial, política e tradicionalmente considerado como tal;

3.^a O descobrimento do Brasil em 1500 por Cabral, é um episódio intencional, previsto e enquadrado no ciclo sul-africano da Índia, como um dos maiores problemas da história da civilização nos séculos XV e XVI.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

MAX FLEIUSS, *Apostilhas de História do Brasil* (2.^a edição) Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1934.

DUARTE LEITE, *Descobrimento do Brasil*, Pôrto 1931.

CAPISTRANO DE ABREU, *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Tese de concurso. Rio de Janeiro, 1883.

CAPISTRANO DE ABREU, *Descobrimento do Brasil pelos Portuguezes*. Rio de Janeiro, 1900.

JOÃO RIBEIRO, *Fabordão*. Rio de Janeiro, 1910.

JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS, *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1930.

JOÃO RIBEIRO, *História do Brasil* (curso superior). Rio de Janeiro, 1912.

BARÃO DO RIO BRANCO, *História do Brasil*. (Edição do dr. José Bernardino Paranhos da Silva). Rio de Janeiro, 1930.

FREI VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil*, nova edição revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo, 1920.

MAX FLEIUSS, *História da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1928.

História da Colonização Portuguesa do Brasil, vol. I. Pôrto, 1921.

VISCONDE DE PÔRTO SEGURO (Francisco Adolfo de Varnhagen), *História Geral do Brasil*, 3.^a edição integral com anotações de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Tomo I (4.^a edição). Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.

MAX FLEIUSS E BASÍLIO DE MAGALHÃES, *Quadros da História Pátria*. Rio de Janeiro, 1919.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

FORMAÇÃO DE VARNHAGEN

CLADO RIBEIRO DE LESSA

PRIMEIROS TEMPOS

(1816 - 1841) (*)

A 20 de fevereiro de 1816 o Sargento-mor de Engenheiros Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, diretor da Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, termo da vila de Sorocaba, escrevia a S. Ex.^a o Sr. Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Conde da Palma, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo:

"Participo a V. Ex.^a que no dia 17 do corrente apareceu nesta Fábrica um pequeno fundidor de ferro com uma viagem muito feliz, e como V. Ex.^a se dignou aceitar ser padrinho (1) dêste pequeno fundidor, e nós desejamos que êle quanto antes fique dedicado à Santa Igreja, rogo a V. Ex.^a queira mandar uma procuração ou a Müller, que muito deseja me fazer uma visita; ou, quando esta não puder vir, ao Pe. Antônio de Azevedo Veiga, irmão de Miguel Antônio. Madrinha é Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (2)."

O fundidor, cuja vinda ao mundo se anunciava, não se dedicou à metalurgia, porém, levado por diferente vocação, soube modelar e fundir em metal resistente à ferrugem do tempo, o maior monumento até hoje erguido à história e à erudição em terras brasileiras. Chamou-se o artista: Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro; o monumento: uma série de valiosíssimos trabalhos, entre os quais se destaca como peça principal a *História Geral do Brasil*.

(*) Do livro em preparo de CLADO RIBEIRO DE LESSA: *Vida e Obra de Varnhagen*.

(1) O convite foi feito por carta de 31 de outubro de 1815, na qual dizia que "devendo nascer até fevereiro vindouro um pequeno Varnhagen, solicitava ao Conde a distinta honra de o ajudar a dedicá-lo a Nossa Santa Igreja, e que o convite era feito de antemão, por lhe terem dito que êsse era o costume do país." (Cf. Frederico Sommer: *Frederico Guilherme Luis Varnhagen* (sic), "in" *Anuário Genealógico Brasileiro* por Salvador de Moya, Ano II, 1940, pág. 241. Note-se que Sommer chama o progenitor do Visconde de Pôrto Seguro Frederico Guilherme Luiz em vez de Friderico Luiz Guilherme, como êle próprio se assinava, segundo o fac-simile estampado na *História Geral*, 1.^a edição, tomo II, estampa entre páginas 372 e 373, e o nomeava seu filho. Entre a autoridade de Sommer e a de Varnhagen filho, fico com a do último.

(2) Frederico Sommer, *op. et loc cit.*

O velho Frederico Luís Guilherme de Varnhagen era alemão, natural da cidade de Arolsen (3), no principado independente de Waldeck, um daqueles pequenos estados germânicos, cujos soberanos, de escassos haveres e rendimentos, freqüentemente punham seus talentos militares à disposição dos grandes tronos da Europa. Seguindo o exemplo do duque de Anhalt, pai de Catarina II da Rússia, que estivera ao serviço de Frederico II da Prússia; do príncipe de Ligne, do marechal de Saxe, do conde de Schomburg-Lippe, também o príncipe de Waldeck ofereceu seus serviços a um monarca estrangeiro, a rainha de Portugal D. Maria I, e o mesmo fêz em 1802 o seu vassalo Frederico Luís Guilherme de Varnhagen. Fôra êste contratado, juntamente com o barão Guilherme Luís de Eschwege e Guilherme Cristiano Feldner para trabalhar pelo período de 10 anos em fundições portuguesas, dirigindo um corpo especializado de operários alemães. Varnhagen não era um técnico improvisado; habilitara-se como cadete-mineiro no ducado de Hesse-Cassel e trabalhara desde 1800 nas forjas Neubauer (3 a).

Em Portugal estreou-se na fábrica de ferro de Figueiró dos Vinhos, que, como os demais estabelecimentos metalúrgicos e mineiros da Coroa, se achava sob a fiscalização do Intendente José Bonifácio de Andrada e Silva; e, em 1806 contraiu matrimônio com D. Maria Flávia de Sá Magalhães, ligando-se pelos mais fortes laços, os do amor, à terra portuguesa. Em Portugal nasceu a 21 de agosto de 1807 o filho mais velho do casal, Timoteu (4), o qual, conservando a nacionalidade germânica do pai, seguiu a carreira militar, e finou-se em 1832 ou 33, como tenente, em Marburg, no grão-ducado de Hesse.

Quando da invasão de Junot em 1807, Varnhagen, incorporado ao exército português, tomou parte na sangrenta batalha de Vimieiro (21 de agosto de 1808), onde comandou uma bateria. No decorrer da campanha libertadora serviu como ajudante de campo do general de brigada Von Wiederhold, que acompanhara o príncipe de Waldeck a Portugal.

A terminar o prazo de seus contratos passaram-se Varnhagen e os demais técnicos alemães ao Brasil, para onde se mudara a côrte do Príncipe Regente (5).

(3) Frederico Luís Guilherme era filho do cura protestante Johan Adolf Theodor Ludwig Varnhagen e de sua mulher Luise Marie Schwalbach. A genealogia da família Varnhagen pode ser feita até fins do século XV. Seu nome antigo era Von Ense, chamado Varnhagen, por união dos nomes de duas aldeias próximas à cidade de Soelst com o de Varnhagen (nome de um castelo na floresta de Arnsberg). O nome da família aparece pela primeira vez em 1500, em Iserlohn. Perdeu-se o nome von Ense e ficou o de Varnhagen sem a partícula enobrecedora. O diplomata e escritor Karl August Varnhagen (1785-1858), célebre pela sua vida aventureira e pela amizade que o ligava a Alexandre de Humboldt, foi nobilitado pelo rei da Prússia sob o nome de Varnhagen von Ense, extinto por ter morrido sem sucessão. Da família Varnhagen também se distinguiram nas letras Rosa Maria, irmã de Karl August, que teve um salão célebre na época do Primeiro Império, e Ludmilla Assing, filha do consórcio de Rosa Maria com o Dr. D. A. Assing. (Cf. F. Sommer, *op. cit.*, pág. 237).

(3a) Idem, *ibidem*, pág. 238.

(4) Idem, *ibidem*. Para não multiplicar citações declaro que, salvo indicações em contrário, todas as informações relativas ao velho Varnhagen e a sua família são extraídas do artigo do erudito biógrafo e linhagista Sommer.

(5) Chegou Varnhagen ao Rio a 31 de dezembro de 1809, com a mulher e o filho primogênito Timóteo, de que foi padrinho o Barão d'Eschwege. Outro filho, nascido no ano seguinte, falecera com 3 meses de idade.

Pouco depois do nascimento do terceiro filho (6), ocorrido a 13 de fevereiro de 1810, foi Frederico Varnhagen, já então com o posto de capitão do Corpo de Engenheiros, mandado examinar as minas de ferro do Ipanema, conhecidas desde o século XVI. Em São Paulo receberam-no de braços abertos o governador, que o hospedou em Palácio, e as demais pessoas gradas, incluindo o bispo. Ligou-se logo em estreita amizade com o sargento-mor Daniel Pedro Müller, seu compatriota. Em maio já estava de regresso ao Rio, trazendo todos os dados para um relatório sobre as jazidas, e dois caixotes com minérios a serem examinados pelo amigo e compadre barão de Eschwege, o conhecido autor do *Pluto Brasiliensis* e outros livros sobre as riquezas minerais de nossa terra.

Depois disso, os estudos complementares a que teria de proceder *in-loco* para a exceção dos projetos do Príncipe Regente, de instalar uma fábrica de ferro no Ipanema, levaram o capitão Varnhagen a fixar residência, com a família, em São Paulo, onde lhe nasceram duas filhas: Guilhermina Luísa, em 1811, e Margarida Francisca (1813); e também um varão, José Frederico, em 1814.

Não foi Varnhagen o primeiro diretor do estabelecimento siderúrgico, e sim o metalurgista prático Carlos Gustavo Hedberg, de nacionalidade sueca, que iniciou os trabalhos instalando alguns fornos baixos, do tipo catalão, de pequeno rendimento. Chefiava um grupo de fundidores seus compatriotas, que trabalhavam por conta de uma sociedade anônima, de que possuía a Coroa a metade das ações. Expirado o contrato com os suecos em 1814, que sob aquela direção redundou num completo fracasso, foi o sargento-mor Varnhagen (7) nomeado, por carta régia de 27 de setembro desse ano, diretor da fábrica de ferro, que lhe coube reformar e desenvolver. Instalado a princípio numa pequena casa, ao lado da capela de São João do Ipanema, que servira ao seu antecessor, ao mesmo tempo em que levantava os altos fornos e construía as represas para o fornecimento da energia hidráulica necessária às oficinas, tratou o engenheiro alemão de erguer de pedra e cal um edifício mais vasto para sede da administração e sua residência, e que ficou terminado em fins de 1815. Foi nessa casa que nasceu a 17 de fevereiro do ano seguinte, como já ficou dito, o sexto filho do diretor, Francisco Adolfo, cuja vida constitui o objeto do presente estudo, e que, com sua cabeça estreou, a 19 de março seguinte, a pia batismal da nova paróquia de São João do Ipanema, desanexada da de Sorocaba a instâncias do sargento-mor, e que teve por sede a capela da Fábrica de Ferro (8). Representou o padrinho Conde da Palma o sub-diácono

(6) Gabriel Antônio, falecido de varíola, no Rio, no mesmo ano. Foram seus padrinhos a condessa de Linhares e o ministro Araújo.

(7) Foi promovido a sargento-mor em 13 de maio de 1811.

(8) *Réplica Apologética de um escritor caluniado e Juízo Final de um plagiário difamador que se intitula General*, pág. 6.

Antônio de Azevedo Veiga; oficiando, com licença do vigário colado da nova freguesia, o capelão Francisco de Paula Mendonça (9).

A naturalidade de D. Maria Flávia de Sá Magalhães, mãe do futuro historiador não está em absoluto fora de dúvidas, não obstante acreditar-se geralmente que nascesse em Portugal, onde se consorciou com o militar alemão.

Em 1845 José Inácio de Abreu e Lima, na diátribe com que procurou defender-se da acusação de plagiário em segundo grau que lhe lançara Francisco Adolfo de Varnhagen (10), qualificou-o de “filho de alemão e de senhora que *não era brasileira*”, e o historiador, no opúsculo que escreveu em resposta, com o título de *Réplica Apologética* (11), sem refutar este ponto, parece insinuar contudo a possibilidade de ser sua mãe de origem paulista. Fazendo um rápido retrospecto autobiográfico, conta Varnhagen que, apresentado por seu pai a D. Pedro, imperador abdicatário do Brasil, que então lutava para restituir a sua filha o trono usurpado por D. Miguel, ouviu do Duque de Bragança as palavras “Já é mais alto que o pai; isso é do sangue paulista (12)”, sangue que só lhe poderia advir pelo lado materno. A procedência da reflexão de D. Pedro não fez a menor ressalva.

Paulista ou portuguesa de nascimento, tendo ou não antepassados no Novo-Mundo, a verdade é que D. Maria Flávia de Sá Magalhães soube transmitir a seu ilustre filho, além do culto das virtudes a que foi sempre fiel como homem e como funcionário público, um grande e nunca desmentido amor pela terra de nascimento e pátria de opção, pois, como teremos adiante oportunidade de ver, Varnhagen teve de lutar pelo reconhecimento de sua cidadania brasileira. Tendo-a conquistado com esforços e sacrifícios, serviu-a com zelo

(9) O assento de batismo de Francisco Adolfo de Varnhagen existe em *fac-simile* na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, (cota I-35,2) e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi também publicado em *cliché* fotozincográfico de retícula no “Jornal do Brasil”, de 29 de junho de 1928, ilustrando o artigo biográfico do historiador pelo Dr. Rodolfo Garcia. Ei-lo na íntegra:

“Aos dezenove dias do mês de março de mil oitocentos e dezesseis anos, nesta S. digo, na Capela da Real Fábrica de S. João de Ipanema, com licença do Reverendo Vigário Colado desta, batizou e pôs os santos óleos o Reverendo Capelão Francisco de Paula Mendonça a Francisco, filho do Sargento-mor do Real corpo de Engenheiros Frederico Luis Guilherme Varnhagen, e de sua mulher Dona Maria Flávia de Sá Magalhães, cujo inocente nasceu aos dezessete de fevereiro, padrinho o Excelentíssimo Conde de Palma, Governador e Capitão General desta Capitania, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, solteiro, por Procuração, que em seu nome apresentou o Reverendo Subdiácono Antônio de Azevedo Veiga, do que faço este assento, que assino.

or. Antonio Dias Ferra.

(A margem) Franc.º Primeira averbação aos 13 de 8br.º de 1821. Só isto ff. Tem Havido 2.º, e 3.º e 4.º assento. Testems. 5.ª assin.

(10) *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do Primeiro Juízo* de Francisco Adolfo de Varnhagen acêrca do “Compêndio de História do Brasil”, Pernambuco, Tip. de M. F. de Faria, 1844 — in-8.º de 152 páginas.

O juízo de Varnhagen saiu na *Revista do Instituto Histórico*, vol. VI (1844), págs. 60-83.

(11) O título completo do panfleto é: *Réplica Apologética de um escritor caluniado e Juízo Final de um plagiário difamador que se intitula General*. Madri, Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846 — in-8.º de 24 páginas.

(12) *Idem*, pág. 5.

e superior inteligência durante tôda a vida. Da raça paterna herdou Francisco Adolfo a inclinação para os estudos aturados e originaes, o gôsto pelo apuro das minúcias, e a tenacidade e orgulho que sempre revelou em defender, contra tudo e contra todos, suas convicções, filhas dos resultados a que chegava em virtude de pesquisas próprias, conduzidas com o máximo rigor de exegese.

As fontes biográficas existentes são totalmente omissas de dados sôbre os anos da primeira infância do historiador-diplomata, como succede em geral com as de todos os grandes homens. Algumas vagas alusões e reminiscências encontram-se dispersas pela própria obra literária do sorocabano.

Passava os dias em brincadeiras e correrias com os moleques de casa, perseguindo os pequenos animais e exercitando-se em atirar de bodoque às andorinhas (13); em excursões ao Vale das Furnas; ou ouvindo os velhos do lugar contarem histórias de duendes que apareciam na Lagoa Dourada, ao sopé do morro férreo de Biraçoyava, onde, segundo a tradição, havia fabulosos tesouros escondidos (14).

Pelos meados de 1821 recebeu a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema a segunda visita de José Bonifácio de Andrada e Silva, que foi hospedado com tôdas as honras pelo seu antigo subordinado o sargento-mor Varnhagen. Não eram, aliás, raras essas excursões de personagens eminentes ao berço da siderurgia brasileira. Ali estiveram, durante a gerência do official alemão, os condes da Palma e de Oyenhausen, governadores da capitania, o tenente-coronel Müller, José Arouche de Toledo Rendon, da junta de administração, e provavelmente seu irmão Agostinho Delgado Arouche, os mineralogistas alemães Seibnitz, barão d'Eschwege e Feldner, assim como os naturalistas viajantes barão de Olfers, Sellow, von Natterer e Saint-Hilaire, sem contar pessoas mais íntimas, entre as quais o cunhado do director, o tenente-coronel Francisco de Sá Magalhães. Este official, artilheiro de alta competência, desejava, por motivos de saúde, fixar-se em São Paulo, e pretendia, na guarnição da cidade, um pôsto adequado à sua capacidade. Há uma carta de Varnhagen pai, recomendando-o ao Conde de Oyenhausen, a que se refere Frederico Sommer como sendo a única menção existente na papelada do velho militar, relativamente a parentes da espôsa (15).

Assistiu por essa ocasião o que seria chamado Patriarca da Independência, ao batismo da irmã mais jovem de Francisco Adolfo, Gabriela Frederica, nascida em princípios de abril do ano corrente (16). A figura do velho sábio

(13) "No sertão do Brasil ainda é usado [o arco de bodoque]; e lembra-nos que na idade de poucos anos alguns taperás [andorinhas] matámos com este instrumento, havendo aliás em casa crioulos da mesma idade que muito melhor dêle usavam." (*A Caça no Brasil, ou Manual do Caçador em toda a America Tropical* por um Brasileiro devoto de S. Humberto, Rio, 1860, pág. 34).

(14) *Sumé, lenda mito-religiosa americana*, Madri, 1855, pág. 39, notas 1 e 2.

(15) *Op. cit.*, pág. 243.

(16) "*Nestes dias aumentou a minha mulher o numero dos homens com uma criança sã e portanto está ella também pronta para a viagem logo que S. M. o permitir*" (Carta de F. L. G. de Varnhagen, datada de 5 de abril de 1821, ao governo provincial de S. Paulo(?)).

ficou desagradavelmente impressa na memória infantil do futuro visconde de Pôrto Seguro (17). Tendo sido incumbido da “derrama dos confeitos”, Francisco Adolfo amedrontou-se com a “voz rouquenha” de José Bonifácio, “acompanhada de borrifos e perdigotos”, e tratou de nunca mais aparecer-lhe, não obstante tratar-se de um hóspede a quem seus pais tratavam com a maior consideração (18).

Tendo o velho rei D. João VI regressado à Europa, forçado pelos acontecimentos que se seguiram à revolução constitucional, Frederico Luís Guilherme, tenente-coronel desde 28 de janeiro de 1818, que também desejava voltar ao Velho-Mundo para rever os parentes, tratar da saúde combalida, dos seus interesses particulares e da educação dos filhos, viu por então frustradas suas esperanças. À força, porém, de muitas instâncias, fazendo ver ao governo que, na situação política do momento, cargos públicos de certa responsabilidade não deviam ser exercidos por estrangeiros, logrou obter licença, por aviso do ministro da guerra Carlos Frederico de Paula, datado de 2 de junho de 1821 (19). Deixando a direção do estabelecimento, retirou-se para o Rio de Janeiro com a família, aqui chegando a 21 de dezembro do mesmo ano. Pouco tempo se demorou na capital do Reino do Brasil o tenente-coronel Varnhagen, embarcando para a Europa, com licença do serviço régio por tempo indeterminado, na galera sueca Charles John, capitão J. S. Prahm. O navio destinava-se a Hamburgo, com carregamento de açúcar e café, e zarpou barra-fora a 1 de junho de 1822 (20).

A família ficou no Rio de Janeiro. Francisco Adolfo iniciava os estudos de primeiras letras e de rudimentos da língua francesa (21). Reminiscências suas desse tempo, e que já no descambar da existência ainda conservava vivas na memória, eram: a dos aguadeiros da cidade, com o pregão gutural herdado dos antigos escravos índios (21 a), e o garboso desfile de dois regimentos de Henriques, a que assistira embevecido no dia de “Corpus-Christi” (22). Em outubro de 1823 (23) a família Varnhagen, acudindo ao chamado do chefe, foi

(17) As representações da infância são as mais duradouras e determinam tôdas as nossas tendências afetivas posteriores. Esta primeira impressão desfavorável de José Bonifácio, e o convívio na mocidade com o cônego Januário, adversário político dos Andradas, foram certamente as forças determinantes da pouca simpatia, que não chegou todavia às raízas da injustiça, com que o filho de Sorocaba encara a atuação de José Bonifácio no movimento da Independência e nas lutas políticas do tempo. Talvez também tivesse tido conhecimento da *Memória sobre a Real Fábrica de São João do Ipanema*, do sábio santista, escrita em 1820, e na qual há alusões desfavoráveis à competência e à idoneidade moral do coronel Varnhagen.

(18) *História da Independência do Brasil*, Rio, 1917, pág. 140, nota 34.

(19) *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., V, pág. 243.

(20) *Idem, ibidem*, nota 57.

(21) Carta de F. A. de Varnhagen ao general Andréa sobre seus estudos e serviços militares, datada de Lisboa, 16 de fevereiro de 1843. — mss. do arquivo do Instituto Histórico, lata 139, n.º 2.569.

(21a) *Revista do Instituto Histórico*, t. XXX (1867), parte 2.^a, pág. 421.

(22) *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, Viena d'Austria, 1871, página 268, nota 1.

(23) Frederico Sommer (*op. cit.*, pág. 245) dá essa data, sem documentá-la, entretanto. Varnhagen, na *Réplica Apologética*, escrita em 1846 (pág. 5) diz que seguiu para

ao seu encontro em Portugal, onde êste obtivera o cargo de administrador das matas nacionais, ao regressar de uma viagem pela Alemanha e outros países do Norte. Com oito anos incompletos deixava o futuro historiador as terras da Pátria. Em estranhos climas se habilitaria para servi-la com dedicação e capacidade jamais excedidas e raramente igualadas.

*

* *

Os biógrafos de Francisco Adolfo de Varnhagen apenas muito por alto aludem aos seus estudos em Lisboa durante a segunda infância e a adolescência, quer por desconhecimento das fontes, quer por julgarem êsses pormenores de pouca importância quanto aos efeitos sobre a gloriosa carreira do historiador-diplomata. Só se começam a interessar por êles a partir do momento em que ingressou na Academia de Fortificação e se alistou nas hostes liberais do Duque de Bragança; em suma, limitam-se a extratar os principais tópicos autobiográficos contidos na *Réplica Apologética*. Mais rica de elementos que o referido opúsculo é a informação dada por Firmino Herculano de Moraes Ancora (24), comandante do Imperial Corpo de Engenheiros, calcada nos assentamentos militares do segundo-tenente Varnhagen, hoje provavelmente perdidos. Para êstes o próprio interessado, com a memória fresca dos fatos recentes, e tendo à mão os comprovantes, forneceu os dados necessários em carta-offício dirigida ao general Francisco José Soares de Andréia, futuro Barão de Caçapava, então comandante do referido Corpo, e datada de Lisboa, 16 de fevereiro de 1843 (25). Parece-me que em Varnhagen, foram os estudos orientados para a carreira militar que suscitaram a vocação para as pesquisas de História e Geografia, e não a vocação a inspiradora dos estudos, como geralmente acontece. O melhor será dar-lhe a palavra, para que minuciosamente nos exponha os fastos de sua vida escolar.

“Chamado à Europa por meu pai entrei, nos fins de 1825, para o Real Colégio da Luz (26) onde, seguindo o curso regularmente por sete anos, além

Portugal com oito anos. Só os completou a 17 de fevereiro de 1824, mas é possível que adotasse o cômputo dos anos entrantes em vez dos completos. Na carta ao general Andréia, acima citada, diz: “chamado à Europa por meu pai, entrei nos fins de 1825 para o Real Colégio da Luz”; levaria nesse caso dois anos a preparar-se para cursar êsse estabelecimento de ensino, análogo ao nosso Colégio Militar.

(24) Datada do Quartel do Imperial Corpo de Engenheiros, de 30 de agosto de 1851, instruindo o processo iniciado pela petição de acesso ao posto imediato do 2.º tenente de Engenheiros Francisco Adolfo de Varnhagen (11 de agosto de 1851). Inédita até há poucos anos, foi em 1936 transcrita, com outros documentos, no estudo intitulado *Os Varnhagens militares*, do Sr. Luis Filipe Vieira Souto, que faz parte da coletânea sob o título *Cruz e Espada*, Rio de Janeiro, Typ. do “Jornal do Commercio” 193, pág. 35-80.

(25) Creio que inédita. O original existe no arquivo do Instituto Histórico como acima dissemos.

(26) Colégio Militar da Luz é como se designa na informação de Moraes Ancora. Destinava-se, provavelmente, como os nossos, a ministrar instrução secundária por preços módicos aos filhos de militares.

de obter aprovações tôdas plenas (27) n[os] exames de latim, francês, inglês, filosofia, retórica, geografia, história, completei o primeiro ano matemático, e o segundo de estudos militares, especialmente relativos ao serviço de Estado Maior, tática, estratégia, reunindo a isto a escola das diferentes armas, equitação, esgrima e desenho linear, de figura, arquitetura, paisagem, perspectiva e topografia que tive durante os sete anos (28).”

“Fimdei êste curso em agôsto de 1832. Se quisesse servir em Portugal eram-me desde logo concedidas pelas Leis e Ordem do dia do Exército as honras de cadete com o vencimento quase igual ao de Alferes: entretanto eu tinha só vistas de servir no meu país e, por isso, desprezando essas vantagens, continuei os meus estudos com destino para (*sic*) engenheiro, passando nesse mesmo ano (1832) a matricular-me na Academia de Marinha desta cidade no 2.º ano matemático. E fazendo exame no fim do ano letivo em junho de 1833, fiquei plenamente aprovado e premiado por unanimidade de votos. Estava em férias quando pouco depois succedeu (24 de janeiro) a restauração de Lisboa pelas armas do Imortal e Augusto Fundador do nosso Império, e eu levado com muitos outros brasileiros pelo entusiasmo de uma luta tão justa contra um tirano usurpador em pró de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo (29), — julguei dever empunhar as armas (30); e pouco depois *sem preceder requerimento meu* foi S. M. I. o Duque de Bragança servido mandar que eu gozasse de tôdas as vantagens de cadete aluno, e depois de entrar nas ações das Linhas de Lisboa de 5 e 14 de setembro e de 10 de outubro, ainda nesse mesmo ano de 33, com pouco mais de três meses de praça fui feito Oficial de Artilharia por S. M. I. Nesta qualidade fiz o resto da Campanha

(27) Aprovações plenas devem corresponder às atuais *distinções* e não às *plena-mentes*, pois a não ser assim não se compreende que, com aprovações plenas obtivesse o 1.º prêmio lucrativo “nas provas orais e escritas para a admissão aos cursos de Artilharia e Engenharia na Escola do Exército Português” (Inf. de Moraes Ancora, *cf. Cruz e Espada*, pág. 49), e anteriormente, nas mesmas condições passasse pelas provas do 1.º ano do Curso Militar da Academia de Fortificação, em teoria e prática de Desenho e Instrumentos Matemáticos (Topografia), e do 2.º ano da Academia de Marinha, em que, segundo sua própria expressão, foi “plenamente aprovado e premiado por unanimidade de votos”, como adiante se verá.

(28) É difícil, não conhecendo a organização dos estudos em Portugal ao tempo de Varnhagen, estabelecer rigorosamente a sua seqüência e verificar a correspondência com as séries dos atuais cursos superiores do Brasil. Parece, porém, que o curso do Colégio Militar da Luz era não só secundário, como habilitava, também, aos que o fizessem integralmente, com os conhecimentos correspondentes aos da 2.ª série do curso de Engenharia Civil, que facultam, aos que o completam, exercer a carreira de agrimensor. Além disso ministrava, como se vê, conhecimentos especializados de Arte Militar.

(29) Esquecia-se Varnhagen de que o destinatário da carta, o General Andréa, era reinol de nascimento (brasileiro adotivo), e, portanto, não seria provável que compartilhasse do seu entusiasmo.

(30) Na *Réplica Apologetica* conta Varnhagen que por êsse tempo era êle o único filho varão do tenente-coronel, pois o seu irmão mais velho, Timóteo (na intimidade *Tim*) morrera a serviço da Alemanha em 1832, e o segundo (José Frederico) das consequências de uma queda de cavalo; tendo-o levado seu pai para apresentá-lo a D. Pedro, recebeu a insinuação de que fizesse o filho alistar-se sob suas bandeiras. O imperador mediu com os olhos o esperançoso jovem de 17 anos e teve esta frase, que o historiador brasileiro sempre recordou com orgulho: *Já é mais alto que o pai: isso é do sangue paulista* (pág. 5). É muito provável que Francisco Adolfo não possuísse a menor dose de sangue piratinhango; a sua alta estatura virilheia dos ascendentes germânicos pelo lado paterno, e pelo materno, dos visigóticos ou sucvos, de que procede a aristocracia peninsular.

Vienna 18 d'Ag^o

Q. RICHENBACH

Mi querido Carmen:

Hoje não vou lá. Estou
mto cansado do calor e do
trabalho, e em vés, e desejo
de aproveitar o tempo.

a favor da causa Constitucional, servindo desde Santarém pelo Alentejo dentro, em que meia brigada ou bateria montada, e em várias diligências nas Praças de Elvas, Abrantes, &c. Achando-me assim quase, sem o pensar *engajado no serviço de um Reino estranho, sem me haver lembrado de munir-me para isso da necessária licença do nosso Governo* (31), *como manda a lei*, cuidei de aproveitar o tempo prosseguindo em estudos até ver se o mesmo tempo que sempre dá esperanças a quem nêle confia, me deparava a ocasião de voltar ao grêmio de que um simples fanatismo da idade me desviara."

"Com efeito fui ao Colégio dos Nobres habilitar-me na língua Alemã (32), e na Academia de Fortificação (depois convertida em Escola do Exército) fui concluir o curso de Engenharia, que fiz grangeando não só aprovações plenas, mas mais de uma vez o primeiro prêmio."

Os estudos de Varnhagen não se limitaram às humanidades matemáticas superiores, e disciplinas aplicadas à arte militar e à engenharia civil. Quando da organização da Escola Politécnica (de Portugal) aproveitou-a para frequentar os cursos de Ciências Físicas e Naturais (Química, Física, Mineralogia, Zoologia, Botânica, etc.) (33); fez estudos de Paleografia e Diplomática, necessários às pesquisas nos velhos manuscritos, a que o chamava a vocação despertada, e frequentou também com assiduidade e aproveitamento o curso de Economia Política fundado e mantido pela Associação Mercantil de Lisboa (34).

Em 1837, quando ainda estudante, foi feito primeiro-tenente, promoção que lhe coube tanto pelos estudos como pela antiguidade (35).

(31) Essa circunstância, maldosamente explorada por Abreu e Lima na polémica que teve com o jovem historiador, foi a que mais dificultou o reconhecimento de sua nacionalidade brasileira. Foi felizmente superada. Os grifos, tanto nesta como na anterior passagem, são meus.

(32) "Foi aprovado com muito louvor na língua alemã", diz Moraes Ancora na sua informação (Cf. *Vieira Souto: Cruz e Espada*, págs. 49-50). Não seria, aliás, de admirar, visto tratar-se de idioma caseiro. Capistrano de Abreu, não sei com que base achava Varnhagen, "se algum dia soubera a língua paterna, tinha-a esquecido depressa, quase por completo", e isto por que "se a soubesse, e aproveitasse o livro de Guths-Muts, poderia ter antecipado o Wappacus a muitos respeito." (Carta a J. Lúcio de Azevedo, parcialmente transcrita por Barbosa Lima Sobrinho no artigo *A Glória de Varnhagen*, no "Jornal do Brasil" de 3 de julho de 1928). É mais natural supor que não conhecesse o livro do geógrafo transneno. Escreveu em alemão o prefácio para o *Fr. Luis de Sousa de Garrett*, traduzido por W. Lückner. A versão da monografia *La verdadera Guanahani des Columbus*, 1869), e não é provável que passando os últimos dez anos de vida, com poucas interrupções, na capital austríaca, apesar da convivência do mundo diplomático, em que o francês era e ainda é o idioma protocolar, deixasse de praticar a língua da terra. Os rascunhos, existentes no Itamarati, das cartas que dirigiu a várias personalidades austríacas (Barão de Schwartz, Dr. Adolf Plason, etc.) por ocasião da Exposição Universal de 1873, são todos em francês. Com os filhos, em casa, conversava patrioticamente em vernáculo (*Memoires de J. de Porto-Seguro*, pág. 13). Um bilhete à esposa, não assinado, existente entre seus papéis no Itamarati, está escrito em português, embora dirigido a *Mi querida Carmen*. Seu filho D. Luis Varnhagen de Porto Seguro, diplomata chileno há poucos anos falecido no Rio de Janeiro, falava perfeitamente o português, segundo me informou o Dr. Rodolfo Garcia, que o conheceu pessoalmente.

(33) Carta ao General Andréa, já citada.

(34) Informação de Moraes Ancora (Cf. *Vieira Souto*, *Op. cit.*, pág. 50); carta ao General Andréa.

(35) Carta ao General Andréa.

Achava-se o lidador armado de ponto em branco para as lides da heurística e da erudição. Como muito bem salientou Basílio de Magalhães “o sério curso de engenharia militar habilitou-o a esquadrihar e resolver com segurança áridas e intrincadas questões de Geografia e Cosmografia antigas (36)”. O conhecimento de vários idiomas cultos da Europa, permitindo-lhe consultar com vantagem os livros dos viajantes e cronistas estrangeiros que se ocuparam do Novo Continente em geral, e do Brasil em particular, foi o sésamo com que pôde entrar na posse de uma visão mais ampla, imparcial e objetiva da história pátria do que aquela que lhe poderiam desvendar os velhos escritores luso-brasileiros. Graças aos conhecimentos de Paleografia e de Diplomática poderia ler e interpretar com facilidade os numerosos documentos em cursiva processual ou cortesã, quase virgens, que atulhavam os arquivos portugueses, cheios de insuspeitadas informações sobre os primórdios do Brasil-Colônia. As luzes ministradas pela Economia Política habilitavam-no muito especialmente a compreender as condições e as necessidades materiais dos primitivos colonizadores, e a encarar suas atividades em relação ao elemento selvícola por um prisma muito diferente do que as considerava o sentimentalismo romântico e piegas dos outros escritores brasileiros seus contemporâneos.

Segundo sua própria declaração, Varnhagen, precocemente interessado no estudo de matérias relacionadas com o Brasil, já preparava desde 1835 a monografia que em 1838 apresentou à Academia Real das Ciências, abonada pelo barão d'Eschwege (37), e que lhe valeu a entrada para aquêle erudito grêmio (38). Suas preferências, por êsse tempo, iam mais para os assuntos geográficos, ou melhor, corográficos, do que propriamente para os históricos, que mais tarde lhe absorveram principalmente a atividade (39).

A Academia das Ciências publicara em 1825, no tomo IV da *Coleção de Notícias Ultramarinas* um volumoso códice inédito do século XVI, cheio das mais preciosas indicações acêrca da geografia, história natural, etnografia e primórdios da colonização, pelos portugueses, desta parte do Novo-Continente. Corria anônimo o livro, multiplicado em numerosas cópias, mais ou menos

(36) *Francisco Adolfo de Varnhagen*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928 (sep. da *Revista do Inst. Hist.*), págs. 8 e 9.

(37) Por essa ocasião travou mais íntimo conhecimento e relações de amizade com Francisco Mendo Trigo e o bispo-conde D. Fr. Francisco de São Luis, mais tarde cardinal-patriarca de Lisboa, conhecido literariamente por Cardinal Saraiva (*Réplica Apologética*, pág. 5).

(38) *Réplica Apologética*, pág. 5. O título do trabalho inaugural do historiador brasileiro é: *Reflexões Críticas sobre o escrito do século XVI impresso com o título de "Notícia do Brasil" no tomo 3.º da Coleção de Not. Ultr.*. Acompanhadas de interessantes notícias bibliográficas e importantes investigações históricas por Lisboa. Na Tipografia da mesma Academia. 1839, — in-4.º de 4 prelms. e 120 págs. Entrou para a classe de Belas-Letras por diploma de 24 de maio de 1839 (9 das *Calendas de junho*).

(39) Pretendia escrever uma *Geografia Física do Brasil*, como o manifesta na carta que escreveu ao secretário do Instituto Histórico ofertando um exemplar das *Reflexões Críticas* (Cf. *Rev. do Inst. Hist.*, t. I (2.ª ed.), págs. 376-377. Colaborou com Conrado Carlos de Chelmicki na *Corografia Caboverdiana*, e consta haver fornecido subsídios a Manuel Ferreira Ribeiro para a sua volumosa obra intitulada *A Província de São Tomé e Príncipe e suas dependências*, ed. Lisboa, 1877.

alteradas e cheias de interpolações, desde fins do século XVI; e do seu conteúdo se haviam aproveitado, entre outros, Pedro de Mariz, nos *Diálogos de Vária História*, e mais recentemente o poeta laureado e historiador inglês Robert Southey, o padre Manuel Aires do Casal, autor da *Corografia Brasília*, e Ferdinand Denis, que no livro *Le Brésil* (1837), se bem que já estivesse impresso o códice, citou-o com freqüência, e por vêzes extensamente o extratou, servindo-se de uma cópia existente na Biblioteca Nacional de Paris.

Varnhagen, por uma citação marginal de Mariz (*Gabriel Soares, c. 16*), feita a um texto que, pelo assunto tratado, correspondia ao do capítulo de igual número da obra editada pela Academia, pôde restituir o autor ao códice, identificando-o com a pessoa de Gabriel Soares de Sousa (40), colono português que, pelo espaço de 17 anos residira na Bahia, onde possuía engenho de açúcar e fôra dos da governança da terra.

Cotejando 11 cópias jacentes em várias bibliotecas de Portugal — (tinha conhecimento de mais seis em outros países) — pôde o jovem pesquisador corrigir abundantes erros em nomes de localidades, acidentes geográficos, produtos naturais, e fazer muitas identificações, revelando vasta cultura, seguro critério e completo conhecimento não só da bibliografia impressa sobre o Brasil antigo, histórica, geográfica, cartográfica e naturalística, como dos manuscritos inéditos existentes em livrarias portuguesas ainda hoje não totalmente divulgados pela imprensa, e dos quais foi, por assim dizer, o revelador. Estão nesse caso a *História do Brasil* de Fr. Vicente do Salvador, de quem só se conhecia de referência uma *Crônica da Custódia*, até hoje extraviada, a *História dos Jesuítas no Maranhão*, do padre José de Morais; o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, cuja autoria atribui a Diogo de Campos Moreno; e o *Sumário das armadas, que se fizeram e guerras que se deram, na conquista do Rio Paraíba, escrito e feito por mandado do muito Reverendo padre em Cristo o padre Cristóvão de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus em tôda a província do Brasil*.

Em notas transcreveu trechos dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão (41), e da *Razão do Estado do Brasil*, um dos primeiros escritos em que se acusa formalmente os Jesuítas de contribuírem para o afastamento dos gentios das cidades, e se esforcem por privar os moradores dos seus serviços, e se chama a atenção para a falta de caráter e honestidade dos indígenas, os quais, recebendo o salário adiantado, fugiam para os matos sem prestar o serviço pactuado, acolhendo-se à sombra protetora dos da Companhia. É possível que fôsse a leitura dessa obra, combinada com um susto por que passou em fins de 1840, a causa não só das opiniões pouco favoráveis aos Índios, que Varnhagen daí em diante professou, como também das restrições que faz ao valor da atuação dos filhos de Loyola em nossa terra.

(40) O autor achava-se contemplado na *Biblioteca Lusitana* do abade Diogo Barbosa Machado e também na *Biblioteca Ocidental* de Antônio de Leão Pinelo.

(41) Identificação de Capistrano de Abreu.

E terminou o capítulo com a reflexão: “E quem sabe se por diligências *jesuíticas* é que o livro não foi publicado? (42).”

Lidas em sessão pública da Academia (43) a 7 de novembro, as *Reflexões Críticas*, colheram unânimes aplausos. A corporação deliberou na sessão de 2 de maio seguinte (1839) imprimi-las à sua custa e debaixo do seu privilégio na *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, e a 24 do mesmo mês outorgou-lhe o título de sócio correspondente, endossando o honroso juízo de D. Fr. Francisco de São Luís. Segundo êle, o autor da monografia “com bom juízo e discernimento, com estilo claro e conciso, e com erudição curiosa, oportuna, e não enfiada (44)” lograra emendar os principais defeitos da obra de Soares, e ao mesmo tempo firmar-lhe o genuíno título, a verdadeira data e o legítimo autor.

O futuro Cardial Patriarca, saindo da sessão do conselho, em que ouvira os pareceres (censuras) das três classes da Academia feitos à obra de Varnhagen, em carta ao jovem amigo desfazia-se nos mais honrosos elogios:

“O meu mesquinho louvor ficou a perder de vista, e eu não desgostei de me ver excedido em tal matéria. Ficou também resolvido que na primeira proposta da classe de V. S. seria um dos designados para nosso sócio. Estimarei que isto seja pelo menos tão agradável a V. S. quanto foi de satisfação para mim. Duvidou-se em que classe deveria V. S. ser proposto. Eu limitei-me a refletir que V. S. tinha estudos em diferentes classes, e que tôdas as três Academias estavam pobres de gente, e tôdas ganhavam com a sua aquisição. Resolveu-se que deveria ser proposto pela classe, a que se reputava pertencer *particularmente* a sua obra. Conseqüentemente ficará V. S. na classe das Ciências Morais e Belas Letras, não sei se à sua vontade, mas certamente à minha, que muito estimei que V. S. ficasse na minha classe para ilustrá-la e enriquecê-la (45).”

Pela mesma época fundava-se no Rio de Janeiro, por iniciativa do cônego Januário da Cunha Barbosa e do Marechal Raimundo José da Cunha Matos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, saído da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Apressou-se Varnhagen a pôr-se em relações com a recém-criada instituição, ofertando-lhe um exemplar da sua memória por intermédio da legação do Brasil em Lisboa, cujo ministro, o conselheiro Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond era sócio correspondente do Instituto. A comissão encarregada de dar parecer sobre as *Reflexões Críticas*, composta de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Tomás José Pinto Serqueira e Cândido

(42) *Reflexões Críticas*, pág. 95.

(43) *Idem*, pág. 103.

(44) Transcrito no artigo *Varnhagen*, de Rodolfo Garcia, no “Jornal do Brasil” de 29 de junho de 1928, reimpresso na *História Geral do Brasil*, 3.^a ed. 2.^o vol. Apêndice, págs. 436-452. V. pág. 438.

(45) *História Geral do Brasil* 3.^a, 2.^o vol., págs. 438-439.

José de Araújo Viana, apresentou no ano seguinte, a 22 de fevereiro, o seu relatório, elogiando sem restrições a obra ofertada (46).

Antes d'isso, porém, o jovem estudioso, bafejado pela animadora acolhida feita em Portugal às primícias de seus esforços, publicava segundo trabalho, a edição do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa em 1530-1532*, prefaciada, enriquecida por muitos documentos (47) e anotações, e acompanhada das biografias dos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa (48). Custeou a edição com o produto de um prêmio escolar obtido na Academia de Fortificação, em que terminava o curso.

A acolhida ao *Diário de Pero Lopes*, cuja impressão foi feita por um mss. de propriedade do editor, de começos do século XVIII, cotejado com mais dois, um pertencente ao Cardial Saraiva, e outro existente na Biblioteca Real da Ajuda, veio abrir novos rumos ao estudo das questões de história geográfica do Brasil, Rio da Prata, e principalmente de São Paulo de Quinhentos, rompendo de vez com muitas hesitações e conjeturas, e pondo fim às intermináveis discussões sobre os primórdios da vida da capitania de São Vicente, que entretinham os cronistas anteriores, inclusive o mais capaz e atilado dêles, Fr. Gaspar da Madre de Deus (49).

Os elogios tributados ao novo trabalho não ficaram atrás dos feitos às *Reflexões Críticas*. D. Fr. Francisco de São Luís (Cardial Saraiva) escreveu um artigo elogioso no *Correio de Lisboa* de 20 de novembro do mesmo ano;

(46) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. II, 1840, págs. 109-112.

(47) Muitos dos documentos foram diretamente copiados, dos originais existentes na Torre do Tombo. Dois dêles, a *Carta para o capitão-mor (Martim-Afonso) dar terras de sesmarias* e a carta de D. João III a M. Afonso, em resposta à que este lhe escrevera por João de Sousa, já haviam sido parcialmente transcritos por fr. Gaspar nas suas *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, Lisboa, 1797, segundo registros existentes no arquivo da Provedoria da Fazenda Real de Santos e notas fornecidas provavelmente por Pedro Taques.

(48) O título por extenso da obra é: *Diário da Navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530, sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa. Publicado por* (Epigrafe do almirante Quintela). Lisboa, Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Rua Nova do Carmo, n.º 39 D. 1839 — In-8.º de XXIII e 130 páginas. O *Diário* teve mais cinco edições: a 2.ª em 1847, feita à revelia de Varnhagen pelo brigadeiro Machado de Oliveira; a 3.ª no tomo 24 (1861) da *Rev. do Inst. Hist.*, dirigida por Varnhagen, que nela se ateve principalmente ao códice da Bibl. da Ajuda e modificou ligeiramente o título da obra; a 4.ª no Rio, em 1867, cópia fiel da 3.ª, adicionada de documentos, também feita por Varnhagen; a 5.ª, em 1927, dirigida e copiosamente comentada por Eugênio de Castro; e a 6.ª em 1940, pelo mesmo, com o texto original reproduzido em fac-símile.

(49) "É este livro, que o público vê pela primeira vez, um dos que, por mau fado encerrados e quasi desconhecidos, atravessando séculos, aparecem como enviados para esclarecer pontos controversos e aliviar a critica, e que, rasgando ass'im de um golpe fôlhas de enfadonhas polêmicas e certames literários, fornecem documentos irrefragáveis sobre que por uma vez se descanse firme (*Diário da Navegação*, pág. bj).

"O seu simples aparecimento rasgou então de um jato páginas e páginas de intermináveis conjeturas de Fr. Gaspar e de Jaboatão (cujos escritos, no estado atual da critica histórica mais podem induzir o principiante em erros do que servir a guiá-lo) e tirou toda a dúvida acerca da existência do Caramuru, o que depois se elucidou melhor por novas provas. — Até esse aparecimento, nenhum outro documento tinha lançado mais luz sobre várias questões intrincadas da primeira época de nossa História, porquanto serviu de esclarecer um período de mais de vinte anos dela, quando a carta de Pero Vaz de Caminha era apenas revelação do que se passara durante dias! (Carta-prefácio à 3.ª ed. do *Diário*. Cf. *Rev. do Inst.*, t. 24, págs. 7-8)."

o erudito Joaquim Heliodoro da Cunha Rivára, da Biblioteca de Évora, publicou outro no *Diário do Governo* de 2 de janeiro de 1840; D. José de Lacerda fez o mesmo no *Director* de 11 de janeiro, n.º 594; Raposo de Almeida no *Mosaico* de 13 do mesmo mês, n.º 45, seguiu-lhes o exemplo; e até o Visconde de Santa-rém, luminar da historiografia portuguesa, o autor da *Teoria das Côrtes Gerais*, do *Quadro Elementar das relações diplomáticas de Portugal* e das *Recherches sur Americ Vespuce*, em sessão da Sociedade de Geografia de Paris, prestou homenagem ao valor da publicação e aos méritos do autor, não obstante dêle discordar quanto à avaliação do papel que na história dos descobrimentos coube ao cosmógrafo florentino. O Cardial Saraiva repetiu os encômios saídos no *Correio de Lisboa*, no *Índice das Navegações*, publicado em 1841 (50).

No *O Panorama*, periódico em que colaborava o escol das letras portuguesas, também saiu um artigo de crítica elogiosa no número de 14 de dezembro de 1839 (vol. III, págs. 398-400). Estes encarecimentos, porém, feitos sob a responsabilidade da redação de um órgão que contava Varnhagen como um de seus diretores suplentes, desde o aparecimento da fôlha em 1837, considerava-os o próprio beneficiado como pouco expressivos.

Ainda em 1839 saiu nessa revista um artigo anônimo (número de 1 de julho, págs. 172-174 do 3.º vol.), descritivo da vila de Santarém, baseado em informações prestadas por Varnhagen, que por algum tempo lá residiu. Foi nessa vila estremenha que o jovem sorocabano fez em 1838 a primeira e mais célebre de suas descobertas arqueológicas, a do túmulo do descobridor do Brasil, Pedro Alvares Cabral, na sacristia do convento da Graça. Comentando o achado da sepultura, de que não havia a menor memória escrita, nem de tradição, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, na carta escrita ao cônego Januário, secretário perpétuo do Instituto, a 10 de novembro de 1839, e que acompanhava o exemplar do *Diário de Pero Lopes* ofertado por Varnhagen, salienta a circunstância notável de ter sido um brasileiro “quem descobriu onde repousavam as cinzas do descobridor do Brasil, ignoradas 300 anos dos seus próprios (51).”

Informava ainda Drummond que seu jovem compatriota continuava à cata de outros documentos interessantes para a história e a geografia do Brasil, e efetivamente desde essa época o vemos copiando e remetendo para o Instituto Histórico peças dos depósitos portugueses, que a direção da *Revista* fazia logo publicar à medida que chegavam (52).

Da atividade de Varnhagen, na Torre do Tombo principalmente, temos o testemunho eloquente de Oliveira Lima, expresso no discurso de recepção da

(50) A respeito dessas publicações elogiosas veja-se a *Réplica Apologética*, págs. 11-14.

(51) *Rev. do Inst. Hist.*, t. II, pág. 137. O cônego Januário, na informação que prestou, por parte do Instituto, para instruir um pedido de condecoração que Varnhagen fizera, informação datada de 18 de abril de 1844, e cujo original inédito existe na Seção de Mss. da Biblioteca Nacional (cota C-849, 45), repete como suas as palavras de Drummond.

(52) Quando se publicou em julho de 1840 o primeiro documento oferecido por Varnhagen, uma carta de Nóbrega, copiada do original existente na Torre do Tombo (Corpo Cron. Parte 1.ª, Maço 86, n.º 125) já ele era sócio correspondente do Instituto, e estava no Brasil, aonde viera pugnar pelo reconhecimento de sua nacionalidade.

Academia Brasileira de Letras, em 1903, onde ocupou a cadeira para a qual escolheu como patrono o Visconde de Pôrto Seguro:

“Quando, muito novo ainda, eu estudava paleografia na Torre do Tombo, de Lisboa, tendo por mestre José Basto, um dos auxiliares de Herculano na obra grandiosa dos *Portugaliae Monumenta Historica*, costumava ansioso esquadriñar nos maços de papéis bolorentos, de caracteres semi-apagados, debaixo da poeira dos séculos, algum documento que, na minha prosápia juvenil julgava ser decisivo para a solução de qualquer dos enigmas da nossa história, que os tem, conquanto date de ontem. Ora, era com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aquêles papéis, se me deparava a marca discreta do lápis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Francisco Adolfo de Varnhagen (53).”

Luís Camilo de Oliveira Neto, profundo conhecedor da heurística luso-brasileira, durante a viagem feita a Portugal há poucos anos, teve ocasião de verificar, *de visu*, a afirmativa de Oliveira Lima. Pesquisava também documentos inéditos quinhentistas, e apenas numa pequena pilha, não classificada, de papéis relativos a salários de oficiais mecânicos empregados nas obras da cidade da Bahia por Tomé de Sousa, pôde achar alguns não percorridos pelos olhos do sorocabano; todos os demais, e eram maços e maços, apresentavam o sinal de terem passado por suas mãos: um pequeno V feito a lápis à margem das folhas.

No gôsto pela averiguação do passado não estava Varnhagen isolado tanto no tempo como no meio em que vivia. Era o pleno regime da reação romântica, que, na Europa cristã, se caracterizou pelo renascimento dos estudos históricos, pela diminuição do culto da antiguidade clássica e por um mais intenso interesse pelos homens e instituições da Idade-Média, na qual se procuravam as raízes do liberalismo contemporâneo. Um grupo de estudiosos de escol, discípulos de João Pedro Ribeiro e Antônio Caetano do Amaral, a cuja frente se destacava a figura de Alexandre Herculano, colaborava no “O Panorama”, procurando despertar o gôsto pelos monumentos arquitetônicos e jurídicos da Idade-Média. As lutas dos três elementos da população (clero, nobreza e povo) pela supremacia social, o estudo das franquias contidas nos velhos forais, a evolução dos direitos romano e visigótico e sua influência recíproca, a crescente importância do terceiro estado acompanhando *pari-passu* a do poder nivelador da coroa, tudo isso fornecia matéria ampla e ainda pouco explorada à curiosidade dos investigadores portugueses que agora a poderiam estudar à luz dos modernos processos da crítica científica, graças às amplas garantias de liberdade na manifestação do pensamento trazidas pelo regime da Carta.

Varnhagen, cujas afinidades de espírito com Alexandre Herculano terei ocasião de assinalar em outro capítulo dêste livro, tinha a atenção voltada para o estudo das coisas brasileiras, para o passado de um país, que embora surgido

(53) Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIII, 1908 (imp. 1911), pág. 3.

para a civilização em plena época do renascimento clássico, quando campeavam os governos absolutos e centralizados à romana, ensaiou os primeiros passos na sua senda sob o regime quase feudal das capitanias hereditárias. A Pátria e o assunto atraíam-no irresistivelmente. Por isso, uma vez terminado o curso de Engenharia, regeitando a oferta do rei D. Fernando, que se propunha mandá-lo estudar na Alemanha para vir a ser professor dos príncipes seus filhos, dando de mão a uma brilhante carreira militar já auspiciosamente começada, tratou de, em princípios de 1840, com os próprios recursos, vir ao Brasil aproveitar-se das vantagens da lei que sabia estarem as nossas câmaras legislativas discutindo, com a finalidade de chamar à Pátria seus filhos de cidadania duvidosa, por terem entrado ao serviço de outra nação. Muniu-se de cartas de empenho do ex-regente Costa Carvalho, mais tarde Marquês de Monte Alegre, então em Lisboa, e do ministro Vasconcelos de Drummond (54); e, como a prudência aconselhava, para não sacrificar sem remédio a situação que já possuía, não pediu logo demissão do exército português, e sim licença por alguns meses, que alargou com prorrogações sucessivas por mais de ano e meio. O patriotismo não excluía o bom senso e as precauções.

*

* *

No Rio de Janeiro esperava o jovem pesquisador encontrar o ambiente favoravelmente preparado para recebê-lo. Suas eruditas labutações tinham-no fêto conhecido e admirado nos meios cultos; nas esferas governamentais deveria haver as melhores disposições para aproveitá-lo nos serviços públicos do Império, em vista do ofício reservado de Drummond, datado de 14 de dezembro de 1839, e dirigido a Caetano Maria Lopes Gama, futuro visconde de Maranguape, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

“Recusa”, dizia êle de Varnhagen, “qualquer emprêgo português, procura ● Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação. É por isso que emprega seu talento em coisas de interesse do Império. E ninguém melhor do que êle está em circunstâncias de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas, que tem, com os empregados dos arquivos e bibliotecas dêste Reino, e da Academia Real das Ciências, de que é membro, mas também porque conhece praticamente tudo quanto existe acerca do Brasil, de que faz seu particular estudo em qualquer parte dêste Reino. O Rei D. Fernando ofereceu mandá-lo para a Alemanha aperfeiçoar a sua educação, para vir a ser mestre dos príncipes seus filhos (55). Varnhagen, que tem os olhos no futuro que prevê, recusou a oferta do rei: Pretende ser empregado no serviço do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se

(54) *Réplica Apologética*, pág. 6.

(55) Até ao aprêgo especial do rei D. Fernando há um singular paralelismo entre as figuras de Varnhagen e de Herculano.

êle fôsse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que certifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso (56). Um ordenado de 800\$000 anuais seria, quanto a mim, suficiente recompensa para adquirir já um moço de tanto talento e trabalho, pôsto que em tenra idade, e que nos tem prestado bons serviços com a publicação das suas obras a respeito do Brasil. Fazendo esta proposta a V. Ex. com a mira de animar e proteger um engenho pátrio, que pode vir a ser honroso ao nosso país, não pretendo de forma alguma prejudicar a nomeação já feita em outro digno patricio. Observo sòmente que José Maria do Amaral foi encarregado de uma missão de que não pode dar satisfação scñão com o andar do tempo, visto não ser coisa fácil orientar-se com brevidade em três países estrangeiros para chegar ao têrmo de fazer proficuas indagações, e descobrir inéditos nos arquivos e bibliotecas, mormente em Portugal (57), aonde as repetidas modernas revoluções e a abolição dos conventos confundiram todos os papéis públicos e deslocaram todos os depósitos e arquivos, a ponto de ser êste mesmo govêrno obrigado a mendigar agora cópia de tratados e outros diplomas que não acha na secretaria de Estado, nem na Torre do Tombo. Não falta em que aproveitar o talento de Amaral nesta Legação (58), aonde muito desejo tê-lo, e nas mesmas indagações históricas na Espanha e na França — V. Ex. fará o que fôr mais justo (59)."

Camilo Castelo Branco, no *Esbôço de apreciações literárias*, aventa outro móvel que não o amor da Pátria, para a resolução de Varnhagen. Havia ao tempo grande entusiasmo pela literatura dramática, e sucediam-se em Lisboa récitas e concursos de peças teatrais. Quem diz concurso diz polêmica, e na apreciação do valor do "Lopo de Figueiredo", da autoria de Inácio Pizarro de Moraes Sarmento, dois jornais de 1839, o "Correio" e o "Diretor" se engalfinharam em acesa disputa. Francisco Adolfo de Varnhagen, que também exercia a crítica teatral e veio até a fazer parte de uma comissão julgadora do Conservatório Dramático, então, segundo Camilo "moço de vinte anos (23, aliás) e sedento de glória, com armas débeis para conquistá-la, agrediu, mais apaixonado que douto, o drama de Inácio Pizarro, exposto às provas pú-

(56) Veiu a receber mais tarde esta incumbência.

(57) João Francisco Lisboa achou-se em dificuldades semelhantes quando foi mandado em comissão do govêrno a Portugal, e teve de recorrer ao auxílio de Varnhagen para desincumbir-se dela.

(58) No Relatório do Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1841 já figura José Maria do Amaral como secretário de legação interino em Lisboa (pág. 14). A comissão que recebeu êsse diplomata resultou de um pedido do 1.º secretário perpétuo do Instituto (Januário) ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao que êste anuiu por meio de ordens passadas ao M.º em Lisboa a 22 de agosto de 1839. Mais tarde o cônego Januário pediu a reiteração dessas ordens, sendo satisfeito por Aureliano Coutinho, como êste lhe respondeu em officio de 9 de dezembro de 1840, dando noticia de se ter também dirigido ao M.º de S. M. F. no Brasil pedindo sua intervenção para que ao auxiliar diplomático brasileiro fôsse concedidas tôdas as facilidades (Cf. a respeito *Rev. do Inst. Hist.*, II, págs. 535-536).

(59) Transcrito no artigo de Rodolfo Garcia. V. *História Geral do Brasil*, 3.ª ed. II, págs. 437-438.

blicas, e galardoado de aplausos. Saiu o autor em defesa do seu escrito, e tão accso afinal correu a refrega, que já não houve o terminar-se, sem entrarem armas nesse certame literário. O certo é que Francisco Adolfo de Varnhagen (*sic*), algum tanto desairado no fêcho da pendência, fêz-se de vela para o Rio de Janeiro, sua pátria (*sic*), e lá, mais enriquecido de saber e mais discretamente aconselhado no exercício de sua ciência, vingou altear-se a posição de créditos literários, que já agora podem emparelhar com os mais prestadios de Portugal. Se a consciência de Inácio Pizarro houvesse de molestar-se da catástrofe literária, que ocasionou ao seu contendor da mocidade, o sucesso daquela aventura deve hoje redundar-lhe em muito contentamento (60)."

Apenas com as palavras de Camilo é impossível verificar, aqui no Brasil, sem a coleção dos referidos jornais de Lisboa, os termos da polémica, e qual o desfecho desairoso que teve para o jovem brasileiro. Seria um desafio para duelo, a que Varnhagen se furtasse? Não é possível. Conhecendo o manejo da espada e das armas de fogo (61), e brioso como sempre se mostrou, não fugiria ao encontro. Alguma surra de pau? É possível, tratando-se de um método de desforço tipicamente português. Deve haver alguma verdade nas palavras do polígrafo dalém-mar, à parte as inexatidões sobre certos pontos da vida e até o próprio nome do sorocabano, pois não consta se tenha Varnhagen jamais defendido de suas alegações. Esse motivo, penso eu, não seria suficiente para, por si só, levar o filho do coronel alemão a pleitear outra nacionalidade. Seria preciso algo mais.

*
* *

Varnhagen deve ter saído de Lisboa em fins de maio ou começos de junho de 1840, pois, viajando em navio de vela, necessitaria de mês e meio aproximadamente para chegar ao Rio, e só temos certeza de sua presença na capital do Império a 18 de julho, em que pronunciou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o discurso de agradecimento pela sua eldição de sócio correspondente. Na mesma sessão, (43 a) foi escolhido para, em companhia do barão de Planitz, dar parecer sobre a *Reise in Brasilien* do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, e teve ocasião de ofertar sete manuscritos, alguns nos originais, e cinco obras impressas, para o arquivo e biblioteca da corporação (62).

Segundo informação de Abreu e Lima, no opúsculo que escreveu contra o *Primeiro Juízo* de Varnhagen sobre o seu *Compêndio de História do Brasil*, este, que logo se ligou em estreita camaradagem e amizade com o cônego Ja-

(60) *Esbôço de apreciações literárias*, 3.^a ed., 1908, pág. 243.

(61) Na carta ao General Andréa, parcialmente transcrita no texto, há referências à prática da esgrima, e quanto ao tiro, sendo grande apreciador de caça, é impossível que não atirasse regularmente.

(62) *Rev. do Inst. Hist.*, II, pág. 394, 395 e 396.

nuário, secretário do Instituto e bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública, arranhou de aposentar-se, com um criado que trouxera de Portugal, no próprio edifício em que funcionava a repartição, pertencente aos Terceiros do Carmo, no Largo do Paço (atual Praça 15 de Novembro). O prédio, demolido no começo deste século para prolongamento da Rua 7 de Setembro, dava frente para o mar. Ligava-se pelos passadiços aéreos ao Paço da Cidade (hoje Diretoria Geral dos Correios e Telégrafos), em uma de cujas salas celebrava suas sessões o Instituto Histórico. Varnhagen tinha assim à mão livros em quantidade, a proteção imperial e o Instituto. Aproveitou bem o tempo e as contingências favoráveis, e fez algumas descobertas importantes, principalmente na seção de mss., de que deu a conhecer as cartas jesuíticas do códice doado pelo Conselheiro Ordóñez, e que pertencera à casa de São Roque, e os dicionários *português-brasileiro* e *brasileiro-português*, cuja impressão veio a propor fôsse feita pelo Instituto.

O Rio de Janeiro agitava-se no momento com os debates parlamentares suscitados pela questão da maioria do Imperador, que os liberais, em minoria na Câmara dos Deputados, desejavam antecipar. A 23 de julho levou-se a efeito de forma inesperada e revolucionária, graças a um golpe da oposição, essa importante mudança política e constitucional. A discussão da lei sobre o reconhecimento da nacionalidade dos brasileiros em situação análoga à de Varnhagen ficou interrompida. Este, indiferente à sedução das pugnas políticas, continuava assíduo às sessões do Instituto Histórico, tomando parte saliente nos trabalhos. Há naturezas assim, profundamente introspectivas, para as quais a paisagem envolvente, tanto física como moral, em absoluto não existe. Por esse tempo — porque mais tarde seu temperamento se modificou — o sorocabano ainda corria parêlhas com a padre Antônio Vieira, o mais perfeito representante, entre nós, no século XVII, dessa classe de homens. J. Lúcio d'Azevedo fez a justa observação de como o jesuíta, tendo por mais de uma vez estacionado nas principais cidades da Europa, *v. g.* Paris, Roma, Haia, Amsterdão e Londres, de aspectos tão diversos e tão superiores, pela riqueza ou pela extensão, àquelas em que se lhe formara o espírito, jamais deixara o menor vestígio, em sua copiosíssima correspondência, das emoções porventura experimentadas nesses ambientes. Nem a cultíssima Paris dos Richelieu e Mazarinos, nem a vetusta capital dos Césares, blasonando de imponentes ruínas, nem a curiosa topografia dos Países-Baixos, recortados de canais e semeados de moinhos de vento, lograram arrancar-lhe senão uma ou outra referência acidental e fugitiva. Apenas lhe enchiam a mente reflexões inspiradas pelo desenrolar das importantes missões políticas motivadoras de suas viagens. Só para tratar de matérias dessa espécie reservava os olhos e os ouvidos, assim como o papel de suas longas cartas (62a). Na sessão de 1 de agosto do Instituto leu-se no expediente uma carta do naturalista bávaro, Carlos Frederico Filipe von Martius, agradecendo o diploma de membro honorário que o cenáculo brasileiro lhe remetera, e entrando em considerações

(62a) *História de Antônio Vieira*, I, págs. 99, 103, 122 (da 1.^a ed.).

sôbre a civilização dos índios do Império americano, que julgava do tipo regressivo. Em sua opinião, teriam tido, em épocas remotas, estágio de cultura superior àquele em que os encontraram os portugueses. Aconselhava que se procurassem os restos dessa cultura decadente e prestes a extinguir-se entre as tribos de língua-geral ainda existentes nas mesopotâmias do Tocantins, Araguaia e Xingu (os Apiacás, os Gês e os Mundurucus), únicos depositários possíveis da mitologia, tradições históricas e civilização dos tempos passados. Varnhagen, pedindo a palavra, disse aproveitar o ensejo oferecido pela comunicação de tão conhecido viajante e cientista para propor que o Instituto procurasse recolher tôdas as informações existentes sôbre essa raça quase extinta, e também para sugerir que se cogitasse dos meios de promover no Império o estudo das línguas selvagens. Ato contínuo leu a sua dissertação acêrca do estudo dêsses idiomas, e apresentou duas propostas sôbre os meios de levar a efeito o plano (63).

Na mesma sessão foi escolhido para fazer parte da deputação de vinte sócios, encarregados de transmitir a S. M. I., Protetor Perpétuo do Instituto Histórico, as homenagens por haver assumido a plenitude de suas funções constitucionais. A deputação foi recebida no Paço da Boa Vista às 5 horas da tarde de 4 de agosto. Orou em nome dos colegas o Vice-Presidente Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (64). Foi a primeira vez que Varnhagen pôde contemplar de perto seu soberano, e dela datou a simpatia e proteção por parte do monarca, e a veneração e reconhecimento pela do vassalo, que se conservaram inalteráveis até a morte dêste.

Aproveitando as férias parlamentares, e o adiamento da discussão da lei que o interessava, ocasionado pelos acontecimentos políticos já referidos, resolveu Varnhagen fazer uma excursão de estudos, e para matar saudades —, por sua província natal. Antes de partir entregou a Martim Francisco, para que o fizesse chegar às mãos de seu irmão Antônio Carlos, ministro do Império do primeiro gabinete escolhido por D. Pedro II, o requerimento em que declarava optar pela nacionalidade brasileira. Alguns anos depois não mais se recordava com certeza se fôra datado de 1 de agosto ou de setembro:

“Senhor: Francisco Adolfo de Varnhagen, nascido na Província de São Paulo (doc. 1.º) e filho, hoje único, do Coronel Varnhagen, antigo diretor das fábricas de São João do Ipanema, havendo aos oito anos de idade sido levado a estudar à Europa, empregou o tempo até agora decorrido habilitando-se para servir melhor a V. M. I. — (documentos 2, 3, 4, 5, 6).

“O suplicante, Senhor, por enquanto é menor; e como tal nem pode dispor de si, nem entrar ainda no gozo dos direitos civis. Mas succedeu que para ter

(63) *Rev. do Inst. Hist.*, II, pág. 401.

(64) *Idem, ibidem*, pág. 406-407.

Extrahido d'uma carta particular.
He traducção litteral, Juiz de Fora 31 de Agosto 1840

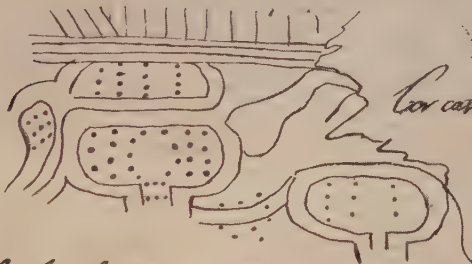
A nossa construcção das estradas va muito bem
 avante. Ha alguns dias, cortamos um morro
 e encontramos na profundidade de 5. 6. e
 8 palmos um cemiterio indiano. Panellas
 de barro de 5 palmos de comprimento com 3 de
 largo e $\frac{3}{4}$ de palmo de altura continham
 restos de ossos de hombros, braços e
 pernas, mas logo cahião em cingos.

As panellas estao pintadas de fora e
 por dentro

Algumas



Outras



Com castanhos

Este desenhio foi feito muito a pressa, estando
 de fragmentos, só pra dar lly uma idea do nosso
 achado. Tambem encontramos tres palmeiras

mais ~~fundo~~ ^{algumas} panellas de corinha
mas sem guizados

Fernando Halpelo

a glória de servir às ordens do Augusto Pai de V. M. I. — se alistou sob suas bandeiras, e quis a sorte que, havendo-o favorecido a guerra e os estudos, se achará hoje considerado em proposta para capitão do Exército português. Mas o suplicante vendo aproximar-se o termo de sua menoridade, decidiu vir aos pés de V. M. I., à custa, Deus sabe de que sacrifícios, incluindo o de ausentar-se de seu velho pai enfêrmo, optar decididamente pela nacionalidade de nascimento com preferência à de domicílio. Obrigado a voltar à Europa pode ser que aí continue a servir, e que a sorte não lhe permita mais o tornar a ver a sua terra natal. Mas o suplicante nasceu brasileiro e brasileiro quer morrer: deseja conservar os foros a que seu nascimento e sua opção lhe dão direitos: — deseja, embora residente em terras do Velho Mundo, ser americano.

“Talvez, Senhor, venha um dia em que o Brasil aprecie o intento fervoroso que guia o suplicante, quando — P. a V. M. I. lhe conceda licença para que ao dever entrar, pela idade, no gozo dos direitos civis, não seja excluído dêles por se achar em serviço estrangeiro — E. R. Mcê. — Rio de Janeiro, 1 de (agosto ou setembro) de 1840 — Francisco Adolfo de Varnhagen (65).”

Até a partida para a província de São Paulo, via Santos, assistiu Varnhagen, pelo menos, a mais duas sessões do Instituto; a de 31 de agosto e a de 18 de setembro, na qual deu conhecimento ao plenário de uma carta escrita por Fernando Halfeld ao sócio correspondente J. D. Stürz. Nessa carta se comunicava haver o referido Halfeld, engenheiro alemão empregado na província de Minas Gerais, descoberto em localidade próxima à freguesia de Juiz de Fora um cemitério de índios, contendo vários *camocins* ou *igaçabas*, partidos e ter o intento de fazer em breve outra excavação na qual esperava encontrar alguma intacta (66). A carta, traduzida do original alemão por Stürz, e com os desenhos copiados dos de Halfeld, encontra-se no arquivo de Varnhagen no Ministério das Relações Exteriores, onde obtive a fotocópia, depois avivada a nanquim, pela qual se fez o *cliché* que ilustra este capítulo.

*

* *

Já a 31 de outubro se lia em sessão do Instituto a primeira mensagem remetida de São Paulo pelo sócio itinerante:

“Creio de minha obrigação não dever demorar em noticiar a êsse nosso Instituto que não tenho um só momento perdido de vista, depois que deixei essa capital, as obrigações que me impõe a qualidade de seu membro. Em

(65) *Réplica Apologética*, págs. 66-7.

(66) *Rev. do Inst. Hist.*, II, págs. 414-415.

Santos procurei com Fr. Gaspar à vista examinar as localidades e inscrições. Maior diligência, ainda que pouco profícua no sentido que eu desejava, fiz no Arquivo da Câmara de São Vicente, vila talvez a mais inferior de todo o Brasil, não obstante ser a primeira por direito de antiguidade. O Arquivo, pelo desleixo dos Camaristas passados foi não só desfalcado de muitas preciosidades e documentos mais antigos, como mal resguardado, do que resulta achar-se pela maior parte carcomido e sem ordem. Achei no Arquivo uma carta de Marcelino Pereira Cleto, datada de Santos em 3 de abril de 1786, que agradece à Câmara os papéis importantes que lhe confiara; e pode ser que havendo esta facilidade, para outros houvesse a mesma franqueza, e se extraviassem com a morte de algum que os tivesse entre mãos (67). Além disso sabe-se que há poucos anos um velho Escrivão, que tinha em sua casa em São Vicente muitos papéis, se negara a entregá-los, e temendo não levar avante a sua pertinácia depois da morte os queimara poucos dias antes de falecer. Examinando o local de São Vicente me convenci que Fr. Gaspar não teve razão para sustentar a grande questão a favor da casa de Vimieiro, e as poucas palavras de Pero Lopes me decidiram em sentido contrário.”

“Das ruínas de Santo André e de São Bernardo nada pude deduzir a respeito de João Ramalho. Cada vez me convenço mais da minha opinião já anunciada pela imprensa, que nas cartas dos Jesuítas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da história moderna do Brasil; e nas que foram escritas de São Paulo ou São Vicente por Leonardo Nunes e seus companheiros se encontrará o mais antigo e essencial.”

“Não me devo esquecer de participar ao Instituto que não me olvidei da sua recomendação a fim de examinar o monte de ossos que viu o capitão Nordamericano J. D. Elliot, e sobre que C. D. Meigs publicou uma dissertação nas — Transações (68) da Sociedade de Filadélfia —, cuja descrição eu tinha tido o cuidado de copiar verbalmente. Depois de obter as competentes informações dirigi-me ao sítio de Manuel Dias, que é próximo do Cubatão. Tive a fortuna de encontrar em sua casa o Sr. Manuel Dias, onde foi hospedado: li (traduzindo para Português) na presença dêste Sr. tudo quanto se descrevia, e que desejava saber se eram aquêles os sinais da sua *casquira*. Disse-me que haverá dez ou doze anos se verificavam tôdas as circunstâncias mencionadas, porém que o outeiro fôra já todo desmoronado para aproveitar as ostras e mariscos para cal. Levou-me depois ao local, e então vi que êle não era mais que um depósito de mariscos, análogos aos que Fr. Gaspar chama *ostreiras*, descrevendo-os à págs. 20, e dando-lhes uma origem, cuja veracidade ainda

(67) Em condições ainda piores que as do arquivo da Câmara de São Vicente veio o visconde de Pôrto Seguro encontrar, em 1877, os das câmaras de Pôrto Seguro e Ilhéus.

(68) Houve aí uma impropriedade de tradução. *Transaction* na acepção em que está empregada deverá traduzir-se em português por *boletim*, palavra que entre nós é a que mais se aproxima da *transaction* inglesa e do *compte-rendu* francês.

se pode contestar (69). Eu ainda vi uma caveira com todos os dentes nas maxilas, porém já quebrada; era do tamanho ordinário das da nossa espécie. O Sr. Dias disse que de tamanho ordinário eram quase todos os mais ossos. Reservo-me para em melhor ocasião descrever todas as circunstâncias destas e outras casqueiras, como nesta Província lhe chamam."

Julguei preferível transcrever a carta tal como foi inserta na *Revista* do Instituto, t. II, págs. 521-522, a fazer um resumo ou refundição, não possuindo outras notícias ou elementos de confronto sobre a estadia de Varnhagen em Santos, São Paulo e localidades vizinhas. A carta foi publicada sem o princípio e o fim, e, portanto, não traz data. O original procurei-o inutilmente no arquivo do Instituto, onde não se acha. Talvez se tenha extraviado juntamente com outros papéis em poder do cônego Januário (70), a quem, como 1.º secretário, era dirigida a correspondência. Algumas cartas, entre as quais a de Drummond referindo o achado da sepultura de Cabral, se encontram na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, mas o original da que acima transcrevi lá não está.

(69) A origem dos *sambaquis* é assim exposta por Fr. Gaspar: "Índios particulares em todo o tempo, e povos inteiros em certos meses, vinham mariscar na costa: escolhiam entre os *Mangais* algum lugar enxuto, aonde se arranchavam, e daí saíam como enxames de abelhas a extrair do lodo os testáceos marítimos. É indizível a imensidade que colhiam de ostras, berbigões, amejoas, sururus de várias castas, e outros mariscos, ou porque gostassem mais dêles, ou porque os encontrassem em maior cópia, e colhessem com facilidade. De tudo isto havia, e ainda há hoje muita abundância nos mangais da Capitania de São Paulo. Com os tais mariscos se sustentavam enquanto durava a pescaria, o resto secavam, e assim beneficiado conduziam para suas aldeias, onde lhes servia de alimento por algum tempo. As conchas lançavam a uma parte do lugar onde estavam congregados, e com elas formavam montões tão grandes, que parecem outeiros a quem agora os vê soterrados."

"Daqui nasceu escreverem alguns autores que é mineral a matéria de que se faz a cal em várias partes da América. Enganaram-se, mas com desculpa; porque a terra conduzida pelas águas e ventos para cima d'aqueles montões, formou sobre eles crustas tão grossas que n'algumas partes chegam a ter capacidade para sustentarem, como sustentam, árvores bastante altas, que sobre elas nasceram, e se conservam sempre viçosas. Tanta é a antiguidade d'estas *Ostreiras* (assim lhe chamam na Capitania de São Paulo) que a umidade pelo decurso dos tempos, veio a dissolver as conchas de algumas delas, reduzindo-as a uma massa branda, a qual petrificando-se pouco a pouco com o calor, formou pedras tão sólidas, que é necessário quebrá-las com massas ou alavancas, antes de as conduzirem para os fornos onde as resolvem em cal. Destas conchas dos mariscos que comeram os índios se tem feito toda a cal dos edificios desta Capitania desde os tempos da fundação até agora, e tarde se acabarão as *Ostreiras* de Santos, São Vicente, Conceição, Iguape, Cananéia, etc. Na maior parte delas ainda se conservam inteiras as conchas, e nalgumas acham-se machados (os dos índios eram de seixo muito rijo) pedaços de panelas quebradas, e ossos de defuntos; pois que se algum índio morria ao tempo da pescaria, servia de cemitério a *Ostreira*, na qual depositavam o cadáver, e depois o cobriam de conchas (*Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, livro I, §§ 29 e 30)."

(70) Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que conheceu intimamente o cônego Januário e serviu sob suas ordens na Biblioteca Pública, diz que o editor do *Parnaso Brasileiro* possuía material para mais de vinte volumes de obras poéticas de brasileiros, que guardava num baú, e tencionava aproveitar numa segunda edição mais correta e desenvolvida do Parnaso, projeto desvanecido pela morte. Todo esse material, com tanto trabalho reunido, desapareceu com seu falecimento, e o mesmo deve ter sucedido ao arquivo particular (Cf. *Obras Poéticas* de Silva Alvarenga, I, págs. 85-86). Há na seção de mss. da Biblioteca um códice de cartas de Alexandre de Gusmão que lhe pertenceu, e fôra antes de Monsenhor Pizarro, e cartas ao secretário do Instituto Histórico, seguramente procedentes de seu espólio.

De São Paulo expediu o sorocabano segunda missiva ao mesmo destinatário, datada de 5 de novembro, e lida em sessão de 14 (71). Durante a demora na capital da província procurou reatar relações com as velhas amizades de família, entre elas o Presidente Rafael Tobias de Aguiar, que por sua sugestão ofereceu um manuscrito ao Instituto, e a família do general Arouche, cuja filha, a Sra. D. Maria Benedita possuía no seu jardim, perfeitamente desenvolvidos, três arbustos de chá, plantados com sementes levadas pelo velho Varnhagen do Horto Botânico do Rio de Janeiro (72).

“Por esta vou rogar a V. S. que faça presente ao Instituto que eu, apesar de ausente, e privado de assistir às suas sessões, não tenho sido omisso nas obrigações que me impõe o cargo de seu membro. Tenho folheado nesta cidade os livros e papéis dos arquivos da Câmara Municipal, e os de datas de sesmarias da antiga Provedoria da Fazenda, não me escapando o cartório dos Jesuítas, que me forneceu alguns esclarecimentos; neste vim achar também uma cópia da doação de Pero Lopes de Sousa, que confrontei com a que tinha publicado. Procurei familiarizar-me com diferentes pessoas que figuraram em diversas épocas, pelo que encontrei escrito, ainda da menor insignificância aparente, e espero utilizar-me desta familiaridade para algum dia empreender alguma tentativa amena na literatura brasileira.”

“Verifiquei e acertei pela confrontação várias investigações de Fr. Gaspar, que não tenho ocasião de fazer chegar ao conhecimento do Instituto, porque me estou dispondo para seguir viagem amanhã para as vilas do interior, cujos arquivos também visitarei.”

“Já que falei em Fr. Gaspar julgo do meu dever fazer ciente ao Instituto que vim nesta cidade encontrar um livro Ms. anônimo, que pela confrontação deduzi logo ser cópia da obra d’este Brasileiro antes de impressa; pois a contém quase *verbatim*, seguindo-se porém as notas que elle havia já talvez recolhido para a composição doutro livro, que promete no fim do seu impresso (73).”

“Dois exemplares existem nesta cidade do mesmo Ms. O primeiro que vi foi o que possui o Sr. Rafael Tobias de Aguiar, que será por certo tão franco em deixar tomar cópia a pedido do Instituto, quanto foi em mo confiar. O outro encontrei no cartório da Câmara Municipal desta cidade, em um livro em que se continham anônimas as idéias de Fr. Gaspar, com o seguimento em branco destinado para nêle continuar o resumo histórico da então Capitania. Nêle se lê por fora — *Livro de Memórias, 1786* — Lembro-me que havendo de resolver-se a impressão d’estes apontamentos inéditos, que já estão em certa ordem, se poderia aproveitar da presente ocasião em que o Instituto por aprovação está tratando de dar ao prelo o 2.º volume da obra de Jaboaão, imprí-

(71) O original constitui o documento mss. n.º 2.833 da Lata 141 do arquivo do Instituto.

(72) *História Geral do Brasil*, 3.ª ed. V., pág. 243.

(73) Na terceira edição das *Memórias* de Fr. Gaspar, magistralmente prefaciadas e anotadas pelo Dr. Afonso de E. Tannay, deixou esse erudito investigador irretorquivelmente provado não ser da lavra do beneditino tal continuação, estampada na *Revista*, t. XXIV, págs. 539-616.

mindose os escritos dos dois religiosos separadamente, porém com assinatura e venda simultânea. As províncias do Norte consideradas pela obra de Jabotão, ficariam com a de Fr. Gaspar; e as do Sul movidas por as dêste religioso (que aqui tem tanto conceito) ver-se-iam obrigadas a comprar também a de Jabotão, e o trabalho seria o mesmo nos programas, diligências de assinaturas, etc.”

“No arquivo da Câmara Municipal acham-se livros bem antigos, cuja letra já pertence à Paleografia. Entre êstes deve-se contar o caderno que contém as vereanças de extinta vila de Santo André, dos anos de 1555 a 1558, nas quais por vêzes se acha a assinatura de João Ramalho, o qual não sabia escrever, e por seu sinal usava de um risco com volta de ferradura aberta para o lado esquerdo (74), em que ia o seu nome de batismo, seguindo-se o apelido. Vê-se do mesmo livro que êle era Capitão e Alcaide-mor do campo, e que depois foi Vereador da Câmara. — Também consta doutro livro o sítio em que tinha sua sesmaria, mas nada obtive a respeito da época da sua vinda, de mais além do que consta das cartas dos Jesuítas da Biblioteca Pública dessa Cidade. O caderno mais antigo da então vila de São Paulo está encadernado em um livro por pessoa tão pouco entendida que ficaram tôdas as fôlhas voltadas para baixo, e em sentido contrário ao título, e a outro caderno que está junto, e que contém as vereações de 1573 a 1577 — Êste livro de Santo André é rubricado pelo Escrivão Antônio Cubas em tôdas as fôlhas. Começa contendo em fragmento o fim do foral da Vila dado por M. Afonso em Lisboa aos 5 de abril de 1558, e seguem as vereações de 1562 e 1563. — Os muitos apontamentos que tirei estão ainda tão informes que não posso já dar notícias circunstanciadas, porque desejo aproveitar o tempo. Devo desde já advertir, para que a todo o tempo se me não atribuam faltas que não cometi, que alguns dos documentos antigos dêstes arquivos estão decifrados com a escritura moderna em entrelinha, o que só se deve atribuir a Pedro Taques, ou ao mesmo Fr. Gaspar: quem quer que foi algumas vêzes errou na decifração, e poderá fazer errar aos que não lerem pelo original.”

“Aqui tenho visto também alguns roteiros de sertanistas ao interior do Mato Grosso, e conversado os próprios, o que me tem esclarecido a respeito de várias localidades e cursos de rios dêste país. Espero pelos pontos aonde andar fazer algumas observações de latitude, com que ficarão com mais segurança determinadas as posições de algumas povoações e locais, em que interesse à Geografia Brasileira (75).”

(74) O Sr. Horácio de Carvalho publicou na *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, 1902, com *separata* (1903), um alentado estudo, sob o título *O Cáf de João Ramalho*, em que pretendeu provar ser o referido garrancho a letra hebraica *cáf*, correspondente ao nosso *c* gutural, e representada por um arco de ferradura com a abertura voltada para a esquerda. Segundo o Sr. Carvalho, o patriarca de São Paulo usava-a como simbolo esotérico da raça a que pertencia. Esse estudo apenas poderá ser considerado como um erudito devaneio, destinado a exhibir os conhecimentos de ocultismo de que se jactava o autor. Ramalho era analfabeto, o que depõe contra a probabilidade de ser israelita. Sua animosidade contra os jesuítas tinha explicação natural nos hábitos de vida solta contraídos de longo tempo.

(75) *Rev. do Inst. Hist.*, II, págs. 526-528.

Deixando a capital da província, provavelmente no dia seguinte, 6 de novembro, como tencionava, Varnhagen prosseguiu em sua excursão rumo ao sul. De Sorocaba e São João do Ipanema, onde foi pagar o tributo da saudade ao torrão natal, tomou a velha estrada dos tempos coloniais, com destino a Curitiba. O caminho, varando pelo sertão, conduzia por etapas a Ponta Grossa, o planalto das Araucárias, e daí, pela vila de Lajes, até os campos da Vacaria, no Rio Grande do Sul, sendo muito freqüentado pelas tropas de muares anualmente levadas à célebre feira de Sorocaba.

Agregando-se a um grupo de viajantes podia-se fazer o trajeto com um pouco mais de segurança, senão de conforto, e foi esse o alvitre que tomou o jovem estudioso. A vista e o contato com a mata virgem americana serão sempre impressionantes e arrebatadores para quem não estiver habituado a contemplá-la. Não pôde ficar insensível o próprio temperamento fleumático e pouco capaz de entusiasmos do repatriado, e o testemunho da profunda emoção experimentada veio a dá-lo numa das poucas páginas de intensa vibratibilidade que produziu. No "O Panorama" de 10 de julho de 1842, sob o título *A picada do mato virgem (Fragmento de uma viagem pelo sertão)*, se estamparam as impressões de Varnhagen. Essa viagem pelo interior teve ainda efeitos mais duráveis. Um de seus episódios, muitos anos depois narrado pelo historiador, foi que lhe provocou, pelo abalo produzido no espírito, a mudança radical na maneira, até então puramente romântica, com que encarava a questão dos índios selvagens e de sua catequese.

Sob a influência dessas idéias, dominantes entre os moços de sua geração, alimentados pelos devaneios de Rousseau, escrevera ainda em Portugal um conto ou novela histórica baseada na carta de Pero Vaz de Caminha (76), e na qual descreveu simbolicamente o idílio da civilização com a terra virgem no alegre convívio dos companheiros de Cabral com os Tupiniquins de Pôrto Seguro, e narrou os amores de um jovem português (Afonso Ribeiro) com Ipeca, linda virgem das selvas. Sentia-se aí a influência da aventura do Caramuru, e o tema precursor da *Iracema* de Alencar.

Breve se desfariam essas generosas ilusões pela perspectiva de um ataque de índios bravos, ao atravessar a fronteira da província de São Paulo com a comarca de Curitiba, posteriormente província do Paraná:

"Achando-me em São Paulo, em fins de 1840", é Varnhagen quem fala, "empreendi uma viagem pelo sul da Província, depois de haver ido a derramar uma lágrima no triste vale, onde aprouvera ao Criador que eu aparecesse neste mundo. Já pela altura de Paranapitanga, onde me demorei alguns dias,

(76) *Crônica do descobrimento do Brasil*, impressa no "O Panorama" em sete números a 28 de março de 1840 (tomo IV, págs. 21-22, 33-35, 43-45, 53-56, 68-69, 85-87, e 101-104. Assinado no último folhetim F. A. V. No mesmo ano reimprimiu, refundindo-o, esta novela no Rio de Janeiro, em pequeno volume in-8.º de 70 — I páginas (Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & Cia. Rua do Ouvidor, n.º 65), sob o título *O Descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo-quinto século por* Segunda edição revista, correta e acrescentada pelo autor.

comecei a ouvir contar muitos casos de cruéis assaltos e invasões de Índios, que, quando lhes aprazia, chegavam até ali com suas correrias, e traziam a todos cheios de temor e espanto.”

“Passando, porém, mais ao sul, à fazenda de Morungava, confin actual da provincia de São Paulo com a de Paraná, dela desmembrada, não só ouvi contar novas histórias de assaltos de *Bugres*, como fui informado que andavam elles mui perto, e que eu e os meus companheiros poderíamos no dia seguinte ser atacados na estrada, ao atravessar um bosque, felizmente de curta extensão.”

“Apesar desta noticia, era essencial partir nesse dia; porque tínhamos a vantagem de ir em maior numero, associando-nos a outros tropeiros, já mais habituados a semelhantes cenas.”

“Ao chegarmos à beira do mato vi que todos os meus companheiros e seus camaradas e vaqueanos, sem dizer palavra, tiravam as espingardas dos arçõs, e com elas engatilhadas, e como prestes a dispararem, prosseguiam, e me disseram de fazer outro tanto com as minhas duas pistolas.”

“Felizmente os tais Índios *Bugres*, que segundo os meus companheiros, andavam por ali, e nos deviam estar *tucaando*, ou por nos verem em sufficiente numero, ou porque notaram que íamos mui prevenidos, e elles não gostam de ataques em que corram o menor risco, deixaram-nos passar sem nos enviar nenhuma frechada, a que houveramos correspondido com um disparo à carga cerrada. Note-se que se passava isto nada menos que na *estrada real*, bastante frequentada por tôdas essas tropas e *pontas* de gado que concorriam à feira de Sorocaba, etc....”

“Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um govêrno regular, em tantos lugares do seu território achavam-se (e acham-se ainda) um grande numero de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais...”

“Durante o resto da jornada foram sôbre êste assunto os meus estudos e meditações mais favoritos. Na freguesia de Palmeira procurei informar-me do que se passava em Guarapuava, depois na Curitiba (diga-o senão o Sr. Conselheiro Carrão, em cuja casa me hospedei) tratei de pedir informações dos Índios do Campo de Palmas; em tôda a digressão, pelo litoral desde Paranaguá a Santos, procurei estudar de perto muitos Índios mansos de Araxipira, Cananéia, Iguape e Itanhaém... Regressando ao Rio, tratei de buscar e examinar o que diziam, nos Relatórios das Províncias em que havia Índios, os seus respectivos Presidentes... Segui tendo os Relatórios dos anos seguintes, que cuidava em proporcionar-me o bom cônego Januário... Adverti que o Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845, longe de haver servido a melhorar as coisas, não fizera mais que vir autorizar legalmente os abusos, ou talvez a aumentá-los. Concluí que as Províncias infestadas do flagelo dos Índios

Bravos se podiam considerar pior que infestadas pelo flagelo da guerra civil, e que, sem embargo, mui pouco se preocupavam com isso os nossos politicos (77).”

Há fatos de certa importância sucedidos durante o trajeto de Sorocaba a Curitiba, relacionados com o interesse pela solução do problema dos Índios Bravos, que Varnhagen deixou de mencionar nesta passagem do seu opúsculo de polémica contra João Francisco Lisboa, mas aos quais se referiu na carta sobre *Etnografia Indígena, Línguas, Migrações e Arqueologia. Padrões de mármore dos Primeiros Descobridores, etc...* dirigida em 1 de abril de 1849 a Manuel Ferreira Lagos, então 1.º secretário do Instituto, e publicada duas vezes na *Revista*: Em Guaruí, próximo a Fachina, recolheu um vocabulário dos índios *guayanás*; em Curitiba obteve outro de um *piá*, lá residente, a que obrigou a desembuchar o que sabia, ajudado pelo Sr. Bandeira e por seu amável hospedeiro, o futuro Conselheiro João da Silva Carrão (78). Estes vocabulários nunca foram impressos e se podem considerar perdidos.

No caminho de Ponta Grossa à freguesia de Palmeira, já muito perto desta, chamou a atenção do viajante uma *Itaóca* (casa de pedra); teve curiosidade de ir examiná-la, e para isso se dispunha a desviar-se do caminho, quando notou que o guia se ria d'êle, por ser mais um iludido pelo aspecto da referida *Itaóca*. Embora afetando a aparência dos monumentos megalíticos dos druidas, pela curiosa disposição dos lagedos, não passam êsses aglomerados de um simples capricho da natureza, empenhada em imitar o trabalho dos homens (79). Blocos graníticos com disposição semelhante aos do Paraná encontram-se em outras regiões do Brasil, nomeadamente no lugar chamado *Sete Cidades*, no município piauiense de Piracuruca.

Chegando a Curitiba, onde, provavelmente na própria casa do Sr. Carrão, aprendeu os vários processos de preparação do chá de mate, recordados trinta e seis anos depois, em Viena, quando dirigiu a propaganda dêsse nosso produto (80), despachou, a 16 de dezembro a carta seguinte para o cônego Januário:

“Não posso deixar de lhe escrever agora que, depois de ter andado por sertões sem notícias algumas, vim nesta vila encontrar os “Jornaes do Commercio” em que vêm notícias do nosso Instituto dadas pela delicada pena de V. Sa. — Muito folguei com a leitura do seu discurso (81) e pela minha parte só me fica agradecer as lisonjeiras expressões de que usa a meu respeito, e sentir o não ter podido comparecer perante tão illustre associação.

(77) *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon* 3.º, 1867, págs. 37-38.

(78) Cf. *Revista do Inst. Hist.*, t. XXI, 2.ª ed., pág. 392.

(79) *Idem*, pág. 393.

(80) Cf. o Offício ao Ministro da Agricultura de 3 de março de 1876. Existe a minuta no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Coleção Varnhagen. Nele refere o diplomata como viu proceder em 1840 em Curitiba e Morretes para enxugar a erva-mate amolecida pela absorção de umidade.

(81) *Relatório do Secretário Perpétuo* pronunciado na 2.ª sessão pública e aniversário, de 27 de novembro de 1840. Saiu primeiramente no “Jornal do Commercio” e foi depois reimpresso no *Suplemento ao tomo II*, págs. 13-33.

“Estou meio desconfiado de que lhe não chegaria às mãos uma carta que escrevi à minha partida de São Paulo, em a qual eu dava resumida notícia do que havia aproveitado no arquivo daquela cidade (82). De Sorocaba lhe escrevi outra carta resumida — que nada se perde se não foi entregue (83). — Esqueceu-me dizer que de São Paulo remeti a V. Sa. pelo inglês King duas obras de Eschwege que me foram enviadas para entregar ao Instituto (84), em ambas as quais se contêm escritos e observações de meu Pai. Parece-me que será a sua recepção uma boa ocasião para serem ambos propostos sócios do nosso Instituto.

“Não fui à vila de Campinas e por isso não me utilizei da sua franca recomendação ao ilustre Feijó. — Nos arquivos das vilas em que tenho estado procurei colher todos os apontamentos que me possam servir não só para notícia das suas famílias como algumas notas para a História Geral (85).

“Muito satisfeito fiquei que V. Sa. deixasse já consignada a idéia de algum futuro arranjo com a Academia de Lisboa para a impressão dos escritos do Dr. Alexandre (86).

“Igualmente gostei que não esquecesse a coleção dos Jesuítas. Esqueceu-se de fazer menção do ensaio meu que mais de perto diz respeito ao Instituto — falo da Dissertação acerca das línguas indígenas. Não me queixo ao meu amigo: só lembro porque poderá talvez ainda encaixar a idéia antes de ser o Discurso impresso na Revista (87). Parece-me também que haveria engano da impressão no dizer que a comissão de história deu parecer sobre o Diário quando só foi a Gabriel Soares. Isto são ninharias que nada valem e que só lembro porque talvez se retoquem a tempo na Revista seguinte.

“Nesta vila vim a ter o prazer de fazer conhecimento com um dos meus patrícios mais ilustrados que honra já o curso jurídico de São Paulo, e que na futura legislatura irá também fazer distinta figura nessa Capital como representante da Província de São Paulo. Refiro-me ao Sr. Dr. João da Silva Carrão. Este nome não é por certo estranho a V. Sa., pois me lembro de que V. Sa. lhe escreveu pedindo informações sobre o novamente (88) desco-

(82) A carta de 5 de novembro, que atrás transcrevi.

(83) Não me foi possível encontrar essa carta no arquivo do Instituto Histórico.

(84) A ata da 53.^a sessão, de 5 de dezembro, acusa o recebimento dos livros remetidos por Varnhagen: *Beitrag zur Gebirgswunde Brasiliens*, e *Pluto Brasiliensis* de W. L. von Eschwege (*Revista*, t. II, pág. 532).

(85) A idéia de escrever a História Geral do Brasil veio a Varnhagen quando ainda estudante, em Portugal, antes de ter notícia da fundação do Instituto Histórico no Rio de Janeiro (Cf. *História Geral do Brasil*, 1.^a ed., t. II, Prefácio, pág. VII).

(86) O grande naturalista bahiano Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, cuja obra ainda permanece inédita na quase totalidade. A *Revista do Instituto* publicou a lista dos seus trabalhos no tomo II, págs. 503-513.

(87) Não chegou a tempo. O relatório saiu impresso na *Revista* com todos os senões apontados.

(88) Varnhagen, pelo hábito de ler os antigos cronistas portugueses, empregou o termo *novamente* em acepção já obsoleta, com o significado de *recentemente*, *últimamente*, quando no seu tempo já correspondia a *outra vez*, *mais uma vez*, *pela última vez*.

berto Campos de Palmas; e também me lembro de que o propôs para nosso consócio na seção de história e lhe remeteu o n.º 5.º e 6.º da Revista. Este senhor se incumbiu de reunir desta vila vários apontamentos cronológicos que se poderão imprimir em nota quando o Instituto julgar dever imprimir o Ms. da 2.ª Parte da obra de Fr. Gaspar, por mim noticiado no officio que escrevi de São Paulo. Rogo pois a V. Sa. que apresse a admissão do Sr. Carrão para nosso consócio, enviando-lhe o diploma e os números da Revista que lhe faltam e que êle tem tanta ansiedade de ver. O Sr. Lagos, que me parece ter conhecidos em Paranaguá, se incumbirá facilmente de os fazer chegar à mão sem ser pelo Correio. A esta hora terá V. Sa. já recebido a resposta que o Sr. Carrão me disse ter há dias escrito.

“Daqui irei para Santos, donde tornarei à cidade de São Paulo. O que quizer escrever dirija ao Tobias. Recomende-me aos amigos Ataíde, Lagos, Pontes, Planitz, e aos mais que de mim se lembrarem.

“Como sou do coração seu Amigo Firme devo manifestar-lhe que me encheu de sumo prazer o final do discurso de V. Sa. Chegará à posteridade livre de dúvidas o nome do fundador do nosso Instituto, que se deverá honrar de ter sido criado pelas idéas de um Brasileiro honrado e ilustre. As outras palavras deviam ter alguma influência e peso em várias notabilidades presentes.

“Se tivesse V. Sa. ocasião eu lhe pediria um favor: Creio ser agora o tempo dos cajus e mangas e mais alguma fruta que eu não provei e que não há nesta província; muito me favoreceria se pelo vapor de 15 de janeiro me pudesse mandar algumas por via do Sr. João Batista do Amaral, negociante de Santos, onde eu então já estarei. Recomende-me ao meu Padrinho, e não se esqueça do seu verdadeiro amigo

A. V. (89).”

Esta carta, até o presente conservada inédita, já revela claramente duas feições bem características do nosso primeiro historiador: o gosto pelo apuro rigoroso das minúcias, expresso nos reparos às inexactidões do discurso do cônego Januário; e a vaidade, ao lembrar que “talvez ainda fôsse tempo de se fazer menção do seu trabalho sobre as línguas indígenas para sair no discurso impresso na *Revista*, e isto tratando-se de “ninharias que nada valiam”. O culto de devoção filial manifesta-se pela sugestão do nome do pai, juntamente com o de Eschwege, que o glorifica, para sócio do Instituto.

Saindo de Curitiba, trocou as Araucárias pelas Palmeiras, isto é, desceu a Serra do Mar, visitou Morretes e Paranaguá, e seguindo pelo litoral passou, como já o ouvimos dizer, por Ararapira, Cananéia, Iguape e Itanhaém. Já em Santos, prestes a regressar, crente de não tornar a ver o *Amigo Firme* — tencionava seguir diretamente de Santos para a Europa, sem passar por São

Paulo e Rio de Janeiro, do que depois desistiu — dirigiu-lhe a última carta de viagem, a 6 de janeiro de 1841:

"Ilmo. Amigo Firme. Já lá terão sido entregues duas cartas que lhe escrevi; uma de Paranaguá (90) e outra de Curitiba. Agora vai esta por termo de meu giro. Nada lhe conto a êste respeito, porque incluso remeto abertas duas cartas em que alguma conta dou (91) enquanto não sou mais extenso para o nosso Instituto e para o Público. Delas verá que me vejo obrigado a ir-me embora sem o tornar a ver e a sua pátria (92). Por isso o pedido que de Curitiba lhe fiz de algumas frutas é agora que ainda tem mais lugar. Pode mandá-las entregar no Beco dos Barbeiros ao Sr. Rodrigues, que êle tem outras coisas que me remeter e vem tudo junto. Na Cananêia fui examinar o Padrão de que falo à pág. 90 do Diário de Pero Lopes. É falso o que diz Cazal de se ler ali certo ano, do que êle tira um argumento. Não teve nem tem ano algum especificado. Eu fiz disso lavrar um auto com testemunhas que algum dia apresentarei. Parece-me que vou tomando alento para o futuro Curso de *História Pátria*. Diizem-me que a viagem do Bispo Capelão-mor está impressa. Se assim fôr rogo me arranje algum exemplar; porque enquanto o não tiver visto não me animarei a apresentar ao nosso Instituto descrição alguma — quando já exista impressa na mesma língua outra melhor e mais exata. É por isso que por enquanto cingir-me-ei a escrever para Paris uma carta meio geográfica por via do Visconde de Santarém. Nisto mesmo ainda estou irresoluto. Já aí chegaria o *Bulletin* em que vem a notícia das minhas publicações? — Como serão feitas pelo meu rival Visconde (93) não espero nelas muito favor. No *mar pequeno* da Cananêia vi vários *sambaquis* com caveiras e ossos — ainda meio inteiras cuja forma conforma-se em tudo com a descrição do tal Elliot de Filadélfia. Só parece que foi por casualidade o êle encontrar ali ossos de homens de maior estatura. Não sei se terei em São Paulo cartas de V. Sa., por isso reservo-me a ser mais extenso para o correio seguinte. Não esqueça a carta para o Ataíde — e a outra para o Paranaguá do — De V. Sa. Amigo Firme — *F. A. de Varnhagen* (94)."

Não poderei dizer se Varnhagen ainda voltou a São Paulo ou se seguiu diretamente para o Rio, mas é certo que já a 4 de fevereiro estava na capital do Império, pois na sessão do Instituto dêsse dia, propôs que se consignasse

(90) Não foi encontrada no arquivo do Instituto.

(91) Os destinatários eram Athayde Moncorvo e o Marquês de Paranaguá, como se verá adiante. Não conheço o paradeiro dessas cartas.

(92) O cônego Januário da Cunha Barbosa era natural da cidade do Rio de Janeiro. Enganava-se, pois o missivista ainda teria ocasião de vê-lo, antes de voltar para Portugal.

(93) O Visconde de Santarém foi o maior adversário de Américo Vespucci, e Varnhagen o paladino da sua reabilitação, apoiado integralmente nos últimos tempos por Vignaud. Como já vimos em outra parte dêste capítulo, o fidalgo português referiu-se elogiosamente aos trabalhos de Varnhagen.

(94) *Revista do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*, vol. XIII (1908) — 1911, páginas 101-102.

em ata agradecimentos ao secretário perpétuo pela infatigável atividade com que cooperara para se obter o retrato de Salvador Correia de Sá e Benevides, copiado de um quadro antigo existente em Loanda, na galeria dos governadores daquela possessão portuguesa (95), e que, gravado por Victor Larée, ilustraria a biografia daquele herói escrita pelo sorocabano. Ainda na mesma sessão propôs para sócio honorário ao Sr. Visconde (posteriormente Marquês) de Sá da Bandeira, sendo aprovada a indicação (96).

A comissão encarregada de dar parecer a respeito da *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil* (97), apresentou-a na sessão seguinte, de 27 de fevereiro. Suas conclusões, tímidas e reservadas, serão analisadas na 2.^a parte d'este estudo. Não consta da ata a presença do autor, nem na das reuniões seguintes. Porventura estaria já em preparativos para a viagem de regresso. Esta se realizaria pelo mês de abril na barca *Conde de Palma*, levando o jovem paulista o coração cheio de esperanças: ver reconhecida sua cidadania brasileira e ser aproveitado para um lugar no corpo diplomático do Império.

*

* *

Terminarei o capítulo fazendo uma resenha dos escritos impressos e dos trabalhos realizados pelo operoso paulista durante a primeira fase de sua vida de pesquisador e homem de letras.

Em Lisboa, antes de vir ao Brasil, colaborando no "O Panorama", escreveu a biografia de João Fernandes Vieira (tomo 3.^o, 1839, págs. 241-244, 3 de agosto; com um aditamento à pág. 344 (99). Em 1840 (tomo 4.^o) além da *Crônica do Descobrimento do Brasil*, a que já me referi, publicou: *Torre de Belém*, descrição histórico-arquitetônica desse monumento, (7 de março, págs. 73-74) (100); *Rio de Janeiro* (descrição corográfica), série de artigos

(95) Cf. *Clado Ribeiro de Lessa: Salvador Correia de Sá e Benevides, vida e feitos, principalmente no Brasil*. Lisboa, 1940, ed. dos Centenários portugueses, estampa à pág. 14.

(96) *Rev. do Inst. Histórico*, III, 2.^a ed., págs. 100-119.

(97) Saiu impresso o parecer na *Revista*, III, págs. 138-140.

(98) No "O Panorama" de 13 de julho de 1844 (t. VIII, pág. 224) foi publicada uma poesia em versos brancos com o título *Pergunta de H. Heine; trad. do alemão por V.* Uma nota marginal diz ter sido feita a tradução a bordo da barca *Conde de Palma* em abril de 1841. A assinatura V., o tratar-se de tradução do idioma alemão, a época da viagem, coincidindo *grosso-modo* com a do regresso do sorocabano, e mais que tudo o nome da embarcação, que sendo o do padrinho do historiador, certamente lhe parecia de bom augúrio escolher para viajar, não me deixam hesitar: foi na barca *Conde de Palma* que, em abril de 1841 regressou Francisco Adolfo de Varnhagen a Portugal.

(99) Nem a biografia nem o aditamento sob o título *Ação desinteressada* são assinados, mas a autoria de Varnhagen demonstra-se por sua própria declaração à pág. 387, nota, do vol. V do "O Panorama". A biografia foi reproduzida na *Revista do Instituto Histórico*, tomo V, 1844, págs. 82-87.

(100) A autoria de Varnhagen prova-se por sua declaração no "O Panorama", t. VI, pág. 74, nota.

saídos de 16 de maio a 1 de agosto, págs. 153-155, 177-178 e 241-242 (101); e, finalmente, *Gruta Admirável*, 20 de junho, págs. 193-195, ass. F. A. V. Composto em vista da leitura da *Viagem Filosófica* do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (102), aí faz Varnhagen a primeira menção, que se conhece, dos trabalhos naturalísticos no Brasil e na África do sábio paulista Francisco José de Lacerda e Almeida.

Na *Revista do Instituto*, tomo I (1893), saiu a carta oferecendo um exemplar das *Reflexões Críticas* para a biblioteca do Instituto (págs. 376-377 da 2.^a ed.); no tomo II (1840), além das cartas escritas durante a viagem à província de seu nascimento, saíram: uma nota preliminar ao *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, do padre João Daniel, S. J. (págs. 319-321), e a biografia de D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho (págs. 377-380); no tomo III: a *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil* (págs. 53-63) e a biografia de Salvador Correia de Sá e Benevides, págs. 100-119 (da 2.^a ed.).

Em avulso publicou em Lisboa as *Reflexões Críticas* à obra de Gabriel Soares e o *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, ambos em 1839, já largamente estudados. No Rio de Janeiro saiu em 1840 a segunda edição melhorada da *Crônica do Descobrimento do Brasil*, em um pequeno volume impresso na tipografia de J. Villeneuve.

O fragmento de uma viagem ao sertão, sob o título *A picada do mato virgem* quer escrito em 1840 quem mais tarde, com o auxílio de notas de viagem, só viu a luz da publicidade em 1842, no tomo VI do "O Panorama", págs. 221-223.

Descobertas arqueológicas do mesmo período foram: a do túmulo de Pedro Alvares Cabral na Igreja da Graça em Santarém (1838) (103), a verificação do padrão de Cananéia, e a correção das inexatidões de Fr. Gaspar quanto à descrição desses marcos e quanto a fatos dos primórdios da história-geográfica de São Vicente e Santos, dos quais resultou a sem-razão com que defendeu a causa da Condessa de Vimieiro no litígio judiciário com a Casa de Monsanto.

(101) A autoria de Varnhagen se demonstra pelo fato de no tomo VIII (1844) do mesmo periódico aparecer, a págs. 163-166 um artigo com o título *Rio de Janeiro*, assinado V., em que o autor confessa sê-lo também dos demais com o mesmo título publicados no tomo IV. Que ele se identifica com o nosso historiador convence-se por:

a) Mostrar ser brasileiro nato, o que era raro e talvez único entre os colaboradores do periódico;

b) Declarar-se amigo e consócio do cônego Januário da Cunha Barbosa, coisas notórias quanto a Varnhagen;

c) Referir-se à sua ausência de Portugal em fins de 1840, justamente quando Varnhagen viajava por São Paulo.

(102) Veja-se a *Descrição da Gruta do Inferno feita em Cuiabá*, na *Rev. do Inst. Hist.*, tomo VI, págs. 363-367.

(103) 28 de agosto deve ser a data muito aproximada da descoberta desse túmulo. Neste dia escreveu a D. Fr. Francisco de S. Luís, comunicando o fato, e este lhe respondeu logo no dia seguinte, 29. (Cf. *Réplica Apologética*, pág. 10).

Propôs a criação da seção de Etnografia do Instituto Histórico e Geográfico, mais tarde levada a efeito. Ofereceu ao primeiro grêmio, entre nós fundado para tais estudos, valiosos livros impressos e manuscritos; revelou a existência de muitos outros, entre eles a *Razão do Estado do Brasil*, até hoje inédito, a *História do Brasil* de Fr. Vicente do Salvador e a *História da Campanha de Jesus no Estado do Maranhão*, do padre José de Moraes; e descobriu um exemplar mss. dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, além de numerosos documentos jesuítcos.

Como o joalheiro, que pacientemente coleciona gemas preciosas, procurando reuni-las pelo tamanho e pela côr, tendo em vista a composição de futuros adereços, cujo desenho ainda não fixou, Varnhagen, convivendo com alguns dos corifeus e contemporâneos do movimento da Independência, tais como os cônegos Geraldo Leite Bastos e Januário da Cunha Barbosa; o jurista Silvestre Pinheiro; os marqueses de Palma (seu padrinho de batismo), de Paranaguá e de Monte-Alegre; e Ataíde Moncorvo no Brasil; além de Drummond e o Cardial Saraiva, velhos conhecidos de Portugal, metódicamente protocolizava e guardava as informações verbais que obtinha, e que um dia lhe serviriam para escrever a *História da Independência* (104).

(104) Cf. Prefácio à *História da Independência do Brasil*, na *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 173, págs. 28-29.

A PROJEÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL NA DO PROGRESSO UNIVERSAL

J. F. DE ALMEIDA PRADO

Desde que o cristianismo estabeleceu comunicações seguidas entre os povos do ocidente, não cessou de se acelerar o progresso até os passos de gigante dos nossos dias. A hostilidade de antigas religiões asiáticas e a dissidência maometana delimitaram no comêço a sua área de expansão à zona habitada pelo homem branco europeu. Mas, ao passo que o seu principal adversário, o Islam, co-herdeiro da antiguidade clássica, se deixava assoberbar por esterilizante fanatismo, lançava-se a cristandade pelos mares livres à procura do Preste João e dos povos mencionados por Plínio o Antigo. Windelband na sua *História da Filosofia* perfilha com acêrto o parecer dos que reputam o ciclo dos descobrimentos iniciado no século 15, talvez mais importante para o alargamento do horizonte geográfico e cosmográfico, que o da história pela corrente intitulada Humanismo. As duas — descobrimentos e renascimento das artes, ciências e letras — contribuíram estreitamente associadas em apressar o progresso a partir da navegação transoceânica. Um fator, entretanto, foi até hoje mal conhecido pelos que se ocuparam do assunto. Assume extraordinário vulto a contribuição da América no moderno desenvolvimento industrial da Europa. A prata do Potosi, o açúcar da Bahia e Pernambuco e as minas do sertão do Brasil formaram em uma centúria deslumbrante caudal de recursos monetários com destino às Espanhas, de onde escorria para os incipientes parques industriais da Europa, a estimular o reinado da máquina sobre o mundo. Os inventos de que hoje depende o nosso bem-estar, demorariam por certo em aparecer,

e teriam outra feição, caso não tivessem o apoio econômico das colônias que formam a atual América Latina. A lacuna provém da pouca difusão dos idiomas hispânicos nos principais centros de estudos até a presente guerra, arredando entre outras coisas, um dos setores mais significativos do passado lusitano do grande complexo histórico universal.

Raros são os estrangeiros em condições de se inteirarem da documentação existente em língua portuguesa. Temos um fato sucedido a dois famosos autores que bem ilustra o caso; disse-nos certa vez Lucien Febvre, que observara a Pirenne a participação das cidades espanholas na economia da Idade Média que olvidara, e infelizmente não teve tempo de emendar, porquanto pouco depois falecia. Inúmeros outros economistas e historiadores europeus demonstram as mesmas limitadas noções acêrca de subsídios peninsulares; quanto os norte-americanos, parece que sòmente agora descobriram o sul do continente graças ao estudo do português e do castelhano exigido pela atual conflagração. Pròpriamente não lhes cabe grande culpa, pois logo de comêço lutam com a extrema dificuldade de se documentarem a nosso respeito nos seus centros de pesquisas. Muitas vêzes têm de recorrer a tradutores “traditori”, e perdem longo tempo à procura de dados bibliográficos nem sempre fáceis de encontrar. Nota-se daí, grande diferença no resultado que obtêm na consulta de documentos que lhe são familiares, e no proporcionado pelos de língua portuguesa ou espanhola. Através dêsses obstáculos freqüentemente aparentam os fastos ibero-americanos aspectos de fenômenos de geração espontânea, sem ligação com os demais da Europa, ou de outro continente, apesar da realidade ser o contrário desta omissão, visível nos mais conhecidos tratados de moderna historiografia.

No imenso panorama de relações culturais que a constituem, o decreto da elevação da cidade do Salvador à sede da maior colônia lusa, significa não só intensificação do intercâmbio luso-britânico, como passo decisivo no advento do imperialismo colonial das grandes potências mundiais. Pelo critério que nos orienta, três são os países da América que mais influíram neste sentido através dos seus produtos do século 16 a 19; o México, o vice-reinado do Peru e o Brasil. Os demais do continente trouxeram a sua cota quando o impulso estava

dado, e no início do seu povoamento receberam o bafejo que as metrópoles lhes concediam, graças ao ouro, prata e mercância de gêneros coloniais das regiões anteriormente exploradas. Como verificamos, a produção dos domínios lusos ia ter em última escala às nações industriais européas, com efeito considerável, chegava na hora mais oportuna para acentuar o enorme progresso técnico que realizavam, e que impôs ao mundo a hegemonia do ocidente.

Os aspectos da política colonial devem ser vistos através das condições das metrópoles, do mesmo modo que as da célula mater através das colônias, a fim de que, embora divididos em períodos e regiões se tornem logicamente explicáveis. Em o nosso passado revela o processo singularidades curiosas, como a sobreexcelência da empresa particular duartina em Pernambuco, sobre a da Bahia del-rei até o advento da holandesa. As hostilidades que tangeram os habitantes para as vizinhanças da cidades do Salvador, destruíram engenhos e removeram os haveres que podiam ser baldeados de uma província para outra, desfizeram a desigualdade a favor da sede baiana, que ficou com a primazia ao norte do Brasil. Antes da mutação, o excepcional resultado da indústria açucareira nos deltas pernambucanos e paraibanos — confundidos pela ascendência de Olinda sobre os territórios vizinhos — era muito mais propício às populações daquelas capitanias que o intermitente e parco auxílio de Lisboa, avaramente dispensado aos presídios de além-mar. Aludem os primeiros governadores à absorção *in loco* de grande parte dos rendimentos do Brasil, na defesa da terra e trabalhos preliminares da cidade de Tomé de Sousa. D. João III pouco ou quase nada podia fazer em benefício do mais belo florão de sua coroa, dependendo as finanças régias da especiação de regiões longínquas, sem bastante apoio no solo português e na indústria de seus filhos. Na fase embrionária do Brasil a ameaça constituída pelos repetidos ataques dos franceses e dos índios entibiava a vaga tentativa colonizadora, que de Évora ou Almeirim acompanhavam angustiados el-rei e o seu Conselho. Na expectativa de que a colônia pudesse pelo seu próprio trabalho remover os obstáculos que a emperravam, tinham os portugueses de aguardar acidentes que golpeassem os adversários e dessem tempo às populações litorâneas de se desenvolverem. Intervinha igualmente, para

gáudio de S. A., a antiga política das nações poderosas, protetoras das débeis a fim de levantar obstáculos à expansão de rivais, o que valeu a Portugal consagrar-se folgadoamente ao comércio marítimo, e conservar as suas colônias a despeito dos esforços de competidores muito mais ricos e bem armados.

No tempo de D. Sebastião I começou o Brasil a se revestir de aspecto muito diverso do que tivera no reinado anterior. Aparecia como frutuosa empresa, mercê das salvadoras remessas de açúcar nordestino que afluíam de modo crescente aos portos lusos. Coincidia o reforço econômico com o ocaso da pimenta, fenómeno semelhante ao que mais tarde succedeu ao ouro de Minas Gerais quando assumiu nos réditos do erário a contribuição do açúcar em decadência. Continuou ainda por algum espaço a traficância da especiaria a seduzir imaginações, graças ao fabuloso esplendor que envolvia toda a Índia; onde soldados de Portugal tinham desencravado diamantes dos olhos das divindades jacentes nos templos, e os vice-reis embolsado enormes propinas de príncipes necessitados do auxílio de homens de armas europeus; mas por fim teve de ceder lugar às lendas de incomensuráveis riquezas ocultas nas margens da lagoa Parima e rio das Amazonas. Presumia muito naturalmente el-rei que também encontraria nos limites dos domínios castelhanos os cabedais que permitiram ao imperador custear lutas intermináveis. Seguem daí as perguntas em afã contínuo, reiteradas aos índios pelos companheiros de Vaz de Caminha, pelos governadores gerais e aventureiros lançados no sertão à cata do ouro reclamado pela coroa.

Enquanto não se multiplicavam os descobrimentos de minas, a monocultura de Pernambuco parece que de princípio não entusiasmou o governo metropolitano como era de esperar. Teriam concorrido para o relativo desinteresse as complicações daquela custosa organização agro-industrial, pouco atraente para quem lutava com falta de capitais. O cuidado requerido pelos engenhos afigurava-se excessivo em confronto com o produto das minas castelhanas da América, fácil de transportar e negociar, que davam aparentemente lucros superiores. Ainda nas vésperas da guerra holandesa, os portuguezes consideravam o Brasil apenas como repositório de jazidas preciosas, sem empenho no desenvolvimento de culturas e da criação de rebanhos, a não

ser como atividade subsidiária para a manutenção dos habitantes. O regime das capitanias fôra uma decepção. Empresa desmedida para simples particulares, terminava, afora São Vicente e Pernambuco, desamparada pelos donatários, tornando-se fonte de distúrbios e de aborrecimentos. A reação do índio, quando percebia que o branco ambicionava escravizá-lo depois de apoderar-se de suas terras, zombava dos Regimentos que teóricamente ordenavam possuíssê cada lavrador armas para se defender e acudir ao brado del-rei. Atrás do gentio assomavam corsários, prenunciadores de tormentas por servirem de esculcas aos competidores dos portugueses. Sôbre êsses percalços, os poucos brancos do litoral viviam desavindos entre si, imersos no "mexerico", voltados contra donatários e mais autoridades locais. De nada adiantava inspirar-se a monarquia em precedentes antigos, em que legionários passavam a colonos nas regiões sob domínio romano, levando consigo os instrumentos de trabalho e as armas para manter a conquista. Longe de imitar a disciplina dos predecessores, o reinol era o primeiro a dar o exemplo de insubordinação ao respirar na largueza americana. Transmutava-se em homem livre depois do equador, e em dominador ao pisar o chão onde qualquer branco era rei. O excesso da sua independência lesava os concessionários das capitanias, ao passo que pouca moessa fazia aos governos das dinastias de Avis, dos Áustrias e dos Braganças, apesar das grandes diferenças que as separavam. No reino as populações eram reguladas por foros tradicionais, com severas regras civis e religiosas para nobres e plebeus. Na América tudo se simplificava pelo êrmo que apartava os lavradores uns dos outros, na imensidão onde o senhor de engenho se entornava num feudo muito mais positivo que o suposto emprestado aos capitães. Os que receberam doações no Brasil estavam enquadrados pelos itens dos Regimentos, coarctos pelos régios funcionários, quase sempre adversos, e pelos povoadores inevitavelmente inimigos. A principal causa da queda de Francisco Coutinho ou Pero de Campos deve ser procurada na inabilidade que demonstraram no lidar com os brancos, que na América se julgavam tão nobres e com tantos direitos que os capitães, e por êles prejudicados quando pretendiam dar largas à sua atividade construtora. Nunca a lei da oferta e da procura imperara com tanto despotismo como nesse período das capitanias, em que o branco atingiu o máximo do valor pela sua extrema raridade.

Narram os antigos documentos a falta que fazia, sendo bem elucidativos a respeito os capítulos do presente volume sôbre Ilhéus e Pôrto Seguro. A metrópole, que não dispunha de gente, nem de recursos para angariar mercenários como fizeram os holandeses no século 17, obrigou os pouquíssimos reinóis atraídos pelos donatários a lançar mão do indígena. As guerras “justas” e injustas dispensaram alguns obreiros às derrubadas que precederam o plantio da cana de açúcar, mas depois foi preciso recorrer ao negro, porquanto o índio não suportava o trabalho nos engenhos: adoecia, morria, desertava de qualquer maneira, deixando o povoador sem braços para continuar a faina.

Um conjunto de circunstâncias favoráveis fêz do africano um oportuno substituto do índio quase imprestável. Possuía Portugal vasto viveiro de braços negros em Angola e no Congo, a meio caminho entre a Europa e a Índia, na costa fronteira à América. Os cativos dessa proveniência estavam habituados desde tempos imemoriais ao regime servil, constituindo, até, abrandamento de condição, ir ter das mãos de um soba inimigo às de um senhor de engenho. Robustos e dóceis, recebiam no Brasil o melhor tratamento possível nas condições locais, por custarem caríssimo — verdadeiros animais de luxo — e poderem arcar com o esforço que dêles se esperava. Teve ainda a sua introdução o dom de tornar de certo modo útil, a indiada antes daninha à lavoura. Rondavam os tapuias pelas matas nos limites da roça, contribuindo pelo terror que justamente inspiravam, para sujeitar aquela massa negra à meia dúzia de brancos e mamelucos. A religião também encontrava nos africanos terreno fértil para semear a doutrina e colher messe muito mais abundante que a alcançada com o gentio. Acarretavam sem dúvida grandes encargos, dos quais um dos maiores era o preço e a dificuldade de se reproduzirem no cativo, precisando os lavradores renová-los constantemente sob pena de paralisar a produção. Todos os sacrifícios, porém, eram compensados levando em conta a impossibilidade do reino mandar trabalhadores de suas comarcas para a colônia, que se tornara fonte de vida para a monarquia.

O tempo instruíra através da experiência o govêrno sôbre a maneira de auferir o máximo de proventos do regime colonial. Os caprichos do acaso se encarregaram do resto para benefício del-rei, e

no século 16, quando o açúcar do nordeste começou a ser cotado como o melhor do mercado europeu, descobria-se na outra extremidade do Brasil lusitano o ouro do Jaraguá. Cem anos depois a produção conjugada de toda a colônia intervinha decisivamente em separar as duas coroas ibéricas, facultando aos portugueses os meios de impor no trono a nova dinastia dos Braganças. Neste passo sobreveio um episódio que ilustra a importância assumida pela colônia na metrópole e na Europa; dizia Jan Andries van Moerbeck, que sem Bahia e Pernambuco não convinha à Espanha conservar Portugal!

OS CAMINHOS DO SUL E A FEIRA DE SOROCABA

por ALUISIO DE ALMEIDA

CAPÍTULO I

Serras a sudoeste. A descida para o interior. Botucatu. Serra do Diabo. Paraná. Rio Grande.

Carlos M. De'gado de Carvalho, em sua "Geografia do Brasil" (6.^a edição, 1931), impressa pela primeira vez em 1913, expõe muito bem, didaticamente, aspectos gerais da região que estudamos, facilitando a tarefa aos que teriam de correr aos especialistas.

As montanhas e os rios explicam os caminhos de penetração e formam as diversas qualidades de terra que condicionam a vida humana pela agricultura, criação, indústria. Assim, distinguindo entre a Serra Geral e a Serra do Mar, o autor faz de ambas, respectivamente, o 1.^o e o 2.^o degrau na subida para o planalto. A primeira, altíssima, (por ex., a Tijuca) está na orla do mar e até dentro dêle, nas ilhas; não divide águas que vão ao mar das que procuram o interior; diminuindo suas cotas até Santa Catarina, reaparecendo mais baixa no Rio Grande, Serra do Herval. Formada de rochas cristalinas, ao contrário da Serra Geral, de camadas sedimentares.

Coloca o autor a Paranapiacaba na Serra Geral, mas volta atrás, dando o Cubatão como garganta de acesso à Serra do Mar. Questão de nomes? Não só. Demais, a Paranapiacaba é inegavelmente o grande divisor de águas. Um caso em que, mais uma vez, os extremos se tocam.

NOTA — Fontes para este trabalho: Consultamos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, honestamente dirigido por Lelis Vieira e auxiliares, entre outros, Paulino de Almeida, os livros dos Registros e Barreiras de Sorocaba, Itapetininga, Itararé, etc. Conhecemos o que resta, em Sorocaba, em matéria de arquivos.

Lemos as coleções de Revistas especializadas, dos Institutos Históricos de São Paulo e Brasileiro, a Revista Brasileira de Geografia, os Boletins do Arquivo Municipal de São Paulo e Curitiba, e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Consultamos as coleções de leis que nos foi possível e especialmente devemos referir-nos à gentileza com que o distinto e sábio Dr. Afonso d'E. Taunay nos indicou preciosas fontes a consultar e nos traçou o caminho. Os livros e jornais são citados no texto.

O que não padece dúvida é que pertencem a este 2.º degrau as serras do interior na descida do planalto, formadas em arco pela erosão, por ex. a de Botucatu, entre o Tietê e o Paranapanema, com o seu arenito, e a Itaqueri, entre o Mogi-guaçu e o Tietê, a das Furnas, entre o Itararé e o Tibagi.

A Serra de Botucatu forma enorme arco entre os dois tributários do Paraná. Foi como que a muralha do sertão, avantajada pelo tamanho e pela distância, pôsto que de fácil subida. Da Campinhã, pouco além da fazenda do Paiol e em terras da antiga Guareí dos Jesuitas, sem óculos de alcance, percebe-se muito bem a serra botucatuense, e, à direita, como continuação dela, mas além Tietê, as serras de Itaqueri, São Pedro de Piracicaba. E no horizonte próximo, os morros em forma de chapéu, o Bofete, a Torre de Pedra, o morro dos Andrades, a Serra de Angatuba, (1) não só marcando o divisor das águas entre o Tietê e o Paranapanema, mas aproximando-se da São Francisco e, por esta, da serra da Paranapiacaba.

Porém, que diferença entre esses arcos de montanha e a altíssima Serra do Mar, sempre embaçada pelos nevoeiros úmidos! Ainda a São Francisco, mui próxima, é batida pelo vento frio; tôda de granito, de cuja decomposição vem um terreno apto à cultura da batata, da cebola e das laranjas.

Já os morros referidos e a serra de Angatuba a que aludimos são de terra roxa como a serra de Botucatu, e, nessa zona algodoeira por excelência, ilhotas onde o café chegou a ser exportado, em fins do Império, pela estrada que já mencionamos, de Avaré a Sorocaba.

A altitude média dessas atalaías do sertão é de 800 metros. E eram arrasados até o alto, por dezenas de juntas de bois, os pesadões locomóveis que tocavam a indústria do beneficiamento da rubiácea.

No meio dessa morraria Porangaba, é um município de ótimas terras, bem como a metade do de Guareí, uma vez que a outra metade são campos de criar. Sem haver estudado essa espécie de ciência que faz o encanto dos livros de certos viajantes célebres, podemos assegurar que o areal branco, a abundância de certos arbustos com tanino nas cascas, a existência do caju tão saboroso e dos mangabeiras, por entre as quais até 1920 bandos de seriemas passeavam solenemente, fazem a diferença profunda entre esses campos que vão de Guareí a Avaré e serra de Botucatu, de nenhum valor como terras de cultura, e de mínima densidade de população, e os de Sorocaba a Itapetininga e Itararé, de terra vermelha, barba-de-bode e infindamente chatos, de horizonte longínquo. Essas diferenças específicas aparecem também nos campos além Itaqueri, iguais a estes de aquém Botucatu, a provar a composição da planície em relação à terra erodida.

O nome da cidade de Avaré é novo e arranjado; algumas léguas, porém, para cá, no meio de um samambaial, eleva-se o morro isolado do Abaré.

(1) Angatuba é nome inventado pelo Congresso Estadual para traduzir Espírito Santo.

Mostra insofismavelmente a passagem do jesuíta, fazenda de Ibiticatu.

Simão Barbosa Franco é um dos fazendeiros da zona e em 1766 tem ordem de fundar Itapetininga e Botucatu, irmãs gêmeas; a 2.^a talvez nem nascesse, e nada tem a ver com a atual, do século 19, além da serra.

Algumas centenas de cabeças de gado e dezenas de cavalos foram sequestrados na expulsão da Companhia odiada por Pombal. Ainda nos inícios do século 19, viviam aí restos de gado chimarrão, que atraíam as hordas de guaranis do sertão próximo e motivavam picadões partindo já de Itapetininga e de Tatuí, por onde caboclos corajosos vinham esperar o gado nos barreiros, abatendo-o a tiros de espingarda, antes mesmo que bandeirantes de seu tempo erguessem seus novos ranchos.

Desta vez, é um município paulista que nasce, não de um pouso de tropeiros, mas de uma fazenda de criar. Em 1865 o Governo Provincial pôs termo à luta entre os intrusos — caboclos e alemães ou filhos de alemães emigrados em 1827, e o fazendeiro Elias Aires do Amaral, comprando dêste, por 12 contos de réis, terras para a servidão pública da nova freguesia de “São João Batista do Guari”.

Eis aí o desvendamento do sertão hoje alta Sorocabana e alta Paulista, aquém da Noroeste que, naquele ano, já se construía, tendo o operário numa das mãos o instrumento de trabalho e na outra o de defesa contra os índios.

Quando não havia ainda a estrada-de-ferro, aí por 1870, o povoamento da zona do Rio Pardo e Campos-Novos foi feito, parte por mineiros que entravam pelo oeste e vinham procurando terras de graça, parte por Piracicaba e Botucatu e vizinhanças, mas uma terceira fornecedora de gente foi a velha zona sul-paulista. O êxodo continuou até 1910, mais ou menos, por terra. Obedecendo a voz da raça, de repente o sitiante passava a dinheiro suas propriedades e afundava no sertão.

Daí para cá, com o progredir da via-férrea, o sertão que a Providência guardou ciosamente até êsses nossos dias é um El-dorado aonde correm as gentes de todos os quadrantes, de São Paulo, do Brasil e do mundo.

Não nos esqueçamos, porém, de que, apesar das causas evidentemente econômicas: o humus milenar que fertilizou a terra e os troncos seculares das perobas e cabreúvas, havia ali uma direção antiga da civilização brasileira, um caminho (ao menos teórico...) destinado ao sul de Mato Grosso, para as boiadas e as tropas. E o paulista é, antes de tudo, a pertinácia de quatro séculos a abrir caminhos à civilização brasileira.

Note-se ainda com Orville Derby, que o próprio planalto paulista, descendo a pouco e pouco a noroeste, favorece esta direção geral de povoamento. A chamada serra do Diabo, no triângulo da barra do Paranapanema no Paraná, é uma elevaçãozinha bem modesta. Assim também as terras do centro do Paraná começam a descambar para o oeste em vários patamares: campos de Curitiba, Campos Gerais, Campos do Guarapuava: os rios levam consigo a fertilidade e

aí está hoje a prosperar o norte do Paraná, zona onde a sabedoria jesuítica fundou outrora o Guaírá.

Veja-se agora outro aspecto da estrada do sul: aproximando-se o mais possível da Serra Geral, ela atravessa os rios geralmente ainda pequenos, muitos a vau. Já em Santa Catarina provoca a fundação de Lajes (1767) no planalto — eles diziam “em cima da serra”. Então o grande planalto sul-brasileiro completava a sua descida para as planícies baixas do Rio Grande, cujos “divisores de águas têm o nome de serras”; sempre, portanto a seguir uma direção natural. “Bem provida de chuvas, diz Delgado de Carvalho — a planície rio-grandense abunda em extensos campos de criação, onde crescem gramíneas variadas, de tipo platino, diferentes das demais campinas brasileiras. Os rios, arroios e córregos são numerosos; alguns nascem nos banhados, outros nêles se perdem...”

“O eixo econômico do Brasil parece, no decorrer dos séculos, deslocar-se lentamente para o sul. A parte tropical, a primeira colonizada e explorada, devia a sua preeminência política à maior proximidade da metrópole portuguesa... sucedeu o Brasil oriental ao Brasil norte-oriental como eixo econômico e social do país... esboça-se como que novo deslocamento desse eixo. Até hoje (1913) os produtos da economia internacional que têm cabido ao Brasil foram produtos tropicais. Mas a conquista do planalto meridional pelo cafeeiro e pelo algodoeiro deve seguir a intensificação das exportações existentes, isto é, da carne, dos cereais, e das matas”. Em seguida, procura o autor dividir o planalto em dois, de Bebedonro (São Paulo) a Cruz Alta (Rio Grande) ficando a oeste a parte menos povoada “atravessada apenas pelas picadas ferroviárias que visam Mato Grosso”...

Andamos um pouco mais depressa do que as previsões do ilustre autor... Não importa isto em menosprezo por outras regiões do país, cujos destinos estão escritos nos desígnios da Providência e, certamente, vencidos os obstáculos da seca, do clima, da falta de transportes, etc., hão de fazer do Brasil, sem poesia, o fulgurante “florão da América” e do mundo.

CAPITULO II

Campos Gerais. Campos de Curitiba. Campo de Guarapuava. Campos de Sorocaba. Campos de Botucatu.

Não se pode ter uma idéia dos centros produtores de gado e tropas sem o conhecimento sumário da geografia sul-brasileira.

O autor do mapa do Paraná de 1877 informa-nos com muita clareza a respeito daquela então província. Assim é que a Serra do Mar divide nitidamente a zona pastoril da do litoral. “Subindo-se a serra pela estrada da Graciosa, encontra-se um campo que se estende para O. S. N. com altitude

819 metros, num taboleiro de 8.712 km. Compreende tôda a comarca de Curitiba e parte da Lapa. Vem das cabeceiras do Rio Negro, 26 km além de Curitiba, até 121 km ao sul até 26 km além da Lapa com uma largura de 122 km. São os campos de Curitiba.

De Curitiba a Lapa havia 72,km600; 52,km800 da Lapa ao Rio Negro. Rio Negro, à margem da estrada geral. “É por essa estrada que passa pela vila do Rio Negro que transmitam todos os animais destinados à importante feira de Sorocaba na província de São Paulo”. Registramos de passagem essa informação para determinar o fim da época das feiras em Sorocaba. Publicada a obra de 1877, demos que a escrevesse em 1875, o autor ainda julgava importante a feira sorocabana que, diga-se a verdade, estava no fim e não passou de 1880.

“A superfície dos Campos Gerais — continua o nosso geógrafo, começa na Serrinha e dilata-se para L. N. O. e N. E., embrenhando-se nas bacias do Tibagi, Cinzas e Paranapanema”. Aí estão Jaguariava, Castro, Ponta-Grossa. “Em tórno dèsses centros de povoação estão as maiores fazendas de gado”. “No município de Castro existem os mais abastados fazendeiros da província”.

“A partir da cidade de Gonta Grossa, percorre-se uma estrada de 118 km através do campo, das matas até chegar ao campo, tendo-se de galgar a serra da Esperança, que forma o “plateau” de Guarapuava. Chegando-se ao cume da serra, a estrada continua a cortar a floresta e vai descendo lentamente até chegar ao campo de Guarapuava, na distância de 39km,600. Seguindo da cidade de Guarapuava pela cidade que se dirige a São Paulo do Sul, à distância de 66 km há o vale do Iguaçu”. Além Iguaçu é Palmas, e, ainda à frente, o rio Uruguai.

Creemos que a gente de Sorocaba negociou outrora com os castelhanos por esta direção às cabeceiras do Uruguai e pelo Paraguai: o peabiru, caminho pré-colonial bifurcava-se duas vezes, na altura de Itapetininga e na de Curitiba deitando ramais para o Paraguai e o Guairá, respectivamente, e continuava buscando as cabeceiras do Uruguai a cuja margem esquerda prosperavam os Sete Povos das Missões. É por isso que moradores de Sorocaba, em 1680, queriam fundar um entreposto comercial com os castelhanos ao sul do atual Mato Grosso. Não foram aprovados pela Côrte, mas, de fato, lá estiveram em arraial anos seguidos, ensaiando a fundação do Cuiabá, é certo, mas também negociando animais com os vizinhos, pois já em 1630 na destruição das últimas aldeias jesuíticas os castelhanos venderam bestas aos portugueses (1).

Assim, pois, era o Paraná um grande centro criador de animais com os seus três pontos principais: Campos de Curitiba. Campos Gerais e Campos do Guarapuava.

(1) Documentação do Arquivo das Índias, publicado por Taunay.

Os dois primeiros foram de início compreendidos sob o nome de campos de Curitiba. Muito cedo, fins do século 17 e começos do 18, começaram a multiplicar-se as sesmarias de Curitiba a Paranaguá e de Curitiba a Sorocaba.

Tanto essas sesmarias como as que se concederam na direção de Goiás e Minas Gerais marcam a direção dos grandes caminhos e, pois, da civilização de São Paulo para o interior. À parte os arredores de Curitiba nos primeiros tempos e a zona do Paranapanema e Apiai largamente povoadas de portugueses, sobretudo, ambas as regiões com um pouco de mineração, ouro de lavagem, o resto todo daqueles campos começou a ser povoado por criadores.

Povoado, isto é: os sesmeiros ficavam nas vilas principais e mantinham um rancho com dois ou três camaradas. As sesmarias tornaram-se fazendas. Nestas nasceram os pousos de tropeiros e em seguida as cidades. Nessa interessante curva que sai de Sorocaba para a Itararé a rumo sudoeste e de Itararé descamba para Curitiba a rumo sudeste, tôdas as atuais cidades são antigos pousos de tropeiros: Itapetininga, Itapeva, Itararé, Jaguariava, Castro, Ponta Grossa...

Podemos batizar com o título geral de campos de Sorocaba os que dessa cidade se estendem até Itararé, tendo à esquerda a serra do Mar e à direita o antigo sertão de Botucatu, com os rios Paranapanema e Itararé e outros menores a descer para o poente. Há diferenças entre extremo sul e o extremo norte destes campos, pela maior ou menor abundância dos pinheiros, e até pela conformação das lombadas que, de Itapetininga em diante se dilatam em planuras. Cada passo que se dá para o sul, aumentam os capões-bonitos que deram o nome a uma cidade, as aguadas puras espriam-se em lajes chatas, brancas e chamam-se Itapeva ou Itapetininga. Diferem dêles os campos de Guareí e Botucatu que se sucedem em colinas pequenas, cobertos de cerrados onde a mangabeira e o caju são abundantes, com as emas, avestruzes americanas, tudo isso num areal branco e com um sub-solo de arenito betuminoso.

Mas precisamos notar que tais campos nunca se hão de povoar de vilas e cidades cercadas de pequenas culturas como na Europa, porque, simplesmente, são terra ruim para a agricultura. Deus pôs ali a pecuária, reservando os bosques e matos para o sustento de homens e animais. Por isso, serão sempre grande proprietários os habitantes dessas regiões impossíveis de serem subdivididas e concorrem para o progresso do país tanto quanto as outras terras de população densa. Houvesse um governo socialista entregue até mesmo as terras ainda devolutas a uma multidão de lavradores e êles morreriam de fome: o criador é sempre um grande senhor de terras.

Pois os campos de Sorocaba e Curitiba nos fins do século 17 e no começo do 18 forneceram, sobretudo, gado vacuum. Nos anos dos setecentos aumentaram as *cavalgadas*. Cremos que já criavam cavalos de grande aceitação, mas ainda e apenas serviam de engorda às bestas do Rio Grande e Uruguai.

A seguir multiplicaram-se também os rebanhos de muare, mas os do Rio Grande do Sul sempre foram os preferidos.

Na "História da Cidade de São Paulo" o Dr. A. d'E. Taunay deixou bem clara a origem da carne para os açougues paulistanos: ou os fornecedores criavam o gado nos campos de Piratininga e era a carne preferida, ou iam buscá-lo em suas fazendas da Curitiba, e não gostavam disso os repúblicos da terra, pela magreza e cansaço das reses.

Depois de 1740, já cheio de estancieiros o Rio Grande, predominam os muares transitando na estrada de Sorocaba. Nas Minas, começava de substituir-se o braço humano dos escravos vermelhos e pretos pelos animais possantes. Sua Majestade sempre ganhou em Portugal: bandos de pretos ou tropas de muares, todos pagam impostos *per capita* nos registros.

Fique, pois, bem assente que de Sorocaba a Curitiba os currais de gado se multiplicaram desde a fundação de ambas. Explica-o a geografia humana: campos bons para o gado, homens para o criarem. Os currais eram pequenos recintos fechados, à beira dos ranchos-sedes da fazenda ou sesmaria. Comunicando-se entre si, sem fechos a não ser os grandes rios, as fazendas eram como uma terra sem valor aparente senão à hora da apartação, marcação e venda do gado. Os limites eram tanto mais incertos quanto a Fazenda Real, depois, Nacional, ficava com imensas extensões de terras: eram os campos realengos ou reino, do rei; mais tarde, nacionais, hoje terras devolutas. Os Jesuítas, beneditinos e carmelitas possuíram grandes sesmarias nos campos de Sorocaba a Curitiba, a maioria das quais, e tôdas as dos jesuítas, após Pombal, passaram à Fazenda Real.

Desfontaines explicou bem o motivo de serem as sedes destas fazendas de criar geralmente nas barras dos rios: ficaram no vértice de um triângulo e só com a frente para o descampado que, por o ser, não oferecia perigo impedindo os ataques à traição. É preciso acrescentar que as sesmarias, a minguia de melhores lindes, tomavam as barras dos rios como pontos de referência.

Essa ponta, de terra entre os dois rios marcou a toponímia p. ex. de Ponta Grossa no Paraná, Ponta dos Castelhanos em Itu. Será mister lembrado que num desses humildes currais floresceu Belo Horizonte.

E quem não ouviu nunca falar em sítio da Barra, de Ilha?

Já que estamos em nomenclatura, que quer dizer Barreiro, Barreiro-Rico, senão a parte mais importante de uma sesmaria de criar, a lama salgada que substituíra o sal, artigo caríssimo, importado e vendido por companhias privilegiadas?

Perdoe-se-nos a digressão, mas também nós temos a curiosidade dos nomes. Por que capão da traição, pouso da Escaramuça? Que bugres obscuros vieram ali às mãos com os invasores de suas terras?

Quanta coragem e perseverança a do tropeiro ou criador no devassar dos nossos sertões!

O bandeirante já tem monumentos.

O tropeiro, não. Quem se lembra dêle? Lidava com animais, e, o que é peor, burros...

Entretanto, dos sacrifícios que se reservaram êstes homens basta lembrar as más estradas. Em 1835 (1), só em 29 ½ léguas que iam do campo do Tenente ao Capão Alto, havia 87 maus passos, falhos das pontes e aterros, sem roçar nem "destroncar", e nessas aperturas os índios ferozes faziam os seus morticínios. Era essa a estrada da mata, a mais perigosa, porque floresta continuada entre os campos de Curitiba e a campanha do Rio Grande. Essa, a que foi aberta por Sousa e Faria e Cristovam Pereira em 1731, no atual território de Santa Catarina.

Também os pousos eram desconfortáveis, não resistiam às intempéries. Ali em Santos foi um desafogo, quando em 1837 o Govêrno fêz reconstruir o grande rancho de tropeiros.

Dos perigos de bugres selvagens foi o Govêrno Imperial se acautelando de uma maneira bem simples: fomentando a colonização européia, diante da qual o indígena batia em retirada. Assim a colonização do Rio Negro por alemães e parte da história das tropas e comércio do sul. Com efeito, já em 1816 o Govêrno Paulista havia estabelecido naquele Registro 50 casais de açorianos. Em 1827 chegava ao Rio a primeira imigração de alemães lavradores, do sul daquele país, promovida pelo Govêrno Imperial. Em 1828 funda-se a "Capela da Mata do Caminho do Sul" (2) dedicada ao Bom Jesus, e daí em diante começam aquêles colonos a povoar o Rio Negro, vindos de Santo Amaro, portando no Ipanema, Itapetininga e Curitiba, tornando-se independentes, longe de se adaptarem ao regime severo da colônia santamarense. Eles se aumentaram depois com o afluxo de patrícios vindos do Rio Grande, colonização mais recente.

CAPÍTULO III

Estudo pelos mapas de 1608 a 1877. Gusmann, Montezinhos, Müller, Rivière. Variantes entre Sorocaba e São Paulo. Paranaapanema. Guaraçuva.

Da coleção de mapas antigos publicada por A. d'E. Taunay tiram-se algumas notícias para o estudo do povoamento e comunicações do sul brasileiro.

O mapa das "Minas do Ouro e costa do mar que lhe pertence", do 1.º quartel do século 18, menciona uma linha de vilas onde já passavam, nas pegadas dos bandeirantes, os tropeiros primeiros: Pousos altos (atual Pouso Alto) além

(1) Relatório do presidente de São Paulo, José Cesário Miyanda Ribeiro.

(2) História do Paraná, Romário Martins, pág. 409.

Mantiqueira; Pinheirinho, Guaratinguetá, Itaboaté, São Paulo, Sorocaba, Curitiba, São Francisco. Era como um paralelo entre o homem do mato e o do mar, marcando o *habitat* de um e de outro. Exatamente a linha de penetração das tropas para as minas gerais, até o nome de Pouso Alto é tipicamente era-das-tropas.

Mais antigo, depois de 1611, um mapa anônimo apenas marca São Felipe ao lado do morro do Ferro e, além, as reduções jesuíticas de Guaíra, já destruídas. Marca os rumos do bandeirante, não do tropeiro, tal como o da expedição de Céspedes e Xeria, tôda fluvial, em 1628. Mas aquêlê mapa anônimo não esqueceu Curitiba, e até a capela de São José: começavam os bandeirantes a assentar pousadas. No sul, missões dos Padres: o Rio Grande ainda se não povoara.

Os dois mapas de 1792 e 1793, corográficos, da Capitania de São Paulo, são mais ricas em informações.

Estudemos o primeiro, anônimo.

A estrada geral parte de São Paulo para Pinheiros e em lugar não mencionado, mas que deve ser Pirajussara, bifurca-se. Mais ao sul, procura Cotia e, a seguir, na direção geral de oeste, São Roque (1) e Sorocaba. O outro ramo segue para Araçariguama (segundo cremos) e daí a Parnaíba, de um lado; de outro, Sorocaba e Itu.

Continua a estrada de Sorocaba a Itapetininga, Itapeva, São Pedro (fazenda) até uma vila no Iapó, a qual só há de ser Castro. Em Pitangui, dois ramos: o de Curitiba e o do registro do Rio Negro.

Nesse mapa o rio Negro nas cabeceiras é chamado rio grande de Curitiba; ora êsse nome vem mencionado já nos primórdios da vila de Nossa Senhora da Luz e assim concluímos ser o primitivo registro do rio de Curitiba o mesmo do rio Negro.

Além dêste, ficam os Curitibanos, o rio das Cavernas, sem a menção do povoado de Lajes, e, enfim, o rio Pelotas com o registro.

Mais completo é o mapa de 1792, organizado pelo engenheiro Antônio Rodrigues Montezinhos. Sigamos nêlê a estrada geral de São Paulo ao Rio Grande.

Desde logo, Sorocaba é atingida por Cotia e São Roque, exatamente o traçado da atual estrada de rodagem. Antes de Cotia, um ramal procura Araçariguama, com outro trecho de estrada para Parnaíba. De Araçariguama a Apotribu vai o antigo tronco, que fôra preferido pelos bandeirantes, e ali se csgalha para Itu e Sorocaba.

Vêm-se aí concomitantemente os dois caminhos de São Paulo a Sorocaba: um atingindo a serra de São Francisco por São Roque, outro descendo-a mais

(1) Na patente do capitão Mateus de Matos, genro de João Martins Claro, Livro de Registros de Parnaíba, vem a menção do bairro de S. Roque e da Penha; a 20-X-1722: era por S. Roque e Penha o outro caminho, pois, que não passava por Apotribú.

além, quase no vale do Tietê. Dificil dizer qual de'as é a mais antiga, porque quase a um tempo entraram os Fernandes em Sorocaba por Apotribu, os Domingues e os Mouras por Cotia e São Roque.

Pode dizer-se que pela Apotribu descem Dom Francisco de Sousa, sendo certo que em 1660 Baltazar Fernandes por ela voltou quase a meia jornada de Parnaíba, para assinar em casa de seu genro Bazaram a escritura de doação de patrimônio aos padres Bentos. Preferiram-na os hóspedes illustres que Sorocaba hospedou nos séculos 17 e 18, por causa dos ricos senhores de Araçariguama, onde elles se aposentavam à vontade, p. ex. o general Artur de Meneses, quando veio apadrinhar a Artur Pais de Barros em 1698. Martin Francisco e José Bonifácio, nos começos do século 19, por ela transitaram, mas comprehende-se, vinham como mineralogistas examinando o Ibituruna e outros morros com queda para o Tietê.

As companhias de guerra que de São Paulo transitaram para o sul também seguiram êsse caminho, sob os governos de Botelho de Sousa Mourão e Martin Lopes, como veremos mais de vagar.

Mas, com o crescimento de São Roque e a decadência de Araçariguama, primeiro quartel do século 19, firmou-se a estrada pelo Inhaíba.

É interessante notar que o mapa de 1837 a ser estudado menciona uma outra estrada de Sorocaba a Itapetininga, à esquerda de Campo Largo: foi a seguir muito usada, nela nasceu Sarapuí. Entretanto, já em 1793 se transitava por essa variante, pois o Sarutaiá já era fazendeiro no Pirapora.

Voltando ao mapa de Montezinhos, a estrada seguia de Itapetininga a Itapeva. Ao lado, sem traço de caminho, apparecem ao minas de ouro de Paranapanema e Apiaí, e, entre ambas, o descoberto de Lourenço Antunes, então recente, 1791. Continua a estrada geral até Castro, encruzeilhada para Curitiba em Pitangui, outra logo abaixo para São José dos Pinhais. Dêste São José um caminho de boiadas procurava o mar nas cercanias de Guaratuba. Lajes já é mencionada, antes do Pelotas.

Quarenta anos depois, ainda na mesma e valiosa coleção de Taunay, o mapa do marechal Daniel Pedro Müller ministra-nos, em 1837, copiosas informações. De São Paulo aos Pinheiros e Pirajussava é um só caminho, que, então, envereda a sudoeste para Cotia, a noroeste para Barueri e Parnaíba. Como estivesse abandonado o caminho de Araçariguama a Apotribu, êste bairro é atingido por Parnaíba margeando o rio actual estrada São Paulo e Mato Grosso. Do Apotribu a estrada vai cair em Itu, sem ramal para Sorocaba. Diga-se, porém, que tal estrada antiga, a de Baltazar, não havia acabado, e existem hoje os seus vestígios na Aparecida e no Mato Dentro.

De Itapetininga a Itapeva e até Castro é o mesmo traçado de outros mapas. Já, porém, o velho Paranapanema, não o atual, tem estrada para Itapeva a Itapetininga, e do Paranapitanga parte a estrada para o Apiaí sem passar no Paranapanema.

E tinha razão para não passar. O arraial velho era um “forno de tabaco”, segundo a expressão do vigário em 1851, sem recursos, entre cabeças de montes, e foi uma alegria havia muito esperada a transferência para a fazenda do Capão Bonito.

Abaixo de Pitangui, temos Palmeiras, ramal para Curitiba. O resto, Rio Negro, Lajes, serra do Espigão é igual aos outros mapas.

Justamente em 1877, quando a estrada de ferro Sorocabana já estava no Ipanema e morriam as feiras de Sorocaba, o engenheiro C. Rivière com estudos próprios e alheios, editou na Imprimerie Impériale, Rua dos Ourives, n.º 27, Rio de Janeiro o seu “Mapa Topográfico da Província do Paraná”.

Sigamos, pois, com êle a nossa estrada geral. Entrava em Itararé, galgava as Furnas, Fortaleza, e dividia-se em duas. A mais antiga era a nossa já conhecida: ia por Castro e Ponta Grossa a Palmeiras! Daqui subia para São Luís e vila do Príncipe: ao norte, Lapa e Curitiba, e ao sul o rio Negro, campos do Tenente, Curitibaanos, enfim, Lajes.

Mas é preciso notar que de Palmeiras um caminho seguia ao Pôrto da União da Vitória, no Iguaçu, mais adiante, pois, do Rio Negro: é o traçado preferido pela via férrea, e, após as questões de limites, existem duas cidades: Pôrto União no Paraná, e União da Vitória, em Santa Catarina.

Voltando agora às Furnas, em 1877 um ramal deixava ali a grande estrada do sul, atingia o Tibagi e subindo a serra da Esperança descia para Guarapuava. De Guarapuava atingia-se o Iguaçu na fazenda do Canoeiro. Guarapuava era também atingida por Ponta Grossa.

Este mapa tem, a nosso ver, uma preciosidade: menciona a antiga estrada dos jesuítas entre a vida real do Guaíra e a Vila Rica do Tibagi, confirmando assim uma das nossas teses mais caras: a existência de uma estrada ou rumo das reduções do Paraguai ao Atlântico, desde os indígenas, os jesuítas e os bandeirantes.

Enfim, o mapa que estampamos em cliché, se não dá os traços das estradas, marca, todavia, os rumos de penetração da gente paulista. Devemo-lo à gentileza de Sérgio Buarque de Holanda, que o tirou da célebre obra de Gusman “A Argentina”. É de cerca de 1608. Coisa curiosa, êste cartógrafo é provavelmente do mesmo tronco dos Gusman que povoaram Sorocaba e outras vilas do planalto.

Há uma íntima conexão entre os homens e os fatos sociais e econômicos do sul da América.

CAPÍTULO IV

No Rio Grande do Sul. Estatísticas. Pecuária, caminhos.

Abandonando a cultura do trigo em 1823, passaram os gaúchos a povoar de gado as suas estâncias, e aí estêve a sua maior riqueza, infelizmente destruída quase completamente com a Revolução de Piratinim, 1835-1845. Ainda em 1849 recorriam êles às vacas de criação para as suas charqueadas. De 1850 em diante aumentam de novo os bovinos até ao extermínio na revolução de 92. De 96 em diante é o novo alento, que dura até hoje.

Em 1822 contavam-se 5 milhões de cabeças, 7 milhões em 1889, e 9.776.900 em 1921, já valendo mais de 995 mil contos de réis.

De 1850 em diante alguns particulares (entre êles Manuel Ferreira Pôrto, no Curral Alto) importaram vacas "torinas" e touros da Índia, via São Paulo. (1)

Em 1918, o Rio Grande conta 1 milhão de bovinos de raça Durhâm, 100 mil de Polled Angus, 150 mil de Devon, 2 milhões de Hereford; e menor quantidade de Holandesa, Jersey, Flamengo, Simenthal e Zebu. (2)

Em 1822 havia nos Pampas 1 milhão de equinos, em parte ainda selvagem e que, segundo Saint-Hilaire, eram menores e mais fortes do que os franceses. Terminada a guerra civil, que deu cabo dos melhores animais, a raça degenerou, com os potros lazeirentos; e manadas de éguas eram abatidas a troco da graxa. (3) É contemporânea da dos bovinos, a melhoria dos rebanhos cavallares, com importação de reprodutores de Inglaterra e Cabo da Boa Esperança; os "Pampas". Atualmente há reprodutores de raça árabe, anglo-árabe, inglêsa de corrida, russo-inglêsa, etc. Em 1889 baixara a 800.000 o número de equinos, a 577.000 em 1895. Em 1921 havia 1.579.000 valendo 92.500 contos de réis.

A criação de muares foi notável, no Rio Grande, na 2.^a metade do século 18. Diz Florêncio C. de Abreu e Silva que se exportavam "muares em grande quantidade para as capitâneas de Minas e São Paulo. Os mineiros e paulistas vinham até os arredores de Viamão fazer as suas compras de mulas; mas tendo os preços dêsses animais baixado muito, os estancieiros descuraram por completo de sua criação: "A Revolução Republicana produziu os mesmos efeitos e de 1850 em diante começa novo surto, após a vinda de colonos e o povoamento da região serrana. Raças de hoje: espanhola, siciliana e Poitou.

(1) Os abridores de fazendas de café na zona de Botucatu (1860 em diante) encontrando campos apropriados em meio daquelas matas seculares, criavam êsse gado, chamando-o também "torino".

(2) Florêncio C. de Abreu e Silva. Rev. Arg. Pub. Rio Grande.

(3) Porém já na guerra do Paraguai, aliás montados pelos melhores cavaleiros do mundo, os cavalos do Rio Grande eram melhores que os do inimigo.

Em 1890 havia 120.000 cabeças. Em 1895, 109.800. Em 1921 mais de 400.000 (1). Do mesmo autor transcrevemos alguns dados sôbre a exportação, em conjunto, do gado equino, cavalar e mular:

<i>Ano</i>	<i>Impôsto.</i>	<i>Número de Cabeças</i>
1845	11:189\$500	27.973
1846	9:128\$000	22.820
1847	11:246\$000	2.817
1848	12:004\$000	30.010
1849	4:024\$000	10.000
1850	12:202\$000	30.505
1851	14:498\$800	36.247
1852	12:781\$600	31.954
1853	20:664\$200	51.460
1854	23:341\$600	58.354
1855	23:701\$800	59.254
1856	28:911\$200	72.278
1857	33:623\$600	40.029
1858	48:328\$200	53.698
1859	7:191\$200	58.989
1860	45:874\$800	50.972
1861	37:717\$800	41.908
1862	19:324\$600	21.472
1863	30:128\$800	33.477
1864	39:758\$800	44.176
1865	19:620\$000	21.800
1866	24:411\$400	27.193
1867	33:550\$200	37.278
1868	51:364\$600	57.072
1869	25.000\$000	22.727
1870	60:000\$000	54.545

Neste século, o ano de 1907 alcançou exportação de 60.000 cabeças. Baixaram a 5.759 em 1916.

Do absurdo das leis coloniais em matéria de impostos, bastam 2 fatos: os couros também pagavam os quintos, de forma que o comprador de 1.000 ficavam com 800; e o arrendatário do impôsto dos dízimos em 6 anos ficava com cêrca de 600 contos de réis, dando cêrca de 200 ao Governb. (1)

O mesmo autor cita vários impostos, até à República, onerando o gado nas passagens de rios.

(1) Loco citado, passim.

(1) *Ibidem*.

A estatística da exportação riograndense de gado acima citada confirma em nossa mente uma idéia: há exagêro no número de tropas e no volume de negócios que, à falta de estatísticas completas, são atribuídos geralmente às feiras de Sorocaba.

“A êste (povo) — dizia em 20 de julho de 1808 Manuel Antônio de Magalhães, — faz-lhe muita conta a entrada dos gados de fora (queria dizer dos Castelhanos ao Rio Grande e escrevia em Pôrto Alegre ao príncipe Regente) porque, suposto que esta capitania tenha abundância dêles, não tem precisos para o consumo de tôda a América, e demais, posso dizer que os gados chamados crioulos, das estâncias destas capitanias, são carneiros a respeito dos gados de fora, porque êstes botam de 16 até 20 arrobas, e os daqui de 8 até 10, e o mesmo acontece com os machos e mulas, de forma que quem quer alguma parelha boa a manda vir de fora; é verdade que aqui já vai havendo algumas estâncias com belíssimas crias. Falei em mulas... destas não temos maior necessidade pela abundância que há na capitania...” continua o economista improvisado, e defensor do contrabando com prejuízo dos vizinhos, que de lá traziam gado e até “alguma prata”, levando de cá algodão, açúcar, etc., para trocar. Às vêzes levava-se dinheiro; em moeda uma rês custava 8 a 9 tostões, em fazenda 1\$200. Quem saíria ganhando era S. A. R.: 44% nos direitos de entradas, apesar das fraudes “por serem os campos largos e os homens que nisto praticam pouco escrupulosos”. Apesar a 4.^a parte do gado vinha aos currais e rodeios, “todo o mais é tão bravo como os touros de Portugal que vem aos curros”. Os estancieiros pobres não podiam amansar êsse gado, pelas despesas com piões e cavalos.

Cêrca de 60.000 escravos brasileiros teriam passado por contrabando a Montevideú, e, além de gêneros de bôca, até armas de guerra. Havia 25 anos, o escravo custava a metade no Brasil; agricultor que comprou quatro à vista, recebia outros tantos a prazo.

Uma arroba de carne sêca no Rio Grande, a mais barata, custava 440 a 480 réis, pagando de fretes e direitos 280 réis. Ora, barcos de Montevideú vendiam no Rio de Janeiro a carne sêca a 400 e 480 réis a arroba. Proibissem esta importação, conservando embora a do trigo, sebo e couros. Nenhum comerciante nem fazendeiro do Rio Grande tinha fundos de 100 mil cruzados. 30.000 reses se abatiam na capitania por ano. 200.000 alqueires de sal se gastava anualmente na capitania. As sesmarias muito grandes eram outro abuso a tirar. “O clima é o melhor do mundo”, sem epidemias, “o terreno muito fértil”, soldados corajosos prontos a marcharem à fronteira, trigos, couros; até há algum rebanho de carneiros, servindo de pastores cachorros castrados; porcos de que só o toucinho dava oito arrobas; arroz muito bom; canas de 10 palmos e aguardente igual à de Parati, embora o açúcar não fôsse dos melhores. 3.000 barris de 8 a 9 arrobas cada um saíam anualmente de 2 fábricas de salgar carne. “Os homens do campo vivem muito, principalmente

dos antigos casais que vieram das ilhas". O inteligente comerciante queixa-se da falta de juizes, como já se queixava da falta de padres e termina contando os seus préstimos: em 1801 dera pano azul para fardas e linha para camisa às tropas; em 1804 um escalor para alfândega e 1 conto de réis para o Estado. Fizera mais: de 20 contos que era o contrato da passagem de mulas para São Paulo, fizera-o subir a 31 contos, em lanço na Junta da Fazenda, e assim estava em 1808, etc. E terminou: "Queira V. Ex.^a desculpar a grosseria com que falo, que é própria da província em que nasci e do recanto do mundo em que habito". (1)

O território do Rio Grande do Sul atual, embora visitado até o seu interior pela expedição de Martin Afonso de Sousa em 1531, não foi por D. João III incluído entre as capitanias hereditárias.

Dizia-lhe a consciência que, a obedecer ao tratado de Tordesilhas, parar devera na Cananéia a divisão do Brasil, já aumentado com as atuais costas de Paraná e Santa Catarina.

Não pensaram assim os seus herdeiros reais.

Assim é que em 1680 foi fundada pelos portugueses a Colônia do Sacramento, logo atacada pelos espanhóis. Para socorrê-la por terra é que, através dos governadores do Rio de Janeiro, a Côrte de Lisboa ordenou oficialmente a fundação de um presídio militar, o que se deu no pôrto de São Pedro, a 19 de fevereiro de 1737. Ali estava a origem da cidade do Rio Grande, fundador o brigadeiro Silva Pais.

Mas já tinha havido um retrocesso de povoadores da Colônia, e, principalmente, uma entrada que partia da Laguna, donde, também por ordem do Rio de Janeiro, o capitão-mor Francisco de Brito Peixoto enviara duas expedições, de 1715 a 1720, para examinar as campanhas até a Colônia. A 2.^a expedição trazia 40 índios tirados aos Jesuítas, numa reminiscência de bandeirismo. Mas o próprio genro do capitão-mor João de Magalhães, com 30 homens partia para povoar o Rio Grande pelo norte. Eram os primeiros. Entre êles, Cosme da Silveira no sítio do Viamão, Antônio de Sousa, Fernando de tal e João Garcia Dutra nos campos do Capivari. Essa entrada é de 1727.

Bartolomeu Pais de Abreu é o patriarca da idéia do caminho de penetração para o Rio Grande já em 1720, e D. Rodrigo César de Meneses não o aceitou. Embora com passagem pela Laguna, é mister ficar esclarecido que o caminho devia alcançar os campos gerais de Curitiba, Manuel Godinho e Luís Pedroso de Barros, felizes na aprovação de D. Rodrigo, nada fizeram.

É natural que partisse de São Paulo a idéia de povoar o Rio Grande, pois já cem anos antes os caçadores de índios conheciam o Uruguai e as suas Missões de Jesuítas.

(1) Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, tomo 30, de 1867, "Almanaque da vila de Pôrto Alegre", pág. 43 e seguintes.

Aliás, a fundação de Laguna é tôda paulista — Domingos de Brito Peixoto, de Santos e em 1688 abalou por mar até a Laguna.

Em 1711, ainda de Santos, o sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar vai em exploração até a ilha de Santa Catarina; e em 1714, também partindo de Santos, alcançara a Laguna, e recomendava ao Govêrno o povoamento daquelas campanhas, bem como a abertura do caminho para o sul, por Curitiba.

Estava reservado êsse cometimento ao sargento-mor Francisco de Faria e Sousa que com 70 homens, metade a cavalo, partiu dos Conventos em 1727 no Aratinguá, atingindo Curitiba após dois longos anos de emoções e de trabalhos, mas, afinal, que satisfação e que glória! diz Warnhagen na História Geral (Volume IV, pág. 8, edição Weisflog, São Paulo).

É o mesmo Visconde de Pôrto Seguro (ibidem) quem nos informa que o Cel. Cristóvão Pereira de Abreu, em 1731, pôs 800 cabeças de cavalos nos campos recém-descobertos; e, voltando com 300 cavalgadas e 500 vacas, suas e das 130 pessoas que o seguiam, em treze meses alcançou Curitiba, “deixando muito transitável a picada”.

Doutra parte, ao fundar o Rio Grande junto ao sangradburo da Lagoa dos Patos, já o Brig. José da Silva Pais encontrara na zona muitos estandeiros; João de Magalhães, Manuel de Barros Pereira, Fernando Ribas, Pedro Romeiro e outros.

De 1742 é a imigração açoriana, que continuou até fíndar o século e fundou o pôrto dos Casais (Pôrto Alegre). E em 1801 o antigo território das Missões, que pelo iníquo tratado de Santo Ildefonso, de 1777, era outra vez espanhol, por um golpe de fôrça caiu em poder de Portugal, então em guerra com a Espanha. “Se não fôra a prudência de Sebastião da Veiga Cabral, seguramente que os lusitanos teriam chegado até a margem esquerda do Rio da Prata”, diz J. C. de Macedo Soares, e explicar a seguir como os soldados se contentaram com o Chui, onde ficou a fronteira sul, continuando as Missões até hoje brasileiras, porque o tratado de paz de Badajós de 6 de junho de 1801 não revalidou o tratado de São Ildefonso, nem mandou restabelecer o “status quo ante bellum”. (1)

José Borges do Canto, filho de açorianos, é considerado o principal chefe que apossou a incorporação destas 5.000 léguas ao nosso território, sob as ordens do tenente-coronel Patrício José da Câmara, futuro 1.º Visconde de Pelotas.

Foi mencionado como valente auxiliar de Borges do Canto, na carta de Patrício José, o então furriel, o sorocabano Gabriel Ribeiro de Almeida, que é também o autor de uma memória sôbre a tomada das Missões.

É verdade que, no momento, estavam pobres os sete povos: Santo Ângelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luís, São Miguel e São Nicolau.

(1) P. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES: *Fronteiras do Brasil no regime colonial*.

Em 1827, Manuel da Silva Pereira do Lago, seu administrador geral, num interessante mapa mostra-nos que havia apenas 1.874 habitantes. Que exceto São João e São Miguel, onde só havia capelas, os outros cinco povos ainda possuíam e utilizavam, com alfaia dos jesuítas, as igrejas que êstes fizeram, seus sete colégios, seus campos de criar, suas antigas indústrias de panos de algodão e de lã. Tinham ainda: 310 cavalos mansos, 130 bois, 2.110 éguas, 6.000, idem alçadas, 24.400 reses de criar e 299 ovelhas. Na hora da sua incorporação ao Brasil, os sete povos tinham 13.950 habitantes, como diz Rodolfo Garcia em nota a Varnhagen.

Mas, voltemos às estradas riograndenses, ainda escudados em Florêncio Carlos da Silva e Abreu: Em 1822 não existia ponte alguma em tôda a Província. Estava em construção, pelo povo, a do Rio Pardo. “Em 1846 raras eram as existentes”, reclamavam-se quatro no passo real do Piratini, cuja planta Caxias mandara fazer; passo real do Jacui; idem do Botucaraí e passo de São Simão, e no Ibicuí. 23 pontes havia em 1859. A primeira via férrea é de 1874.

Por aí se pode ver como seriam as picadões de Faria e Sousa e Cristóvão Pereira. Ainda em 1730 Domingos Filgueira caminhou da Colônia a Santos, “costeando” o Atlântico.

A estrada para São Paulo atravessava o Pelotas, riozinho ao norte Rio Grande, alcançava os campos da Vacaria com 12 léguas e pouso incerto, tendo algumas fazendas distantes duas ou três léguas. Atravessando o rio das Antas, “que poucas vêzes dá vau”, vêm Boa Vista, Rio das Camisas, perigoso, primeira Fazenda de cima da serra, chamada do Menino Diabo, Rio das rainhas, Fazenda do Serafino. Doze léguas de mato na serra do Viamão. Fazendas Guarda do Viamão. Capela do Viamão onde se acha o governador. Muitas fazendas. Rio Carambatá. Entrava-se no atual Santa Catarina. Vacaria e Viamão foram deixados de lado mais tarde.

Na segunda metade do século 18 o capitão Alexandre José Montanha ligou o Viamão ao pôrto dos Casais (em 1763 fundado por 22 casais de açorianos) hoje Pôrto Alegre, pelo caminho do meio e o de Mato Grosso. Já em 1822 o mar estava ligado ao território das Missões.

Caxias é benemérito da viação no Rio Grande. Em 1846, sendo presidente da Província, mandou alargar de mais 20 braças meia légua de estrada no mato do Castelhana, e duas e meia no Português, onde os índios atacavam os ciandantes. E fêz estudos para ligar a “linha dos alemães”, com 30 léguas de encurtamento, à estrada geral de São Paulo. Em 1848 Delfino dos Santos Moraes ligou o Rio Pardo à Cruz Alta. Em 1862 houve melhoria na estrada e na serra das Antas. Foram três, no Rio Grande, os caminhos da civilização: o fluvial, das lagoas e rios; o da Colônia, e o de São Paulo.

CAPÍTULO V

O tropeiro n.º 1, Cristóvão Pereira de Abreu. Bandeirante, povoador e tropeiro. Fintas e mais fintas.

Cristóvão Pereira de Abreu é o negociante de animais ou tropeiro n.º 1.

“Facilitou e pôs corrente o caminho de São Paulo ao Rio Grande. São Paulo, isto é, a capitania, que chegava quase até a Laguna.

Em três meses e com o auxílio de 160 homens armados à sua custa, chegou com o caminho até às alturas de São Miguel e, pois, incluiu as Missões na civilização ou economia brasileira. Era isto em 1731. Pouco antes, Francisco de Sousa e Faria tinha chegado a Curitiba abrindo a picada do sul para o norte.

Cristóvão Pereira foi também povoador, tendo levado consigo gente e cavalhadas para as campanhas do Rio Grande. Na segunda viagem de volta a Curitiba trouxera três mil cavalgaduras, suas e dos companheiros. A guerra logo em 1735 recomeçada contra os castelhanos paralisou o comércio, mas originou a fundação do Rio Grande.

Como recompensa dos seus serviços, recebeu Cristóvão Pereira, por tempo de 12 anos, a doação de metade dos direitos que pagariam os animais transportados do Rio Grande para São Paulo e as Minas. É certo que logo começaram a subir para as Minas, em franca produção, as tropas e gados. (1)

Ainda em 4 de março de 1747, não estava regularizada a cobrança, pois então uma carta régia, pelo Conselho Ultramarino, mandava à Provedoria da Real Fazenda de Santos que se contassem cada três meses os impostos recebidos, e se entregasse a meia parte ao coronel tropeiro.¹

Havia já o Registro chamado de Curitiba, no rio Negro.

Mas os responsáveis por êle não residiam no lugar ermo e aumentavam-se os descaminhos. Quantas tropas não foram tangidas por contrabando para São Paulo!

Eis porque em 1 de janeiro de 1748 o col. Cristóvão Pereira representou à Provedoria da Real Fazenda de Santos que se fizessem construir casas para quartel e funcionários e se consertasse a estrada, responsável, nos matos, pela morte de muitos animais. Tudo, naturalmente, à meia.

Nesse ínterim, em 1748, El-Rei mandou que fôsse povoada a ilha de Santa Catarina e sertão adjacente até o serro de São Miguel, por casais de colonos açorianos. Timbrava a Côrte em assegurar para a coroa de Bragança essas terras tão ricas.

Em 13 de abril de 1750 não haviam melhorado as coisas no Registro de Curitiba. Cristóvão Pereira, de novo em Santos, requer à Provedoria marcasse a viagem para irem ambos os interessados ver a coisa *in loco*. E que se no-

(1) A criação do Registro do Rio Negro ou Curitiba é de 1734.¹

meassem um cabo e quatro ou cinco soldados, e que houvesse livros rubricados, tal como nos registros de Minas.

E como fôsse antes de tudo um tropeiro ou um gaúcho, o coronel afundou de novo na imensidão de seus domínios. Em São Paulo, a 16 de junho de 1750, passa procuração em cartório ao coronel Francisco Pinto do Rêgo, e ao capitão João José da Silva para tratarem de seus negócios, respectivamente em São Paulo e Santos, inclusive “afiançar as tropas que lhe parecessem convenientes”.

Esta última cláusula foi-lhe prejudicial, porque os tropeiros afiançados desapareceram nas Minas Gerais e, no momento de sua morte, o cel. Cristóvão Pereira de Abreu achava alcançado em mais de 11 contos de réis com a Fazenda Real.

Esse alcance foi devido a dinheiros que a Fazenda Real adiantou para a abertura das comunicações com o Rio Grande e às várias fianças que ficaram sem pagar.

O Juízo dos ausentes e falecidos estava arrecadando dos tropeiros na Comarca de Vila Rica os meios direitos devidos a Cristóvão, que era morto antes de 7 de maio de 1757, data em que o juiz e ouvidor de Santos, José de Godói Moreira, enviou àquela comarca uma precatória suspendendo aquela cobrança. Muitos tropeiros já estavam sem poder negociar suas tropas, embargadas pelo juiz de Vila Rica.

Por tudo isto se vê que com os tropeiros, abridores de caminhos, sucedeu o mesmo que aos bandeirantes, descobridores de Minas. O Governo Português estimulava-os com pingues promessas e honrarias, ajudava-os quando muito nos primeiros tempos, e em seguida abandonava-os, quando já tinham prestado serviços. Colonização individualista, formava grandes condutores de homens, píncaros nas alturas. Só assim podia o pequenino jardim da Europa gerar um filho tão grande. Então, como ainda hoje, a terra e a gente brasileiras se faziam por si, e mais não pediam a seus senhores do que não pearem iniciativas aliás, em última análise, tão oriundas da cepa nobilíssima portuguesa renovada na América.

Morto Cristóvão Pereira, Jerônimo da Costa Côrte Real, que de tanto escrever privilégios criara ambição, obteve para si e seus herdeiros os mesmos direitos.

Ficaram se chamando direitos da casa doada.

Cobram-se no total, só dos animais do Rio Grande: 2\$500 cada besta; 2\$000 cada cavalo e \$480 cada boi. Em 1772 os arrematantes da Casa doada ajuntaram ao número dos animais do Rio Grande os de cima da serra, de Lajes ao Rio Negro, território que nunca foi “continente do sul”. Em 1792 o Governo paulista reclamou contra isto; mas a Fazenda Real continuou a perceber os direitos todos.

Por cúmulo, em 1776, a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro taxou em mais \$240 cada cabeça de gado, e 1\$000 cada cavalo e besta. (1)

Ficava em Sorocaba, pois, um cavalo em 3\$000, uma besta em 3\$500, gado vacum em \$720. Fora os novos impostos.

CAPÍTULO VI

Os animais nas Minas. Preços. Vida cara. Vilas mineiras.

O livro do padre Andreoni "Cultura e opulência do Brasil", é precioso repositório da vida econômica da colônia nos últimos anos do século 17 e primeiros do século 18.

"A sede insaciável do ouro — diz êle — estimulou a tantos a deixarem as suas terras, e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que lá estão. Contudo, os que assistiram nelas êstes últimos anos por largo tempo, e as correram tôdas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando não só o que se há mister para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos de mar". (1) "Daqui conseguiu mandarem-se às Minas Gerais as boiadas de Paranaguá e as do rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia..." Em 1703 uma rês custava oitenta oitavas (a 1\$500 temos 120\$000), para o tempo, uma fortuna. Um boi, cem oitavas. Uma mão de 60 espigas de milho, trinta oitavas. Um negro bem feito, valente e ladino, trezentas oitavas. Um cavalo sendeiro, cem oitavas. Um cavalo andador, duas libras de ouro.

Ainda não se levavam bestas para lá, nem havia propriamente Rio Grande do Sul português.

E como os cavalos eram montaria somente, o autor podia dizer que, "partindo por terra da cidade do Rio de Janeiro com gente carregada e marchando à paulista, a primeira jornada se vai a Irajá". Eram os escravos, os sobre-carregados.

Donde vinham às Minas as cavalgadas? O autor não deixa resposta clara, mas deduz-se que dos currais da Bahia e dos de Curitiba, onde os cavalos se criavam junto com o gado.

Este, sim, numeroso descia do São Francisco pelo arraial de Matias Cardoso (Januária) e então em menor quantidade, de Curitiba. "Nos campos de Curitiba vai crescendo e multiplicando cada vez mais o gado". Mais de um milhão de cabeças de gado havia nos currais baianos, quase outro tanto nos de

(1) Doc. Int., vol. 45, pág. 93.

(1) In. Rev. Arq. Públ. Mineiro, pág. 514.

Pernambuco. Tôdas as semanas e quase todos os dias chegavam boiadas à capital do Brasil. Na passagem do São Francisco, em Jacobina, formara-se um mercado, pois os boiadeiros de além-rio preferiam, por vêzes, vender o gado aos de cá. E só duas casas, a da Tôrre e a do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito possuíam todo o sertão da Bahia — o que não aconteceu no Sul.

O que se queria no gado baiano não era só a carne, mas o couro aproveitado no empacotamento do fumo e nas meias solas exportadas para Portugal. Assim foi também no Rio Grande do Sul mais tarde: o gado era uma indústria, a dos couros.

Para não perder a deixa, digamos logo que permaneceram na geografia lembranças dessa época, em inúmeros ribeiros dos Couros; p. ex. em Sorocaba, antes de findar o século 17 já o Supiriri tinha êsse nome, dos cortumes que gerou.

Na Bahia vinham, pois, a ficar em 5\$000 a rês para açougue e couro, e em 7 a 8\$000 o boi manso para engenhos e carros. Um cruzado por cabeça ganhava o tangedor de cada Boiada. Um couro em cabelo valia 2\$100, quase a metade da rês. Cortido, 2\$940. Meia sola, 1\$980. Felizardos, os criadores do São Francisco vendiam na porteira do curral o gado aos compradores pelo mesmo preço da Capital baiana: iam para as Minas. Mas, ao chegarem lá, valiam 25 e 30 vêzes mais!

Antonil, o pseudônimo do autor que era o jesuíta Andreoni, fêz uma resenha completa dos caminhos ou estradas gerais brasileiras centralizando-os nas Minas. Ele não podia mencionar Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, já devassados pelas entradas ou bandeirantes mas ainda não incorporados definitivamente ao Brasil por essas veias e artérias que eram os caminhos do tropeiro.

De São Paulo atingiam-se as Minas pela estrada que alcançava o vale do Paraíba e no Guaiacaré, adiante de Guaratinguetá subia a Mantiqueira, passando vinte vêzes o mesmo ribeiro e trinta, outro. Hoje só resta o Passa-Quatro, o que é um progresso.

Daí se vai aos Pinheiros, em seguida ao Rio Verde, depois à Boa Vista, donde se enxerga o morro do Caxambu. Vêm em seguida Ubaí, Ingaí, Rio Grande, Rio das Mortes “assim chamado pelas que nêle se fizeram”. Dessa estalagem o caminho em vez de subir à Campanha procurava as roças de Garcia Rodrigues, na direção da Central hoje, donde se bifurcava, deitando um ramo para Ouro Preto, outro para o rio das Velhas (São João del Rei).

Do Rio de Janeiro podia-se ir de canoa a Parati, subir a serra do Mar e sair no precedente caminho em Guaratinguetá. Mas já funcionava o “caminho novo” de Garcia Rodrigues, procurando o Paraíba pela roça do Pati do Alferes, atravessando-o na roça de Garcia Pais e subindo pelo vale do Paraibuna, até Simão Pereira, Matias Barbosa. Além da roça do Sr. Bispo, bifurca-se o caminho para Ouro Preto e para o rio das Mortes, onde havia ainda “um fosso de emboabas, do último levantamento” (o livro imprimiu-se em 1711).

Da Bahia viajava-se para as Minas pela Franqueira, João Amaro, arraial de Matias Cardoso e daqui subindo o rio São Francisco e depois o das Velhas; ou procuravam-se as cabeceiras do Rio Verde, e daí o arraial do Borba (região da Diamantina) até o rio das Velhas.

Os baianos tinham jornadas maiores que os paulistas. Estes pelas duas ou três horas jantavam e... faziam ponto final. Até hoje, o caipira almoça às 8 ou 9 horas, gosta de sair de casa almoçado, e janta pelas três horas, sol alto. Costume, aliás, generalizado em todo o interior do país onde o campo domina, não nas fazendas e sítios da beira das cidades.

Em 7 de fevereiro de 1701, uma carta régia a Artur de Sá e Meneses resolvia "que as capitanias da Bahia e Pernambuco se não comuniquem pelos sertões com as Minas de São Paulo, nem das ditas minas se possam ir buscar gados, ou outros mantimentos às sobreditas capitanias". (1)

Em 13 de março de 1703, segundo a documentação copiada pelo erudito Brasília de Magalhães no Arquivo Nacional, escrevia o governador do Rio, Dom Alvaro da Silveira e Albuquerque, ao mestre-de-campo Domingos da Silva Bueno que prendesse José Correia, alferes João Arcanjo Costa e Estêvão Ferreira, que estavam em viagem da Bahia para as Minas, com comboios de negros e prendas secas (2). Só o gado era permitido conduzir-se. E promovia o governador a concessão de sesmarias no vale do Parnaíba até à serra dos Órgãos, com a condição de fazerem os sesmerios currais de gado.

Dom Alvaro da Silveira, no mesmo dia 19 de março de 1704 concedeu duas grandes sesmarias, uma nos campos gerais, atual Paraná, de cerca de 12 léguas de comprido tendo ao meio a estrada de Curitiba a Sorocaba, e outra de seis léguas, entre a serra dos Órgãos e os Cataguazes, a Bartolomeu Pais de Abreu, seu sogro e cunhados. Esta última, com a condição expressa de aí criarem o gado vacum, para evitar que viesse da Bahia. (3)

Estes documentos nos mostram a união entre os primeiros criadores e tropeiros do sul, morando em São Paulo e tendo currais no Paraná (de hoje) e em Minas. Bartolomeu Pais de Abreu é o abridor de estradas, que levou uma picada e o primeiro gado de Sorocaba à barranca do Paraná, caminho de Cuiabá, e é o sócio da descoberta de Goiás, com uma biografia já organizada por A. d'E. Taunay. Em 1737 (Revista Arquivo Municipal, vol. 70, pág. 99) ainda se queixava a Câmara de São Paulo de Dom Rodrigo, por haver recusado a oferta de Bartolomeu para chegar em oito meses com o caminho ao Cuiabá, isso em 1722, por causa dos enleios de Sebastião Fernandes do Rêgo e Manuel Gonçalves de Aguiar".

Em novembro de 1691 fêz-se o inventário do padre Pedro de Godói da Silva, vigário de Sorocaba. (1) O curral de gado valeu 12\$000, com uma

(1) Documentos Interessantes, vol. 51, pág. 19.

(2) *Ibidem*, pág. 157.

(3) *Ibidem*, pág. 235.

(1) Arq. Públ. do Estado. P. artigo do autor "Acheios à história do sul paulista in Rev. do Arquivo Municipal, tomo 69.

légua em quadra; o touro custou 1\$200, cada vaca 1\$280, novilha 1\$000, ao todo 40 cabeças. Estamos longe dos 5\$000 da Bahia.

Em 1660 Baltazar Fernandes doou aos beneditinos em Sorocaba, um touro e doze vacas para o patrimônio.

João Martins Claro, o pai dos irmãos Artur e Fernão Pais de Barros, tinha currais em Sorocaba que vendeu ao famoso padre Pompeu.

No comêço de 1723 uma ata da Câmara sorocabana se refere aos gados e cavalgaduras de Curitiba que estragavam caminhos e ruas de Sorocaba.

Nesse ano o governador Dom Rodrigo menciona expressamente em um bando (2) a existência de gado nos campos de Curitiba e da Vacaria. Ora, ainda não era aberto o caminho do Rio Grande, logo se trata da Vacaria do atual Mato Grosso onde os bandeirantes sorocabanos tiveram morada quase contínua. Gado êsse que seria originário das reduções do Guará. Felix de Azara calculou em fins do século 18 em 3 milhões de cavalos e 12 milhões de vacas não selvagens a criação do Paraguai e Buenos Aires.

“Antes de Cuiabá ter as boas e muitas fazendas de gado que tem, levaram por terra uma grande boiada para aquela vila, cortando sertões por onde nunca se tinha passado, e dirigindo o rumo pela estimativa”, diz Francisco José Lacerda e Almeida no seu Diário de viagem de 1788. Foi, com efeito de Sorocaba que partiu tudo quanto se pode levar para Cuiabá, e numa outra relação de viagem, de 1728, de João Cabral Camelo, se diz que foram levadas novilhas nas canoas. O Lacerda disse que ainda havia gado selvagem na Vacaria. Já era selvagem também o gado dos extintos Jesuítas, nas fazendas de Guareí e Ibiticatu, têrmo de Sorocaba. Mas um documento de 1737 prova que nos monçoco iam cavalos e gado para Cuiabá. (3)

Quanto eram raros os cavalos em São Paulo em 1700 nos mostram os inventários da época. Francisco da Silva Godói, p. ex., em 1703 e em Sorocaba, deixou apenas o seu cavalo arreado.

Em 1800, temos, pelo inventário de Salvador Oliveira Leme, o Sarutaiá, êstes preços:

3 mulas velhas	38\$200
16 cavalos	a 5\$590 cada um
1 cavalo de tôda a serventia	3\$200
1 cavalo honesto	6\$400
3 bestas mansas, de serviço	42\$000
10 bois mansos de carro	40\$000
3 de boiada	7\$680
125 reses	250\$000

Se compararmos os preços com o século anterior, vemos que duplicaram e um pouco mais. Nem assim alcançavam os preços da Bahia, de cem anos antes.

(2) Rev. Arq. Municipal, tomo 31.

(3) Rev. Arq. Municipal, tomo 70.

Compreende-se que em Sorocaba, zona de invernadas, os preços não fôsem muito mais altos que na porteira das estâncias, a fim de sobrar margem de lucro aos revendedores.

Para 1852 temos o preço de 32 a 36\$000, bestas chucras vendidas na feira.

Para 1865 encontramos, no inventário de Elias Aires do Amaral, o preço de 40\$000 por besta. O gado ainda estava a menos de 2\$800, as ovelhas a 2\$000, cavalos de "costeio" a 12\$000, éguas de criar a 10\$000.

CAPÍTULO VII

O Registro de Sorocaba. Gomes Freire de Andrade, 1750. O primeiro administrador. O dealbar da era das feiras. Desvios de impostos. Um tropeiro castelhano.

Em 5 de janeiro de 1748 Cristóvão Pereira de Abreu sugeriu ao Provedor da Fazenda Real em Santos que os tropeiros que transpusessem o Registro de Curitiba se apresentassem com suas guias, para efeito de fiscalização, ao Juiz de fora da vila de Itu.

Com efeito, naquela época a estrada de Sorocaba para São Paulo subia a serra de Piragibu, a meia distância de Itu. E os campos de Pirapitingui eram acomodados, embora pequenos, à passagem do gado e tropas. Parece-nos, também, que o gado e tropa destinados a Goiás atingiam Jundiá pelo Salto, a meia légua de Itu.

O que faltou para ser em Itu o Registro e, em consequência, as feiras de animais?

Em Sorocaba havia, também, outro caminho para São Paulo por São Roque, havia campos tão extensos que, na expressão pitoresca de Saint-Hilaire, se estendiam quase até o rio da Prata, e havia um rio, com uma ponte de tanta tradição que dera o nome à Padroeira, já em 1654.

Havia, também, um Mosteiro de padres Bentos e o Sr. Gomes Freire andou sempre às boas com eles no Rio.

E acaso o português Luís Teixeira da Silva, homem riquíssimo que sempre viajava com as tropas para o Rio e Minas era amigo ou protegido de seu poderoso patrício, inimigo de São Paulo não sabemos a que título.

Pois o general Gomes Freire de Andrade, a quem parece ficava São Paulo devendo o rebaixamento de se governar por Santos, percebeu o absurdo de se dirigirem os negociantes de animais à vila de Braz Cubas, para legalizarem seus papéis, atendeu a Cristóvão Pereira, mas por metade. Localizou o Registro de animais em Sorocaba, junto à ponte, exatamente no dia 3 de setembro de 1750, nomeando Provedor a Luís Teixeira da Silva.

Na exposição de motivos aparece como causa principal da criação do Registro de Sorocaba o não haver, entre as duas vilas, pessoas bastantemente

ricas para abonarem os donos de tropas. Até então, passando o Rio Negro, os tropeiros davam-se como fiador e fiado uns aos outros, de forma que, por inconsciência ou desgraça, após venderem ou perderem as tropas não entravam com os dinheiros devidos. Ausentavam-se “para as Minas Gerais sem cumprirem as suas obrigações pelas grandes distâncias do trânsito que fazem para a venda das mesmas tropas”.

Cabia ao Provedor passar o visto nas guias recebidas de Curitiba, e, apesar de tudo, o pagamento final era em Santos. Pode supor-se que, se o fiador não era idôneo, se embargava a tropa. O certo é que ainda não ficava em Sorocaba o importe dos impostos. Não havia ou não vinham compradores, o condutor continuava a sua longa viagem para as Minas, quase sem dinheiro.

Portanto, à luz de um documento oficial, não houve grandes feiras de animais em Sorocaba antes de 1750.

Já então, porém, os sorocabanos se habituaram a um espetáculo inédito ao princípio, em seguida comum: as grandes pontas de mulas e gados à espera, na ponte, de se abrir o portão para se passarem, após o visto nas guias de Curitiba. Durava êsse trânsito intenso cêrca de dois meses, no comêço do ano, e repetia-se no ano seguinte. De volta para o sul, os negociantes de animais passavam na vila sorocabana. Viu-se logo que os currais de gado já existentes desde 1660 se ampliavam em invernadas imensas: os animais faziam do sul para o centro parada para a engorda nos campos realengos, fartos de capim e de aguadas. Sorocaba andou em tôdas as bôcas e, por uma espécie de acôrdo tácito, insensivelmente, consertaram-se os tropeiros do sul em trazer até o registro sorocabano os animais que os do centro aqui encontrariam. Começaram as primeiras vendas de animais após 1750. As feiras datam do milésimo 1750, antes de 1755, pelos motivos que exporemos no capítulo seguinte.

A lei do menor esforço fêz colocar os mercados entre os centros produtores e os consumidores. A zona de Sorocaba não era inteiramente de criação, mas de invernadas, e estava entre a Côte e as florescentes vilas mineiras. De propósito, ainda que a contragosto, não pusemos a capital paulista. Decadente após a exaustação das bandeiras, não precisava de muitos lotes de bestas para os seus parques produtos agrícolas e, doutra parte, isolada pelas asperezas da serra, eram os seus escravos índios os que carregavam os gêneros e os senhores no caminho do mar.

Pobre capitania de São Paulo! Embriagada da glória recente, vegetava, sem saber que rumos tomar. Eis que lho indica a própria situação de entreposto entre duas riquezas. Ela fizera Minas; ela, incorporou ao Brasil o Rio Grande. Ia agora viver da produção de um e do consumo de outra. Aí, e nunca no absurdo das gotas de sangue judeu, o pendor do paulista para a indústria e o comércio: a situação geográfica é dom da Providência.

Se há, contudo, quem mereça estátua em Sorocaba é Gomes Freire. Esta lei do Registro sorocabano prova-nos que a história não é só feita por fatos

inelutáveis, por um determinismo materialista, senão que também uma vontade inteligente pode dirigi-los com a condição de os não forçar demais.

Luís Teixeira da Silva, pois, com Gomes Freire o fundador do Registro Sorocabano, tinha grande casa e loja à Rua da Ponte, mais próximo do largo da matriz. Era um homem de fé à antiga, pai de um padre, amicíssimo dos beneditinos em cuja igreja foi enterrado numa quinta-feira maior de

Ele e em seguida a viúva forneciam o óleo para a lâmpada do Santíssimo na matriz. Português, casado na família Almeida Leme.

Aos 23 de fevereiro de 1754 uma interessante personagem fez a sua aparição na casa de morada do Provedor e contador da Fazenda Real de Santos, José de Godói. Trazia as bombachas, o poncho, o chapéao desabado, e pisava duro como um grande senhor, um gaúcho autêntico sul-americano: Dom Bertolomeu de Sousa Chevarra, que pelo nome não perca.

Contou uma história comprida. Fizera passar em várias tropas o Registro da Curitiba, vindas das Campanhas do Rio Grande de São Pedro do Sul 279 cavalos e 3.780 “bestas muare” (sic), exibindo as guias respectivas.

Estavam já no caminho das Minas estas tropas, queria afiançá-las, oferecendo-as como garantia, e a seus próprios bens havidos e por haver. Dava além disso como fiador o capitão Francisco da Borja Nogueira, que aceitou. E tratava-se, nem mais nem menos, de 5:021\$500, os meios direitos correspondentes à Fazenda Real. E devia pagá-los no prazo de 18 meses.

Nunca mais apareceu. Tê-lo-iam assassinado? Haveria perdido a mor parte dos animais na passagem agreste da Mantiqueira? Ou voltou à terra por descaminhos, as alçibearas e os alforjes atestados de ouro?

Em 26 de junho de 1756 passou-se precatória no Juízo de Santos para Vila Rica e êle ou o fiador, 24 horas após a intimação, deviam dar sinal de si.

Fatos que tais nem sempre significavam falta de honestidade. Feitas as contas dos danos e perdas, era bem passível que o resultado da venda das tropas não dêsse para pagar as dívidas. (1)

Este castelhano — digamos — documentado é a prova da frequência da gente de Entre Rios e da Banda Oriental no caminho das tropas, deixando sinais na toponímia e tradições nas famílias a ela ligadas pelo casamento.

Em 16 de dezembro de 1755 escreveu S. Majestade à Câmara e povo de São Pedro, pedindo-lhes ajuda para reedificar a cidade de Lisboa destruída pelo terremoto de 1 de novembro.

Reunidos em Câmara os vereadores mais o doutor ouvidor geral João de Sousa Filgueiras, resolveram o melhor meio de se tirar do povo essa contri-

(1) Cf. Livro de Registros de Provisões e cartas régias do govêrno de São Paulo, no Arq. Públ.

buição “voluntária” de dez anos que se eternizaram. Eis o resultado das deliberações:

“§ 1.º Cada cavalo que vier a vender de fora desta comarca a esta cidade das partes do Rio Grande de São Pedro do Sul a Curitiba, ou passar por ela a negócio para se ir vender a qualquer das minas ou ao Rio de Janeiro, pagarão (sic) duzentos réis.

§ 2.º E na mesma forma tôdas as tropas de mulas ou machos que vierem por negócio a vender a esta cidade, e seus têrmo, ou por ela passarem para qualquer outra parte, por cabeça de cada besta muar trezentos réis.

§ 3.º Tôda a boiada... de São Pedro do Sul ou Curitiba para vender a outra parte, pagarão por cada rês cem réis.

§ 15.º Todo o gado ou bestas em que é lançado êste novo impôsto não poderá passar do registro da vila de Sorocaba, sem o pagar logo, ou dar fiança ao juiz que ao tempo fôr nosta cidade... ou em quatro meses, e dada a fiança se lhe declarará na guia que apresentar que pode passar, e passando sem pagar ou ter dado a fiança pagará em três dobros...” (1)

E foi assim do novo impôsto montada a máquina que funcionou maravilhosamente até 1892. Já havia, pois, em pleno funcionamento o registro de Sorocaba.

Quando, mais tarde, as vendas da animais se fizeram em Sorocaba antes do Registro, aos compradores incumbiu o pagamento do novo impôsto, tanto como aos vendedores coube o maior, o do Rio Negro e, depois, de Guarapuava.

CAPÍTULO VIII

De colônia a país livre. O papel do tropeiro na formação do país. Liberdade e unidade da Pátria. Revolução liberal e de Piratimim. A República.

Que fêz o tropeiro para a independência do Brasil?

Corajosa, porque difícil pergunta.

O desejo de emancipação, de liberdade, os sentimentos surdos de revolta contra a opressão estavam na alma de todos os brasileiros. Mas, se era lícito julgar em alguma classe de brasileiros maior essa dose de sentimentos, por certo os tropeiros tinham o instinto da liberdade. Gaúchos e paulistas, baianos e minciros, êsses homens estavam habituados a contemplar diante de si o infinito ondulado das campanhas e a tirar-se por si de suas dificuldades imediatas, a resolver sem polícia as suas rixas, enfim, individualistas, senhores do mundo em que viviam e até das práticas religiosas algo afastados, mercê de suas peculiares condições de vida.

(1) Atas da Câmara Municipal de São Paulo, tomo XIV, pág. 57.

Entre o gaúcho, o catarinense, o paranaense, o paulista e o fluminense e mineiro há gradações insensíveis, como de um prisma, onde as qualidades mais extremadas do primeiro vão aos poucos amortecendo-se, mas não acabando.

É o homem do sul.

Ele existe, êsse homem do sul, com características algo diferentes das do homem do norte e do nordeste, e com qualidades comuns ao Homem Brasileiro, que por sua vez tem os mesmos pontos de contato com o sul americano e êste com o europeu latino.

Mais ao sul, em perene relação com o castelhano, o gaúcho é uma revolução permanente que só se aquieta quando encontra um caudilho a quem obedece, por amor ou obrigado. Seus homens são heróis, ainda mesmo quando em lutas fratricidas e ninguém mais do que êles tem brilhado nas guerras externas. Entre o Rio Grande e São Paulo, os catarinenses e paranaenses já não têm “gauchadas”, equilibram-se melhor na vida política nacional. São Paulo de antes do café teve o quixotismo da Revolução Liberal, em seguida tornou-se conservador. Rio e Minas ainda na época em que os tropeiros abundavam sofreram agitações liberais. Onde quer que êsses homens do descampado andassem deixavam sempre idéias liberais.

Quão diversos dos senhores-de-engenhos, feudos organizados, a cidade em miniaturas, os homens do sul eram os indivíduos, a pessoa, com os direitos levados ao excesso e com deveres que o costume ou êles mesmos se impunham!

Na mesma intensidade que já fizemos notar, caminham do rio da Prata, estrada das tropas a fora essas idéias de liberalismo tão exagerado que aquelas repúblicas viveram em contínuos “pronunciamentos”. Veja-se como influiu a proximidade do Uruguai na história da República de Piratinim, de tal sorte que pelos seus atos muitos chefes riograndenses podiam ser fichados como uruguaios e vice-versa.

A Revolução Liberal de 1842 nasceu em Sorocaba, a cidade das feiras, foi chefiada por um tropeiro ilustre, cem por cento sul-paulista, e dos dois lados, do Rio Grande e São Paulo, havia esperança de cooperação. Minas vem logo em socorro de São Paulo, deixa o lado conservador de seu caráter para se tornar, em partes quixotesca; mas, afinal de contas, entre os seus chefes, não é um sul-mineiro, um homem do sul êsse padre José Bento que cai como um gaúcho às mãos de um assassino?

E quem impediu o fluminense de formar ao lado de mineiros e gaúchos senão o fazendeiro de café, contrafação moderna do senhor-de-engenho, conservador por definição?

Se o tropeiro propagava essas idéias de liberdade, não trouxe do sul os perigos dessa liberdade, porque, longe de levá-la às conseqüências do separatismo, fortaleceu a unidade da Pátria.

De que forma? Primeiro que tudo, unindo materialmente as capitânicas e depois as províncias. Eis aqui um negociante fluminense que compra em Soro-

caba tropas de um gaúcho para vender na Bahia: falando a mesma língua, acreditando nas mesmas crenças, obedecendo às mesmas autoridades.

Caminhando em estradas reais depois gerais, que fazem parte de um todo de comunicações fundamentalmente brasileiras, com bases na nossa pré-história, quanto aos indígenas, e na mesma formação da pátria pela expansão portuguesa e bandeirante do litoral ao sertão.

Propagadores da riqueza, não semeavam ódios, mas estreitavam vínculos entre as províncias irmãs.

Na feira de Sorocaba, ouvem-se todos os sotaques: mas acima de tudo são todos brasileiros. Mais tarde aparecem os mascates estrangeiros, policromando o meio com as suas esquisitices: o tropeiro, após haver adquirido as quinilharias e ouropéis com que se alegrava a sua infantil ingenuidade, continuava sempre tropeiro.

Um motivo eterno em que a humanidade se enleva, o amor, contribuía para cimentar com os laços do himeneu essa unidade nacional: filhos de paraenses com fluminenses, naturais de São Paulo...

E se descemos do grande negociante ao humílimo tropeiro que transporta gêneros de São Paulo ou Minas à Côte do Rio de Janeiro, ou faz a ligação entre o planalto e o litoral, haverá tipo mais brasileiro que êle, na abnegação, na honradez, no trabalho quase anônimo e tão construtivo da grande pátria?

Quem tão cioso das tradições paternas como êle? Quem cantou ao pé do fogo, tanto como êle, as lendas, letra e música, do nosso folclore?

Os homens de Piratinim — segundo anotou Rocha Pombo (que, diga-se de passagem, é dos campos de Curitiba como Varnhagen dos de Sorocaba) — carearam-se com os tropeiros sorocabanos que eram, também, influentes liberais, pedindo-lhes os ajudassem a construir a federação brasileira.

Era precoce a idéa, mas apenas, continha outra prova de amor à unidade da pátria, unidade que, no seu pensar e no caso de se não fortalecer o governo central, só na federação encontra a sua suprema garantia.

Em 1870 começam a aumentar as hostes do partido republicano em São Paulo.

Movidos do instinto, republicanos ilustres vêm procurar a decadente cidade das feiras, para atear a chama da liberdade (queriam-na maior que a do democrático Pedro II).

Cândido Barata Ribeiro, nascido na Côte, liberal por herança, vem como médico a Sorocaba, onde se casa com uma Borges, de antiga gente catarinense. É o presidente do 1.º Clube Republicano de Sorocaba, seria o 1.º intendente municipal do Rio de Janeiro.

Júlio Ribeiro, pela mesma época, procura, de Baependi, os velhos caminhos que convergem em Sorocaba, onde é professor, jornalista, escreve o "Belchior de Pontes" e apregoa idéias tão extremadas que acabariam no separatismo.

Ubalduino do Amaral, paranaense, antes de mudar-se para o Rio funda em Sorocaba o clube Republicano.

Afinal de contas, o próprio Dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo, Presidente da famosa Convenção Republicana de Itu, nascera em São Paulo porque aí estava então com a família o pai, deputado Francisco Antônio de Almeida Melo, sorocabano de nascimento e dos quatro costados. Américo Brasiliense passou a infância no largo das Tropas de Sorocaba.

Era um homem honesto como um tropeiro antigo, tanto como foi honesto êsse outro paulista que se chamou Prudente de Moraes.

Em 1870 e poucos ainda florescia, justamente no Jundiaquara, município de Campo Largo, na extensa campanha onde invernavam os animais para a feira, o colégio do Lageado, dirigido por Francisco de Paula Xavier de Toledo, um dos vários exemplos do individualismo brasileiro também em matéria de educação. Foram-lhe alunos, entre outros, José Gomes Pinheiro Machado, filho de pais casados em Itapetininga e neto de sorocabanos, e Fernando Prestes de Albuquerque, nascido em Itapetininga.

Ambos foram em sua juventude autênticos negociantes de animais. Fernando Prestes, a honradez personificada. Pinheiro Machado, o grande caudilho, o mal necessário, que centralizou no Rio a vida política nacional, fiel à sua tradição de tropeiro-unificador da pátria.

Há, também, sombras no quadro. São homens do sul os que fazem a revolta de 92 e pela estrada das tropas, de Tatuí a Itararé transitam os carros de boi transportando munições.

Itararé, pouso de tropeiros, barreira e registro, militariza-se. Além são os campos gerais. Há heroismos na Lapa, outro antigo pouso de tropeiros. Cái na estrada de Paranaguá um Corrêa, família de honrados negociantes de animais e de gêneros, o barão de Serro-Azul. Nessa raça de heróis, o céu estrelado e as solidões das longas jornadas não apagavam a idéia de Deus: e o barão obtém dos verdugos a licença de rezar um credo, de joelhos, apoiado no carro da via-férrea donde rolou para o abismo, ou para a glória.

Enfim, um autêntico monarca da coxilha desdobrou em 1930 a bandeira do liberalismo e, ajudado da terra e da gente do sul, derrubou um regime que os gaúchos ajudaram a erguer. Em 1937, outrém podia fortificar a unidade da pátria em perigo. Não foi mister, porque o mesmo homem do sul, fiel à história e à raça, imolou o liberalismo no altar da Pátria una, indivisa, gloriosa.

CAPÍTULO IX

Os Registros e as guias no tempo do Império

Não é muito abundante a legislação imperial sôbre os direitos de animais do sul.

O Império aceitou a herança da Colônia e transmitiu-a, por sua vez, à República. Em 1892 acabam-se os Registros e Barreiras.

Em 1834 os nossos já conhecidos impostos do Rio Negro passaram a fazer parte das Rendas Provinciais de São Paulo.

A 20 de fevereiro de 1838 a Assembléia Legislativa da Província elaborou a seguinte lei promulgada por Bernardo Pinto Gavião Peixoto sob o n.º 99, sendo a oitava de fevereiro:

Art. I. A faculdade que até hoje têm gozado os condutores de animais sujeitos a direitos na passagem do Rio Negro de os passarem pelo registro da vila de Sorocaba, uma vez seguros tais direitos por meio de fianças, continua em vigor, sendo, porém, estas fianças substituídas por letras pagáveis na administração daquele registro, ou na Tesouraria Provincial, sacando-se as letras em dois pagamentos iguais.

Art. II. Estas letras serão passadas a prazos de seis a doze anos, e pelo montante das guias dos animais que passarem pelo registro de Sorocaba. Não se admitirão, porém, tais letras de valor menor de 50\$000.

Art. III. Estas letras serão sacadas pelos donos das tropas, e garantidas por pessoas de conhecida abonação, sendo os garantes sacadores e sacados ao mesmo tempo, bem como o dono da tropa, e quando não sejam pagas no dia do vencimento, a autoridade em cujo poder existirem as fará protestar, e prosseguirá nos termos que as leis prescrevem.

Art. IV. daquelas tropas que se venderem à vista, ao menos uma terça parte se pagará à vista os respectivos direitos na razão da quantidade dos animais vendidos.

No artigo V se diz que ficarão privados da faculdade do artigo I os donos que não satisfizerem o imposto, ou ocultarem as vendas à vista. E pelo artigo VI “o coletor de Sorocaba ou do Rio Negro exigirá o pagamento antes que a tropa venha à feira, se constar que o dono as vai extraviando.

A lei do orçamento, de 7 de abril de 1851, diz no artigo 20:

“Ficam suprimidos os impostos denominados dos animais do Registro do Rio Negro e contribuição para Guarapuava, e criada uma barreira em que se cobrarão os referidos impostos”. Animais soltos pagariam: 2\$500, as bestas; 2\$000 os cavalos, 1\$000 as éguas, \$240 o gado. Animais montados recebiam uma taxa igual à do Registro do Cubatão.

Pelo artigo 21, os donos de tropas gozariam dos benefícios da lei de 20 de fevereiro de 1838 e da de 12 de março de 1841.

Importa notar que em 1848, coisa de pasmár, haviam sido cortados ao meio os direitos do Cubatão, e fundado foi o registro no alto da Serra.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo existem todos os livros. e assentos dos Registros e barreiras do tempo do Império. Não ficou sem arquivar sequer uma guia. Serviço maquinal quase, dependendo talvez de máquina de calcular, seria interessante que fôsem publicadas as relações dos números de animais trazidos do sul a Sorocaba, pelo menos de 10 em 10 anos, para se ter

uma conta exata do vulto de negócios realizados nas célebres feiras. Se os escrivães dos Registros se houvessem lembrado de fazer a soma no fim de cada ano financeiro, agora não teríamos de recorrer a algumas aproximações. E' verdade que com ou sem êsses algarismos, a história do Brasil continua, com assuntos mais gloriosos... E' preferível, porém, o último dos tropeiros que arranca um animal do precipício, a muitos dos grandes nomes que enchem o seu século de lama e sangue, felizmente noutros países...

Eis aqui uma guia do Rio Negro:

"Aos dez dias de dezembro de mil oitocentos e trinta e sete passou por êste Registro do Rio Negro o Sr. João da Silva Rosa com vinte bestas, setenta e um cavalos e sessenta e uma éguas de sua conta, cujos direitos importam na quantia acima de 250\$530 que vai devendo e se obriga a pagar em São Paulo na respectiva Tesouraria ou em Sorocaba ao cobrador e recebedor destes direitos, a quem apresentará a competente guia no prazo de sessenta dias contados da presente data, para cuja satisfação obrigou todos os seus bens havidos e por haver e especialmente os mesmos animais sendo seu fiador por carta de 5 do corrente digo fiador o Sr. capitão Antônio Novais Coitinho e para constar se passou este termo e obrigação. O coletor José Mendes Ferraz, o escrivão Luiz Pedroso de Almeida (1).

Já na República, os termos eram quase os mesmos:

"Guia do Novo Imposto de animais. (Instruções de 29 de novembro de 1838, lei 129 de 17 de Junho de 1881, e n.º 15 de 3 de Maio de 1886 e n.º 124 de 28 de Maio de 1886).

A folhas... do Livro... de termos de fianças e obrigações pelos direitos dos animais que passarem por esta barreira o Sr. capitão Gaudêncio Christovam Machado, como fiador do Sr. Manuel dos Santos Lima Ruivo assinou nesta data termo de obrigação pela quantia de 356\$875, de 130 bestas a 2\$000 cada uma 260\$000; 17 cavalos a 1\$500 cada um, 25\$500; de 25%, 71\$375; total, 356\$875; quantia esta que se obrigou a pagar no registro de Sarocaba ao respectivo administrador dentro do prazo de 90 dias a partir desta data, e ao qual apresentará esta guia, na forma e sob as penas do art. 11 das supra mencionadas instruções, sujeitando para isso todos os seus bens havidos e por haver, e especialmente os mesmos animais e para constar se passaram duas guias de igual teor, assinam o administrador e o escrivão desta barreira, o fiador e o dono da tropa. Barreira de Itararé, 1.º de Janeiro de 1892".

Como se vê dessa guia, o imposto fôra abaixado de \$500 por besta e cavalo. De fato, na lei de orçamento de 25 de Junho de 1881 vem o artigo 19:

"Continuará a ser cobrado como até aqui nos termos das cartas régias de 16 de dezembro de 1755 e de 22 de março de 1766 e lei n.º 22 de 5 de maio de 1877 o novo imposto de animais com a seguinte alteração: de cada uma besta,

(1) Aliás sorocabano, ex-escrivão da Câmara de sua terra.

2\$000; de cada um cavalo, 1\$500; de cada uma égua, 1\$000; de cada gado vacum, \$500.

Era mesmo o fim das feiras de Sorocaba, a ponto de o Governo abaixar os impostos.

Nesse ano aparece pela última vez despesa com a estrada de Itararé a Sorocaba: 10:000\$000, inclusive pontes no Paranapitanga e Capivari. Nos outros anos a estrada é da Itapetininga a Itararé. Morriam as feiras em 1880.

CAPITULO X

Um sábio entre os tropeiros. Registro da Mantiqueira — Folia do Divino — Pousos e ranchos. Tropeiros e gauchos. Violas e descantes. Batuques e danças. Heróis desconhecidos.

“O Registro da Mantiqueira — segundo o viu Saint-Hilaire em 1822, foi colocado mesmo na raiz da serra e compõe-se da casa da barreira ocupada pela repartição e de um rancho, no qual fica a balança onde pesam as mercadorias vindas do Rio de Janeiro. Estas construções estão colocadas em torno de um grande pátio fechado do lado da montanha por uma porta de madeira”. As casas estavam mal habitáveis e soldados do regimento de Minas compunham o destacamento. Houve rápida vistoria na bagagem do sábio. Era a 15 de março e, apesar da chuva, “várias tropas que haviam tomado lugar ontem à noite no rancho puseram-se a caminho esta manhã. Pertencem a ricos particulares da vizinhança e levam fumo ao Rio de Janeiro. Um dos proprietários dessas tropas possui 300.000 cruzados e entretanto seus filhos tangem os burros”. De volta traziam negros para revender em Minas.

Saint-Hilaire atravessou o Paraíba na Cachoeira: $\frac{1}{4}$ de légua além o caminho bifurcava-se para Minas e São Paulo. Sempre vendo tropas carregadas de fumo na vinda; de sal, na volta. Ranchos pobres e mal conservados, pousos de tropeiros. Habitantes à beira da estrada eram pobres agregados de proprietários da vizinhança, cujas tabernas alugam, vendendo milho e aguardente. Na volta de São Paulo, Saint-Hilaire foi companheiro, num desses ranchos, de uma folia do Divino.

Veja-se, por exemplo, como sinal de pobreza, a casa do capitão-mor de Areias: pau a pique, telhas, pátio, mobiliário singelo. Já o senhor Café, porém, começava a melhorar a região. E do rancho dos Negros, rancho do Pisca, ranchos e mais ranchos, quase ao ar livre, entre tropeiros, Saint-Hilaire escreve o seu diário de viagem: são os momentos de fino gozo intelectual em que o homem europeu das universidades aparece fora da casca do viajante que, a mais de um, pareceria um tropeiro como há tantos... (1)

(1) Cf. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* p. edição da Editôra Nacional, 1932, tradução de A. E. TAUNAY.

Apenas para o lado negativo do nosso escôpo nos serve o testemunho de Saint-Hilaire sôbre Santa Catarina. Na "Viagem à Província de Santa Catarina" — (2), são aproveitadas notícias de 1841, é descrita a tomada de Laguna pelos republicanos de Piratinim, e estende-se o viajante em considerações sôbre os colonos europeus, em tom de profecia, aliás, premunindo os governos quanto ao perigo da formação de quistos estrangeiros, principalmente alemães.

"Saint-Hilaire viajou por mar e de canoa, conheceu gente de todo em todo diversa do tropeiro ou do gaúcho. As velhas povoações litorâneas do Desterro, de S. Francisco e da Laguna eram pobres: no tempo da colônia, quase que vegetavam como fronteiras do sul, pureza cubiçada de hispano-americanos. Já nos fins do século 18 e princípios do 19, os casais açorianos começavam a multiplicar sua descendência. Causa admirável! Nos pampas, as condições do meio os fizeram gaúchos. No litoral catarinense, pescadores, canoeiros, paupérrimos.

Lages era o único porto do interior em que o monarca das coxilas fazia a sua aparição triunfante. Guardou-se de descrever a velha povoação o erudito viajante: os seus 290 habitantes eram outro tipo de gente. Faz-nos isto aprovar a iniciativa de Morgado de Matheus, governador de São Paulo em 1769, fundando Lages, vila paulista.

O próprio gado para o consumo do Desterro vinha do Rio Grande, por êsse caminho de praia por onde jornadeavam tantas expedições militares e por onde Saint Hilaire entrou na capitania dos pampas.

O gaúcho em geral e maximé o gaúcho tropeiro misturado de estancieiro deve, pois, a sua formação moral e física à amplidão dos campos, onde teve de lutar com as rezes chimarás e os cavalos chucros. Êle tem o sangue dos velhos paulistas que por Sorocaba desceram ao sul em rosário sem fim; dos novos colonos açorianos, ilheus destemidos, e dos guaranis das antigas reduções jesuíticas.

Esse monarca da coxilha que bateu duro com as chilenas nas pedras de Sorocaba é o mesmo que nos descreve o pe. Teshaner, "o rosto altivo, rodeado de uma barba exuberante, largas bombachas, donde sai um pequeno pé que pela ponta pega no estribo e trazendo, se a grande e pitoresca capa, o poncho, o não protege contra a chuva ou frio, ordinariamente em redor da cintura o multicolor chiripá. O poncho que vai sempre preso à cela ou lombilho, serve-lhe como de travesseiro e de cama, quando surpreendido à noite. Então depressa acende uma pequena fogueira, improvisa dois ganchos que seguram uma varinha, em que suspende a chocolateira (caldeirinha de lata) para ferver água, assando ao mesmo tempo o churrasco que come com farinha de mandioca, se não está contente com umas bolas de passoca. Finalmente, infundindo a água quente na cuia, toma o mate pela bombinha, quase sempre de prata. Para tudo lhe serve uma faca bem afiada com cabo de prata". (1) O cavalo é-lhe uma segunda natureza, "a imensa campina é o seu reino, o cavalo e o laço seu poder".

(2) Edit. Nacional, 1936.

(1) CARLOS TESCHNER, S.J. — *História do Rio Grande do Sul*, vol. II, págs. fin.

Menino, vai fazer encomendas e recados, no seu potranco. Mais taludo, assiste aos rodeios, faz parar o touro, boleia os animais.

A semelhança entre o gaúcho e o tropeiro está em que um e outro como que se confundem quando a cavalo transitam pelos campos tangendo tropas e gados, ainda chucros para a venda. Já o tropeiro de tropas arreadas, que conduz os gêneros de um para outro ponto tem diferenças específicas na sua formação.

O negociante de animais, o gaúcho ou paranaense ou barriga verde (de Lages) é um grande senhor, com a consciência de sua hierarquia, ainda que se misture aos peões e capatazes junto ao caldeirão de feijão ou ao churrasco.

O tropeiro que transporta mercadorias para outrem é mais empregado que empregador.

Por isso, este é o habitante cotidiano das estradas poeirentas e movimentadas, levando as riquezas do sertão ao litoral e aos maiores centros e de torna volta trazendo ao interior tudo, desde o sal até os objetos de vaidade feminina. Já o grande tropeiro do sul, chamemo-lo assim, apenas uma vez por ano povoa de ruidosa alegria as feiras de Sorocaba e os pousos do sul.

Ao primeiro tipo do tropeiro, o do gaúcho criador e negociante de animais, pertenceram, sobretudo, os homens do sul, sem exclusão dos outros. Aos tropeiros de tropas arreadas podem pelo maior número ajuntar-se os homens do centro, paulistas do vale do Paraíba e mineiros.

Em São Roque aparece um tipo curioso de tropeiro em duplo: os Rosa, influentes fazendeiros lavradores, negociam com animais do sul e montam vários lotes de tropas arreadas, adquiridas em Sorocaba, para comerciar com São Paulo e Santos, aumentando, assim, a vila natal. Um deles foi o barão de Piratininga, homem de salão quando mister, e que hospedou o Imperador em seu palacete. (1)

Que a vida do tangerlor de tropas para as feiras fôsse a mais dura não padece dúvida. Não contente com o que vem nos livros e na tradição, temos conseguido — em linguagem de imprensa diríamos — entrevistar raros superstites dessa geração que já vai tão longe. O sol, a chuva, o frio, o calor, a fadiga, até a fome, tudo passaram estes heróis anônimos. Nas noites chuvosas, encostada a tropa num canto fechado por matos e brejos, ficavam os capatazes vigiando a única saída. Era a ronda.

A ronda é por si um resumo de noites trabalhosas, relembra o fustigar do pampeiro ou do minuano nesses rostos endurecidos pelos costume, quase alegres nas privações. Faz vir à lembrança as botas molhadas, o poncho pingando água, os atoleiros, o alarme a deshoras para correr atrás da besta fujona. A ronda é um marco de sofrimento, e, por isso, construtivo. Ao longô das vias férreas ou de rodagem ainda se encontram vários lugares com esse nome: a ronda, a rondinha.

(1) Em literatura perpetrôu "A Cruz do Cedro" contra os Jesuítas. Misantropo, mandou escrever no seu túmulo: "Aqui jaz Ninguém". Influente político provincial.

Só não dizem nada, absolutamente nada, aos desprezadores do passado e da obra construtiva e humilde do tropeiro desconhecido.

Havia em certos peões algo dos vaqueiros do norte, pois usavam também vestes de couro, da cabeça aos pés. Ou resíduos dos bandeirantes, gloriosos calções-de-couro. Eram os empregados, a gente simples, proletária como se diz hoje, os que venciam a monotonia das longas estiradas com o descante das violas, no rancho ao pé do fogo, ou mesmo os sapateados, nos pousos de mais gente.

A viola era uma companheira amável. Violeiros de prol foram êsses homens rudes do sul de São Paulo e até há pouco mantinham primazia honrosa entre os comparsas de outras terras.

Violeiros de Sorocaba, Itapetininga, Guareí, Itapeva, Castro, onde houvesse um “desafio” êles brilhavam. Como era interessante ouvi-los entremear os eternos motivos amorosos com a crítica sagaz aos acontecimentos da época, aos homens e cousas da sua terra !

Os batuques, então, eram uma espécie de mal necessário, um escapar ao cativeiro das mesmas lutas cotidianas.

As tropas militares a caminho do sul, gente da terra paulista, mais de uma vez pagaram o túbuto da hereditariedade e, nos pousos desertos, era de vê-los firmes no batuque noites a fio, provocando as iras do Sr. Martim Lopes Lobo de Saldanha, em 1777. Essa mesma gente, na zona de Itapetininga e Sorocaba, já nos primórdios do século 18 recebiam os avisos e repreensões dos visitantes diocesanos, por misturarem essas profanidades às rezas do terço e ladainha. Os mutirões (1) duraram até agora nestas zonas tão conservadoras da tradição.

Sabem ainda alguns caipiras de Sorocaba uma dança muito especial, sapateado em que as grandes chilenas desempenham papel importante, uma dança típica das feiras, destinada talvez a desaparecer sem vestígios do folclore nacional.

E assim “franteavam” os tropeiros, viajando, viajando sempre por campos e matos, brejos e alagadiços, estivas e pontes, aterros e estirões, campinas, campinhos, campo-do-meio, mato do espigão, nhumirim, nhuaiva, etc. etc.

CAPÍTULO XI

Feiras em Sorocaba

“Na feira que ali se faz todos os anos vendem-se a dinheiro de contado ou em letras sobre os melhores negociantes da Província 15.000 cabeças de gado de toda espécie e os direitos que o Governo recebe destas vendas andam perto de 15 contos de réis”. Em 1810 Sorocaba tinha 10.180 habitantes e a sua principal rua calçada (a da Ponte). Colhia-se “bastante algodão de que se faz um

(1) Eles dizem “muchirões”.

pano um pouco grosseiro que serve para os escravos, e que também se exporta para o Rio de Janeiro”.

São essas as informações de Milliet de Saint Adolphe, no seu “Diccionario Geographico do Imperio do Brasil”, tomo 2.º, página 624, Aillaud, Rio, 1865.

O número de 15.000 cabeças de gado e a data de 1810 fazem-nos concluir que se trata de Sorocaba no primeiro quartel do século 19, e não da de 1865, período áureo das feiras.

No Arquivo Público de São Paulo existe o livro do Registo de 1826 (1).

Em janeiro desse ano o total dos impostos pagos	
em Sorocaba foi de	560\$000
Em fevereiro	1:560\$620
Em março	890\$720
Em abril	536\$320
Em maio	142\$480
Em junho	94\$180
Em julho	49\$000
Em agosto	38\$300
Em setembro	30\$540
Em outubro	327\$360
Em novembro	847\$480
Em dezembro	903\$320
<hr/>	
Total para 1826	5:980\$829

O livro citado termina em 1835. Nessa década a média manteve-se quase a mesma em todos os anos, o que indica estagnação ou, pelo menos, falta de progresso no mundo das finanças, em consequência das agitações políticas. Eis o quadro.

Para o ano de 1827, deparamos o total de	5:257\$030
1828 deu	6:540\$880
1829 "	5:213\$940
1830 "	5:075\$000
1831 "	4:508\$620
1832 "	5:739\$080
1833 "	7:147\$860
1834 "	7:008\$660
1835 "	5:494\$960

Estes impostos faziam parte das Rendas Nacionais. Seria possível ao pesquisador dizer o número certo de bestas, cavalos e gado vacum que transitou por Sorocaba. E' isso trabalho mais alentado. Em traços gerais, podemos dizer que

cêrca de 2/3 dos animais eram muares com alguns cavalaes, e o têtço restante, gado vacum. Donde temos êste cálculo aproximado. Em toda a década 1826-1835 passaram nas feiras de Sorocaba cêrca de 150.000 animais muares e cavalaes e outro tanto de gado. Donde a média de 15.000 por ano, o que está longe do cálculo de Saint-Hilaire, mais exagerado.

O livro que estudamos se refere apenas aos chamados "novos impostos".

De 1834 em diante os impostos do Rio Negro passaram a ser rendas provinciais. Como já vimos, eram muito maiores, daí o aumento súbito do dinheiro na coletoria de Sorocaba. Em 1839, só o 1.º trimestre acusava 16:128\$560. Em 1842, em 17 de maio, o Presidente revoltoso Tobias encontrou 17 contos de réis, na coletoria de que era administrador seu primo Elias Aires.

Em compensação, os novos impostos conservaram a média anual de 5 contos de réis. Apesar da revolução farroupilha, pois o volume de negócios de animais não diminuiu sensivelmente.

Êste 2.º livro que examinámos mostra-nos como diretamente de Sorocaba partiam os fundos para Guarapuava e as verbas para outras despesas, como v.g. o ordenado do major Bloem, diretor do Ipanema em 1840 e esta importância que merece anotada: 59\$500 para a obra da forca em Sorocaba.

Que impostos estão resumidos nestas verbas ?

"Janeiro. Aos cinco passou Bernardo, escravo da viuva Gavião, com duas bestas e dois cavalos, de que pagou o competente imposto 5\$600. Aos cinco passou o alferes João Nepomuceno Souza, com uma rez, de que pagou o imposto de \$100. Aos dez passou Manoel José dos Santos com 92 bestas de que pagou o imposto de 29\$440". Manoel José Prestes pagou 25\$600 de 80 bestas e 1 cavalo. Joaquim Pinto, com 190 bestas e 1 cavalo, pagou 61\$000.

O resultado é evidente. Ficam \$320 por cabeça de muar, \$200 por cavalo, \$100 por rez, ou cabeça de gado. Eram os "novos impostos".

Não estavam nesse livro computados os impostos do Rio Negro.

Em 1864 só o primeiro trimestre deu 5:613\$040 em "novos impostos". Calculando por alto, temos para a década 1826-1835 a passagem de 15.000 muares e outro tanto em cavalo e gado. E em 1864, 100.000 muares e outro tanto em cavalo e gado. E em 1864, 100.000 muares e outro tanto em cavalos e gado. Ainda assim, Milliet de Saint Adolphe estava mais próximo da verdade do que Elisée Reclus que eleva o total a 300.000 cabeças.

Não nos esqueçamos, todavia, dos outros impostos. O 1.º livro da barreira de Itapetininga, existente no Arquivo Público, é de 19 de maio de 1854 e destinava-se ao lançamento das guias de animais. No mesmo Arquivo encontram-se ainda numerosas destas guias impresas. Eis o seu teor: "Aos quatro de agôsto de 1854 passou Manuel Joaquim de Andrade com 73 bestas e 1 cavalo de sua conta, os direitos importaram em 94\$250, que vai devendo e se obrigou a pagar em São Paulo na respectiva tesouraria, ou em Sorocaba ao senhor comendador José de Almeida Leme recebedor dêsses direitos, para cuja satisfação obrigou seus bens havidos e por haver e os mesmos animais". Segundo o

artigo 11 das Instruções de 29 de novembro de 1838. Fiador Manuel Afonso Pereira Chaves. Administrador: Antonio Joaquim da Silveira, Escrivão Francisco Caracciolo Xavier de Moraes”.

Comparando essa conta com a dos seguintes, encontramos então o total de impostos pagos ou em Itapetininga, ou em Sorocaba ou em S. Paulo por cabeça: de muares 1\$250; de cavalos 1\$000.

Como se vê, mesmo acrescentando o “novo impôsto” de 1751 que durou até a República, já São Paulo não cobrou mais 3\$500 por cabeça de muar, ficando com 2\$500 para si e enviando o restante ao Rio Grande, pertença do registro de Santa Vitória. E’ que o Paraná se tornara independente e, também, cobrara impostos. Quanto ao de Guarapuava, acabou igualmente — pensamos nós — com a elevação da 5.^a comarca de S. Paulo a província.

Do estudo dêsses dois verdadeiros livros de ouro da história das feiras de Sorocaba, concluímos que desde 1826, pelo menos até 1864, os tropeiros chegavam do sul com o tempo das chuvas, com que sacrifícios! Invernavam as tropas no máximo até maio e as vendiam. Os meses restantes até dezembro eram de uma terrível pasmaceira em Sorocaba e adjacências. Mas então, pobre gente heróica, andavam nos pampas do sul a comprar e tanger o gado e tropas, no coração do inverno!

A feira de 1855 foi das maiores. Em 25 de abril dêsse ano José Pacheco de Carvalho, morador na Lapa, atravessou a barreira de Itapetininga com 402 bestas. “Os animais vão à feira”, lá está anotado. Passaram, também, graudos tropeiros de Castro: Joaquim José Borges de Almeida Taques, seu irmão José Joaquim e Francisco de Macedo Taques.

José Joaquim de Andrade, morador de Sorocaba e futuro sogro de Mailasky, passou com 200 bestas. Era seu fiador Francisco José de Matos. Algumas destas tropas invernaram em Itapetininga, outras em Campo Largo, como por exemplo a do Sr. Rafael Tobias Antunes Vicira, que passou com 81 bestas e 2 éguas em 21 de fevereiro.

Mas nem todas as tropas traziam o destino único de serem revendidas na feira. Pois vem expressamente nomeada a direção que levava cada uma, p.ex. para Botucatu, para Atibaia (Cândido Gabriel da Silveira Cintra), para Jaguari (Minas).

As tropas maiores que passaram, de um só dono, eram de 800 cabeças. Às vezes dois irmãos serviam de fiadores recíprocos para as tropas que traziam. Havia comerciantes que não tangiam suas tropas como o barão de Mogi-mirim, que, aliás, em 1826, simplesmente o Sr. Manuel Claudiano de Oliveira vinha dirigindo a sua ponta.

Um tropeiro, José Roberto de Souza, era do Rio de Janeiro, “para onde vai a tropa”. Isto é, a baixada fluminense e o vale do Paraíba, florescente.

Iam tropas para Pindamonhangaba no chamado norte, para Amparo a oeste, e ali para Pôrto-Feliz, tão povoado de fazendeiros felizes.

Só não encontramos referências a tropeiros baianos, goianos etc., mas o barão de Antonina levou tropas do Rio Grande à feira de Santana, na Bahia, segundo o seu ilustre biógrafo de Dr. Barros Brotero, e a tradição popular menciona a existência de tropeiros de Goiás e Bahia em Sorocaba.

Pois conseguimos obter um total muitíssimo aproximado, dos animais que passaram em Itapetininga e, pois, em Sorocaba, em 1855, com a soma das parcelas de cada guia. Passam um pouco de 30.000 muares e os cavaleiros são algumas centenas somente.

Em 1854 o registro de Itapetininga havia rendido 33:040\$180, incluindo 29:972\$000 “das tropas guiadas para passar em Sorocaba”. Quer dizer que poucas pagavam à vista. Dividamos agora 33 contos por 1\$320, importância do imposto de um muar, e deixemos a pequena proporção para os cavalos (sempre dois ou três é que acompanhavam cada tropa) e temos sensivelmente, antes para menos que para mais, o número de 30.000 bestas. Longe dos exageros.

O registro de Itararé, de 1800, parece haver-se extinto. Em 1859 ressuscitou sob o nome de agência da barreira de Itapetininga, do mesmo modo que o do Parapanema, de 1724, reapareceu como agência, antes de 1854. Mais tarde houve agência no Rio Verde. A do Parapanema serviu a Apiai. Porém com elas se não aumentavam os impostos, mas se melhorava a sua arrecadação.

Em 1859 era agente em Itararé João Climaco Martins Brasiense.

Nem vila existia na barreira. Ali o imposto de Pombal para a reedificação de Lisboa... ainda se cobrou em 1891. Acresciam outras taxas de barreira. A 29 de agosto de 91 Joaquim José de Almeida entregou a barreira a Inácio Marcondes de Oliveira Cabral. Em setembro ainda rendeu 891\$000. E acabou-se, a 10 de janeiro de 1892. Em 91 dera 21:779\$000. — Quanto ao Registro de Sorocaba também durou até à Constituição da 1.^a República. Ainda em 2 de março de 1889 Claudiano Campolim de Almeida passou em Itararé com uma tropa de 195 bestas, prestando fiança de pagar os impostos daí a 90 dias no Registro sorocabano.

A estrada de ferro, portanto, não matou os negócios de animais imediatamente em Sorocaba, em 1875, mesmo porque o sul continuava a servir-se da estrada de tropas. Ainda em 1885, houve feira segundo a tradição, e no-lo confirmou a memória privilegiada do prof. João Lourenço Rodrigues Pinheiro Machado, neto de ilustres tropeiros e bandeirantes, ainda negociou com animais em Sorocaba.

CAPÍTULO XII

Ainda impostos, registros e barreiras. 1862, 200.000 bestas. O fim melancólico.

Em 1837 o Registro de Sorocaba rendeu 35:275\$805, dos quais 3:771\$880 pertenciam ao Novo Imposto, 2:439\$115 a Guarapuava, e 22:775\$600 eram letras pagas do Rio Negro.

O último trimestre dera isto:

Novo impôsto	990\$160
Guarapuava	1:770\$355
Rio Negro	2:275\$170

Vê-se como aumentava a exportação de animais que não vinham do Rio Grande, eram daquêl Rio Negro.

Esta conta, tirada directamente dos livros manuscritos do Registro, é quase três vêzes menor que a quantia orçada. Devemos crer que a Revolução Farroupilha atrapalhou os prognósticos e que o número de letras pagáveis em 1838 não entrou na conta do Registro. Em todo caso, a quantia de quase 23 contos para os animais vindos do Rio Grande prova que a Revolução não paralisou o o comércio de muares.

O orçamento para 1839-1840 (junho-julho) consignou a receita de 120:000\$000 para os animais do Rio Negro, 8 contos para os novos impostos e 6:200\$000 para os de Guarapuava.

Em 1841, só os animais do Rio Negro deviam, pelo orçamento, render 80 contos de réis.

1849, 90 contos; sendo 7 para Guarapuava e 10 para os novos impostos.

Em 1850 ainda são gastos na 5.^a Comarca; 1:000\$000 para o ramal de Ponta Grossa a Guarapuava, 4:000\$000 para a ponte no Iguaçu, 2:000\$000 para a de Palmeiras a Palmas e 5:300\$000 para o resto até o Rio Negro.

Em 1853 separou-se de São Paulo o Paraná, mas desde 1851 uma lei provincial suprimira os impostos com a denominação de Rio Negro e Guarapuava, e continuavam com os nomes de impostos de animais, construindo-se uma barreira para isso. E tudo ficou como dantes e ninguém mexeu nos novos impostos que, por serem para a reedificação de Lisboa, não havia mister mudança de nome.

A barreira de Itararé, em lugar da do Rio Negro, começou então a passar as guias e fianças, de impostos a ser pagos em Sorocaba ou São Paulo.

Era, porém, cada vez mais difícil coibir os contrabandos e multiplicam-se as barreiras. Tem a mesma idade a de Itapetininga, que logo deitou ramos com o nome de agências para o Paranapanema e outros lugares. Era uma árvore frondosa. Ou um polvo cheio de tentáculos. O registro de Miguel Sutil de Oliveira no Paranapanema e Itapetininga em 1724 ressuscitava, tal como o de Itararé, que fôra criado por Dom João VI e morrera como registro, ressuscitando como barreira.

Muitos vendavais têm passado pelos Arquivos Brasileiros. Antes de 1825, no de São Paulo, não há papéis nenhuns que marquem o movimento dos velhos registros. Em compensação, conservou-se tudo quanto diz respeito a barreiras, catalogado, de facilíma consulta.

Eis por que a história das feiras de Sorocaba no período colonial não pôde ter o rigor das estatísticas.

Não nos interessa enumerar tôdas as barreiras das estradas para Minas e para o mar. Mas, seguindo as ramificações da de Sorocaba, vamos chegar, já na República, a várias agências que vão a Botucatu, Piedade, serra de S. Francisco, Pinhal (próximo ao atual Pilar), Ipanema, e até o bairro de Corumbá, dentro do município sorocabano.

Essa ramificação é sintomática do fim da era das feiras sorocabanas. Acabaram-se os grandes negociantes que serviam de fiadores e serviam aos tropeiros. No céu azul da cidade de Baltasar Fernandes já perpassavam rolos de fumo de locomotivas e da incipiente indústria.

Os do vale do Paraíba e da baixada fluminense não mandavam mais tropeiros a buscar em Sorocaba as bêstas de carga para as fazendas abandonadas. E os condutores de tropas do Sul espalhavam-se um pouco para todos os lados, onde ainda precisassem levar café à estação ferroviária mais próxima.

Tudo conspirava contra o tropeiro, até o carro de bois, ronceiro e pesado, transportando cargas de Bacaetava (próximo a Sorocaba) até Avaré e Santa Cruz. E na estrada do Cubatão, túmulo de tropas, mesmo antes da via férrea, na época da Maioridade e na presidência um tropeiro insigne Rafael Tobias, os carros começavam a rodar, coisa que se repetiu em Curitiba na belíssima estrada da Graciosa.

Em 1853-1854, época em que 50.000 bêstas eram vendidas numa só feira, gastou o Governo 70:000\$000 (!!!) com a estrada de São Paulo a Itararé.

Um decênio depois os negócios de animais atingem o zênite: antes da guerra do Paraguai, prosperavam as fazendas de café, mas a via-férrea ainda não se assenhoreara de todo o transporte. O segundo semestre de 1863 deu: guias da barreira de Itapetininga: 918\$000; letras pagas 54:612\$490; juros de letras retardadas 938\$310. Aí estavam os impostos correspondentes a Guarapuava e Rio Negro. De tropas "guiadas", que traziam as guias. Os chamados novos impostos deram, no mesmo tempo: abril 290\$820, maio 249\$460, junho 6:028\$820, total 6:569\$100.

Aí temos como a feira rebentou em fins de maio e culminou em enormes negócios todo o mês de junho.

Tenhamos em mente que o gado vacuum transitava o ano todo e que no mês das feiras quase só se negociavam tropas, e estas na imensa maioria de muares. Dividamos agora 7 contos de réis por \$300, que era quanto pagava cada bêsta, e demos um total, tirando uns poucos de certos de cavalos, de 200.000 bêstas! 200.000 é uma coisa imensa.

O movimento total da Administração do Registro foi de 300:000\$000, compreendendo letras antigas.

Francisco Luís de Abreu Medeiros, então, editou o seu livro sobre as feiras. Era para impressionar, deveras, um fato social-econômico tão importante.

Grandes tropas foram então vendidas. Vicente dos Santos, Pedro Prestes da Silva, Manuel Francisco Junqueira, Antônio Lopes da Silva, Florentino de Siqueira Meira, João Ferreira Monteiro, Engrácio Ortiz Taborda Ribas, (1) passaram com lotes de mais de 400 até 700 bêstas. Francisco Pereira de Sousa trouxe 757 e, enfim, Frederico Guilherme Wirmond, duma só vez, 1.103 bêstas.

Este Wirmond e João Carlos Hungria, estrangeiros, servem de demonstração da influência do meio sobre as pessoas. Provam que os descendentes dos portugueses não se fizeram tropeiros por o serem e que, de fato, no Brasil todos podem adaptar-se às condições ambientes.

Nesse livro, com uma letra de 1861, aparece um nome de jovem tropeiro: José Gomes Pinheiro Machado.

Pulando mais uma década, 1872-1873, encontramos na barreira de Itapeitinga números bem menores. Era a decadência. Aí não havia os novos impostos. Mas, nessa época, pagava-se por bêsta, cavalo e égua 3\$000, e por animais vacuns 1\$000. Para as agências havia este talão:

“Agência D ... (da barreira de Itapeitinga) Pagou o Sr. ... a quantia de ... da respectiva taxa desta barreira, dos seguintes animais que por ela passaram, na forma da lei de 26 de março de 1872, cujos direitos ficam lançados no respectivo livro a fls. ... na mesma data, a saber:

bêstas a	3\$000
cavalos a	3\$000
égua a	3\$000
animais vacuns a	1\$000

Pois aparecem documentadas 65 guias, isto é, apenas 65 tropas nos primeiros meses de 1872. Pensamos que em todo o ano não vieram 50.000 bêstas.

Façamos agora o salto ao último ano, mais um decênio. De 1891 a 1892 o último administrador do Registro de Sorocaba, Antônio Pais de Madureira e o último escrivão, João de Almeida Lima, anotaram:

Impôsto de animais	1:279\$900
adicional	319\$975
	<hr/>
	1:599\$875

Sic transit...

Ora, enquanto alinhamos números, lembramo-nos das pessoas. Quem seriam os tropeiros? Os negociantes de animais pertenciam, no sul pelo menos, a uma classe elevada na sociedade. Não nos parece seja totalmente assim em Minas na época da mineração, e no centro de S. Paulo, Rio e Minas na época mais gloriosa do café. Já no Paraná, no Rio Grande e, pois, nos campos de Itararé a Sorocaba, sendo a riqueza êsse comércio, é evidente que a aristocracia — se assim podemos chama-la — estava nesse meio.

(1) Fixou-se, depois, em Tatuí.

E como a escravidão fôsse em menor número e os homens de prole estivessem, nas suas tropas, em contato íntimo com a peonada e a gente humilde, segue-se daí a mais rápida democratização dos homens do sul. São liberais. Compadres de meio mundo, como aconteceu com o brigadeiro Tobias, o homem mais rico de seu tempo e que, no folclore local de 1842, apareceu assim.

“O nosso coronel Tobias
Querendo se escapá,
Passou por Campo-Largo
De chinela e chiripá.”

Assim se compreende como não há quase títulos nobiliárquicos entre os homens do sul.

Rio Grande, o Imperador agraciou apenas generais heróicos, nunes tutelares da Pátria. Não eram propriamente estancieiros nem tropeiros. No Paraná e Santa Catarina, famílias distintas, ricas e com os avós na Genealogia e até Nobiliarquia Paulistana, não têm títulos nem brasões.

Em toda a zona da civilização da tropa e do gado, de São Paulo a Itararé, só houve em São Roque o barão de Piratininga, e em Sorocaba o barão de Mogi-mirim, Manuel Claudiano de Oliveira.

Este, sim, era um autêntico tropeiro de ir buscar tropas no sul e levá-las para diante. Mas, quando recebeu o título, estava mui cômodamente instalado no seu palacete da rua das Flores, donde, só descia à praça das Tropas por matar saudades... Quatro vezes hospedou o Imperador, a Imperatriz, o Conde d'Eu, e vários titulares. Era conservador até à raiz do cabelo, neto dos capitães-mores Madureira, ligados aos Taques; como era conservador Joaquim Antônio da Rosa, o barão de Piratininga.

O magnânimo não se deu muito bem com a rudeza do tropeiro: Tobias nem foi escolhido senador, nem agraciado.

Como exceção, é muito conhecido o caso de João da Silva Machado, barão de Antonina, cumulado de honrarias. Inimigo de Tobias em 1842. Era, de fato, um grande tropeiro aquêle gaúcho que morava em São Paulo e adorava o Paraná. Mas prestou serviços à cataquese e às vias de comunicação: tinha outros motivos para os títulos. (1)

O caso dos Lopes de Oliveira, então, é típico. Homens da mais fina ascendência, ricos negociantes, residentes em verdadeiros solares, nunca receberam mais que uma comenda, e não se desonravam de serem coronéis da Guarda, ao passo que seus afins, Azevedo, no vale de Paraíba, aceitavam títulos.

Entre os grandes tropeiros merece lugar destacado a família Antunes Maciel, depois Antunes Vieira, por último Antunes de Moura, que por bem quatro gerações ajudou humildemente a erguer a grandeza da pátria. José Luís Antunes Vieira, o mais rico, era liberal...

(1) Cf. “Barão de Antonina”, São Paulo, por Frederico de Barros Brotero. Como tropeiro passava de Sorocaba e ia às vezes à Feira de Santana, na Bahia; e talvez até Caxias.

CAPÍTULO XIII

Estancieiros. Contrabandos. Estatísticas. Romaria para o sul.

Há, também, algumas sombras na história gloriosa dos homens do sul. Queremos falar mais propriamente dos estancieiros que criavam os animais procurados pelos tropeiros de Sorocaba. Principalmente nos fins do século 18 e começos do 19. Estavam aquêles grandes senhores muito longe dos “gauchos malos”, misto de portugueses e castelhanos desertores que costumavam fazer “arreadas” nas fazendas, homens fora da lei, que existem em tôda parte e cujo fim era geralmente a morte violenta.

Mas propriamente o roubo de gado não era considerado crime, em tempo de guerra. Eram os rebanhos tão numerosos e tão pequeno o valor de cada cabeça, que comumente os viajantes churrasqueavam na viagem a rês que encontravam ou montavam a cavalgadura encontradiça (1). Foi também uma espécie de ponto de honra oferecer ao hóspede um animal para continuar a viagem. Assim o gado era quase reiuno, público, originário dos rebanhos das Missões, destruídas em guerra. Diferentemente dos campos de Curitiba e São Paulo, onde os primeiros rebanhos pertença foram dos povoadores vicentinos. Demais, êstes campos não foram talados pelas guerras, como os pampas da fronteira.

Diga-se, também, que em 1780 havia 20.000 cabeças de gado alçado no Rio Grande e até os fins do século 19 eram encontradiças em Santa Catarina reses chimarrãs, que se tornavam posse do primeiro ocupante.

Os animais dos Reis espanhol e português tinham um corte na orelha direita; era isso “reiunar”. Mas para destruir o sinal bastava fazer operação idêntica na outra orelha...

O coronel Rafael Pinto Bandeira, homem ilustre, deveu parte de sua enorme fortuna às prêsas de gado e cavalhadas que fêz entre os castelhanos, em guerra legítima (2).

Os primeiros estancieiros do Rio Grande que forneceram pontas de muares aos negociantes mineiros e paulistas foram, após Cristóvão Pereira, Dionísio Rodrigues, Sebastião Francisco Peixoto, José da Fonseca Peixoto, Felipe e Francisco Gutierrez, padre José Carlos da Silva, Padre João Diniz Alves de Lima, todos no Viamão. Esse padre José Carlos, de que em 1774 ainda existia a tapera, e fôra vigário do Rio Grande, não deixou boa fama. Era comerciante de animais que mandava para São Paulo.

Damos uma lista, embora incompleta, de estancieiros do último quartel do século 18 e suas posses.

(1) Em 1754 os irmãos Villasenés, espanhóis, levaram de sua quinta ao sul do atual Mato Grosso em contrabando 7.000 mulas a S. João del Rei, Doc. Int., vol. 34, pág. 453.

(2) Talvez seja a mesma de Pôrto Alegre, cujo 1.º padroeiro foi São Francisco.

Jerônimo Xavier de Azambuja, nascido em 1744, morto em 1806, tinha várias fazendas herdadas e adquiridas, no Rio Pardo e no baixo Camaquã com cêrca de 3.000 bovinos, 2.000 cavalos e 80 burros.

Francisco Pinto Bandeira, o pai de Rafael, já desde 1739, com 24 anos, começou a aumentar as suas terras e gados. Uma fazenda na Vacaria passou-a a Pedro Silva Chaves. Morava em Pôrto Alegre o filho Rafael, tão rico que possuía 23.000 rêses marcadas fora o gado alçado, 1.000 bois mansos, 4.000 animais cavallares, milhares de ovelhas, etc., mas nem sempre deixava de marcar com a sua marca 3 as rêses que lhe vinham às mãos...

Antônio Correia Pinto de Macedo, o fundador de Lajes, era português, falecido em 1783, e não paraibano. Acusaram-no os desafetos de São Paulo, de contrabandista. Prepotente, foi adversário implacável do grande estancieiro Pedro da Silva Chaves, português casado com a ituana dona Gertrudes de Godói. Teve várias fazendas nos campos de Lajes e da Vacaria, e o filho, padre José, foi vigário da capela de S. Francisco do Viamão. (1) Os Chaves vinham a Sorocaba para alguns batismos e casamentos.

José de Campos Brandeburgo, paulista dos primeiros troncos vicentinos, tinha fazenda no Socorro. Idem, o paulista Inácio Xavier Cesar, o sorocabano Bernardo Antunes. O capitão-mor Bento da Rocha, português, tinha para mais de 7.000 cabeças de animais em várias fazendas. Outro paulista, Francisco Alves de Oliveira, tinha grande estância no Irapuá.

Em 1780 havia no Rio Grande 180.000 bovinos, 113.644 cavallares, 6.528 muares, 4.002 burros e 3.218 lanígeros.

Por onde se vê que então não podiam ser muito vultosos os negócios em Sorocaba, onde, já nos começos do século 19, passavam mais animais do que os existentes em 1780 em todo o Rio Grande. (1)

Estas considerações sobre a vida gaúcha de 1780, entre castelhanos e paulistas, vida heróica plasmada em máxima parte pelo meio ambiente, levam-nos a meditar sobre a fraqueza das fronteiras ditadas por acôrdos políticos. Não que sejamos expansionistas. Mas é inegável que não só a região de Sorocaba a Buenos Aires, segundo Saint-Hilaire e Martins, é quase a mesma, como também os homens são grandemente semelhantes. E' claro que a tendência de generalização acabaria na Patagônia, tão certo é que os extremismos são prejudiciaes e, para desfazer as semelhantes mesológicas, afinal de contas algo deterministas, aí está a vontade humana, reflexo da Providência, a modificar continuamente o curso da história. Nossos amigos platinos, de torna-volta, poderiam dizer-nos que até as ervas dos pampas são importação castelhana.

Três anos depois desta data em que nos detivemos, nasce em Sorocaba, de lídimos troncos bandeirantes, mas empobrecidos, Bento Manuel Ribeiro. Ainda infante, no cêsto de um cargueiro, lá vai para o sul com os pais. Torna-se jovem, é gaúcho acabado, da planta dos pés à cabeça e suas atitudes da guerra

(1) Para tôdas estas informações nos servimos da "Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul", comentários do ilustre Pe. Geraldo José Pawels.

civil e da guerra contra o estrangeiro são do mais puro riograndense. Seu irmão natural, Manuel Ribeiro de Almeida, é dos cabos que “sponte sua” incorporam ao Brasil o resto das Missões.

Quase contemporâneo de Bento Manuel, Rafael Tobias, o vulto mais notável de Sorocaba, é um autêntico tropeiro e tem o quixotismo, o espírito aventureiro e o liberalismo gaúchos. Caminhe-se mais um pouco, e quem é Pinheiro Machado, senão um gaúcho paulista dos quatro costados, criado entre a feira de Sorocaba e as campanhas do Sul?

E' preciso notar ainda que o câmbio de pessoas entre São Paulo e Rio Grande e, pois, o hábito dessa longa viagem para o Sul foi aumentado com as expedições militares que de São Paulo seguiram para dar combate aos castelhanos.

A 15 de abril de 1777, p. ex., Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo, começou a tratar do municionamento de bôca para os 6.000 homens — quantidade fabulosa para o tempo — que ia enviar da depauperada capitania paulista para o desastre inglório de Santa Catarina. Em instruções daquela data dividiu a estrada São Paulo-Curitiba nos seguintes pousos em que se tomariam novos alimentos, comprados e pagos na hora, e se trocariam de bêstas de carga: 1) Piedade, próxima a Parnaíba; 1) Sorocaba; 3) Itapetininga; 4) rio Apiaí; 5) Ribeirão Fundo; 6) São Pedro; 7) Jaguariaiva; 8) Pirai; 9) Iapó; 10) Carrapatos; 11) Curitiba. Escravos iam fazer roças em Curitiba e nas Lages. Haveria cavalos para nuda no Rio Negro. Em caso de necessidade, os donos de tropas chucras deviam amansar mulas para a expedição, cujos soldados tinham uma ração de farinha, toucinho e feijão, fora as rêses que se carneavam caminho a dentro e cujos couros ficavam para a Fazenda Real. (1)

As companhias de São Paulo moravam no Rio Grande, e no tempo de D. João VI foram até Montevidéu, donde voltaram em 1826, depois da independência do Uruguai. Alguns oficiais receberam sesmarias, tornaram-se fazendeiros. Muitos voltaram com mulheres castelhanas e rio-grandenses.

Assim, que a tentação do Sul continuou e para lá ia o melhor do cerne paulista, inclusive sacerdotes. O leitor da monumental “Genealogia Paulistana” esbarra freqüentes vêzes com o estribilho, após um nome qualquer: “foi para o Sul”.

Palavrinhas que despertam um mundo de reflexões e escondem mais de um drama, ao que nos conste inda não aproveitado pela leitura de ficção.

CAPÍTULO XIV

O cronista das feiras

“Curiosidades Brasileiras, por F. L. d'Abreu Medeiros, natural da cidade de Sorocaba”, em duas partes. “Rio de Janeiro, em casa de Eduardo & Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, 77 — 1864”.

(1) Revist. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, tomo IV, pág. 322.

Assim dizem as fôlhas de rosto dos dois tomos *in* 12 da preciosa obra, hoje raríssima, que trata em grande parte das feiras de Sorocaba.

Da dedicatória tiramos estas linhas: “Sim, tende paciência, aceitai mais esta bucha que vos oferecemos (já se sabe) não por ambicionarmos a glória de escritor ou compositor, porém movido pelo bem geral, e em sinal de reconhecimento e de eterna amizade que vos consagramos, por amor à Pátria (que já é muito velho) a quem tudo devemos. Amém.”

Segue-se um intitulado “Cavaco” com citações do Pe. Correia de Almeida, como esta: “Porém vós meu senhor que largamente

Falais no officio alheio

Não leveis a má parte

Que eu vos digo que sois — sois tolo e meio”

A data é São Paulo, 1864, onde já morava o autor, tão patriota, que podia dizer na introdução seguinte: Todos cantam sua terra, também vou cantar a minha etc. de Casimiro de Abreu.

Eis o primeiro trecho do livro:

“O viajor que se dirige a Sorocaba pelas estradas de São Paulo ou de Itu, distante uma légua mais ou menos, descobre tôda a cidade em um majestoso e sutilme quadro, como se ela houvera surgido pouco a pouco do fundo de um imenso vale para colocar no mais alto da colina. Espraia seus olhos em derredor, vê lindos campos, copadas árvores, serras verdejantes, e mais ao longe, o elevado monte de Arassoíava, morro de ferro da extinta fábrica de S. João de Ipanema que parece tocar o céu. O viajor há de, sem dúvida, encontrar um aspecto sumamente belo e agradável, e mesmo sentir em seu interior certo prazer inesperado. Esta linda cidade, cujas habitações alvejavam ao longe no meio da verdura dos prados que a circundam, está situada a S. E. e a 18 léguas da capital da província, sôbre as margens do rio que lhe deu o nome. Sim, o Sorocaba, depois de precipitar-se em massa do alto do soberbo Tupararanga na serra de São Francisco, rola por sôbre pequenas catadupas até despenhar-se na salto Votorantim e, então, deslizando mansamente por espaço de duas milhas, mais ou menos, vem cortar a cidade, deixando à sua esquerda a parte mais importante, que se eleva gradualmente de certo modo a apresentar uma linda perspectiva, e à direita a menor, porém em uma posição tão aprazível, que oferece aos olhos do viajor uma entrada magnífica, e aos habitantes do outro lado belíssimo passeio.”

Continuamos copiando os trechos esparsos aqui e acolá, e que nos pareceram mais interessantes:

“Entre os seus edifícios pode-se mencionar o velho mosteiro de São Bento, cujo templo foi mandado dourar em 1854 pelo virtuoso presidente Frei Vitorino de São Lourenço Santos, que logo depois faleceu na Bahia; a igreja de Santo Antônio, benta em 1762, e hoje pertencente à Irmandade da Misericórdia, que a preparou e a conserva com todo o asseio; o recolhimento de Santa Clara,

edificado pelo capitão-mor Salvador de Oliveira Leme em 1767, no qual se acham de 16 a 20 religiosas; a igreja matriz de Nossa Senhora da Ponte, espaçosa e bela, regulando talvez o tamanho da catedral de São Paulo, a qual foi benta a 9 de fevereiro de 1783, e reedificada em 1837 pelo padre Francisco Teodósio de Almeida Leme (hoje cônego honorário da capela imperial), que, com os seus esforços, sacrifícios e esmolas que pediu com o seu respeitável pai o Comendador José de Almeida Leme (já falecido) conseguiu a conclusão da grande obra; últimamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Tenente-Coronel Francisco Gonçalves de Oliveira Machado, mandou preparar a torre, que tem mais de 120 palmos de altura, e que sustenta quatro excelentes sinos e um ótimo relógio. Mencionamos, também, a capela de Santa Cruz, ereta por um homem do povo, Melchior Pereira Machado, e benta a 2 de maio de 1835; a pequena igreja do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, levantada pelo cidadão Elias Aires do Amaral, em virtude de disposições e cotas deixadas por seus antepassados, a qual foi benta a 9 de agosto de 1851; a nova igreja do Rosário, que ainda está em obras sob a direção do Cel. Manuel Lopes de Oliveira. O Hospital de Caridade, começado em 1803, concluído poucos anos depois, e reedificado e aumentado em 1845, época mais ou menos em que se restaurou a referida Irmandade da Misericórdia pelos esforços do então juiz municipal, Dr. Joaquim Bento Vilaça, magistrado probo e justiceiro, e Dr. José Maria de Sousa. Esta casa, conquanto não tenha beleza de forma, presta seus socorros aos desvalidos, conservando em algumas ocasiões 16 e mais doentes. Dois teatros, um deles devido a exaltações políticas; o de Santa Clara foi construído em 1839, e o de S. Rafael em 1844, mais elegante que aquêle. A cadeia velha, e a nova que se concluiu em 1862 sob a direção final do já mencionado Tenente-Coronel Oliveira Machado; é uma excelente obra que contém, além das grandes salas do júri, audiências, Câmara e seu arquivo, boas e seguras prisões: o excellentíssimo Presidente da Província Dr. João Jacinto de Mendonça achou-a perfeita, quando visitou Sorocaba no dia 26 de abril do mesmo ano. O custo desta obra não chegou a 18 contos de réis. Há, também, muitas casas de sobrado e outras propriedades térreas, edificadas com elegância e gosto. Existem em Sorocaba 4 fábricas, uma de chapéus, 2 de velas de cêra, e uma de tecer algodão tocada a vapor, propriedade do Cel. Manuel Lopes, que a colocou em sua chácara, sita em um belo arrabalde da cidade. Há várias casas de negócios, lojas de ourives, manufaturas de arreios e de obras de algodão, que têm muita extração no tempo da feira. Para a educação da mocidade existem 4 escolas públicas de primeiras letras, sendo 2 para o sexo masculino e duas para o feminino, uma destas do segundo grau, e uma aula de latim e francês, tôdas freqüentadas por muitos alunos, além dos que aprendem nas particulares. Em Sorocaba está o comando superior da Guarda Nacional da Comarca; seu município tem um corpo de cavalaria n.º 1, um batalhão de infantaria n.º 4 e uma seção de batalhão de Reserva, n.º 2. O número total dos habitantes era calculado há pouco tempo em 16.200, sendo 11.800 livres e 4.400 escravos. A cidade de Sorocaba tem sido uma povoação importante. De há muito brilha seu nome na lista das melhores cidades de São Paulo, não só pelas sua excelente situação, delicioso clima,

bonitas ruas quase tôdas calçadas, como, também, pelo seu comércio no tempo da feira.

Apesar de exigir o comércio de bēstas uma vida bastante árdua e laboriosa e sempre cercada de perigos, contudo nēle se empregam homens de tôdas as classes e de diferentes lugares. E' verdade que entre os vendedores se encontra mais avultado número de paranaenses e rio-grandenses-do-sul, entre os compradores grande número de mineiros, uns e outros acompanhados de sua camaragem e escravos.

A vida do tropeiro é, sem dúvida, a mais cheia de sobressaltos, inquietações e sofrimentos. Romper sertões extensos, só habitados por indígenas e feras bravias; penetrar até os mais recônditos lugares do Rio Grande, e, às vēzes, transpor os limites da província; ir até os *castelhanos* em busca de melhor fazenda e de um negócio mais vantajoso; voltar debaixo de rigoroso sol, e copiosas chuvas com uma tropa de 500, 800 e 1.000 bēstas; correr a extensão dos campos, e entrenhar-se pelas espēssas matas após aquēles animais que fogem da ronda, que se extraviam e morrem continuamente, e que por um pequeno descuido se *entreveram* com tropas de outros donos; atravessar, com grande risco de vida, os rios caudalosos que cortam as estradas; comer, ao romper do dia e à noite, o mal cozido feijão do caldeirão e o velho churrasco, saboreando, também, o infalível e proverbial mate chimarrão; ver-se obrigado, pela falta de uma barraca, ou pela impossibilidade de armá-la, a dormir ao relento, sem outro teto mais que a abóbada celeste, estendido à beira de um arroio, sôbre um chão duro, apenas forrado da *xerga e carona*, repassadas de suor do matungo lerdo e cansado, tendo por travesseiro o lombilho, único arrimo que se oferece por êsses despoitados para amparar a cabeça de um pobre corpo alquebrado pelas fadigas do dia; acorda-se sobressaltado pelo contato das águas do insignificante riacho, crescido repentinamente com a chuva inesperada e caída lá pelas cabeceiras. Parece que semelhante vida só deveria ser própria de homens do campo a ela afeito desde a infância, e que pessoas educadas com mimo e delicadeza, e outras já de alguma fortuna não deixariam seus bons colchões e tôdas as suas comodidades para abraçá-la. Mas não é assim. Como o negócio de bēstas tem sido um dos mais vantajosos, à exceção de alguns anos ruins, muitos de nossos patrícios, nascidos nas cidades e criados com tôda as regalias, se têm dedicado à vida de tropeiro, sofrendo com ânimo tôdas as peripécias."

Eis agora a descrição das feiras:

"Nos meses de abril e maio começam a concorrer à feira de Sorocaba, de um lado os compradores, e de outro os vendedores com suas bēstas em número mais ou menos de 40 a 50.000, que dão resultados de 2 a 3.000 contos de réis. As tropas são conservadas nas vizinhanças da cidade, em campos reíños ou de aluguel e *rondadas* pelos camaradas ou pionadas até serem vendidas e seguirem seu destino; ou então até voltarem para as invernadas, por falta de compradores, a esperarem a feira seguinte, o que é um grande transtôrno para os donos das mesmas.

Neste tempo é quando, também, concorrem os mascates, dentistas, joalheiros, relojoeiros, pelotiqueiros, companhias dramáticas, cavalinhos, cantoras, tangedores de instrumentos, e os sócios ou caixeiros das casas comerciais do Rio de Janeiro, conhecidos por “cometas”, que vão ao encontro dos seus devedores para lhes darem um abraço e ajudá-los a vender as tropas.

Aparecem os cambistas para receberem o dinheiro das letras vencidas e descontarem outras; modo de vida a que se dão muitos indivíduos do lugar.

Surgem, também, os negociantes de exclusivos de certa espécie a título de comprar tropas, cujo comércio único é o jôgo; os patoteiros, que vão enganar os incautos com baralhos preparados; os passeadores, vadios, pelintras, traficantes, e até as mulheres de vida alegre.

A cidade, como se pode fazer idéia, prazenteira e ruidosa, sobrepuja a muitas capitais de província. As ruas são cruzadas por uma multidão de cavaleiros, que interrompem o sossêgo público com o repinicar das ferraduras dos animais que batem fortemente sobre as calçadas. As casas ficam apinhadas de gente de fora e por um alugel fabuloso, a ponto de excitar a cobiça de alguns indivíduos mais necessitados, que alugam, também, as suas propriedades, passando a residir por alguns dias em pequenos casebres mais baratos ou com seus amigos e parentes.

Os espetáculos abundam, os divertimentos redobram-se, as despesas crescem e o dinheiro gira em grossas somas.

Aqui e ali, vêem-se grupos de pessoas a pé, umas conversando em altas vozes, e outras lendo cartazes pelas esquinas, pregados naquele instante, ao som da música e do estrépito dos foguetes; compradores e vendedores, uns a desfazerem negócios quase concluídos e outros a falarem mal da fazenda alheia, para engrandecerem as suas tropas, dizendo com orgulho que a sua mulada é de flor, redondinha de gorda, de berro grosso, bico arcado e rastro grande; expressões estas empregadas pelos verdadeiros *monarcas* das coxilhas.

Vêem-se, também, os “cometas” agarrados ao cogote de alguns pobres devedores a influírem os mineiros e a afirmarem que tal e tal tropa (que êles não viram e nem dela entendem) é muito boa; tanto apertam, que alguns tropeiros muitas vêzes se vêem obrigados a fazer má venda de suas bêstas para despe-garem as sangue-sugas; os vendedores, que procuram com antecedência saber dos cambistas se querem descontar certas letras, para então efetuarem os seus negócios; os capitalistas, que da mesma sorte se informam se as firmas são de primeira água; os mascates e joalheiros, que não esquecem de espalhar milhares de anúncios, a esbarrarem uns nos outros, e qual primeiro a bater palma nos corredores, e alguns já invadindo interior das casas, oferecendo suas fazendas (alcaide), do mais apurado gôsto, seus brilhantes, obras de ouro, faqueiros, castiçais de prata, e ricos relógios do muito conceituado Plak-mik, por um valor quadruplicado; os “carcamanos” com arcos e realejos às costas, rebecas, flautas e outros instrumentos desafinados, com os quais de espaço a espaço para atraírem a atenção aturdem os ouvidos da humanidade; marmanjos vestidos porcamente

la oferecerem obras de fôlha-de-flandres, a mostrarem panoramas ordinários pelo preço de dois vinténs, e outros a fazerem dançar micos enfeitados; as cantoras perguntando a todos se querem ouvir a sua voz de sereia, mais parecida com a de um touro, e um bando de moleques assobiando atrás de todos êstes especuladores que são continuamente interrompidos em sua passagem pelos — psius! psius! — dos brejeiros, que logo se escondem, fazendo assim andarem êles procurando pelo homem da capa preta, até que descoroçoados, prosseguem seu caminho, sendo novamente interrompidos pelos novos — psius!

Vêem-se, também, os cômicos a passarem bilhetes para uma dúzia de benefícios, elogiando a boa peça que vai à cena; as velhas com papéis para pagamentos de órfãos e amparo de famílias desvalidas. Rapagões esfrangalhados que exigem uma contribuição para levantarem uma casinha, ou para consêrto da que está para cair; vários irmãos de opa, com suas salvas, sacos ou caixinhas de madeira, seguras ao pescoço por uma correia, a pedirem para êste ou aquêlê santo; dois ou três casais de pretos velhos e doentes, que seus senhores, por *compaixão*, consentem que supliquem de porta em porta alguns magros vinténs para a sua liberdade; e, finalmente, uma ou outra donzela de vida alegre, com uma salva de prata, a qual se chega aos curitibanos e lhes fala com a sua voz enternecida: esmola para uma missa de promessa.

A noite, então, faz-se muita coisa. O povo emprega-se em espetáculos, jogos, passeios e outros divertimentos; e quando alguns inexperientes caem nas rato-eiras, penam e deixam as penas. E no meio de tôdas estas barafundas ouve-se de contínuo as palavras bêstas, burros, cavalos, à vista, a prazo, boas firmas, dois marcos, dois anos tapados, etc. etc.

Rompem e finalmente a feira!

E' vendida a primeira tropa.

Rebentou a feira! Rebentou a feira! gritam todos.

— A tropa de fulano foi vendida a tanto!

— Nada! Foi a mais.

— Qual! Foi a menos.

— Eu presenciei o negócio.

— Eles se combinaram para guardarem sêgrêdo sôbre o preço.

— Não há quase tropas. Há tantas como formigas.

Os vendedores exageram quanto podem os preços das tropas já vendidas, e os compradores os diminuem.

A venda de uma tropa é feita mais ou menos pelo modo seguinte: pela manhã o vendedor e o comprador, ambos a cavalo, dirigem-se ao campo onde se acha a tropa e, se aquêlê é ladino, já tem dado ordem particularmente à sua pionada para, no ato de parar rodeio, trazer as bêstas a rebenque, a fim de representarem maiores e sem refugas aos olhos do comprador, que, sendo novato e entendendo pouco do riscado, leva da *manta*, *espiga*, ou *mandioca*. Nem todos os vendedores são dêsses ladinos, pois há muitos que fazem seus negócios com

a maior boa-fé. A venda pode ser feita a puxar a madrinha, e neste caso vai a tropa com tôdas as refugas ou então de uma parte, com exclusão de tôdas as bêstas mais ordinárias, ou só de algumas, conforme o contrato.

Pode, também, ser a venda de duzentas ou trezentas bêstas escolhidas, ou cortadas de uma tropa de seiscentas, oitocentas ou mais. O corte é feito do modo seguinte: recolhem tôda a tropa em uma mangueira, ou em falta desta encostam aquela em um lugar apertado, junto a um banhado, e aí promovem um total revolvimento entre as bêstas, confundindo as melhores com as mais ordinárias, e depois de uma completa *mistura salina*, fazem sair as mesmas daquele rodомoinho, indo adiante a madrinha, que é um animal vaqueano, manso, que anda com um cinorro ao pescoço. Nesta ocasião um cavaleiro incumbido de fazer o corte coloca-se a certa distância, e vai contando promiscuamente as bêstas que passam, e, ao completar o número contratado, grita — *up!* — e rompe rapidamente em seu cavalo pelo meio da tropa, deixando para um lado as bêstas vendidas, ao mesmo tempo que a pionada rebate ou espanta as mais para o outro lado.

A tropa é entregue ao comprador, que toma conta dela com os seus camaradas, quando lhe convém partir — manda puxá-las pelos subúrbios da cidade, passa a ponte ou o rio quando está baixo e vai seguido sua viagem, tendo pago os competentes *novos impostos*. Os outros direitos provinciais pertencem aos vendedores, pelo que, na administração do registro de Sorocaba apresentam-se fiadores idôneos, que assinam letras por um ano à vista das guias que aquêles trazem da barreira de Itapetininga, nas quais estão mencionados os números de suas respectivas bêstas, que por lá passaram.

Sobe muito alto a importância de todos os impostos e outras despesas que se faz com a bêsta, desde que ela sai da estância do primeiro vendedor até à cidade de Sorocaba, pois que há vários registros ou barreiras no Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, onde se cobram extraordinários tributos. Pesa tudo isto sobre o pobre tropeiro, que, em uma feira ruim não chega a tirar o capital empregado, além de perder seu imenso trabalho.

Aberta que seja a feira, vão-se vendendo 4, 6, 8 e mais tropas por dia, sendo conduzidas uma após outra com a maior cautela dos camaradas para não se entreverarem. Os vendedores, à proporção que vão liquidando os seus negócios, recebendo as suas roupas novas das mãos dos alfaiates, as obras de prata dos ourives, e munindo-se do necessário para a viagem, fazem víspera com as algibeiras cheias de dinheiro — e quase sempre de letras e tretas. Alguns regressam apressadamente sem se importarem com as boas festas que tem de haver naqueles dias. Tôdas as pessoas de fora vão deixando encordoadamente a cidade para se recolherem aos seus lares, umas felizes e outras caiporas em seus negócios, jogos, amores etc. Aquela animação — o *fervet opus* — que ali reinava se vai amortecendo pouco a pouco até extinguir-se de uma vez — ficando substituído pelo trabalho e comércio dos habitantes que, naqueles primeiros dias, parecem ter saído de um verdadeiro sonho, vendo tudo novamente em seu estado normal.”

Terminando aqui a descrição da feira, dá-nos Abreu Medeiros alguns informes, que resumimos, sobre a ponte do rio Sorocaba: a Lei n.º 17, de 26 de março de 1840, ordenou fôsse construída sobre o Sorocaba uma ponte de pedra sob a direção de uma pessoa nomeada pelo Govêrno. A planta foi apresentada pelo engenheiro João Bloem, então diretor da fábrica de ferro, principiada em 1841, e somente concluída em 1855, sendo o último administrador o capitão Serafim Antônio dos Santos. Bela ponte, com trezentos e dez palmos de comprimento sobre trinta de largura, guarnecida de grades de ferro e assentos de pedra em ambas as cabeceiras. “Desde o comêço daquela obra os habitantes da cidade formaram ali um centro de reunião — um verdadeiro *rendez-vous*, o que hoje (1864) ainda se observa e se aumenta consideravelmente no correr da feira. Em todos os dias vê-se a ponte coberta de gente da cidade e de fora — sobressaindo os mineiros — e outros compradores de tropas, cuja maior parte aluga pequenas casas nas imediações da mesma ponte.” Ali eram vendidos cavalos gordos ou lerdos matungos. Um caipira respondia à pergunta de um espectador sobre a idade e preço do cavalo: “Tem 5 *ano* e custa 4 *dobra zemeia*”. A tarde vinham famílias a passeio, até o toque das Ave-Marias. Da página 31 em diante, o nosso autor faz-se romancista, e o seu romance gira em torno de um fato central: a chegada de um piano na ponte e o seu transporte até um sobrado da Rua da Penha, em mil oitocentos e cinqüenta e poucos. O interêsse da narrativa está na pintura das personagens e do seu modo de falar, na descrição dos seus costumes, no cômico de certas situações, enfim na observação das cenas locais. Fora isso, nenhum valor literário. Vai pelo tomo primeiro até à página 214 e continua no tomo segundo até à página 226. Tiramos das páginas finais a explicação de alguns termos regionais, e de todo o entrecho do romance aquilo que nos pareceu mais necessário:

“PEQUENO VOCABULÁRIO”

Amador — peão que doma os animais.

Amiguito — amigo.

Amolar — maçar, aborrecer, incomodar.

Antãoce — então.

Arroxo — correia que aperta as cargas com um pequeno pau.

Atropelar os matungos — tocar os cavalos ou andar depressa.

Bater canastras — morrer.

Berro grosso — *bico areado* — têrmos de engrandecer a tropa.

Capataz — que toma conta de uma tropa.

Chilenas — grandes esporas com grossas correntes.

Derrubar o queixo — subjugar.

Dois anos tapados — prazo fixo de dois anos.

Encurtar os loros — calar-se.

Escolher por cima — Tirar os melhores animais.

Entreverar — misturar.

Fuá — animal que se espanta.

Fivela — coisa à-toa, sem valor.

Guasqueira — coisa que falta.

Laçasso — pancada com laço dobrado.

Ligal — couro sêco de boi para cobrir as cargas.

Lombilho — arreios grosseiros.

Mangueira — pequeno terreno cercado de varas.

Mulada de flor — tropa de bêstas boas.

Parar rodeio — juntar as bêstas de uma tropa.

Pealar — prender as bêstas com laço ou correia.

Pelar ligal — estar sempre deitado sôbre o ligal.

Petiço — animal de pernas curtas; alguns são barrigudos.

Pingo — cavalo.

Pionada — domadores, peões, homens que cuidam da tropa.

Quebra destemido — valente, mau.

Rebenque — chicote de cabo de ferro.

Redomão, redomona — cavalo ou bêsta que já levaram alguns repassos.

Retovar — envolver em couro e costurar.

Soga e ásoga — prêso, amarrado.

Tambo — animal manso, aquerenceado, perto de casa.

Tirar um cotejo — medir as fôrças.

Traquejo — lida, prática.

Tropilha — tropa pequenina.

Xerga — pano de lã ou algodão, pertencente aos arreios.

(Da segunda parte): *abombado* — cavalo cansado.

Cravo encostado — mal colocado na ferradura.

Guaiaca — cinta larga de couro fino com bordado.

Mantear — lograr.

Pampa — animal que tem uma côr de um lado e outra de outro.

Xeripá — baeta encarnada que os peões amarram à cintura.

CAPÍTULO XV

Onde se vê a Sorocaba de 1850

Continuando o estudo dêsse único cronista de Sorocaba das feiras que é Abreu Medeiros, podemos obter dados diversos e interessantes.

Era nos começos de 1850. Abundavam os cavaleiros de retrancas, arreios prateados e chilenas: eram mineiros ou gaúchos, “monarcas” dos pampas.

As senhoras usavam saias de enchimento e outras coisas modernas e postizas, trazidas pelos mascates à feira, aliás retardada pelas chuvas. Havia

doutores e rábulas queixando-se da mingua de causas. Certos senhores falavam sobre política do Brasil e da França, numa ferraria. Citou-se Lamartine numa frase que bem serviria aos brasileiros em 1889: “nós não queríamos a República, mas como ela veio, aceitamo-la”. Vendia-se voto até a meia pataca!

Chegou, então, num carro de bois uma grande caixa que provocou os mais vivos comentários da população curiosa: “os bois gemendo e o carro chiando atravessaram a ponte, e os curiosos ainda permaneciam nas mesmas posições. Seus olhares convergiam todos para um só lado e seus espíritos flutuavam na escuridão da dúvida. “De repente alguém exclamou: acompanhemos a gerin-gonça! E lá se foi o povilêu rua acima. Na cadeia, um policial da roça, papudo, assustou-se e pediu: ar! ar! As portas, os becos, os muros, as janelas, encheram-se de homens e mulheres a gritar: misericórdia! misericórdia! Que coisa seria aquela babilônia?

No meio do povo, ouvem-se os mascates: “Ó Senhorr, ó Senhorra, compra mantiletes e vestidas modernas? Qui comprra orro bom, brilhantes e relojas patentas? Si, yes, eu venda tudes mais barrates. Mi anton terra retrates daguerreotypes. Mi está dentista do Parris!”

“Era agigantado na estatura, medonho no semblante, e estranho nos trajos. A inflexão que deu à voz era semelhante aos roncões do trovão subterrâneo, precursor do terremoto. Com os olhos em brasa, olhava ora para a direita, ora para a esquerda como provocando à peleja quantos ali estavam.” Com estas palavras tão sérias de Walter Scott apresenta-nos o autor uma nova personagem, descambando logo para o grotesco: é um homenzarrão moreno, de “negros e espetados cabelos”, “chapéu de aba larga e inclinado a um lado”, ao pescoço um volumoso lenço pintado, cujas pontas franjadas lhe desciam quase até a barriga, colête encarnado, japona de baetão côr de garrafa cheia com tamanhas portinholas ao lado que pareciam orelhas de cão perdi-gueiro, calça de balbute azulado, botas com chilenas de prata... e rosetas de um palmo! “e largas correntes que cobriam os peitos dos pés”. “Nada de rumor, povinho esquentado — exclama o recém-vindo; oh! caramba! se continuam a rincar eu já me boto a todo o pano, esmago no pulo quantos aqui se acham! “Pois antãonce! encurtaram os loros? Eta por vida, Garcia velho!” “Si chego a desembainhar a minha chavasca, adeus povinho triste, tudo se desgracia”.

— Oh! Sr. Garcia! também por cá?

— Ora viva, amiguito! han! vim espiar esta barrelhada!”

— Já vendeu a sua tropa?

— Ontem, infelizmente.

— Como infelizmente?

— Sim, botei fora pelos malditos dois anos tapados. Só trazem letras... giberas cheias de papel sujo... Quando o Govêrno resolveu acabar com as meias-caras...

— Não fale em meias-caras aqui...

— Eu falo dos negros novos que encheram a barriga de muitos Judas. Mas quando o Governo resolveu acabar com essas traficâncias, todos calcularam que havia de aparecer muito dinheiro no mercado... o mingau virou água. Os bancos dão as moedas a premiozito baixo a certos que arrumam nos outros de um modo aladroadado. As notas antes de serem conhecidas são arrecolhidas.

— É verdade, Sr. Garcia!

— Ora, escute: Há de um pobre tropeiro trazer uma mulada de flor lá dos confins do Viamão, mal comido, mal dormido, apanhando chuva, atravessando sertão de bugre e rios de canoa, pelando ligal, tudo coberto de mosquito, para vender na feira por um precito desgraçado e dois anos tapados. Vai-se com a letra ao cambista, bate-se na porta com o cabo do rebenque, e diz a mucâm-bia: — “Sinhô tá jantando!” E si aparece o homem é para levar-nos os lucros com efes e erres!

No tocho seguinte o homenzarrão está sendo injuriado por vários e ameaça céus e terras, quando, já frente à casa onde parou o carro, um orador pede silêncio ao povo e ao dono que abra o curioso caixão.

Segue-se uma crítica ferina aos políticos, aos que viram casaca...

“Qual praga de gafanhotos
Que o sertão tem assolado
Destruindo todo o pasto.
Que era alimento do gado,
Tal dos Hábitos a praga
Tem assolado este Império,
Transformando, convertendo
o que é honra em vitupério.”

Esta outra:

“Convencei-vos que o dinheiro
Tem bem triste aplicação,
Quando transforma um sendeiro
Em camarista ou barão;
Que o barão e o camarista
No balcão não dão na vista,
Nem mostram a estupidez:
E em danças altas metidos,
São pelos outros zurzidos
Trinta vezes cada mês.”

Há ainda conversas entre caipiras, entre filósofos beberões, sátiras a valer, no meio de versos lindos de Lamartine. O autor é desconcertante. Salva-se, ao menos, a bela gravura final. Vista da Ponte de Sorocaba, com

as casas da Rua da Margem, uma tropa atravessando o rio a nado, cavalos passando pela ponte um carro de bois, uma amazona.

Além ponte (e nesta havia em cada cabeceira um lampião) está o grande quartel, entre a rua dos morros e o beco que até hoje existe vindo para o rio: uma casa acachapada, com uma só porta ao fundo e uma *gelosia*. Ao pé da ponte, a ferraria e, subindo o morro, casinhas baixas que existiram até 1927. No alto da colina, a chácara do Cel. Manuel Lopes de Oliveira, com a chaminé da fábrica de tecidos (hoje grupo escolar "Senador Vergueiro"). Mais abaixo, a chácara de Francisco de Paula Oliveira e Abreu, primo-irmão do autor, plantador de chá e criador do bicho-da-seda (existe o prédio). Mais abaixo a chácara de Assis Machado (cunhado de Manuel Lopes, em terrenos hoje ocupados por olarias à beira-rio e por vilas operárias). E nos despedimos do livro. Resta-nos a pessoa do autor:

"Francisco Luís de Abreu Medeiros foi literato e ocupou uma cadeira da instrução primária em Sorocaba; jubilou-se em 1862 e foi então nomeado escrivão da Provedoria de São Paulo. "Tinha uma irmã Francisca, espôsa de João Manuel de Camargo, filho de Manuel Castanho de Araújo e Rita Maria de Camargo. Os pais de Francisco Luís foram Joaquim Luís de Almeida e Abreu e Maria Castanho de Medeiros, esta filha do alferes André de Medeiros Costa e Francisca de Sequeira e Moraes, aquêle filho de Luís Castanho de Almeida e Abreu e Maria Leite de Sampaio. Lídima gente sorocabana e bandeirante, Silva Leme colocou-a em título Cubas, vol. VI, págs. 200 e 201, da sua monumental Genealogia Paulistana.

Usando e não sabemos se abusando do critério do exame interno, vemos pelo seu livro que Abreu Medeiros seria um bilioso, um neurastênico da marca, com saídas súbitas para as anedotas só engraçadas para êle. Professor de até 100 rapagões dêsses em quem a *litera cum sanguine intrat*, pobre, sustentáculo de mãe viúva e de irmãos, funcionário público, podia ser neurastênico, aliás um atributo de família. Céptico, algo pessimista.

O mesmo critério no-lo mostra revoltoso de 42 contra a vontade, descrente dos partidos, homem de muita leitura e meditação, versado no francês e no latim. Nasceu em 1820, pois tinha 19 anos em 1839, como se vê no "Rol da População", "1839-1840". Morava com a mãe viúva, na Rua Direita.

Para o ano de 1859 foi o nosso Medeiros eleito escrivão da Irmandade de Misericórdia em dezembro anterior. Tempo de bexigas, para cujos doentes a Santa Casa forneceu leitos em local diverso, e foram também auxiliados pelo Governo Provincial. (1) Em 1860 foi substituído o Medeiros por Antônio Marciano da Silva.

Em 1843 começou Francisco Luís a ensinar na sua 2.^a cadeira do sexo masculino, de primeiras letras. Em 12 de janeiro de 1844 a Câmara de Sorocaba negou-se a passar-lhe atestado de exercício, porque não ensinava a doutrina

(1) Livro de Atas do Hospital.

cristã e não cumpriu uma portaria do Presidente da Província, de 20 de setembro de 1843. (2)

Em 1846 havia 115 alunos nas aulas da 2.^a cadeira! (3)

Em 1856 ainda ensinava o professor Medeiros. Em 1862 jubilou-se mudando-se para São Paulo. (4) Dedicou-se ao jornalismo; é o engraçado Dr. Pafúncio Pechincha.

CAPÍTULO XVI

Depois de Sorocaba, caminho de Goiás, Minas e Rio. A Serra do Mar.

Passado o registro de Sorocaba, o boiadeiro ou o tropeiro que se destinasse a Goiás ou procurasse entrar em Minas pelo Jaguari, não precisa fazer a volta de São Paulo, mas por Itu buscava Jundiá, caminho histórico que a Companhia Ituana aproveitou levando o trem de ferro até àquele ponto da Estrada Paulista.

Estava assim o tropeiro em pleno caminho de Goiás, que começava em São Paulo passando à direita do Jaraguá.

Era a estrada aberta em 1726 em seguimento ao Anhangüera.

No lugar de Campinas havia um Campinho desde 1728. Em seguida não demorou a surgir Atibaia, bairro e logo o registro do Jaguari para as Minas Gerais. Adiante, sempre ao norte, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, fazendas de Vieira Cardoso, de Inácio Vieira, Amaro Nunes, João Pedroso, Olhos-d'Água, arraial de Casa Branca, fazenda de Sá Queiroga, Pousos da Paciência, do Cercado, do Silva, passagem do Rio Pardo, Batatais, passagem do Sapucaí-Guaçu, do Sapucaí-Mirim, pouso dos Bagres (depois Franca), Calção de Couro, Rio das Pedras, registro do Anhangüera, no Rio Grande. Tudo isto em 1730. Mas 130 anos depois, em 1865 era ainda o sertão o que Taunay descreveu da viagem de sua coluna a Uberaba, pelo menos de Campinas em diante. (1)

Em todo caso, a estrada de tropas, ruim, péssima, existiu desde 1726, com os ranchos dos ousados sertanistas, e ao bandeirante e tropeiro a um tempo se deve a incorporação de Goiás ao Brasil.

É lícito julgar que nos primeiros anos transitaram mais tropas por aí, enquanto se tirava ouro dos goiases, do que ao depois, quando por sua vez a mineração lá cedeu o lugar à pecuária. No entanto, o intercâmbio continuou até os primeiros tempos do Império e há famílias paulistas que têm filhos nas-

(2) Livro de Atas da Câmara.

(3) *Ibidem*.

(4) Silva Leme.

(1) Cf. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, vol. 24, e "Cartas de Campanha", artigo de A. d'E. Taunay no "Jornal do Comércio", de 21-V-1939.

cidos em Goiás e em seguida voltam para a terra dos avós, *v.g.* alguns Sousa Freire, Fleuri, Campolim, tanto como várias famílias de Casa Branca e Mogi-Mirim e depois Franca se transplantavam para o Sul de São Paulo, na estrada de tropas, *v.g.* os Costa e Silva, Sandoval, Abreu Bolina (êstes últimos de origem marianense), Nogueira, Terra etc.

Essas cidades há pouco tão florescentes da Mogiana têm a sua origem num pouso de tropas. As melhores delas, Campinas e Ribeirão Preto, têm nome geográfico tão simples. Além de Bragança, há um povoado por nome Toledo, nem mais nem menos que a fazenda de criar do antigo Dom Simão Toledo Pisa.

Entretanto, sigamos um de nossos tropeiros do Rio de Janeiro ou a Minas. O trajeto era quase o mesmo da atual estrada de ferro Central do Brasil. Primeiro desciam a Serra do Mar por Cunha até Parati, caminhos aspérrimos. É da 2.^a metade do século 18, mais para o fim, o caminho todo por terra, continuando por Lorena a Bananal e Barra Mansa. Adiante de Lorena, abria-se encruzilhada, galgando-se a Mantigueira pelo vão mais suave, no Embaú, frente a Pouso Alto, cidade bandeirante-tropeira, onde viveram alguns Antunes Maciel, lídimos sorocabanos.

Os fluminenses tiveram, pois, de vir quase à meia-distância de São Paulo para vir às Gerais, até que Garcia Pais abriu a estrada pelo vale do Paraibuna, com uma ponte e registro que foram, tal como o da Mantigueira, bem conhecidos dos tropeiros.

Passada a era das feiras de Sorocaba e morto o café na baixada fluminense, os lavradores empobrecidos recorrem à memória e lembram-se da fama que de Sorocaba levavam os tropeiros e já de trem, vêm surgir na zona de Sorocaba, Piedade, Tatuí, recomeçando a lavar a terra. Num estribilho que poderia enfastiar, tudo se resume sempre na persistência dos históricos, definitos, dos caminhos de tropeiro. Fato análogo se passou com os sul-mineiros e até com alguns de São João del-Rei que vêm abrir novas fazendas e fundar novas cidades no Sul de São Paulo, *v.g.* Pilar e Itaporanga. Raça de fibra, passam duas gerações e os seus netos ainda são, na linguagem popular, “os mineiros”, casando-se entre parentes e pronunciando o *e* e o *o* fechados, mui piedosos. Um belo dia reúnem uma cavalgata e ei-los no caminho de Minas, a visitar os parentes, as igrejas em que o Aleijadinho... Muitos dêles tornaram-se ricos negociantes de animais.

Esta história ficaria mal contada se não nos referíssemos à estrada do Cubatão. Tem a antiguidade dos indígenas o foi sempre a preocupação das Câmaras de Piratininga e dos capitães-generais. É contudo assaz conhecida pelo relato de numerosos viajantes e até pelas pinturas reconstituições existentes no Museu do Ipiranga, graças à perspicácia de A. d'E. Taunay.

O Serra do Mar era a prova mais decisiva da capacidade do mísero animal para subir despenhadeiros. Sabiam os lusos e os espanhóis dessa utilíssima qualidade dos burros de além-mar. O almocreve se fêz tropeiro, aqui no sen-

tido de condutor de tropas carregadas. E o tropeiro-negociante do Prata, bem podia dizer que criava e vendia animais para descerem dos Andes ao Pacífico e da serra do mar ao Atlântico.

Da posição de São Paulo como zona intermediária já dizia a Câmara paulistana em 1764 (1), “ser esta comarca aquela por onde fazem trânsito para a marinha não só os viadantes e mineiros das minas de Cuiabá e Goiáses, mas também muitos e muitos das Gerais a comprar as cavalgadas que a ela vêm do Rio Grande e Curitiba”.

“Os muares — resume, enfim, Deffontaines (2) — procediam principalmente dos campos meridionais, zona de pastos que prenunciavam já os pampas argentinos; a única exploração nessas planícies consistia outrora em tropas de cavalos e mulas. A cidade de Sorocaba, em São Paulo, estava situada no extremo setentrional dessa zona de pastos e criações. Ao norte, começavam já as regiões florestais, que iam sendo invadidas pelas plantações, e as zonas montanhosas do Centro, entregues à exploração de minérios; estas duas partes, pouco favoráveis à criação, tinham contudo grande necessidade de animais de carga. O sul produzia os animais e o norte deles se utilizava. Sorocaba era a cidade-eixo, entre o país da árvore e o da erva, por isso tornou-se o centro da feira de animais”. (2)

CAPÍTULO XVII

A feira de 1852. As feiras e os jornais da época.

Existem no “Gabinete de Leitura Sorocabano” preciosas coleções de jornais sorocabanos desde 1852. O jornalista em Sorocaba alcançou, portanto, o período áureo das feiras. Mas, exceto as crônicas de Abreu Medeiros publicadas na Corte, não ficaram senão poucas notícias sobre o acontecimento principal da vida sorocabana.

Como explicar êsse fato? “Snobismo” dêsses homens que tetestavam os burros e suas ovelhas, e, a noticiar preços e negócios de animais preferiam lançar artigos melifluamente literários?

Ou a pouca importância que dão geralmente os contemporâneos a coisas para êles corriqueira?

A única notícia completa que encontramos é a de “O Cometa”, de 23 de abril de 1852:

“Estado da feira.

Calcula-se que as tropas já entradas ou ainda por entrar no mercado na presente feira excedem o total de vinte mil mulas. O total das mulas já vendidas é calculado em mais de cinco mil. O preço tem por ora variado entre

(1) *Atas da Câmara de São Paulo*, tomo 14, pág. 584.

(2) *Geografia Humana do Brasil*, in *Rev. Brasileira de Geografia*, tomo III, pág. 39.

36 e 32 mil réis, e geralmente se acredita que não tem de baixar muito dêste estado. Quanto aos prazos, consta que as vendas até aqui realizadas têm sido metade à vista, metade por um ano; e parece que os vendedores estão de acôrdo de não se desviarem desta marcha, vendendo metade por um ano e metade por dois, e muito menos por dois anos — tapados — como nos anos anteriores.

Se, como é possível, os preços se mantiverem até o fim sem baixa considerável, poder-se-á calcular em seiscentos contos o valor das compras e vendas de tôda a feira; e em igual quantia a soma recebida das vendas dêste ano e dos anos anteriores. A influência de capitais produzida pela extinção do tráfico de africanos, que no ano anterior já se havia feito sentir na feira, êste ano é palpável.”

Vê-se que à feira de 1852 vieram 20.000 mulas, a 32\$000 e 36\$000 e os capitalistas “negreiros” mudavam a aplicação de seus cobres, compravam bêstas, em vez de negros. A lei benemérita aliviou também nas fazendas as cargas que pesavam aos ombros escravos, multiplicando os animais. A rêde em que os negros carregavam senhores e senhoras nos maus caminhos sucedia o bangüê, com o seu par de bêstas; nas cidades, as cadeirinhas também de há muito haviam cedido o lugar aos carros, puxados por parelhas de mulas. Não tardaria que se multiplicassem na Côrte e nas capitais os bondes puxados por burros, a respeito dos quais podia dizer um dia o empresário na Côrte: “a minha eletricidade vem de Sorocaba...”

O bangüê ! É cem por cento da era das feiras. Nas escarpadas montanhas de Minas, lá vai seguindo lentamente, firmemente, ao passo das bêstas ferradas, o bongüê do Sr. Dom Viçoso, santo bispo de Mariana: seu camarada conhece bem onde adquirir bêstas xucas, onde domá-las... Pelos campos de Pirapitingui em abril e maio de 1842 vem vindo, ao trote das bêstas, um bangüê: traz o padre Feijó para Sorocaba. Entre Itu e suas fazendas, entre Campinas e os terreiros de café, transitam os bangüês onde se acomodam os homens doentios ou velhos ou as senhoras. O “trolley” veio nessa época, aposentando aos poucos o antigo veículo de que neste século ainda se serviu o preclaro Dom Silvério.

Melhoram as estradas vicinais, faz-se propaganda contra os veículos de eixo móvel, e eis carroças, carroções e caminhões, tirados por quatro e mais parelhas de bêstas, transportando a riqueza dos centros produtores para os consumidores, da fazenda à estação ferroviária mais próxima...

“Fugiu ao abaixo assinado da freguesia de Alambari o escravo de nome um anúncio que interesse aos nossos estudos. Apenas êste talvez mostre uma face dos costumes da época:

“Fugiu ao abaixo assinado da freguesia de Alambari o escravo de nome Antônio, com os sinais seguintes: altura menos que regular, cheio de corpo, côr fula, olhos grandes e espertos, nariz pequeno, bôca regular e bem feita,

e bom pajem, sabe domar, é bom trabalhador de roça e perfeito arrieiro, muito amigo de negociar. Quem o entregar receberá 400\$000 de João Carlos Hungria. (Do "Ipanema", Setembro de 1872.)

Este João Carlos freqüentou anualmente as coxilhas gaúchas e a feira de Sorocaba, era austro-húngaro, e tinha lavouras em Itapetininga.

Vê-se que também entre os componentes de tropeiros havia escravos.

Estes, apesar de pretos, adquiriam as qualidades-mestras do gaúcho tropeiro: domadores, peões perfeitos, negociantes ou barganhistas nisto, muito e muito homens do sul paulista.

Falamos em carroças. Mas ainda em 1856, no auge das feiras, o Sr. Certain transportava cargas em carros de boi entre São Paulo e as cidades de Sorocaba, Itu e Campinas. Já inaugurada a estrada de ferro, as primeiras safras do café botucatuense vieram para Bacaetava em tropas e carros de boi: em 1872 havia 286.000 cafeeiros produzindo e 600.500 para daí a 2 anos, sendo o total do volume das cargas 60.000 arrôbas naquele ano, vindas à via-férrea, sem falar nas 2.000 cabeças de gado vacum, em razão das quais também em Botucatu houve uma barreira dependente do Registro de Sorocaba.

Ainda em 1856 deparamos um pequeno fato para a história econômica do sul: Antônio Francisco Azevedo, negociante de Paranaguá, descontou no Rio Negro uma letra de 600\$000 de Joaquim Antônio Pedroso, tropeiro residente em Sorocaba. (De "O Monitor".)

O seguinte trecho de Ubaldino do Amaral n' "O Sorocabano", de 13 de fevereiro de 1870, bem mostra que muito antes da via-férrea esmoreceram os negócios de animais em Sorocaba:

"O comércio de animais deu por muito tempo vida a esta cidade, mas a sua queda veio demonstrar que essa vida era puramente artificial e ainda que tarde felizmente se reconheceu que não era no comércio e sim no solo que havia de buscar-se a sua prosperidade." Referia-se ao algodão; mas o comércio antigo não fôra um erro, e sim uma necessidade geográfica.

Em 1874, n' "O Ipanema" saíram umas quadras gaúchas criticando a saia-balão e com inúmeros termos próprios dos campos do sul. Por exemplo: sacar a orelha, abombado de amor, hei de dar-lhe uma ternera (novilha) barrosa, em um vá me responda, o pealo, louco desabotinado, mal apenas tranquea, espichar o braço! Deus lhe dê saúde, Dona; rodeio, rodei, oh! luna barbaridade, etc. Lá vão alguns versos:

" Já cheguei, amigo Juca.
Da marcha pouco delgado,
Mas os pastos da cidade
Já me têm embarrigado.

Um bom encôsto e abrigo
E mui regular aguada
P'ra um gaúcho da coxilha
Não está má invernoada.

Vivo assim um pouco arisco,
Ando as orelhas trocando.
Vejo coisas mui estranhas
Que me vão ressabiando,

Como abestruz na macega
Nas ruas vivo enredado,
Sem querer gambeteando
Para um e outro lado

Usam aqui as muchachas
Uma tal saia-balão.
Coisa feia, amigo Juca,
Por Deus e um pala cação.

São as tais saias tão duras
Como bico de urubu,
Têm mais roda que a mangueira
Lá da Serra do Baú.

Quando passa uma moça
Vai redonda como a lua
Deixa a gente embarrancada,
Adeus caminho, adeus rua.

Por vida, que toma campo
Capaz de dar um potreiro
Em caso de temporal
Pode servir de telheiro

e por aí vai... até o final:

Eu vou esbarrar o pingo
Que vai já meio aplastado,
Doutra feita te darei
Um mais comprido recado.

Vale a pena notar nesses jornais a abundância de notícias sobre o Rio Grande do Sul, Cruz Alta, Passo Fundo, Pelotas, são nomes comuns em Sorocaba. Aparecem muitos assassinatos de estancieiros por castelhanos: terra de fronteira...

No arquivo paroquial de Sorocaba encontram-se muitas justificações para casamentos, com informes sobre as coisas e os homens do sul.

Há um médico argentino, Dr. Felix Ibarra, nascido em Buenos Aires, inimigo de Rosas, cuja derrota por Caxias festejou em Sorocaba, onde residiu

longos anos e casou. Encontrara-o na Banda Oriental um sacerdote sorocabano, Pacheco, e o encaminha para Sorocaba.

Muitos padres — ainda mal para elles — negociaram com animais. No princípio do 1.º Império, o sorocabano Jerônimo Pais de Almeida é chamado ex-cônego, de certo secularizado, e negociava entre Itapeva e Sorocaba. A elle a Câmara offereceu o método “da cobrança dos animais que passam por este Registro”.

Dois sacerdotes filhos do sargento-mor Pedro Vaz Botelho, bem como o illustre cônego Francisco Teodósio de Almeida Leme “foram para o sul”.

A vida piedosa de Sorocaba sofreu intensamente com a reunião de mercadores de toda a espécie no tempo das feiras, e o seu numerosíssimo clero, tirantes, exceções como, já no fim do Império, mons. João Soares do Amaral, permaneceu inferior e mais obscuro que o vizinho tão próximo, ituano.

Nos jornais que citamos apparece o gosto dos sorocabanos pelo teatro. Companhias bem cotadas, que trabalhavam em São Paulo e Campinas, vinham exhibir-se em Sorocaba no teatro São Rafael, construído pelos Lopes de Oliveira em 1844.

Havia, também, amadores. Em 27 de janeiro de 1862 representou-se “A Feira de Sorocaba”, do nosso conhecido Abreu Medeiros, comédia abundante de regionalismos de costumes e vocabulário, p. ex., o argentino “no masque (no mas), a barbaridad, etc.”.

CAPÍTULO XVIII

Administradores dos Registros. Destacamentos. O Registro de Itararé. Nas pegadas dos tropeiros. Reminiscências e hereditariedades.

O primeiro administrador do Registro de Sorocaba foi, pois, Luís Teixeira da Silva, negociante português estabelecido à Rua da Ponte, dono de muita escravaria, homem piedoso que fez muitas esmolas às igrejas de Sorocaba, teve com dona Maria de Almeida Leite o filho único padre José Teixeira de Almeida Leme, e era irmão do beneditino frei Ramiro da Predestinação, presidente do mosteiro de Sorocaba. (1) Morreu em _____ e jaz na igreja de São Bento.

O segundo administrador do Registro foi Salvador de Oliveira Leme, o Sarutaiá. Em 4 de maio de 1754 já era fiel do Registro, por nomeação do governador de São Paulo e ao mesmo tempo cobrador dos meios direitos da parte de Jerônimo Corte Real. Em 1772 continuava nesse officio, confirmado pelo Morgado de Mateus; sendo o capitão Antônio Fernandes do Vale para a parte dos direitos reais.

(1) Cf. Anuário da Diocese de Sorocaba, de Dom José Carlos de Aguirre.

Mas, nesse mesmo ano e nos seguintes dirigiu como capitão-mor a vila que fundou, de Itapetininga, e deixou o seu cargo ao genro, Paulino Aires de Aguirre, que, voltando de suas penosas incumbências no Iguatemi, assumiu o novo officio cêrca de 1778.

No dia 7 de junho de 1779 apanhou o cel. Paulino Aires uma reprimenda do insofrido governador Martim Lopes Lôbo de Saldanha: havia deixado passar "por alto" para Parnaíba o tropeiro Antônio José de Castro e gastara algo da Fazenda Real, mandando-o perseguir por soldados do destacamento. (Não nos esqueçamos que a fazenda d'el-rei era meeira com a casa de Jerônimo Côrte Real).

O terceiro administrador do Registro, empossado no cargo antes de 1800, foi o coronel Antônio Francisco de Aguiar casado com dona Gertrudes Aires, filha de Paulino. Era um negócio de família. Passava de sogro a genro. O coronel Antônio chegou a comendador da Ordem de Cristo, foi riquíssimo, tendo começado do nada, pois em 1783 residia com o tio-padre Rafael Tobias de Aguiar.

O registro de Itapetininga é pelo menos de 1721. Em 1724 Miguel Sutil de Oliveira o arrematou por três anos, cobrando \$080 por pessoa, \$040 por carga de negócio, \$080 por cabeça de animal, gado ou cavalo.

Itapetininga e Paranapanema, dizia o documento por nós encontrado no Arquivo Público do Estado, Livro de Notas do cartório de Sorocaba. O famoso descobridor das lavras do Sutil pròpriamente comprara essas passagens por 200\$000 do arrematante José Homem da Costa. Obrigava-se a fornecer as canoas. Miguel Sutil é bandeirante-tropeiro. Conhecia bem a estrada de Sorocaba a Curitiba. Na vizinhança desta deixara também o nome num sítio. Era tio do Sarutaiá, cujo pai, o ituano João Lourenço Corim teve curral de gado no Paranapanema, estrada do sul.

O registro de Itapetininga nunca acabou, transformando-se em barreira.

No tempo de Dom João VI, José Marques de Arzão reclamou contra os 9 anos de arrematação concedidos a Salvador Aires de Oliveira. Era a luta contra os "sarutainos", como ficaram chamados pelos adversários os numerosos e aristocratas descendentes do famoso capitão-mor. (1)

Era sempre um registro pobre, porque apenas se visavam as letras do Rio Negro, geralmente pagas em Sorocaba e São Paulo.

A mesma função coube à barreira de Itararé que aumentava a fiscalização sobre os impostos do Rio Negro, e que fôra criada como registro por Dom João VI, então príncipe-regente, para "pagamento dos engenheiros, médicos e cirurgiões". Foram taxados as bêstas em \$200, os bois em \$050 e os potros em \$100, porém, crioulos daquêl Rio Negro, que os de lá já estavam sobre-cargados.

(1) O apelido de sarutainos lê-se em 1837, Atas da Câmara de Itapetininga.

O caso de Itararé merece um reparo. Em 1720 o ouvidor Pires Pardinho, estando em Curitiba, determinou o rio Itararé como divisa das duas vilas, quase equidistantes, de Sorocaba e Curitiba. Foi sempre uma fazenda e pouso de tropeiros. Pertenceu no 1.º Império a Bernardo Pinto Gavião Peixoto que a vendeu ao brigadeiro Tobias. Interessante notar que só nos últimos dias do Império e quase à força se tratou de fundar a cidade, indo para lá o vigário de Itapeva, cônego Sizenando da Cruz Dias, a demarcar o lugar em 1888.

Existe ainda na cidade, transportada a madeira, a casa que foi da barreira. Era esta justamente no ponto em que o rio desaparece terra a dentro. Itararé prova como caminham devagar as zonas de campos de criação. Conhecemos os últimos funcionários da barreira.

São inúmeros os apontamentos que temos sobre nomes de pessoas de outros registros e barreiras. Não aumentaríamos com eles o valor de nosso trabalho, que correria o risco de perder-se num labirinto de pormenores.

Conhecemos pessoalmente toda a zona de Itararé a São Paulo, a nossa zona; a maior parte da Sorocabana; a Central do Brasil até o Rio; e a subida para as Minas pelo túnel da Mantiqueira. Estivemos alguns dias em Pouso Alto, com os olhares voltados para a Embaú... Assim também, atenção voltada para os nossos estudos, descemos a Santos pelas duas estradas, fomos de Sorocaba a Campinas, residimos em Botucatu... Corre-nos nas veias o sangue de bandeirantes e tropeiros.

São algumas credenciais, para se não julgar que escrevemos apenas sobre os livros e documentos. Vivemos um pouco o nosso livro e o coração nos bate com força ao encontrar, no ajuntamento do material, nomes de pessoas, coisas, fatos, objetos familiares e até expressões próprias tão nossas conhecidas. E quanto aos lugares próximos, onde se reuniam as tropas para as feiras, visitamo-los à vontade. Tentamos reconstituir. Contemplamos os últimos vestígios da lagoa branca do Ipatinga, onde uma garça hierática se refletiu n'água para nosso gosto, e um velho morador nos mostrou, nas margens, o lugar onde em criança via os ranchos dos tropeiros, os últimos. Fomos respirar o vento sul cortante dos campos do Itinga, ainda hoje realengos ou nacionais, mas com as suas belas aguadas desaparecendo pelo corte das árvores. Passamos longas tardes em Campo Largo, com o Ipanema pela frente... E moramos quase ao pé da ponte sobre o Sorocaba.

Liceat seni delirare... Atirem-nos a primeira pedra os que não amam sua terra e sua gente!

Morreu em 1819.

O quarto administrador foi, em carne e osso, o já sargento-mor Rafael Tobias de Aguiar. Ingressou na política provincial em 1821. Neste ano administrou o registro o capitão Gabriel Silva Sousa Dinis. Apuramos que houve um intermediário entre Dinis e Elias Aires e, este, um inimigo político, o con-

servador coronel José de Almeida Leme, comendador da Ordem de Cristo, deputado provincial, homem de grande instrução cuja residência, como a de Tobias, ainda se vê à Rua da Ponte.

De 1837 em diante até 1842 foi administrador Elias Aires do Amaral, outro homem rico, primo de Tobias, com casa grande e negócio à Rua das Flores e a enorme fazenda do Guareí, que fôra dos Campos Bicudo.

Sucedeu-lhe Serafim Antônio dos Santos.

Enfim, a _____ foi nomeado Vicente de Oliveira Lacerda, que trabalhou como administrador do Registro e escrivão da Coletoria de Rendas Nacionais mais de 20 anos. Existe ainda a sua casa de sobrado ao Largo do Rosário. Era filho de José Joaquim de Lacerda, presidente da Câmara revoltosa de 42 e amigo de Tobias.

Vicente Lacerda era de grande prestígio social, dava saraus musicais em sua grande sala empapelada. Em 186.. foi repentinamente demitido pela política.

Sucedeu-lhe Antônio Pais de Madureira. E foi o último, que fechou o livro e as portas em janeiro de 1892.

De nosso peregrinar pelos arquivos anotamos nomes e fatos que nem sempre obedecem à ordem cronológica, mas têm um nexó lógico entre si.

Por exemplo, em 1803 dizia a Câmara de Sorocaba, num ofício ao governador: “Nesta vila se conserva uma guarda de quatro soldados e um cabo com mais dois destacamentos nos dois registros dela e em cada um dois soldados que vigiam o extravio dos animais que por ali podem passar.”

E esta? Talvez o segundo registro fôsse no novo caminho para Itapetininga, no Sarapuí.

CAPÍTULO XIX

A contribuição de A. d'E. Taunay para o estudo das feiras de Sorocaba e o desenvolvimento econômico do país. Calógeras. Impressões pessoais.

O Dr. Afonso d'E. Taunay propôs como dîvisa de Sorocaba, no listel do escudo suportado por dois unicórnios — evocação das feiras — o mote: *pro una libera patria pugnari*. O tropeiro lutou pela liberdade e unidade da pátria.

Esse historiador-primax de São Paulo escreveu a epopéia das bandeiras,

Esse historiador-primaz de São Paulo escreveu a epopéia das bandeiras, onde tanto se salientou a gente sorocabana. Reconstituiu o mapa das bandeiras paulistas, e por assim dizer perlustrou os futuros rumos de tropeiros. Mais de uma vez mesmo, as côres dêsse maravilhoso arco-íris se confundem e a senda bandeirante é picada de tropeiro.

Conhece o Dr. Taunay, como poucos, a história das feiras de Sorocaba. No Museu Paulista, a que vem emprestando o lume de sua admirável ciência da história pátria, tem reunido diversos objetos de montaria, documentos de

uma época tão bela, e, juntamente, quadros bonitos das feiras e das viagens antigas, reconstituídos sobre desenhos de Hercules Florence.

Os seus livros são escola de brasilidade intensa: acompanha os seus heróis a todos os recantos da pátria. Ainda não há muito, na “Guerra dos Bárbaros”, descrevendo a ação dos bandeirantes no Nordeste, leva-os pela mão, através de Minas e Bahia, além São Francisco com os seus cabos-de-guerra que vão e vêm como brincando, com tamanha facilidade... Assim, a união entre o Nordeste e o sul do Brasil, entre o gaúcho da coxilha e o vaqueiro da caatinga foi sempre função dos homens do centro e o Tietê e o São Francisco ficaram unidos pela raça de gigantes.

Ultimamente, historiando com mão de mestre a vida do Café, base da economia brasileira durante cem anos, encontrou o ensejo de traçar o papel importante dos animais de carga e de tiro nas fazendas de café e nos transportes.

Com essa espécie de sexto sentido que percebe as melhores páginas de escritores nacionais e de viajantes estrangeiros a respeito de qualquer assunto, resumiu o historiógrafo ilustre, no tomo II, volume IV, da “História do Café no Brasil”, o essencial sobre a psicologia e a vida do tropeiro, os caminhos que trilhou, as feiras sorocabanas, os preços dos animais postos no terreiro da fazenda, etc.

Veja o leitor, em tudo o que achar bom nestas páginas que vamos escrevendo, a solicitude e a modéstia incomparáveis daquele homem de letras e de bem em nos indicar o caminho; nos defeitos, redundâncias e quiçá nas ingenuidades, enxergue o dedo do autor, que não pode ter os largos horizontes e a visão superior de quem tanto conhece as coisas pátrias.

No volume citado traz-nos Taunay uma contribuição interessante, por ser de arquivo de família, e referir-se a um tropeiro de Minas comprando animais em Sorocaba e no sul e revendendo-os nas fazendas fluminenses.

Esse Joaquim Cardoso, que pelo nome não perca, é o protótipo do negociante de animais honrado e estimado por seus bons dotes.

Os Teixeira Leite esperam-no todos os anos; quase como alguém da família, ou sócio de suas empresas. Quando as coisas correm bem, ali no Bananal ficariam tôdas as bêstas, se o Cardoso não fôsse homem de palavra e não viesse trazer os seus lotes à porteira da fazenda.

De Sorocaba ou do sul o homem escreve aos fregueses, marcando a época da chegada. Assenta os preços, lucros e prejuízos. Em 1826 uma bêsta valia no Rio de Janeiro e, pois, nas fazendas que a mesma boa gente centro-brasileira ia abrindo em Minas, de 45 a 60\$000. Se em 1852 uma bêsta ouca valia 30\$000 em Sorocaba, temos que aí por 1826 custaria uns 20\$000. Concluindo, a bêsta amansada e conduzida ao comprador dobrava de preço. Não admira, pois, que havia muitas perdas nas ruínas estradas, gastos de sal e milho, impostos, pastagens, etc. Nos dois meses que permaneciam em Sorocaba, os compradores tinham as suas despesas, êles e os camaradas.

Fique, porém, assentado que foram as fazendas de café da baixada fluminense, do vale do Paraíba e da mata mineira as que valorizaram as feiras de muares: porque os sítios de pequenos lavradores de cereais e as fazendas de criar não precisavam de grandes lotes de tropas.

Este Cardoso, nos intervalos das viagens ao sul, tocava também para a Côte os seus animais de carga. Conhecia os riscos do ofício.

E assim fazemos a ponte para a descrição do tropeiro por Calógeras, e que Taunay diz, com razão, ser definitiva. Calógeras conheceu mais de perto os tropeiros de Minas e refere-se mais de longada aos condutores de tropas arreadas. Distingue o grande publicista brasileiro animais de sela que se exigiam bonitos de forma e toleravam jornadas de 7 léguas, e os de cangalhas, ou cargueiros, nos quais se preferia a resistência ao peso no máximo, de 12 arrôbas, e à marcha de três a quatro léguas diárias com descanso ao meio-dia.

É incontestável que o maior trabalho diário do tropeiro e arrieiro era carregar e descarregar, apertar ou saltar os cambitos, equilibrar pesos desiguais, e isto todos os dias e até duas vezes ao dia. Outra difícil tarefa era encaminhar o lote, geralmente de 7 a 11 mulas, pelas estradas montanhosas onde os pobres muares quebravam as pernas e até os pescoços, e nos banhados e atoleiros. A invenção do cinorro pendurado à "madrinha" da tropa simplificou as coisas: na jornada era o guia, nos pousos, o ponto de reunião.

Diz Calógeras que os camaradas iam a pé: sim, nas escarpas subidas e nas ruins estradas, para "falar" com cada animal, cuidar de cada caso. Nos campos dilatados do sul, por estradas boiadeiras, ninguém andava a pé.

O dono da tropa, rico negociante, geralmente não acompanhava pouso por pouso a sua tropa. alcançava-a no fim da viagem, todo ancho em arreios de prata e na sua mula gateada.

Era interessante o pouso no rancho, os condutores no seu quarto improvisado entre as cargas alinhadas, os animais com cabrestos no "encôsto" ou no pasto, o cozinheiro vigiando o fogo de sob o caldeirão de feijão: "apareciam as vioas e as sanfonas, e davam largas à sua inspiração os cantores, contemplativos, ingênuos, poetas natos das estradas sertanejas". No dia seguinte, ao lusco-fusco, carregam as mulas que nesse interim comem o milho nos embornais, tomam o café, almoçam feijão com farinha ou angu e torresmo, e lá vai a tropa até o pouso seguinte, parando numa aguada à hora calmosa. O tropeiro é um homem valente, mas bom, de um modo geral. Há por vezes cruces tóscas à beira do caminho: a facada ou um tiro de garrucha fez o seu ofício...

Espectáculo correlato era o do amansamento das mulas xucras: o tropeiro era geralmente domador, e aqui punha à prova a sua coragem. Convidamos o leitor à leitura das páginas citadas de Taunay e preferimos terminar o capítulo com menor brilho mas com a narração de coisas vividas por nós.

Na zona sul-paulista conhecemos vários domadores de profissão. Ganham pouco, mas nas fazendas vive-se tão facilmente com o alimento e o quarto

garantidos... Eram caboclos, às vêzes mulatos. Assistimos ao amansamento; a bêsta amarrada a um palanque vai recebendo progressivamente e a contragosto todos os arreios. Há curiosos em volta, ajudando e para aplaudir. Tudo pronto, soltam o animal xucro, que sai aos pinotes com o domador em cima, agüentando-se... Ainda vimos uma pequena indústria postulada pelos domadores: os “trançadores” que fabricavam os laços, as rédeas, individualmente, tanto como em Sorocaba proliferaram desde os tempos coloniais os lombilheiros. Os ferradores também: em pleno pátio dos Lopes (largo do Rosário) meado o século 19 o ferrador tinha um poste para o seu mîster.

Em nossa infância conhecemos o caixeiro-viajante de tropas. Dois ou três lotes no máximo, três ou quatro bêstas carregadas com malas de couro, onde vinham as amostras, outras com os objetos de uso próprio, atrás o camarada, mais atrás o viajante. A horas mortas, por vêzes, ouvia-se o cincerro da “madrinha”; sabia-se a que casa pertencia o viajante que no hotel se aboletava melhor, enquanto o camarada ficava num quarto próximo à mangueira”. No dia seguinte, de loja em loja eram levadas as malas. Com todo sossêgo chegava em seguida o “viajante” já sem os trajes de tropeiro, o todo de um cidadão e falando bom português e trazendo notícias... e começavam as negociações. A casa Araújo Costa, fundada em São Paulo por comerciantes que deixaram Sorocaba após a febre amarela, forneceu os tecidos e armarinho para todo o interior. Na decadência das feiras e de Sorocaba, os negócios passaram a ser feitos diretamente com São Paulo.

CAPÍTULO XX

Recapitulação e resumo estatístico

Pelos meses de dezembro e janeiro dois tropeiros paranaenses endinheirados fechavam negócio com algum estancieiro do Rio Grande e vinham tangendo as suas tropas de 400 e 500 mulas pela mata dos Castelhãos até o Rio Negro, onde um servia de fiador ao outro, e com o administrador do Registro assinavam a guia. Comprometiam-se a pagar em Sorocaba a José de Almeida Leme ou a Vicente Oliveira Lacerda os direitos de seus animais e continuavam a subir pelos campos de Curitiba aos campos gerais. Estavam em Itararé aí por abril. Se comprassem alguns cavalos do Guarapuava pagavam à vista, no Itararé, ou assinavam fiança. Em Itapetininga nova contagem de animais. As estradas estão cheias de tropeiros. Vão à feira. Em maio e junho os campos realengos do tinga, do Ipatinga, do Jundiáquara, estão movimentados. “Encostam” as tropas junto de boa aguada, deixam nos ranchos os camaradas e lá vão os nossos dois “paranistas” aboletar-se no hotel do Sr. Maia e “fraudear” nas ruas de Sorocaba.

Estão chegando compradores do Rio e de Minas.

As conversas não conhecem outro assunto. Os preços, os impostos, as letras. Vende-se a primeira tropa. Rompeu a feira. Nossos heróis esperam as melhores ofertas. Negociam na rua, ao ar livre, ou no quarto abafado da hospedaria. Discutem. Querem ao menos a metade à vista. Estão se havendo com mineiros, gente esperta, mas honesta. De manhã montam a cavalo e partem para o Tinga, a ver as suas tropas e as dos outros. Levam os pretendentes.

Vendem o primeiro lote de 50, mulada de flor.

Por 40 ou 50\$000 a cabeça. Toca a apartar as mulas vendidas, comprador e vendedor assistem ao desfilar e à contagem, até que o camarada rompe a galope pelo meio da tropa, deixando as restantes mulas redemoinhando, tudo isso sob um céu azul puríssimo, aos gritos de todos os sotaques, sobre o chão verde e os horizontes abertos, com ao fundo a serra de São Francisco. Aos poucos vendem-se as restantes cabeças. Nossos homens do sul pagam alguma letra atrasada no Registro e assinam nova fiança. Assistem a um espetáculo contínuo, que é a feira. Gastam parte de seu rico dinheirinho. Compram objetos de seleiros e de ourives, fazendas finas e coisas de luxo. Em seguida, lá por julho, quase sós, com os seus camaradas, os patações no bôlso, retornam aos seus Penates, para cuidar do gado ou de outras “agências” até à próxima feira.

Os compradores por sua vez se retiravam aos poucos. Os que entram em Minas por Jaguari não tocam em São Paulo. Vão vendendo suas bêstas de Itu em diante, quando lhes convenha. Há os que passam por São Roque e São Paulo ao vale do Paraíba, daí a Minas ou à baixada.

Taubaté e Guaratinguetá são bons mercados, bem como Bananal. Esses tropeiros conversam com barões, viscondes e marqueses, de viseira erguida. Para eles abrem-se os castelos — quase merecem esse nome — dos Breves, do Teixeira Leite. E ainda podem passar na Córte para sentir a sua casa...

Eles voltarão o ano que vem...

RESUMO CRONOLÓGICO

Os primeiros currais de gado em Sorocaba começaram com a sua própria fundação: em 1654 o resto de moradores de São Felipe — fundada em 1611, por D. Francisco de Sousa com gente por ele transplantada do arraial também dêle, do Araçoiaba, de 1599 vieram para junto de Baltasar Fernandes que obteve oficialização da vila em 3 de março de 1661.

Curitiba foi começada a povoar em 1654, mas só teve em 1693 o predica-mento de vila. Desde os primórdios, seus moradores viveram da criação do gado, vacum e cavalar.

As duas vilas, cujos fundadores eram parentes e ambos de Parnaíba e até xarás (Baltasar Carrasco dos Reis), imediatamente se puseram em comunicação pela estrada feita, nos campos, pelo pisar da boiada, e nos matos roçada quase a cada passagem pelos tangedores de gado: seguindo o meio entre a serra do mar e o sertão do oeste, atravessando os rios que descem para o Paraná em suas cabeceiras.

Miguel Sutil de Oliveira e João Martins Claro representam os primitivos freqüentadores dêsse caminho, não muito conhecidos. Em seguida Bartolomeu Pais Abreu aparece como grande criador, e, no primeiro quartel do século 18, multiplicam-se as sesmarias nesta direção, com a estrada ao meio: Paranaguá, Curitiba, Itararé, Sorocaba, com o ramal do Paranapanema-Apiaí, por onde também se atingia Curitiba.

Em 1731 começa o trânsito regular, após Sousa Faria e Cristóvão Pereira, entre Curitiba e o Rio Grande.

Vêm a Sorocaba, caminho das Minas, as primeiras tropas de muares.

Devido ao desaparecimento dos livros antigos do Registro, é humanamente impossível determinar o ano exato do início das feiras de Sorocaba. Os negócios com os animais cavallares e gado de Curitiba podiam ter começado nos primeiros anos dos 1700, sendo certo que os sorocabanos, fundando Cuiabá, em sua terra se proviã de tudo o necessário para as monções, inclusive gado e cavalos. E os negócios propriamente de muares começaram depois de 1731 e antes de 1750, quando já funcionava o Registro sorocabano.

Aquêles primeiros anos não podiam reunir grande número de tropas e compradores: os poucos documentos existentes mostram como os primeiros vendedores levavam a produção diretamente ao consumidor, às Minas.

No último quartel do século 18 houve feiras maiores que marcaram a tradição, deixando vestígios no começo dos 1800: Rua da Contagem, Rua da Passagem das Tropas, largo da Parada das Tropas, Rua da Composição, pôrto dos Cavalos, etc. Saint-Hilaire encontrou Sorocaba em 1819 em apogeu no negócio de animais.

Época das feiras: já segundo Saint-Hilaire os tropeiros partiam do sul em setembro e outubro, após o reverdecimento das pastagens, chegando a Sorocaba de janeiro a março.

Com o tempo os dois meses consagrados à feira foram se retardando, chegando a maio e junho, e, às vêzes, julho. Em 1878 por acôrdo entre os tropeiros, recommçou a feira em 30 de março.

Que ano foi o da última feira?

Depois de 1878, é a única verdade documentada. Antes de 1892, quando foi supresso o Registro, outra verdade documentada. Entre êsses anos a feira bruxulcou, com tão poucos vendedores e compradores, que a sua morte passou despercebida até aos jornais.

RESUMO ESTATÍSTICO

Em 1724, 1725 e 1726 provavelmente passaram 1.000 cavalos por ano.

Em 1731 a 1750 provavelmente passaram mais de 2.000 muares por ano.

De 1750 a 1780 provavelmente passaram mais de 5.000 muares por ano.

De 1780 a 1800 provavelmente passaram mais de 10.000 muares por ano.

De 1800 a 1826 provavelmente passaram mais de 20.000 muares por ano.

De 1826 a 1845 provavelmente passaram mais de 30.000 muares por ano.

De 1845 a 1855 provavelmente passaram mais de 50.000 muares por ano.

De 1855 a 1860 provavelmente passaram mais de 100.000 muares por ano.

De 1875 a 1892 provavelmente mais de 20.000; 15.000; 10.000, 5.000; 1.000.

De 1865 a 1875 provavelmente passaram mais de 100.000 muares por ano.

De 1875 a 1892 provavelmente mais de 20.000; 15.000; 10.000; 5.000; 1.000.

Estes números são obtidos mediante os documentos consultados. São a média de cada 10 anos, sendo evidente que não se duplicavam de um ano para outro.

Os últimos dias, segundo os documentos.

“Feira de Sorocaba.

Os abaixo-assinados, residentes em diversas províncias do Império, dedicando-se ao comércio de bestas, cuja principal sede é esta cidade, reconhecermos o quanto é prejudicial, tanto aos vendedores como aos compradores, a realização da feira na estação invernos, que sempre acarreta prejuízos para uns e outros comerciantes. Resolveram, portanto, fixar uma época em que deva ter lugar a feira de bestas nesta cidade e designaram para isso o dia 30 de março de cada ano, devendo começar a vigorar o convênio no próximo futuro ano de 1878, dia em que convém achar-se presentes nesta praça compradores e vendedores, com suas tropas aquém de Itapetininga, para as suas transações comerciais.

Para regularidade destes negócios resolvem igualmente que todos os créditos firmados na presente feira serão pagáveis a 30 de março de 1878, se o prazo estipulado fôr o da futura feira. A falta do devedor nesta praça no dia 30 de março o sujeitará ao prêmio de 1 $\frac{1}{2}$ por cento ao mês sobre o capital que tiver de pagar, embora outro seja o juro estipulado no documento; assim como a falta do credor no referido dia nesta praça o sujeitará igualmente ao mesmo prêmio sobre a quantia que tiver de receber.

Declaram desde já todo e qualquer aviso ou anúncio nos periódicos, cartas, circulares, ou qualquer outra declaração em contrário a este convênio, assinado por quem quer que seja será tudo reputado falso e como tal desprezado.

E por havermos assim resolvido, pela recíproca vantagem que todos auferimos, obrigamo-nos por nossa honra a cumprir fielmente o que acima fica dito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandamos

publicar este convênio nos jornais da terra, da Corte, e das capitais das Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Sorocaba, 22 de maio de 1877,

Francisco Assis Ribas, vendedor.
Antônio José Fonseca, vendedor.
Antônio Antunes Filho, vendedor.
José Antunes Lima Sobrinho, vendedor.
João Ferreira Maciel, vendedor.
Antônio Duarte Camargo, vendedor.
Dúlcio Mariano Ribas, vendedor.
Joaquim Antônio Pinto Martins, vendedor.
Alvaro Gonçalves Martins, vendedor.
Antônio Manuel Cunha, vendedor.
Francisco Emídio Pereira, comprador.
Antônio Carlos Moreira, comprador.
Marcelino José Ribeiro, comprador.
Casário José Paula Moreira, comprador.
Tobias de Paula Campos, comprador.
Camilo Guedes de Moraes, comprador.
Manuel Evangelista Guimarães, comprador.
Teófilo Marques Ferreira, comprador.
José Amaro Ferreira Maciel, comprador.
Antônio Paula Campos, comprador.
Antônio Cândido Silva Rodarte, comprador.
Francisco Teixeira Avelar Silva, comprador.
Joaquim Gomes Silva, comprador.
Manuel Francisco Moreira Campos, comprador.
Joaquim Silvestre Silva, comprador.
Luís Antônio dos Reis, comprador.
Hídio Rodrigues do Vale, comprador.
Inácio José Ferreira Fonseca, comprador.
Cândido José Custódio, comprador.
Irineu Ribeiro Silva, comprador.
Pedro Ferreira Paiva, comprador.
Honório Almeida Guimarães, comprador.
Serafim Ferreira Oliveira Silva, vendedor.
José Borges Almeida Taques, vendedor.
Generoso Pinto Ribeiro, vendedor.

Júlio Macedo Taques, vendedor.

José Amaral Gurgel Ribas, vendedor.

Benedito Mariano Ribas, vendedor.

Francisco Antônio Batista Rosas, vendedor.

Miguel Antônio Rocha, vendedor.

Manuel Teodoro Rocha Ribeiro, vendedor.

Antônio Barbosa Macedo, vendedor.

Joaquim Paula Pinto, vendedor.

Cesário Lopes Xavier, vendedor.

Balduino Almeida Taques, vendedor.

José Antônio Santos Ribas, vendedor.

Fortunato Xavier de Castro, vendedor.

Diogo Silva Rocha, vendedor.

NOTA: — A primeira vista, os nomes de família mostram que os vendedores são paranaenses e mineiros os compradores. E os sorocabanos reduziam-se a comerciar no balcão. Era, positivamente, o fim. Só 26 tropas! em 1877! ("Do "Ipanema").

Juntamos aqui algumas notas esparsas que não tinham lugar na seqüência lógica do volume.

1. Sobre o sal, tão necessário para as zonas de criação e os tropeiros,
9. Toledo Piza publicou interessantes informes.

Por último, os capitães-generais de São Paulo fizeram distribuir diretamente às Câmaras o sal do Armazém de Santos. Estas o vendiam ao povo, para evitar mais explorações. Em 1798, p. ex., foi o tropeiro Vicente Ferreira Machado o encarregado de conduzir a Sorocaba o carregamento desde Santos. Isso, em maio. Em junho, era condutor José Pedro de Almeida e a Câmara havia obtido isenção de direitos (Papéis avulsos de Sorocaba, *in* Arq. Públ.).

2. José Marques de Azão em 1812 queria arrematar as passagens do rio de Itapetininga e seus anexos, requerendo a Dom João VI que as tirasse de Salvador Oliveira Aires e José de Andrade e Vasconcelos, que as haviam pedido por 9 anos, com a condição de fazerem as pontes. (1)

3. O estudo das estradas para o sul pode ser feito acompanhando passo a passo as colunas militares a cavalo enviadas contra os castelhanos pelo Morgado de Matcus e por Martin Lopes Lôbo de Saldanha, governador de São Paulo. São documentos já há tempo publicados na preciosa coleção dos "Documentos Interessantes" do Arquivo Público de São Paulo. Dispensamo-nos de mencionar pouso por pouso a direção dêsses caminhos, por coincidirem com o resumo já estudado no texto desta obra.

(1) Doc. Int., vol. 60, pág. 77.

4. A leitura atenta que fizemos dos livros das Atas de Câmara de Sorocaba e Itapetininga nos elucidou muitos pontos de nossa história das feiras. P. ex. a passagem das tropas pela vila sorocabana, já em 1815, por causa da nomenclatura das ruas. Como adminículos, reimprimimos dois artigos nossos, publicados n' "O Cruzeiro do Sul".

5. Ai vai o texto de um passaporte colonial. "No Registro... se deixe passar o tenente-coronel de cavalaria auxiliar, Policarpo Joaquim Oliveira, que vai desta cidade para a do Rio de Janeiro com 4 escravos e 1 moço branco camarada".

São Paulo, 27 de dezembro de 1779. Martins Lopes."

6. Em 1806 os índios atacaram o quartel do destacamento de Lajes, pondo-lhe fogo ao teto de palha. (1)

Nesse ano Antônio José da Franca e Horta ordenara à Câmara curitibana que tomasse providências para a construção da estrada da vila do Príncipe a Lajes. Isso em fevereiro. Em julho voltara à carga, xingando os pobres vereadores remissos. (2)

7. Se fazemos um salto para outro extremo, encontramos arruinada a ponte sobre o Tietê em Parnaíba e os moradores impossibilitados de construí-la. Sempre o povo sobrecarregado!

O capitão de Campinas, Felipe Néri Teixeira, estava construindo uma variante no caminho para Jundiá, com ranchos novos para os pousos. Estava-se trabalhando na estrada de Caraguatatuba para a serra-acima, a propósito da qual dizia o governador. "As estradas gerais são e devem ser feitas à custa do público."

8. Em setembro de 1807, a uma representação e auxílio dos tropeiros de Curitiba, Franca e Horta escrevia à Câmara curitibana para abandonar o caminho de Paranaguá e promover o de Antonina, chamado da Graciosa.

Os impostos, entretanto, eram cobrados como se El-Rei fôra o financiador das estradas. Assim é que em 1807 tratava o governador de evitar o extravio de gado entre Lorena e Piraí, devendo confrontar-se as guias deste último registro com as do fiscal de Areias.

9. Coube a Antônio José da Franca e Horta a alegria de participar aos capitães-mores a próxima chegada de Dom João VI. Fazia-o a 26 de janeiro, mas ao mesmo tempo lhes ordenava que socorressem o Rio de Janeiro com gêneros e gado. Assim os capitães-mores das vilas do Norte deviam ir fazendo marchar para o Rio as boiadas e tropas de muares e cavalos novos existentes nos seus distritos, bem como "as tropas mansas, que se ocupam em transportar efeitos para o Rio de Janeiro, carregadas de mantimentos, como toucinho, carnes de porco, feijão, milho, etc. As vilas do sul, Curitiba, Castro, Lajes, Ita-

(1) Doc. Int., vol. 57, pág. 43.

(2) *Ibidem*, passim.

peva e Itapetininga fariam marchar as tropas para Sorocaba, esta para o Rio. Inclusive parelhas de bêstas para carro e cavalos para sela. Foi, como se vê, uma revolução também na classe dos tropeiros a chegada da família Real. (3)

Em março estava na Bahia a esquadra e o mesmo governador avisava às Câmaras que festejassem a Real chegada com três noites de iluminação e três dias de toiradas. De Itapetininga iria Salvador de Oliveira Aires dirigir as toiradas de São Paulo, auxiliado, nas despesas, pelos colegas capitães-mores. Havêria, cavalladas, tudo no Jardim Botânico. Não se realizaram de todo as festanças, mas de Curitiba José Vaz de Carvalho enviou o magnífico presente de 100 bêstas para as cavalariças reais.

Em 1810 tratava-se de ligar Sorocaba ao mar pela sesmaria de Joaquim Pais, e os novos moradores ficavam isentos de dízimos e serviço militar por 5 anos (4). Em princípios de 1811 estava pronta a estrada de Caraguatatuba a Jacaréi. Não estava concluída a ponte sobre o Juqueri-querê, onde morriam muitas bêstas.

(3) *Ibidem*, pág. 2337.

(4) Doc. Int., vol. 59, pág. 149.

Palestras

MARTIM FRANCISCO (*)

Por HÉLIO VIANA

A terceira geração dos Andradas apresentou a mais singular de suas figuras com o paulista Martim Francisco, filho e neto de outros do mesmo nome, bisneto do Patriarca. Nascido em 1853 e falecido em 1927, teve curioso transcurso essa existência de 74 anos, de que a mediocridade nunca pôde constituir característica.

Entrando em 1863 para o Colégio de Pedro II, mêle foi mau estudante, de acôrdo com o próprio depoimento. Por ocasião de uma das costumeiras visitas do Imperador, teve oportunidade de dizer o que pensava da vida escolar:

— Então, “seu” Martim, muito satisfeito?

— Se Vossa Majestade cá estivesse sempre, sim. Mas, habitualmente, isto aqui é intolerável!

Foi expulso do estabelecimento, por indisciplinado. Recebendo-o em casa, predisse-lhe o pai:

— Você acaba na fôrca! (1)

Reagindo contra o mau comêço, voluntariamente realizou excelentes preparatórios. Aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, além de colaborar em jornais acadêmicos, inclusive os republicanos, publicou, em 1874, o ensaio *Os Precursores da Independência*, sua “primeira futilidade”, como assegurou mais tarde. Nêle procurou demonstrar que aos patriarcas vicentinos, aos povoadores, jesuítas e bandeirantes dos três primeiros séculos, cabe a glória de terem preparado a libertação do Brasil.

Orador oficial na inauguração do teatro de Tatuí, em 1875, seu primeiro êxito no gênero teve a comentá-lo a sincera felicitação de um caboclo da terra:

— Vossa Senhoria quando fala parece um cavalo parelheiro (2).

(*) Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 19 de janeiro de 1945.

(1) Artur de Cerqueira Mendes — *Um Andrada* (São Paulo, 1928), pág. 43.

(2) Martim Francisco, *Viajando* — *Coisas do meu Diário* — 1913-1915, 2.º vol. (São Paulo, 1929), pág. 62.

Depois de ter sido advogado em Limeira, foi eleito deputado provincial e geral, parecendo encaminhar-se para uma carreira política das mais felizes. Presidente do Espírito Santo em poucos meses de 1882-1883, em Vitória teve a sorte de encontrar a espôsa que lhe foi companheira dedicada durante quarenta e quatro anos: D. Úrsula da Silva Lima, ou D. Zé, como a chamava o marido. Conta-se que no dia das bodas, ou por lhe ter faltado a doceira, ou para se ver livre dos cumprimentadores, a cada um distribuiu certa importância em dinheiro, para que fôsse comer fora...

Alguns anos depois, exatamente os últimos da monarquia, empreendeu Martim Francisco a mais agitada de suas campanhas, por êle mesmo depois julgada como “uma idéia respeitável que transformou-se em faceta que é”... “uma falência com massa de zero por cento”... Defendeu a separação de São Paulo da comunhão brasileira, sob pretexto de que a província contribuía para as despesas gerais com quantia muito maior que a adjudicada aos seus serviços públicos.

“O Casamento do Mano”, “tentativa de comédia-panfleto”, dá bem a impressão de como pitorescamente conduzia o Andrada sua inglória propaganda separatista. Basta ver a lista das respectivas personagens:

“AMAZONAS e PARÁ, negociantes de borracha; gêmeos.
MARANHÃO, professor aposentado.
CEARÁ, filante de refrescos.
PIAUI, fazendeiro endividado por sistema.
RIO GRANDE DO NORTE, empresário, garantido sem renda.
SERGIPE, pedinte crônico.
PERNAMBUCO, leão sem juba.
PARAÍBA, ilustre desconhecida; usa vestido de cauda.
ALAGOAS, namorada do Tesouro Público.
ESPÍRITO SANTO, hoteleiro de empregados.
RIO DE JANEIRO, velho feitor.
MUNICÍPIO NEUTRO, bilontra e capoeira.
PARANA, trabalhador de braços atados.
SANTA CATARINA, moça que promete.
RIO GRANDE DO SUL, curatelado de farda.
GOIAS, inutilidade modesta.
MINAS GERAIS, mulher séria e devota.
MATO GROSSO, assalariado sem serviço.
SÃO PAULO, pagador geral.
IMPÉRIO, pai da tribo; magnífico recebedor.
BAHIA, mãe paralítica.”

Termina a peça com o anúncio do noivado de Paulo:

“IMPÉRIO E BAHIA (*Fulos de raiva*) — E a noiva? Contra quem te casas tu, doido varrido?

MARANHAO — A noiva?!

PIAUÍ — O nome da noiva? (*Silêncio prolongado e aborrecido para o autor*).

PAULO — A liberdade!

GOIAS — Hum!

(*Paulo retira-se — Bahia desmaia — Império desfaz-se — Os outros personagens dão vaias nos espectadores — O bombo toca a “Marselhesa” — O pano cai abaixo do câmbio — Continua o barulho lá dentro — O ponto faz ponto*).

Também dessa época é outro escrito humorístico do terceiro Martim Francisco, a *Carta-Careta*, dirigida à “Ilma. e Exma. Sra. D. Fazenda Nacional”, em resposta à cobrança, que lhe fêz, de impostos devidos pelo segundo Martim Francisco, relativos ao seu escritório de advocacia de 1851-1852, antes, portanto, do nascimento do executado.

“Obteve esta *Carta-Careta* ruidoso sucesso na imprensa, nos bondes e nas esquinas de rua” — comentou mais tarde o próprio autor. “Publicada quando estava em foco a agitação militar, e tudo servia para lenha da próxima fogueira, foi ela muito transcrita, e elogiada por todos os leitores que não entendiam de impostos e de exercícios findos. Do interior da Bahia um juiz me escreveu, gratíssimo, porque a leitura da *Carta-Careta* lhe melhorara a mãe enferma. Vaiado, o cobrador, fuão Fonseca, retirou-se de Santos para lugar incerto e não sabido”.

Alguns trechos mostrarão o tom do panfleto-piada:

“Cumprimento amavelmente a V. Ex.^a desejando-lhe, com a máxima sinceridade, a visita do obituário e a intimidade do farmacêutico”.

.....

“Eu não pago. Não PAGO. Não pago mesmo. Não pago os três mil cento e oitenta e quatro réis. Nem três, nem mil, nem cem, nem oitenta, nem quatro, nem réis.

“Pode V. Ex.^a pedir, chorar, requerer, gritar, berrar, trovejar; pode destruir o velho universo e criar um novo; pode até me abrir falência fraudulenta... Eu não pago.

“Conheço de sobejo o axioma que V. Ex.^a repete:

— Pague e não bufe!

“Pois, excelentíssima, para cá vem de carrinho: eu bufo e não pago!

“Tenho birra especial de credores; chego mesmo a supô-los gente inútil para o progresso humano e originada nas artimanhas de Satanaz.

“Depois da abolição dos escravos, entendo indispensável a abolição dos credores. Ah! que 13 de maio memorável seria êsse!”

.....
"Como e porque hei de eu pagar impôsto de escritório do exercício de 1851 a 1852?

"Nasci dois anos depois dêsse exercício...Qual escritório! Qual advocacia! Eu antes de nascer não valia nem uma conciliação no juiz de paz.

"Quanto às custas, que V. Ex.^a quer que eu pague, fomenta-se com elas, mesclando-as prèviamente com pimenta e mostarda.

"Declaro-me desde já penhorado pela delicadeza da penhora, com que V. Ex.^a me ameaça, em tantos bens... quantos eu não tenho.

"Os meus móveis são alugados; aí a penhora faz fiasco e leva pateada. O único móvel que tenho, conservá-lo-ei até a morte. É irremovível" (4).

A proclamação da República deu novos rumos à vida política de Martim Francisco. Eleito senador estadual, foi um dos principais autores da Constituição paulista, mas renunciou ao mandato em 1891. Comunicando-o ao presidente Américo Brasiliense, reservou-se o direito de lembrar o seu testemunho "para de harmonia com a verdade" — constatar que jamais havia feito "à administração, direta ou indiretamente, pedido que me proporcionasse ou pudesse proporcionar vantagem material, lucro monetário, aquisição de bens móveis ou imóveis, preparo, manutenção ou aumento de fortuna própria ou de terceiro" (5).

Apesar de se dizer, então, "ex-político", aceitou, no governo seguinte, de Cerqueira César, o cargo de Secretário da Fazenda, que abandonou sem pedir demissão, pouco tempo depois.

Tendo conspirado contra Floriano, foi prêso em 1894. Afastou-se, temporariamente, de quaisquer atividades políticas, o que o não impediu, entretanto, de se imiscuir em negócios públicos, como neste episódio:

Em 1893 havia o governo paulista remetido ao do Rio Grande do Sul, por empréstimo, a importância de 4.000:000\$000, como auxílio à luta contra a revolta federalista. Mais tarde o governo gaúcho, provocado por um gratuito requerimento de Martim, declarou não os ter recebido, embora existissem provas de sua saída de São Paulo. Não ficou aí o caso. Indo o mesmo à imprensa, eis como o comentou o Andrade:

"Bôca que tal disseste! Pena que tal quiseste! Quase veio abaixo o mundo! Por bem querer, mal haver. Bandido, jogador, capitalista, bandalho, chefe de assassinos em Botucatu, colaborador dos órgãos oficiais, sócio em desfalques, etc., fiquei tristemente sendo lá na imprensa portalegrense, sem que o governo de São Paulo, ingrato! me oferecesse mera palavra de defesa. Só eu sei o que sofri.

(4) Martim Francisco, *op. cit.*, págs. 39-48.

(5) "A Correspondência de Américo Brasiliense". Com notas de J. M. C. A. — *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n.º LVII, maio de 1939, pág. 237.

“Comandando um interminável batalhão de adjetivos insultuosos, e fazendo-os marchar com regularidade gramatical em períodos bem municiados de insolência, o major Artur Toscano, meu ex-correligionário de revolta, destroçara-me a reputação, golpeando-a com toda energia que poupara e armazenara quando soldado de Gumerindo Saraiva. Só eu sei quanto padeci! Sincero, crédulo das informações que a gaiatice dum farfante estelionatário lhe enviara, não reteve o major a calma necessária para compreender que, se fôsse exato o que de mim lhe haviam dito, eu já teria sido, quando menos, presidente do Estado.

“Examinei, porém, o caso, com a habitual brandura e preferi amortecer o adversário por meio da delicadeza. Conhecedor de que cada homem tem seu preço (*ut* Roberto Walpole), tentei mesmo o seu enriquecimento. Guiado por informações, que hoje reconheço inexatas, anunciei haver o major encontrado o original do testamento de João Ramalho, o que lhe assegurava o prêmio de uma dezena de contos, compromisso do Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

“Resultado: mais descomposturas.

“Anunciei, com intuiros generosamente industriais, que o major vendia, com abatimento de trinta por cento, mamadeiras com biqueiras garantidas por seis meses.

“Conseqüência: mais descomposturas.

“Um outro arrepiaria carreira. Eu, não. Insisti na afabilidade. Não me era ignorada aquela lição de José de Alencar: a ofensa pessoal o homem perdoa e esquece, a ofensa política o homem perdoa e não esquece, mas a ofensa literária, nem perdoa nem esquece. Refleti profundamente durante vinte e nove segundos, e resolvi abemolar o adversário por movimento literário de flanco. Foi então que atirei às cogitações literárias da mesologia nacional a crítica das *Pelancas*, poesias que o major nunca fêz, publicadas num volume que jamais existiu”.

Fazendo-o, com toda a seriedade, Martim citou versos ridículos, tais como:

— “A cuia passa de mão em mão

Como um presente de irmão a irmão”.

Ou então:

“Um amor que é maior que o universo!

Ai! mulher de cabelo castanho,

De pêzinho menor do que o verso

Com que quero dizer-lhe o tamanho!”

“Homem de espírito”, Artur Toscano julgou melhor retirar a inimizade votada a Martim Francisco. “Sim. Tudo isto é muito bonito” — comentou este. — “Mas os quatro mil contos até agora não reapareceram” (6).

(6) Martim Francisco, *Rindo*, págs. 53-64.

As atividades de historiador e jornalista mesclavam-se, então, às de advogado em Santos, durante muitos anos exercidas por Martim.

Orador, também, e dos mais interessantes que tem tido o Brasil, é grande sua bagagem de conferencista e tribuno forense. Provas do primeiro caso apresentam, por exemplo, *Em Guararapes* (7), palestra proferida em Campinas, em 1899 — na qual fez justiça a Matias de Albuquerque, embora incidindo no engano de considerá-lo brasileiro de nascimento — e *Os Dois Almirantes* (8), primoroso discurso de 1905, pronunciado em Santos, em apoio à idéia do repatriamento dos restos mortais de Barroso e de Saldanha da Gama.

Como causídico, várias são as demonstrações de seu talento como defensor e acusador. Sabia dosar os argumentos jurídicos com reminiscências literárias, sabia ser chistoso sem prejuízo da veemência necessária ao patrocínio de direitos ofendidos.

Como auxiliar de acusação, duas vezes deixou memória escrita de seus triunfos.

No “Tribunal do Júri de São Paulo”, em sessão de 14 de fevereiro de 1908, teve oportunidade de longamente zombar da intervenção que em caso de adultério e ferimentos tiveram representantes da seita presbiteriana (9). Não teve receio de citar, em pleno tribunal, êstes ambíguos versos de Curvo Semedo:

“ Certo escrevente casado
Tinha em casa por dinheiro
Outro escrevente solteiro;
Houve entre êles grande enfado
E de murros um chuveiro,
Mas por causa bem pequena:
Foi por molharem a pena
Ambos no mesmo tinteiro”.

Em *No Júri de Araras*, folheto de 1920, por ter sido a justiça conspurcada em flagrante injustiça, fez colocar na capa e fôlha de rôsto sua imagem de cabeça para baixo. Depois de irresponsável argumentação, terminou: “José Conceição perdeu a vida; convido o tribunal do júri de Araras a não perder a honra” (10).

Foi, porém, como monarquista, que através da imprensa e da tribuna mais prolongada ação desenvolveu Martim Francisco, no primeiro decênio do século.

(7) Martim Francisco, *Em Guararapes* (São Paulo, 1900), 61 págs. Reproduzido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XVIII, de 1913, reeditado em 1942, págs. 144-183, ilustradas.

(8) Reproduzido no livro *Saldanha*, do comandante Didio Costa (Rio de Janeiro, 1944), págs. 453-460.

(9) Martim Francisco, *Rindo*, págs. 161-200.

(10) Martim Francisco, *No Júri de Araras* (São Paulo, 1920), 42 págs.

Pátria Morta?, conferência pronunciada em 1902, em Franca do Imperador, trazia o significativo subtítulo — “De Pombal a Pires Ferreira” (11). Elogios ao célebre Marquês, a demonstração de que a república seria impossível em 1822, a revolução de 7 de abril — simples motim, Araújo Lima — cabeça sem braços, os estadistas do Império — pobres e honrados, referências aos fuzilamentos de Floriano — tudo aí se contém em declarada propaganda contra o regime vigente.

O enterro de “Brasilina América”, do ano seguinte, contém páginas ainda de maior violência e ironia, ao lado de episódios como este:

“Quando o esquife atravessava a porta do cemitério, um velho caduco, que depois confessou chamar-se Pedro Álvares Cabral, interceptando a entrada do préstito e chorando amargamente, quis fazer o epicédio de Brasilina América, alegando que era seu avô. Empurraram-no para fora do gradil, mas o velho desabou sobre a guarda de honra esta tempestade de desaforos: — *Eu descobri o Brasil e vocês o cobrem de lama! Preparei-lhe de graça o berço e vocês compram a cama no estrangeiro! Estou roubado!*

“Interveio a polícia. Ato contínuo, Pedro Álvares Cabral foi prêso, demitido de descobridor do Brasil, declarado traidor à República e nomeado general de brigada. Assim terminou o incidente” (12).

Uma fase transitória da política paulista, determinada pela eleição do marechal Hermes da Fonseca para a Presidência da República, permitiu que Martim Francisco em 1912 voltasse à Câmara como representante do quarto distrito eleitoral. O caso forneceu margem para numerosas ocorrências, que fazem parte de nosso anedotário parlamentar. Uma delas, narrada pelo próprio Martim, é a seguinte:

“Há anos, apresentado à deputação federal por quatro desistentes, soube que um dêles, Dr. Fernando de Matos — a instância do Dr. Olavo Egídio, recém-vindo de Paris onde esquecera o português sem aprender o francês, e do agro-técnico Jorge Tibiriçá, cuja imponência era proverbial — se recandidatara em segredo, guerreando-me a aliás indesejada candidatura. Deliberei não indultar a perfídia: sábado de Aleluia, passado que era o pleito, enviei ao meu encoberto contendor dois telegramas: um, antes do meio dia, com a palavra “Cautela”; outro, depois dos repiques de meio dia, com a palavra “Felicitações”.

“Rixados em consequência da perda da traidora empreitada, do quase agrônomo companheiro dizia desdenhosamente o transatlântico ex-amigo:

— “O Jorge é um homem *rempli de soi disant*” (13).

(11) Martim Francisco, *Pátria Morta?* — De Pombal a Pires Ferreira (Santos, 1902), 59, VIII págs.

(12) Martim Francisco, *Rindo*, pág. 94.

(13) Martim Francisco, *Contribuindo* (São Paulo, 1921), págs. 217-218.

Empossado da disputada cadeira, já em seu primeiro discurso, pronunciado a 25 de maio de 1912, dava Martim a medida de sua capacidade de réplica, pois, aparteado com “muito bem”, a propósito de questão prejudicial ao país (a valorização do café e seus resultados), emendou logo:

— “Muito bem? Não. Muito mal” (14).

A 10 de julho seguinte, tendo um deputado oposicionista, por manobra política, requerido que se visitasse o conselheiro Rui Barbosa, por motivo do restabelecimento de sua saúde, vários colegas jeitosamente procuraram justificar por aquela razão seus votos contrários à proposta. Martim, porém, procedeu diferentemente:

— “Sr. Presidente, pedi a palavra para declarar que votei contra o requerimento do Sr. Irineu Machado porque quis votar. Mais nada” (15).

O mais interessante incidente da última fase parlamentar de Martim Francisco terá sido, talvez, o relativo ao *Manifesto* do Príncipe D. Luís de Orléans-Bragança, que a Câmara, em agosto de 1913, decidiu publicar no *Diário do Congresso*, voltando atrás de sua resolução, posteriormente, para que não figurasse também nos *Anais da casa*. O Andrada, único monarquista da assembléia, pronunciou então, de improviso, uma declaração de voto que pode ser considerada um modelo de elegância e ironia, razão pela qual não será inútil o conhecimento da pequena e brilhante peça oratória:

“O Sr. MARTIM FRANCISCO (*Movimento de atenção*) — Pretendia votar contra o requerimento do jovem deputado pelo Rio Grande do Sul [Joaquim Osório]; mudou, porém, de opinião e de voto, ao ouvir a palavra do orador que acaba de deixar a tribuna [Simões Lopes].

“Votará para que dos *Anais* do Parlamento não conste o que consta do jornal oficial do mesmo Parlamento: o *Manifesto* político do ilustre Príncipe D. Luís de Bragança.

“Mais: votará para que, no conceito público e, infelizmente, aos olhos do estrangeiro, a Câmara dos Deputados do Brasil apareça, inadvertida e incoerente, mudando de decisão e de atenção, em prazo menor de 48 horas, sobre assunto concernente a elevados interesses nacionais. Já no ocaso da existência, amando o seu país como os que mais o amam, democrata como os que mais acertadamente o sejam, fácil é de compreender quanto o martiriza o pesar de ver o seu país afastado da respeitabilidade do seu passado e da linha de superioridade que lhe compete no convívio dos povos cultos.

“É homem, porém, e nada do que seja humano lhe é indiferente. Nota que a Câmara parece receosa, amedrontada quase, diante do *Manifesto* de D. Luís de Bragança (*Muitos não apoiados*), e absolutamente não pode, êle, orador, ser insensível ao padecimento de seus semelhantes. (*Riso. Apartes. Não apoiados*).

(14) *Anais da Câmara dos Deputados*, 1912, vol. III (Rio de Janeiro, 1912), pág. 586.

(15) *Anais* cit., vol. V (Rio de Janeiro, 1912), pág. 469.

“Foi eleito deputado por votos de verdade, sob o influxo de uma fase política transitória: sabe e saberá harmonizar suas responsabilidades de monarquista com a lealdade no desempenho do mandato. Com a máxima franqueza assinala a cortesia com que uma assembléia política, acentuadamente republicana, diante de uma manifestação política que lhe é contrária, se tem referido ao pretendente a um trono no Brasil nos termos os mais delicados, sem que uma frase sequer possa oferecer interpretação ofensiva ao seu ilustre adversário. Está isso, lembra o orador citando exemplos de nossa história, nas tradições nacionais e no coração brasileiro. (*Muito bem*).

“Não acompanha os que, no debate, buscam inocentar a primeira decisão da Câmara à custa da inadvertência da Mesa. Entende que o digno Presidente da Câmara procedeu com a costumada correção (*Apoiados*), nada podendo ou devendo fazer, dentro dos preceitos do Regimento, além do que conscientemente fez. A Câmara que inclua, nas responsabilidades do seu voto, o receio que hoje a domina. (*Não apoiados*).

“Está, assegura, traduzindo o pensamento inevitável do país diante da provação do requerimento ora em debate: a Câmara amedrontou-se. (*Não apoiados. Apartes*).

“Insiste em declarar que a contradição da Câmara poderá acarretar sobre o país um pouco de ridículo. (*Apoiados e não apoiados*).

“Vota, porém, em favor do requerimento e sustentado pelo jovem deputado rio-grandense. Vota com a maioria da Câmara. E’ humano.

“Não sabe fazer mal a quem tem medo. (*Riso. Protestos*).

“Termina recordando o caso histórico daquele rei bretão, Caractacus, que acorrentado e adornando a vitória espetaculosa do vencedor, lhe interrompeu com uma gargalhada a marcha triunfal; e ao César Cláudio, que severamente lhe estranhava o suposto escárneo à tamanha solenidade, respondia tranqüilo de consciência: “Rio, rio deste povo que possuindo tantos palácios, tem inveja da minha pobre choupana na Bretanha!”

“Lá, de outro lado do Atlântico, exclama o orador, o nosso jovem patrício, o ilustre e talentoso D. Luís de Bragança, pode também rir, mas rir amargamente, de adversários que, apregoando o uso e gozo de tantas liberdades, negam a um exilado o direito de escrever e a liberdade de pensar”. (*Muito bem; muito bem. O orador é felicitado*)” (16).

O deputado monarquista era também sensível a qualquer injustiça que se fizesse a um político republicano, e, por isso, não hesitou em espontânea e imediatamente tomar a defesa do ministro Lauro Müller, quando, por ser de ascendência alemã, sobre ele, antes mesmo do início da guerra européia, foi

(16) *O Manifesto do Príncipe* — Sessão de 29 de agosto de 1913. Incluindo em: Martim Francisco, *Pela Verdade Orçamentária* (Discursos — 1912-1914), (Rio de Janeiro, 1914), págs. 27-28.

lançada a suspeita de germanófilo. Fazendo-o, eruditamente recapitulou o papel da calúnia na política brasileira:

“No período regencial e na primeira fase do Segundo Reinado, por exemplo, ninguém foi homem de bem sem ser caluniado. A calúnia era a regra; exceção, a injúria. Hoje sucede o contrário. Comparada com as suas predecessoras, a imprensa actual lhes é superior em injúria e sintaxe, mas evidentemente inferior em calúnia.

“Ora, lembremos, ao acaso da memória, algumas calúnias interessantes. Vergueiro, o profundo constitucionalista, não era o Vergueiro de verdade, mas o fâmullo que assassinara o patrão em viagem. Limpo de Abreu, o intelectual inexcelsivelmente lúcido, alcoolizava-se diáriamente. Diogo Feijó, a integral honestidade privada, ao assumir as funções de Regente, fôra recebido no Paço por quatro meretrizes pretas. Miguel Calmon, o chamado Canário da Câmara, teve de processar e punir caluniador que o accusara de trocar um despacho por carruagem vinda da Bélgica. Eusébio de Queirós, sempre rico de energia e pobre de dinheiro, quando iniciou a perseguição aos traficantes de carne humana, mostrando-lhes que não agia só *para inglês ver*, o menor insulto e a menor calúnia que lia era ter sido repellido quando se pretendia associar a um dos maiores traficantes. “Ángelo Muniz não sabe o que diz, da Silva Ferraz não sabe o que faz”: cantarolavam nas cercanias desta Câmara caluniadores que só cessaram os seus botes quando o cadáver do grande servidor da Pátria, para ser sepultado, necessitou de 160\$000 de cada um dos seus ex-companheiros do ministério de 3 de agosto. Dos Andradas que se não disse? Contra José Bonifácio, a perfídia chegou a trocar as palavras *constituição demagógica* por *constituição democrática*, para adulterar-lhes as intenções. Contra Martim Francisco, ainda recentemente (exceção a confirmar a regra) um mediocre hereditariamente geógrafo, não lhe podendo caluniar a austeridade, caluniou-lhe a gramática, à custa de um engano de revisão em provas taquigráficas.

“Das calúnias, porém, mais pertinazes do nosso passado, nem uma, Sr. Presidente, conheço tão álgida e tão ingrata como a daqueles não localizados cortiços atribuídos ao Marechal Conde d’Eu, o militar que terminou a guerra que parecia interminável, o único soldado do Paraguai que não recebeu soldo! Certo, Sr. Presidente, os que o caluniaram, se nas condições do caluniado, eram incapazes de não ter cortiços! (*Riso*).

“Ah! nós já não sabemos caluniar! Falta-nos para isso a valentia que, aliás, a injúria não exige. Dizia-me Silveira Martins, com aquêlle entono de superioridade, que tinha e devia ter: “Acusem-me de ato prevaricador, ilegal, desonesto, e eu esmaguei calúnia e caluniador; acusem-me de louco e ficarei desarmado. Não posso sair à rua e dizer que não sou louco, sob pena de sê-lo”. Pois o Sr. Lauro Müller é hoje, quanto à forma, vítima de uma accusação

igual a essa que o grande tribuno temia. Que fica, porém, como resultado de tal acusação? Que, senão a discordância de quem a escuta?" (17).

Foram, entretanto, questões econômicas e financeiras, as que principalmente preocuparam o deputado paulista do triênio 1912-1914. Daí, mesmo, o título da coletânea de discursos em que prestou contas do mandato ao respectivo eleitorado: *Pela Verdade Orçamentária*. Não o fazia, porém, sem recheiar as suas considerações de reminiscências históricas e literárias, de ditos de espírito que poderosamente contribuíram para a formação do renome, de que justamente goza, de ter sido um dos nossos mais completos parlamentares. Eis, por exemplo, o fêcho de um de seus discursos, sobre o "orçamento da Guerra":

— "Mas, Sr. Presidente, se no Brasil sempre os homens são bons e sempre se queixam todos que tudo vai mal, porque V. Ex.^a não aconselha os nossos patrícios, consoante o ensinamento do João da Ega, dos *Maías*, a experimentarem o govêrno dos imbecis?" (18).

Descrente, portanto, da utilidade da ação parlamentar sob o regime presidencialista, assim terminou o último discurso contido no referido volume:

— "Desisto do mais que tinha a dizer. Envergonhado diante das galerias, constrangido diante da minha família e de meus amigos, por estar a exercer um mandato legislativo oprimido por êste vergonhoso estado de sítio, que nos inutiliza a liberdade de exame e policialmente nos cerceia a liberdade da palavra, estou a acreditar que disse mais do que devia. (*Não apoiados*). Ouve-me um auditório inteligente, que se habituou a corrigir os erros e preencher as lacunas do meu desalinho oratório. Reclamo, porém, com ou sem imodéstia, que me reconheçam jamais haver aqui censurado idéia alheia sem indicar idéia própria que me pareça melhor.

"Vinte e cinco anos de República nos conduziram, Sr. Presidente, a esta formidável atualidade...

O Sr. GARÇÃO STOCKLER — Não foi a República.

O Sr. AUGUSTO DO AMARAL — Não é a forma: são os homens. (*Há outros apêrtes*).

O Sr. MARTIM FRANCISCO — V.Ex.^{as} com a sua lógica inteira certamente esmagarão a minha meia lógica: se eu ainda não concluí meu pensamento! (*Riso*). Retomo-o, portanto: vinte e cinco anos de República nos conduziram a esta formidável atualidade onde a incerteza reina, a ilegalidade governa e a atrapalhação administra. Ainda assim não permito ao meu ânimo a convivência com o desespero. (*Muito bem*). O Brasil vale mais do que as suas instituições, sejam elas monárquicas ou republicanas; e se a República é capaz de consertar as finanças do país e de fazê-lo retomar seu rumo, outrora

(17) "Defesa do ministro Lauro Müller". Sessão de 10 de junho de 1913. *Ibidem*, págs. 39-40.

(18) "Orçamento da Guerra". Sessão de 8 de outubro de 1913. *Ibidem*, pág. 56.

craterioso e respeitado na federação dos povos livres, para que as mudar? Jamais cansado de amar a Pátria...

O Sr. DIONÍSIO CERQUEIRA — É um digno Andrada. (*Apoiados*).

O Sr. MARTIM FRANCISCO — ... só eu sei quanto padeço vendo-a perturbada, pobre, apreensiva. Sei, porém, Sr. Presidente, que as nações, assim como os indivíduos, têm a obrigação de lutar até os seus últimos momentos. Repito: o Brasil vale mais do que as suas instituições. E acrescento: não é digno de ser brasileiro quem desespera da salvação do Brasil". (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado por todos os deputados presentes*) (19).

No intervalo das sessões parlamentares, de fevereiro a maio de 1913, teve Martim Francisco oportunidade de visitar a Itália, Suíça e França, do que resultaram os dois tomos do *Viajando*, publicados depois de sua morte (20), mas cuja matéria apareceu antes, na primeira fase da *Revista do Brasil*, de São Paulo.

O Brasil sempre presente, a história sempre cultuada, a permanente graça das fases felizes, as observações inteligentes e originais — aí se encontram em numerosas demonstrações.

Alguns excertos ilustrarão a afirmativa.

Impedido o desembarque dos passageiros de seu navio em Dakar, do porto africano teve "ímpetos de telegrafar a vários mestiços influentes da política nacional" (21), certamente para lhes recordar a terra de seus antepassados.

Nápoles mereceu-lhe a rara observação:

— "Como deve ser agradável a ausência de Nápoles!" (22).

Em Roma, "o sentimento do dever" mandou-o à Cloaca Máxima; "aqui a gratidão, êsse imperativo categórico das consciências equilibradas, reina, governa e administra no meu proceder. Peço, obtenho e pago meia dúzia de cartões postais; e, nuns em prosa, noutros em quadrinhas irrequietas, envio saudações a vários jornalistas fluminenses" (23).

Em Fiesole, ocorreu esta cena pirandelliana:

— "Que mais deseja? perguntou-me, segredando sílabas, o velho criado francês.

— Radagázo, respondi, rápido, sem vacilar.

— "Não temos cá no hotel, nem o Sr. encontrará por aqui, por mais que procure.

(19) "Orçamento da Fazenda". Sessão de 31 de julho de 1914. *Ibidem*, páginas 103-104.

(20) Martim Francisco, *Viajando*, Coisas do meu Diário — 1913-1915, 2 vols. (São Paulo, 1929).

(21) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. I, pág. 11.

(22) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. I, pág. 28.

(23) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. I, pág. 59.

— “Admira! Sobram razões para jurar que o degolaram num dos morros mais próximos, há mil quinhentos e doze anos.

“Fitou-me o bruto negligentemente. Coçou a testa, e com lentidão compassada se foi aproximando ao gerente, um vesgo magrinho que parecia virgular as expressões com o movimento dos queixos. Confabulamos os três. Que o crime a que eu me referia era de todo desconhecido na localidade, não convido à gerência do hotel intervir nas suas conseqüências: foi o resultado a que chegamos. Aceitei-o.

— “Mas, se o Sr. sabe quem foi o assassino, porque não nos diz? observou-me o gerente em tom de censura.

— “Stilicon, respondi fechando carranca, e retirando-me enquanto o homem anotava não sei o que numa carteira dificilmente tirada do bôlso” (24).

Em Veneza, mais esta, relativa aos cavalos da igreja de São Marcos:

“Da fachada, imponentes, empinados, de bronze dourado, presidindo a atenção do aproximante, estão aqueles quatro cavalos a embarcá-lo em dúvidas. Na polícia, chamadas a inquérito, seriam incapazes essas duas parelhas, de responder nome, idade e profissão. Foi-lhes pai Lísipo? Vieram da Grécia, quando, puxado por tígres, por lá andou o artista Nero? Como o seu retransporte para Bizâncio? Descendem do de Tróia êsses cavalos?

“Embarcou-os, sim, para Veneza, o doge Henrique Dandolo; furtou-os e restituiu-os a França: até aí tocava a minha ciência, observei ao guia, que imediatamente me prelecionou:

— “Como cavalos de corrida não há, com certeza, iguais no Brasil. Correram mais países do que o Sr., e veja como estão alegres e prontos para correr de novo! São cavalos viajantes.

— “Sim... É exato. Muito mais, todavia, viajou a excelentíssima senhora sua avó, no dia do casamento, retruquei.

— “!?”

— “De manhã estava ela no cabo da Boa Esperança; à noite, no cabo das Tormentas; e, no dia seguinte, nos Estados Unidos” (25).

O Brasil era, entretanto, constante objeto de suas lembranças, mesmo em viagem. Uma excursão eleitoral a Iguape, em 1885, foi evocada em jantar parisiense, oferecido por Afonso Arinos; o professor de primeiras letras que brindou: “Ao nosso amigo vigário, que é um pérfido!” O correligionário, que assegurava: “Dr. Martim, eu só voto nos meus subterrâneos!” (Conterrâneos, queria dizer). E o sobrinho deste, que lhe expôs bom método eleitoral: “Nós sofisma, depois nós protesta”. E ainda o teólogo local, que assegurava, dogmático: “Deus é um homem de estatura regular” (26).

(24) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. I, págs. 94-95.

(25) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. II, págs. 128-129.

(26) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. II, págs. 7-9.

No Mônaco, diante da “mais importante e desbriada banca do mundo”, evocou, “a propósito de jôgo: quando Pedro II, que não apreciava baralhos, disse ao seu ministro Barão de Cotegipe que, no voltarete, o menos que se perdia era o tempo, imediatamente ouviu do espirituoso estadista a resposta:

— “Vossa Majestade não conhece o voltarete. O único tempo que nêle se perde é o de dar cartas.

“Outro caso que me vem ao bico da pena. Em 1862, numa mesa de *boston*, em roda aristocrática, jogavam o surdo Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) e o já doentíssimo, e por isso muito frenético, Miguel Calmon (Marquês de Abrantes), amigos fraternais desde a mocidade. Demorando o surdo a cartada, murmurou o frenético:

— “Esta bêsta não joga!”

“Calmamente, deixando cair a carta, o ex-Regente do Império explicou ao denominado “Canário da Câmara”:

— “Miguel, a bêsta está pensando um pouco.

“Riam os circunstantes e a divulgação da pilhéria aumentou a suspeita de que o Marquês de Olinda só era surdo quando lhe convinha” (27).

Já de volta, à véspera da chegada a Pernambuco, “busca-o a saudade, procura-o a fantasia e ouve o coração”. Medita sôbre a falta que faria ao país o Barão do Rio Branco, insubstituível, no conceito geral. E, sôbre o antigo presidente do Instituto Histórico, contou que, “surpreendido em 1889, em Berlim, pela proclamação da República no Rio de Janeiro, e ansiadíssimo por cartas que lhe atenuassem a curiosidade, fôra apressadamente ao correio mal chegara a mala do Brasil. Uma só carta recebera. Abriu-a sôfrego. Era dum antigo fâmulo da família, português, José Côte Real: comunicava-lhe que, em vista da mudança das instituições, passaria a assinar sômente José Côte” (28).

Novamente no Brasil, não quis Martim Francisco voltar à inútil função parlamentar. A um jornal que prenunciava êsse retôrno, dizendo ser a notícia “de primeira mão”, corrigiu, dizendo-a “do quarto pé”... (29). Ao ser eleita nova Câmara, em 1918, um admirador, Heitor de Moraes, reuniu em folheto, em Santos, sob o título *Pátria Rediviva*, além de carinhosa biografia do Andrada, dada em conferência pública, dois manifestos ao eleitorado do 1.º distrito paulista, assinados por distintas figuras santistas e da capital, recomendando o Andrada aos sufrágios populares (30).

Retirando-se para São Bernardo, aí levou vida solitária, sômente quebrada pelas visitas de alguns amigos, poucos mas fiéis, dentre os quais avultam dois cujos nomes tanto honram esta casa: João Capistrano de Abreu e Afonso de

(27) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. II, págs. 86-88.

(28) Martim Francisco, *op. cit.*, vol. II, págs. 111-112.

(29) Artur de Cerqueira Mendes, *op. cit.*, pág. 35.

(30) Heitor de Moraes, *Pátria Rediviva* (Santos, 1918), 69 págs.

Escragnolle Taunay. Do último, já temos tido o prazer de apreciar os relatos dessas reuniões, em que as turras históricas, inúmeras vezes sustentadas pela trindade de mestres, ocupavam a maior parte do tempo. Não quero repetir aqui o muito que a respeito já nos contou o historiador das bandeiras, limitando-me à remessa dos interessados às páginas do prefácio e da introdução do *Gracejando...*, ao estudo biográfico publicado no volume XXXI da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e a alguns artigos domingueiros do *Jornal do Comércio*, ainda não reunidos em tomo especial (31).

Dois livros publicou Martim Francisco nessa fase de sua vida: o *Rindo*, de 1919, de que foram feitas aqui várias citações, e *Contribuindo*, de 1921, contendo comentários a documentos de seu arquivo, cujos originais prometeu oferecer a este Instituto, de que foi sócio correspondente e benemérito, “para que os conserve e, como de costume, não os corrija” (32).

Os acontecimentos de 1922-1924 novos amargores acrescentaram à posição política de Martim Francisco, sempre insatisfeito e fundamentalmente opositor. Surpreendido pela revolução desse último ano, em São Paulo, não lhe manifestou antipatia, motivo pelo qual foi chamado a depôr no inquérito policial aberto depois da vitória legalista.

A propósito, são mencionadas duas frases suas, bem próprias de seu feitio combativo, desconhecedor de conveniências. Convidado a comparecer à Polícia, declarou que só iria de automóvel.

— Não existiam disponíveis, disseram-lhe. Estavam requisitados ou guardados pelos proprietários.

Retrucou que não iria a pé. Poderia ir até a cavalo.

— Tragam-me uma cavalgada qualquer. O senador X. (e disse o nome de uma das vítimas habituais de suas *blagues*), por exemplo.

Depondo, estranhou a autoridade policial que ele, homem culto, não manifestasse desprezo por um dos chefes militares da revolta, a quem acusava de mediocridade intelectual. Contestou Martim:

— Não é verdade. O general Y. é muito inteligente, pois, sabedor de que as suas trincheiras seriam atacadas por tropas organizadas pelo deputado Z. (e aqui disse o nome de conhecido político paulista), mandou logo cercá-las com fardos de alfafa.

Falecendo no Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1927, depois de uma quarta viagem à Europa, além de vários e interessantes necrológios na imprensa carioca e paulista, no mesmo ano apareceu no *Diário da Noite*, de São Paulo, uma série

(31) Affonso de E. Taunay, Prefácio de *Gracejando...*, de Martim Francisco; “Um escritor originalíssimo e um sarcasta admirável”, no mesmo vol.; “Martim Francisco III” (1853-1927), na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XXXI, de 1933-1934 (São Paulo, 1936); “Visita ao solitário de São Bernardo”, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 3-IX-1944.

(32) Martim Francisco, *Contribuindo*, “Prefácio”, pág. 5.

de artigos sobre Martim, firmados por seu amigo Artur de Cerqueira Mendes. Foram reunidos, no ano seguinte, no pequeno volume intitulado *Um Andrada*.

Encarregado de divulgar sua obra inédita ou espalhada em jornais e revistas, dezenove trabalhos andradinos publicou o Sr. Afonso de E. Taunay no *Gracejando...*, aparecido em 1934. E mais trinta e um, sob o título *Revivendo*, apareceram no citado vol. XXXI da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

Do exame desses capítulos geralmente salvos à vida efêmera dos periódicos, muito há que aproveitar. Basta lembrar que no *Gracejando...* está recolhida a página de sátira ao oportuno emprêgo das figuras oratórias, que é “O colar de Moran”. Como trechos de seu diário de 1904, aí aparecem, depois de uma poesia humorística do Barão de Paranapiacaba, duas quadras, a primeira das quais referente ao conselheiro João Ferreira de Moura:

“O Moura-bule é ilustrado,
Mas quase sempre se esquece
Quando se usa — s —
Quando de c cedilhado.”

A segunda quadra, redigida durante um batizado ocorrido em Limeira, em 1876, quase lhe valeu a inimizade de “possante reverendo amigo da polícia”:

“Ó caso feio! Ó caso extraordinário!
Caso que me entrou fundo na lembrança:
Tem o vigário a cara da criança,
Tem a criança a cara do vigário!” (33).

É ainda no mesmo volume que se encontra a opinião, aliás tão repetida, sobre um dos nossos mais operosos historiadores menores do século passado: “Ninguém conseguirá ignorar a nossa história sem ter lido as obras do conselheiro João Manuel Pereira da Silva; obras, essas, muitas; bem impressas, quase tôdas, e tôdas dominadas por uma sincera indiferença pela verdade dos fatos. A citação, discutida e comentada, de discurso proferido em 1846 por Antônio Carlos, que falecera em 1845; o grito do Ipiranga explicado como consequência de passeio do Príncipe-Regente a arrabalde da cidade de São Paulo; a notícia de tempestades que, desde o pôrto do Desterro até a barra do Rio Grande, perturbaram em 1826 a viagem que Pedro I fizera por terra; a mudança da batalha naval de Riachuelo para o dia 19 de fevereiro de 1865, etc. — conferem o mais abundante de nossos historiadores, mesmo depois das mentirezas de Varnhagen, incontestada primazia nas investidas contra o passado nacional”.

(33) Martim Francisco, *Gracejando...* (São Paulo, s. d. [1934]), págs. 103-104.

Para que se veja, porém, que Martim também se deixava levar pela paixão, além da injustiça referente a Varnhagen, convém notar que o trecho que se segue ao citado é de inteiro e, a meu ver, descabido elogio ao andradista Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, de acôrdo com a sua opinião — que reputo contestável — nunca surpreendido em “invencionice” (34).

Do *Revivendo* fazem parte capítulos não menos interessantes, tais como “Reestréias”, “Já sei. Já sei” (sôbre D. Pedro II), recordações pessoais de “Varela e Castro Alves”, “Altas deições” e outros. Do último, citamos, como típico de seu autor, o final:

“De tôdas as altas deições com que o passado nos instrui, nem uma, porém, nem mesmo as de Pedro I e Diogo Antônio Feijó, é tão interessante em seus pormenores, tão aplicável em suas minúcias a destinos e anelos populares, como a da Rainha Cristina, da Suécia, em 1654.

“Moça, bonita, trocou Cristina o poder pela licenciosidade. Suficiente em escândalos, deu-os com escala pelo crime. Envelhecida, manteve ademanos de Madalena aposentada.

“Penso irreproduzível o seu caso na República dos Estados Unidos do Brasil. Respeito, porém, quaisquer opiniões em contrário” (35).

Outros volumes poderão ser organizados, recorrendo-se à enorme colaboração que durante mais de meio século Martim Francisco espalhou por jornais e revistas cariocas e paulistas. Valiosas contribuições à nossa história política e social, fornecerá, certamente, quando fôr revelado, o *Diário* que durante muitos anos redigiu, e que atualmente se acha guardado neste Instituto, graças aos cuidados de seu grande amigo Sr. Affonso de Escragnolle Taunay.

(34) Martim Francisco, *op. cit.*, pág. 128.

(35) Martim Francisco, *Revivendo*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, cit., pág. 375.



O Barão do Rio Branco em 3 poses diferentes, tiradas no mesmo dia. Photo Malta — Exemplar oferecido ao Instituto Histórico por Ernesto Senna, em 1909.



Bio-bibliografia

OS MEIOS DO INSTITUTO

por Maria C. Vaz Faria

JOÃO MARIA DA SILVA PARANHOS (Barão de Rio Branco) *

INTRODUÇÃO

Nascido no Rio de Janeiro a 21 de abril de 1846, filho do Conde de São Maria de São Francisco e de D. Teresa de Figueiredo Rodrigues de Faria (Viscondessa de Rio Branco).

Em 1865 entrou para o colégio L. Pedro II e em 1862 mandou-se na Faculdade de Direito de São Paulo de onde se licenciou em 4^a ano, para a de Lisboa onde prosseguiu os estudos em 1866.

Antes de ingressar na Faculdade de Direito, tentou a carreira das armas na Escola Militar. Logo depois se licenciou em 1866, para ir à Europa onde estudou as principais ciências. Voltando ao Brasil foi nomeado Professor de História e Geografia no Colégio L. Pedro II, 1868, e ainda foi nomeado um Professor ginecista na Escola Politécnica.

Em 1866 acompanhando como secretário, seu Pai em uma viagem especial ao Brasil e América com o pai João Manuel e o Sr. Querido Lima o jornal "A Manhã". Foi designado por João Manuel em duas viagens, 1866 e 1867, defendendo em nome do Parlamento a criação de Minas, Rio de Janeiro e sendo nomeado deputado e presidente da Lei de 20 de setembro.

Foi eleito do Brasil em 1869 e 1871. Representou o Instituto de História e Geografia de Lisboa, para o qual tinha sido eleito em 7 de novembro de 1866, no Congresso de Amsterdam que ocorreu em Luxemburgo, 1871. Na qualidade de Comissário representou o Brasil na Exposição de São Francisco, 1874. Em 1876 o governo Imperial conferiu-lhe o título de conde. Depois do Imperador e a 18 de maio de 1890 distinguiu-se com o título de Barão com grandeza. Em 1894 foi nomeado pelo Marquês de Pombal, primeiro chefe

*. Em homenagem ao centenario de nascimento do Barão de Rio Branco, este foi eleito presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. Este instituto comemorou o seu centenario e realizou uma grande festa e realizou uma exposição e uma festa e celebração (p. 16) Fundação.

da missão especial encarregada de defender os direitos do Brasil junto ao Presidente dos Estados Unidos, árbitro na questão do território das Missões, conforme resolução do Tratado de Buenos Aires de 7 de outubro de 1889.

Depois de exaustivo trabalho, pois tinha por contendor o notável jurisconsulto argentino Dr. Estanislau Zebalos, conseguiu Rio Branco sua primeira grande vitória com o laudo favorável ao Brasil concedido pelo Presidente Grover Cleveland em 5 de fevereiro de 1895.

Ainda em 1895 foi encarregado do estudo das questões de limites com a França e a Inglaterra.

O tratado de Utrecht não delimitara claramente a divisa franco brasileira pelo Rio Oyapock o que veio permitir o futuro litígio entre o Brasil e a França pela posse do território de Amapá. A descoberta de jazidas de ouro no local em questão, provocou a invasão dessas terras o que ameaçava seriamente a paz continental. O presidente da Suíça foi escolhido para árbitro e em 22 de novembro de 1898 Rio Branco foi nomeado pelo Presidente Prudente de Moraes enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao governo da Suíça. Em fins de 1900, com o reconhecimento dos direitos do Brasil, obtinha Rio Branco novo triunfo que lhe valeu a gratidão do governo e do povo brasileiros, pelo que em Lei federal n.º 754, de 31 de dezembro de 1900 lhe foi concedida uma "recompensa nacional de 300 contos de réis e uma dotação anual de 24 contos, com transmissão a seus filhos e filhas, enquanto viverem, e foi declarado "Benemérito Brasileiro", pelos serviços prestados nas missões especiais de Washington e Berna". (*)

Subscrições para homenageá-lo foram abertas no Rio de Janeiro e em São Paulo; a do Rio de Janeiro pelo "Jornal do Comércio" e resultou na oferta de um artístico monumento em "Vermeille" e a de São Paulo no oferecimento dos bustos do Visconde e do Barão, feitos pelo escultor Charpentier, e de uma medalha comemorativa da campanha diplomática de 1893-1895, esculpida por Buval.

Em 1901 os estudantes inauguraram o seu busto na Faculdade de Direito de São Paulo.

Nesse mesmo ano foi designado para ministro do Brasil em Berlim.

Em 1902 foi convidado pelo Presidente Rodrigues Alves para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, no qual permaneceu até a sua morte.

(*) Eis o texto integral do referido documento:

DECRETO N.º 754 — de 31 de Dezembro de 1900

Concede ao cidadão José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco dotação annual de 24:000\$ e mais o premio de 300:000\$, como recompensa nacional e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

O Congresso Nacional decreta, como reconhecimento aos relevantes serviços do Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco e seus auxiliares:

Art. 1.º É concedida ao benemérito brasileiro Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco a dotação annual de 24:000\$, com transmissão aos seus filhos e filhas,

Por essa época agravava-se a questão do Acre, território em litígio com a Bolívia, e que se declarara independente, Rio Branco intervém fazendo-o ocupar militarmente; um MODUS-VIVENDI foi assinado regulando a situação até que a 21 de novembro de 1903 com a assinatura do tratado de Petrópolis, era o Acre definitivamente incorporado ao território Nacional. A 23 de fevereiro de 1904 recebia Rio Branco nova consagração do povo da Capital da República.

A 8 de setembro de 1908 assinou um tratado com a República do Peru atendendo a algumas justas reclamações dessa Nação. Resolveu assim Rio Branco tôdas as nossas questões de limites.

Assinou ainda diferentes pactos sôbre variados assuntos com as seguintes nações: — Inglaterra, França, Itália, Espanha, Grécia, Áustria, Suécia, Noruega, Portugal, Dinamarca, Rússia, China, Estados Unidos, México, São Salvador, Cuba, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Haiti, Dominicana, Panamá, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina.

Celebrou com a República do Uruguai o tratado de 30 de outubro de 1909, de condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

Em 1907 foi eleito Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; tais serviços prestou ao sodalício que em 27 de novembro de 1909 foi-lhe conferido o título de Presidente Perpétuo. Era membro das principais associações culturais nacionais e estrangeiras entre as quais a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e a Academia Brasileira de Letras para a qual ingressou em 1907. Faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de fevereiro de 1912.

Vários monumentos foram erigidos a Rio Branco no estrangeiro (Uruguai) e em vários Estados do Brasil. Em 1944 o governo da República inaugurou na esplanada do Morro do Castelo, nesta capital, um monumento em sua homenagem.

CONDECORAÇÕES:

O Barão do Rio Branco possuía as seguintes condecorações: — Dignatário da Ordem da Rosa; Cavalleiro de Cristo de Portugal; Grão Cruz da Águia Branca da Rússia; Grão cordão da Ordem do Duplo Dragão da China;

enquanto viverem, e mas o premio de 300:000\$, como recompensa nacional, pelos relevantes serviços prestados nas missões especiais de arbitramento de Washington e Berna.

Art. 2.º Em virtude da presente lei, o Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, contará o tempo em que serviu nas diversas comissões, e missões diplomaticas e no Consulado Geral de Liverpool.

Paragrafo unico. Os membros auxiliares das referidas missões especiais de arbitramento de Washington e Berna gozarão das vantagens de funcionarios de carreira, terão preferencia para as primeiras nomeações e contarão o tempo de serviço que lhes for relativo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1900, 12.º da Republica.

as. *M. Ferraz de Campos Salles*
Joaquim Murtinho
Olyntho de Magalhães.

Oficial da Legião de Honra da França; Oficial da Ordem da Coroa da Itália; Oficial da Ordem de São Leopoldo da Bélgica; Oficial de instrução pública da Bélgica; Oficial da Ordem de Santo Estanisláu da Rússia; Comenda da Ordem do Busto do Libertador da Venezuela.

*
* *

ICONOGRAFIA, NO INSTITUTO HISTÓRICO:

- Retrato a óleo do Barão do Rio Branco. Assinado por Teixeira da Rocha. O quadro traz uma placa dourada com os seguintes dizeres: MISSEOS — ОУАРОСК N.º 272.
- Retrato a pastel do Barão do Rio Branco. Assinado por Rodolfo Chambelland. (Observação: o quadro traz uma placa dourada com os seguintes dizeres: "Homenagem da Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao benemérito Barão do Rio Branco, Presidente do mesmo Instituto. 20-4-1909). N.º 180
- Fotografia tomada durante a posse do Barão do Rio Branco como Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (30-1-1908). N.º 48
- Fotografia do Barão do Rio Branco, assinada pelo próprio Barão. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1911 (Fotógrafo Bastos Dias — Rio). N.º 70
- Fotografia que representa o Barão do Rio Branco. N.º 96
- O Barão do Rio Branco em 3 poses — Foto Malta — Oferta de Ernesto Senna.

BIBLIOGRAFIA, NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO HISTÓRICO:

A. DO BARÃO DO RIO BRANCO:

- *Episódios da Guerra do Prata*, Revista Científica de São Paulo, 1864.
- *Biografia do Capitão de Fragata Bento Barroso Pereira*, Revista Popular, ano 12, tomo 4.
- *José de Abreu, barão do Serro Largo* (esboço biográfico) Revista do Instituto Histórico, tomo 31, 2.ª parte, 1868.
- *Anotações à História da Guerra da Tríplice Aliança* de L. Schneider, traduzida do alemão por Manuel Tomás Alves Nogueira. Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 2 vols., 1875, 2.ª ed. Rio de Janeiro, H. Garnier, 3 vols. 1902.
- *Notas biográficas*.
- *Efemérides Brasileiras* (publicadas inicialmente na "Gazeta de Notícias") 1.ª ed. Rio de Janeiro, Tipografia do "Jornal do Brasil" 1892, 2.ª ed. Revista do Instituto Histórico, 1917, tomo 82, vol. 136, publicação integral com os complementos organizados pelos Srs. Vieira Fazenda e Basílio de Magalhães sob a direção do Sr. Ramiz Galvão, 3.ª ed. Revista do Instituto Histórico, Vol. 168, revista pelo Sr. Basílio de Magalhães e acrescida de índices analítico e onomástico. Imprensa Nacional, 1938.
- *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, première mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au gouvernement de la confederation Suisse, Paris, imprimerie Lahure, 1899.

— *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française*, seconde mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse, imprimerie Staempfli & Cie., Berne 6 vols.

— *Atlas* contenant un choix de cartes antérieures au Traité conclu à Utrecht le 11 Avril 1713 entre le Portugal et la France anexe au mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse, Imp. A. Lahure, Paris, 1899.

— *Limites com o Peru*, por Dunshes de Abranches, anotações do Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.

— *Le Brésil*, artigo para a Grande Encyclopedie, de E. Levasseur, Paris. H. Lamirault et Cia éditeurs, 1889.

— *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, para a obra de Sant'Anna Nery "Le Brésil", traduzida e atualizada por Paranhos da Silva e Max Fleiuss, Tipografia São Benedito, Rio de Janeiro, 1930.

— *Biografia de D. Pedro II* (Benjamim Mossé) Editor Didot. Paris.

— *Navegação e comércio entre o Brasil e os portos de dependências do Consulado do Império em Liverpool no ano de 1866 e 1867*. Impresso em 1880.

— *Boundary Question Between Brazil and Argentine Republic* (memória sobre os limites do Brasil com a República Argentina) 6 vols. 1894.

— *Brasil, Estados Unidos e o Monroismo* (pseudônimo J. Penn) Revista do Instituto Histórico, Tomo 178. Imprensa Nacional, 1943.

— *Biografia do Visconde do Rio Branco*, Revista Americana n.º de 3-12-1916.

— *Anais do Exército Brasileiro* sobre a Guerra com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata e campanhas de 1825 a 1828 na Província de São Pedro do Sul, pelo General Luís Manuel de Lima e Silva, com anotações do Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1925.

— *Estados Unidos do Brasil* (geografia, etnografia, estatística) por Elisée Reclus, tradução e breves notas pelo Sr. Ramiz Galvão e tradução e anotações do Barão do Rio Branco sobre o território contestado. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1900.

— *Exposição de motivos* sobre Limites e navegação na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão, 1909.

— *Discurso* ao ser empossado como presidente do Instituto Histórico, 1908, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXI, 2.ª, pág. 422.

— *Discurso* do Barão do Rio Branco saudando o Marquês de Paranaguá, 1908, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXI, 2.ª, pág. 422.

— *Discurso* do Barão do Rio Branco anunciando a conferência do visconde de Ouro Preto sobre a batalha do Riachuelo, tratando da política internacional sul-americana, 1908, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXI, 2.ª, pág. 478.

— *Discurso* do Barão do Rio Branco na sessão magna de 21 de outubro de 1908, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXI, 2.^a, pág. 590.

— *Discurso* do Barão do Rio Branco agradecendo a inauguração de seu retrato na Secretaria do Instituto, 1909, Revista do Instituto Histórico, Tomo LXXII, 2.^a, pág. 338.

— *Discurso* do Barão do Rio Branco comunicando o falecimento do Presidente Afonso Pena, Revista do Instituto Histórico, 2.^a, pág. 347.

— *Discurso* do Barão do Rio Branco na sessão magna de 21 de outubro de 1909, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXII, 2.^a, pág. 393.

— *Discurso* do Barão do Rio Branco ao inaugurar na Secretaria do Instituto o retrato do Visconde de Ouro Preto, 1910. Revista do Instituto Histórico, tomo LXXIII, 2.^a, pág. 187.

— Carta do Barão do Rio Branco ao Visconde de Bom Retiro, datada de Liverpool 11-9-1885, solicitando os mapas que deviam acompanhar a publicação da Revista do Instituto “Relação do piloto Correia Lisboa sobre as operações da esquadra portuguesa no Rio Grande do Sul e combates de 19 de fevereiro e 1 de abril”, Revista do Instituto Histórico, Tomo LXXV, 2.^a, pág. 610.

— Telegrama do Barão do Rio Branco desculpando-se por não poder comparecer à sessão magna de 15 de dezembro de 1902, Revista do Instituto Histórico, tomo LXV, 2.^a, pág. 538.

B. SOBRE O BARÃO DO RIO BRANCO:

— Notícias sobre o Dr. José Maria da Silva Paranhos Júnior por Perdigão Malheiros, Revista do Instituto Histórico, tomo XXX, 2.^a, pág. 484.

— Proposta para que seja elevado a honorário o sócio correspondente Barão do Rio Branco, Revista do Instituto Histórico, tomo LVIII, 2.^a, pág. 301, 1895.

— Parecer acerca da proposta para que seja elevado a honorário o sócio correspondente Barão do Rio Branco, Revista do Instituto Histórico, tomo LVIII, 2.^a, pág. 307.

— Proposta do Sr. Aristides Milton para que o Barão do Rio Branco escrevesse a História da Guerra do Paraguai, Revista do Instituto Histórico, tomo LXIV, pág. 199.

— Eleição do Barão do Rio Branco para Presidente do Instituto Histórico 1907, Revista do Instituto Histórico, tomo LXX, 2.^a, pág. 818.

— Posse do Barão do Rio Branco como presidente do Instituto Histórico, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXI, 2.^a, pág. 422.

— Saudação do Instituto Histórico ao Barão do Rio Branco pelo seu aniversário natalício, 20 de abril de 1908, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXI, 2.^a, pág. 438.

— Inauguração do retrato do Barão do Rio Branco na Secretaria do Instituto Histórico, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXII, 2.^a, pág. 334, 1909.

— Proposta para que seja conferido o título de Presidente Perpétuo ao Barão do Rio Branco, 1909, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXII, pág. 423.

— Telegrama enviado ao Barão do Rio Branco pelo resultado de sua patriótica intervenção na dúvida suscitada entre o Chile e os Estados Unidos, 1900, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXII, 2.^a pág. 429.

— Retratos do Barão do Rio Branco, 1912, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXV, 6A e 36A, tomo LXXXII, pág. 1.

— *Psicologia e biografia do Barão do Rio Branco* pelo General Liberato Bittencourt, Revista do Instituto Histórico, 1912, tomo LXXV, pág. 9.

— *Barão do Rio Branco* por Ernesto Sena, Revista do Instituto Histórico, 1912, tomo LXXV, pág. 115.

— *O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico*, pelo Sr. Vieira Fazenda, 1912, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXV, pág. 123.

— *Rio Branco*, discurso pronunciado pelo desembargador João da Costa Lima Drummond no Clube Acadêmico em 18 de janeiro de 1902, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXV, pág. 131.

— *Breves palavras junto ao túmulo do Barão do Rio Branco* em 13 de fevereiro de 1912, pelo Barão de Ramiz Galvão, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXV, pág. 139.

— Sessão extraordinária para preenchimento da vaga de presidente do Instituto, ocorrida com o falecimento do Barão do Rio Branco, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXV, pág. 221.

— Proposta para que em homenagem ao Rio Branco se dê à sala das sessões o nome de Sala Rio Branco, 1912, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXV, pág. 224.

— Comunicado do falecimento do Barão do Rio Branco, Revista do Instituto Histórico, 1912, tomo LXXV, pág. 226.

— *Elogio histórico de Rio Branco*, pelo Barão de Ramiz Galvão, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXV, pág. 577.

— *Alocução no túmulo de Rio Branco*, por Antônio Coutinho Gomes Pereira, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXVI, pág. 520.

— *Alocução no túmulo de Rio Branco* pelo Barão de Ramiz Galvão, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXVI, 2.^a, pág. 522.

— Proposta na sessão de 20 de abril de 1914, para que os sócios presentes se levantem, num movimento de admiração, reconhecimento e saudade e evoquem, por alguns instantes, a nobre figura de Rio Branco, recordando a sua grande obra humanitária, pelo Conde de Afonso Celso, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXVII, 2.^a, pág. 499.

— *Conferência sobre o Barão do Rio Branco*, 1918, por Laudelino Freire, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXXIII, pág. 298.

— Comunicação sôbre o oferecimento, feito ao Instituto, de uma carta de Rio Branco datada de Berlim aos 8 de agosto de 1902, e dirigida a Frederico de Abranches, por Max Fleiuss, Revista do Instituto Histórico, tomo LXXXIII, pág. 334.

— *A Lagoa Mirim e o Barão do Rio Branco*, por Dunches de Abranches, Imprensa Nacional, 1910.

— *Discurso do Sr. Afrânio de Melo Franco no Clube Floriano Peixoto*, por ocasião da homenagem ao Barão do Rio Branco, a 17 de março de 1912, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1912.

— *À Memória do Barão do Rio Branco*, homenagem do Centro Cívico Sete de Setembro do Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.

— *À Memória do Barão do Rio Branco*, homenagem da Classe acadêmica do Rio de Janeiro, (discursos proferidos por Rio Branco durante a 3.^a reunião da 3.^a Conferência Internacional Americana), 1912.

— *Necrológio do Barão do Rio Branco* por Dunches de Abranches (versão em espanhol) Imprensa Nacional, 1913.

— *Rio Branco* — Defesa de seus atos por Dunches de Abranches, Imprensa Nacional, 1912.

— *El Baron de Rio Branco* e por Juansilvano Godoi, Assunción, Talleres nacionales, 1912.

— *Barão do Rio Branco*, por Bernardino José de Sousa, Tipografia Almeida, Bahia, 1912.

— *O Barão do Rio Branco*, por Max Fleiuss, separata da Revista do Instituto Histórico, 1931, (Reeditada pelo Centro Carioca em 1944).

— *Rio Branco e a Política Exterior*, por Pandiá Calógeras, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

— *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, por seu filho Embaixador Raul do Rio Branco, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1942.

— *Barão do Rio Branco* (discurso de Augusto Tavares de Lira por ocasião da inauguração do seu monumento), Imprensa Nacional, 1944 (in Revista do Instituto Histórico, vol. 180).

✱ *De Monroe a Rio Branco* — por Hélio Lôbo — Rio, 1912.

NO ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO (manuscritos).

— Mensagem lida pelo desembargador Antônio Ferreira de Sousa Pitanga por ocasião da chegada do barão do Rio Branco, 1902.

— Rio Branco e sua obra, por Hermes da Fonseca Filho, 1922.

— Rio Branco — 23 documentos — cartas e telegramas dirigidos ao Sr. Max Fleiuss.

— Discurso pronunciado pelo Barão na sessão magna de 1908 — artigo Piza versus Rio Branco, etc., 1898-1909.

— Rio Branco — Discurso pronunciado na abertura da sessão magna do Instituto Histórico, 1909.

— Discurso pronunciado pelo presidente do Instituto barão do Rio Branco na sessão realizada no mesmo Instituto a 16 de maio de 1910, por motivo da inauguração do retrato do visconde de Ouro Preto.

— Homenagem do Fôro e da Câmara Municipal de Ribeirão Bonito ao Barão do Rio Branco na ocasião de sua morte, 11 de março de 1912. Impresso em cetim verde e amarelo.

— Morte do barão do Rio Branco. Jornais e Revistas que se referem à morte do barão do Rio Branco.

— Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico de S. (Eduardo Prado) quando este na Europa, escreveu “Fastos da Ditadura Militar”. Versam sobre a ação de Benjamin Constant e outros chefes militares nos últimos tempos do regime monárquico e nos primeiros do republicano.

— Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico de S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu “Fastos da Ditadura Militar”. Versam sobre a negação do direito de voto aos oficiais franceses e a aplicação dessa negação aos oficiais brasileiros.

— Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu “Fastos da Ditadura Militar”. Encerra a cópia de trechos de uma carta de Domício da Gama, datada de Paris, 25 de janeiro de 1890, e publicada na “Gazeta de Notícias” de 16 de março, versando sobre a substituição das armas e da bandeira nacionais.

— Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu “Fastos da Ditadura Militar”. Encerram uma forte crítica da ação de Benjamin Constant desde 1866.

— Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu “Fastos da Ditadura Militar”. Versam sobre “Presos do Ceará”.

— Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu “Fastos da Ditadura Militar”. Versam sobre o *quantum* da dívida do Brasil em 1827 e em 1889.

— Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu “Fastos da Ditadura Militar”.

— Notícia dos últimos momentos de vida e funerais do eminente estadista barão do Rio Branco (Diário de Minas — União — União Militar — A Notícia — Gazeta da Tarde — A Tribuna — O País — O Jornal do Brasil —

Gazeta de Notícias — Correio da Manhã — Correio da Noite — Diário de Notícias — Diário Oficial — Jornal do Comércio e da Tarde — A Imprensa).

— Mensagem lida pelo desembargador Antônio Ferreira de Sousa Pitanga no Clube Naval.

— Poliantéia — Homenagem à memória do barão do Rio Branco pelos alunos do Ginásio Amazonense, 1912.

— Cartão distribuído na ocasião de ser inaugurado no Instituto o retrato do Barão, com assinatura autógrafa, assinado também por Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

— Carta ao cônego J. P. Gay acompanhada de um questionário sobre a guerra civil do Rio Grande do Sul — Liverpool, novembro, 1885.

— Carta ao Cônego J. Pedro Gay dando nomes de Oficiais talvez os primeiros do Rincon e que conseguira se libertar em 1826. Faz-se perguntas sobre a guerra contra Artigas — Liverpool, 3 de outubro 1886.

— Ofício ao Secretário do Instituto Histórico sobre a nomeação que esse Instituto fez dele para representá-lo no Congresso Internacional dos Americanistas que se reúne em Luxemburgo — de 10 a 13 de setembro do corrente ano — Liverpool, 23 de fevereiro 1877.

— Carta a Manuel Duarte Moreira de Azevedo, secretário do Instituto, agradecendo a remessa de cópia do "Próprio mapa dado com a ordem Geral da Entrada" referente ao forçamento da passagem do Rio Grande do Sul pela esquadra portuguesa, (19-2-1776).

— Carta ao Visconde do Bom Retiro, pedindo os mapas (ou cópias deles) que deviam acompanhar a publicação da Revista do Instituto: "Relação do piloto Correia Lisboa sobre as operações da esquadra portuguesa no Rio Grande do Sul e combates de 19 de fevereiro e 1 de abril". Pede também outros documentos necessários à elaboração da sua obra "Anais da Marinha Brasileira". Liverpool, 11-9-1885.

— Carta oferecendo um exemplar, tiragem especial, do artigo "Le Brésil" — da grande Encyclopédia. Liverpool, 30 de fevereiro de 1890.

— Carta datada de 27 de março de 1890, oferecendo ao Instituto Histórico vários livros entre os quais "Le Brésil" edição ilustrada e seis volumes que formam o Atlas de Van Keulen. Liverpool, 27 março 1890.

— Notas do Barão sobre governadores da Colônia do Sacramento e História Militar do Brasil, com dados biográficos dos principais figurantes.

— Duas cartas de Rio Branco a Saraiva, datadas de Liverpool: 25 de fevereiro de 1882 e 16 de julho de 1885, pêsames pelo falecimento de sua esposa e agradecimento pela nomeação de seu cunhado José Bernadeno da Silva e a pensão concedida à sua mãe. Liverpool, 1882-1885.

— Barão do Rio Branco — Biografia, Coleção Ourém.

— 22 Cartas do barão do Rio Branco a Ourém — 1868 — 1872 — 1889 — 1889 — 1892.

— Carta do barão do Rio Branco ao 1.º Secretário do Instituto oferecendo a obra de Luís Schneider “A Guerra da Tríplice Aliança”.

NO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
BRASILEIRO

— Bustos conjugados do Visconde e do Barão do Rio Branco (bronze) medalhão de Charpentier (na sala do secretário);

— Busto em bronze do Barão do Rio Branco — Charpentier (na sala do Presidente);

— Perfil do Barão do Rio Branco — em madeira (trabalho de um operário do Rio Grande do Sul) — oferta do Barão do Rio Branco ao Instituto Histórico em 17 de março de 1909;

— Esbôço de uma estatua do Barão do Rio Branco — (gesso) Rodolfo Bernardelli.

NA COLEÇÃO DE MEDALHAS

41 — J.M. da Silva Paranhos do Rio Branco — Ao Barão do Rio Branco o povo brasileiro — 29 de abril de 1910 — Pipiri Guaçu — Oyapoc — Acre. (bronze — G.L. Bonée).

42 — 42ª — Barão do Rio Branco — Labor et Scientia — Brasiliae Integratio — Rio de Janeiro MCMX — bronze — G. Girardet, duas medalhas, de módulos diversos.

43 — J.M. da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco — Homenagem dos Paulistas ao Barão do Rio Branco (bronze — G.M. Bonoal).

44 — Barão do Rio Branco — 10 de fevereiro de 1912 (prateada, com argola).

45 e 45-A — “Barão do Rio Branco” (comemorativa do 1.º centenário de seu nascimento). Mandada cunhar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trabalho do emérito professor e gravador Augusto Girardet — (Exemplar em prata e em bronze).

Crítica de Livros

O COMÉRCIO BRASILEIRO NO RIO DA PRATA — 1580-1640)

— por ALICE P. CANABRAVA

A Sra. D. Alice P. Canabrava, defendendo o título de doutora pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, escolheu como assunto o comércio português no Rio da Prata, e não podia voltar os olhos para o que fôsse mais expressivo. E' um amplo quadro de história da civilização êsse comércio através da América do Sul, na parte onde correm as águas de grandes rios. Comércio que procede das regiões mineiras do Andes e que influiu na formação social da Argentina e talvez mesmo na formação social da parte sul do Brasil. No século XVIII ia tomar outra direção a economia portuguesa com a descoberta do ouro em Minas Gerais, e haveria afluência de gente, para caldear-se e formar um grupo humano distintamente brasileiro. Mas antes se viveu, no sul do Brasil, sob a influência da corrente humana que se movia em direção ao longínquo Peru. Penso mesmo que, se Portugal teve o seu regime a sua economia política, um tanto mercantilista, na verdade muitas das causas dêsse mercantilismo estavam em um país longe, como o Peru.

A importância da tese, que versa acêrca dêsse comércio, é máxima: admito que ela represente um ponto de partida da história social sul americana; e é de ver como todos os assuntos históricos da época vão ter a êle, para se esclarecerem. A Sra. Alice Canabrava pôs de pé uma das questões dominantes da História, sulamericana aliás uma das que a cultura moderna apontou aos historiadores.

*

*

*

As causas do desenvolvimento do comércio no Rio da Prata são diversas; mas umas locais e outras de ordem geral, assinalando-se pois causas de duas espécies. O abastecimento das regiões frias onde havia prata no Peru, eis a causa de ordem local para o desenvolvimento do comércio com as regiões próximas e mais férteis; e a procura de outra via de escoamento da prata, evitando o trajeto voltado para o lado do Pacífico, depois a percorrer esse oceano até o Panamá, que, atravessado, iria pelo Atlântico, seguindo diretamente rumo à Europa, em busca da Espanha; eis então a causa de ordem geral orientando os homens a afluírem a esse ponto do globo, que é a parte sul das Américas.

O abastecimento de Potosi e a evasão da sua prata através da América do sul a fim de logo alcançar diretamente o Atlântico concorreram para formar o caminho que desce dos Andes e vai atingir o Prata. Mas dois pontos fundamentais há nesse percurso, que vem da cordilheira até o mar: Tucumã, hoje província da Argentina, é que se formou para abastecer as regiões estéreis de Potosi; e Buenos Aires fundou-se para ser a chave de entrada no Prata. Logo Tucumã representa razão econômica de ordem local; e Buenos Aires, de ordem geral. Dois pontos com razões de ser diferentes, mas de fato ambos no mesmo percurso geográfico.

*

* *

Tucumã começa com o abastecimento de Potosi e é região mais baixa, na banda oriental dos Andes. D. Alice Canabrava descreve a “entre a planície de leste e a fachada oriental dos Andes”, passando a dizer porque nessa região castigada pelo sol e desolada pela sêca, “a montanha forneceu os elementos indispensáveis à vida humana”.

“Das serras isoladas (ela escreve) que se levantam, distanciadas entre si e como ilhas na planície, descem poucas correntes de água que marcam a localização dos centros de povoamento branco. Assim puderam surgir, ao pé das montanhas, cidades como Córdova, Tucumã, San Juan, Mendoza, Catamarca, La Rioja, que são como oasis no deserto”.

Mas Tucumã é região logo de vida própria, e isso desde o começo. Tem a sua origem na causa já apontada: o abastecimento de Potosi.

Buenos Aires entretanto resulta do percurso da prata através da América do sul para chegar ao Atlântico, e o seu aparecimento condiz com a formação do caminho direto entre os Andes e as costas orientais da América.

Buenos Aires é de duas maneiras consequência dessa passagem que naturalmente se abria por terra, entre Peru e o Atlântico: e ora corresponde o policiamento dêsse caminho de acesso aos Andes (mas a Espanha começando a formar essa cidade queria fechar a entrada do Prata); ora, já existentes interêsses de ordem econômica no interior da própria América espanhola, Buenos Aires não se opõe mais ao que vem de fora através do Atlântico para penetrar no Prata, e não impede a descida aos que vêm de Potosi e passam em Buenos Aires.

Essa incidência de motivos de ordem diversa implica em aspectos da História argentina; e não só da História da Argentina, mas também da História do Brasil. D. Alice Canabrava muito esclarece a respeito.

*

* *

“As cidades (escreve D. Alice Canabrava), na maioria, eram cidades de estrada, isto é, viviam à sombra da via de Tucumã, a rota terrestre que estabeleceu um intercâmbio econômico entre as regiões do planalto andino do Alto Peru, estéreis e frias, produtoras de prata, e os vales da faixa oriental da precordilheira andina, úmidos e férteis, propícios às culturas tropicais, produtores de gado, de produtos alimentícios e de algodões que aprovisionavam as populações das minas”.

Mas vão assim florescer primeiro as cidades já muito avançadas, perto da cordilheira, e que, ali, mais próximas, abastecem as regiões da prata. São as que tomam vulto primeiro. Quer dizer: a civilização argentina surpreende-nos com encontrarmo-la formando-se então no interior. Um país hoje convergente para Buenos Aires, cidade junto

ao mar e onde embarca a produção dos campos argentinos para se distribuir pelo mundo, era naquele tempo uma nação a se formar com as populações que produziam para vender nos Andes. A História da Argentina tem em parte de ser estudada naquele centro do interior, e ali é que se travaram as primeiras lutas entre a Igreja e o Estado. Ali é que se esboçaram as primeiras relações do govêrno pôsto em contato com o meio social argentino já a apresentar formação própria. A passagem da primazia dessas velhas cidades interiores, para Buenos Aires, houve de ter igual significação à do deslocamento do predomínio econômico do sul (Virgínia) para os Estados industriais do norte, na pátria de Washington.

Esse deslocamento, nos Estados Unidos, provoca a guerra de secessão.

E não terá provocado, na Argentina, as revoluções platinas?

D. Alice Canabrava lança aos olhos dos economistas uma observação curiosa. Diz ela:

“Nada mais convincentes acêrca da estreiteza dos mercados de consumo que os depoimentos sôbre a carência da moeda e a existência de uma economia de trocas “in natura”. A moeda, como metal proveniente do Alto Peru, era escassa, de modo que as espécie monetárias usuais eram os produtos locais, principalmente os tecidos de algodão. Nas províncias do Rio da Prata e Paraguai, como em Tucumã o tecido de algodão funcionava como moeda e uma das atribuições dos *Cabildos* era fixar a relação entre o algodão e os demais produtos da terra”.

Para explicar essa particularidade acêrca da moeda, duas questões há a estabelecer a respeito da formação das cidades:

a) a da significação que elas têm relativamente a situação que se acham, ao que convencionaram chamar *posição geográfica*, posição essa marcada nas vias de comércio e de passagem de mercadorias.

b) a do desenvolvimento interno delas de acôrdo com o agrupamento humano nêle constituído, a com a atividade econômica exercida por êsse agrupamento na cidade que se forma.

A prata não ficava pois nessas cidades, e os centros econômico a utilizar a moeda pode-se dizer que de curso universal como os metais

preciosos, um centro com relações comerciais através do mundo, atrairia por certo essa prata, e quero me referir à Europa, e aos países europeus.

Nesse ambiente local ficavam apenas as mercadorias que seguiam para Potosi, e só. A prata que vinha das minas, em pagamento do que essas cidades primitivas vendiam aos mineiros, era para estar nelas de passagem a comprar o que necessitavam das produções européias. Daí a troca *in natura* nessas cidades primitivas, em que a prata não se fixava.

Vejam os pois que os dois motivos de formação das cidades é que dão origem às questões de moeda no Prata: os de ordem local e os de ordem geral.

E também vejamos que a tendência é para reconhecer nesses pontos que se povoaram para produzir o que as minas consumiam, se formou um elemento social de mais expressão e mais eficiente, talvez por causa da disciplina exigida na organização dos centros produtores, porém, tão diferentes na sua feição social das populações mineadoras.

A distinção que Oliveira Martins estabeleceu entre agricultores e mineiros está a reaparecer a cada passo nos atuais estudos de história social da América do sul, e desta vez D. Alice Canabrava aponta-a entre a gente que fica nas minas do Alto Peru e a que se reuniu nas cidades, cordilheiras abaixo, para formarem o primeiro substrato social que se incorporou na Argentina.

Isto que aí vai dito é a vida social argentina que começa; resta entretanto ver a extensão do movimento econômico que de passagem dá origem à vida local dessas paragens. Não influi ele somente na Argentina, mas também no Brasil: e eis então o comércio português no Prata.

*

* *

Mas duas vias comerciais para chegar às riquezas dos Andes.

O caminho dos Habsburgos: vinha da Espanha ao Panamá, que atravessava indo ter ao Pacífico, onde bordejava a costa ocidental da

América até chegar ao Chile. Evitava-se assim o perigoso contôrno do continente americano pelo sul !

Outro caminho se fêz estendendo-se espontâneamente dos Andes até às praias ocidentais da América do sul, no Atlântico, aliás rival do percorrido pelos espanhóis instalados em Lima — a burguesia dos ricos negociantes do Peru.

A Espanha teve interêsse nessa segunda via comercial, que se abria espontâneamente. Interêsse político.

A desembocadura do Prata era a entrada de um caminho natural que levava aos Andes e os espanhóis precisavam de tê-la nas mãos defendendo-a dos portuguezes que do Brasil chegavam a ela rapidamente.

Eis porém a competição entre duas vias comerciais, e D. Alice Canabrava soube dar vida a essa fase histórica seguindo a tradição dos melhores escritores argentinos. Ela então se emparelha com êles tirando da história as conclusões mais expressivas: descreveu os tipos sagazes, audaciosos, ladinos, capazes logo de se apoderarem de qualquer negócio político ou comercial, para convertê-lo no interêsse próprio, e são êles a surpresa de quem esquadrinha êsse remoto recanto do mundo. No que escreve dessa região do Prata, D. Alice Canabrava lembra o melhor Carcano, aquêlê que é exato, criterioso, aquêlê que escreveu as *Primeiras lutas religiosas entre a Igreja e o Estado no govêrno de Tucumã*. Surgem nas suas páginas os homens improvisados pelo meio, criaturas ainda sem formação moral fixa, mas apressadas em tomar conta do meio seja de que modo fôsse, e fazendo das questões de ordem superior instrumento do seu interêsse particular. Tanto no livro de D. Alice Canabrava como no de Ramon Carcano, os mesmos caracteres, a mesma espécie de homens se revela naquele meio platino.

Ao historiador às vêzes muito vale a malícia. De Hernandarias de Saavedra, o circunspeto “crioulo de Santa Fé”, tão extremado em cumprir as ordens contra o contrabando no Prata, sabe D. Alice Canabrava revelar o seu caráter. Viu bem o que êle era. Um finório, um ativo organizador de negócios. Tinha grandes propriedades no Paraguai: impedia o contrabando para que fôssem então no Paraguai o que podia vir do Brasil.

Não deixava a gente que dêsca de Lima para commerciar no Tucumã descer além de Santiago, nessa província; nem permitida os que viessem do Chile passarem além de Mendoza. Sim; um interesse oculto atrás disso tudo. Tucumã como que compellida a se voltar toda para Lima; Mendoza com o caminho de descida para o Prata, barrado, a fim de que retrocedesse para o Chile. Duas vias naturais, estancadas. E o Saavedra, naturalmente de acôrdo com os seus interesses que desenvolvia no Paraguai, interessadamente associado à burguesia de Lima e aos longínquos commerciantes de Sevilha, que se serviam da rota dos Habsburgos. Espírito solerte! Capaz de fazer render o mais santo negócio e de unir a êle interesses que ninguém atinava estarem em suas mãos...

Curiosa psicologia e desempenho dos mestiços do Prata a se porem logo no plano das grandes questões econômicas, commerciaes, politicas, e que atraem a atenção para alguns tipos exepcionais, sem ainda formação moral e próprios de um meio social ainda em formação, mas expcionalmente argutos em proveito próprio! Quer dizer: ainda se não concretizava a formação social da localidade, mas no traçado dos grandes negócios humanos se intrometiam homens de expressão histórica muito restrita e que entretanto são criaturas representativas das conjunturas do momento e do meio. A seu jeito mostravam êles como sabiam viver de maneira surpreendente! Eram senhores da situação.

A Saavedra succede um Juan de Vergara. Não tinha negócio engatilhado no Paraguai e nada possuia já organizado para proteger, quando chegou ao poder a não ser que nos refiramos ao contrabando, que êle explorava. Quê fêz? atendeu aos interesses dos que estiveram constrangidos pela politica econômica de Saavedra. Ouve a êsses interesses porque Saavedra tinha o monopólio dos lucros no negócio de se opor ao contrabando. E *Jean* protege o contrabando pela via commercial que vinha de Lima para o Prata e seguia pelo Atlântico costeando o Brasil, fazendo pouso nos portos brasileiros.

Torno a insistir em um ponto significativo do livro de D. Alice Canabrava: é grande a semelhança moral entre os homens que ela aponta nos cargos administrativos e os que Carcano descreve envolvidos na luta entre a Igreja e o Estado. A mesma Gente. E um livro, o da brasileira, explica o outro, o do argentino: o meio social daquele

momento e daquele lugar é que fundamenta a história que por diversas vezes se tem escrito a respeito dêle.

*

* *

A tese *O comércio português no Rio da Prata*, da autoria de D. Alice Canabrava, é um dos bons levantamentos históricos da vida social americana, durante tanto tempo incompreendida pelos falsos juízos políticos que entravam na sua explanação. Pensava-se apenas em dois elementos antagônicos, logo postos em competição: a corrente política local a existir como um anseio libertário e a política colonizadora definida muito simploriamente como que a refrear a espontaneidade da vida local. Opostas as duas políticas dizem que se debatiam em cada lugar, a todo momento, como os dois princípios, o do bem e o do mal.

Entretanto ninguém, imbuído dessa artificial concepção política da História, não via o grande desenrolar das questões econômicas dando feição e formação própria à história do Prata.

Se mais tarde a revolução irrompeu na Argentina, que se libertara da Europa para ser independente, é que os elementos sociais formados pela vida econômica local entraram em choque, em torno da criação do poder, e aquela simplista história política libertária não explica a verdadeira história da Argentina!

Foi a necessidade de explicar um grande período de revolução, na Argentina, que levou Sarmento a escrever *FACUNDO*, apontando as razões econômicas que criaram os dois elementos em luta. Um panfleto político ficou sendo a primeira data de historiografia social de uma região significativa, e como que a renovação da maneira de compreender a História da América do Sul. A situação política Argentina revolucionada é que solicitou de um político, envolvido nas lutas travadas em seu país, a explicação que é o primeiro passo dado no terreno social da América do Sul. A Sra. D. Alice Canabrava vem pois a êsse terreno desbravá-lo ainda mais, descrevendo os homens, as questões políticas, os interesses econômicos que nêle influíram. O contrabando foi um desses aspectos. Trazia uma psicologia especial.

*

* *

Escreve D. Alice Canabrava: “Desde 1601 os *vecinos* da cidade se queixavam de que não podiam adquirir os gêneros importados porque não possuíam prata; êles eram adquiridos em massa pelos comerciantes do Peru, enquanto os produtos da terra nem sempre encontravam escoadouro. Esse fato mostra, portanto, que o fenômeno do século XVI, da coexistência de dois tipos de economia na cidade de Buenos Aires, a monetária para o comércio exterior e a das trocas “in natura” para o comércio local, não havia desaparecido completamente”. Ora vem esse trecho ilustrar uma teoria do capital posta em curso pela Sociologia, em nossos dias. Insiste D. Alice Canabrava em dizer que havia duas economias: uma interna da cidade, na qual a moeda era *in natura*, e outra que corria como que à margem dessa economia restrita, podendo entretanto ter com ela pontos de contato muito especiais. Eram pois ciclos econômicos distintos, talvez superpostos embora parecendo independentes. Os sociólogos de hoje, para os descrever, mostram que representam capitais distintos, quer dizer, a moeda que circula em cada um dêles, se circumscreve a um curso próprio. E’ o estudo da moeda que faz compreender essas formações sociais distintas tendo cada qual a sua causa social própria: sim, a vida local de um lado, e o intercâmbio mercantil universal do outro. D. Alice Canabrava chegou pois a um assunto que tem sido modernamente tema da sociologia. Apreciou-o da maneira que o tem apreciado os sociólogos, então autores de uma nova teoria do capital, expressa em uma classificação dêsse em diversas categorias de acôrdo com a vida própria que êle tem em cada uma das diversas formações sociais a que se adapta e em que se fixa. E’ pois a sociologia com as suas especificações, os seus fatos, o seu quadro de formações distintas, a dar lições acêrca do capital, fazendo dêle assunto das suas investigações.

De não ficar a prata em Buenos Aires, onde o couro circulou como moeda, já falei linhas atrás. Entretanto porque ficava essa prata no Rio de Janeiro, na Bahia, nos portos do Brasil ?

Para que ela se enseasse no Brasil, era preciso que Portugal e as suas colônias a recebesse em paga de alguma atividade econômica, e neste caso vejo duas: uma pouca manufatura e muito mercantilismo, isto é, indústria, navegação e destribuição de riquezas. E’ pois a atividade comercial portugêsa que explica a tendência da prata do Peru

ir ter aos portos brasileiros. Tenho encontrado alguma referência a respeito da vida econômica de Portugal comerciante, mas esse capítulo acêrca da História econômica do velho reino não fôra, ao que eu sei, desenvolvido de maneira satisfatória, e é pois D. Alice Canabrava que falando da intensidade do comércio brasileiro no Prata, abriu caminho no assunto, principalmente quando debaixo do subtítulo — A importância de Lisboa e das praças brasileiras (cap. VIII), versou a questão.

De Lisboa diz ela: “Outrora os comerciantes de Veneza, de Gênova, de Amsterdão e de Londres se apinhavam na praça de Lisboa para adquirir as mercadorias que os portuguezes traziam de além mar. Na época da união das coroas elles ainda abasteciam a capital do império com os artefatos de sêda das cidades da Itália, com os tecidos de lã e linho da França, Inglaterra e Flandres, com as madeiras da Noruega, com os produtos alimentícios da Holanda, em troca de matérias primas que traziam os portuguezes de suas colônias, o sal, azeite, vinho e frutas da península. No meio do declínio geral do país, durante a dominação espanhola, Lisboa ainda conservava as aparências de grande mercado. Antes dos últimos reveses na Ásia e no Brasil (perda de Ormuz e invasão holandesa), contava com comerciantes nacionais de largos cabedais, seu crédito se estendia fora do país, e competiam com os mais ricos mercadores genoveses, flamengos ou alemães”.

Lisboa ainda serviu para levar os tecidos inglêses até às cidades do Brasil, e os peruleiros, hábeis no contrabando e senhores do terreno, é que introduziam essa mercadoria no Prata, levando-a até o Peru e Chile. Mas as cidades do Brasil ficavam sendo o empório desse comércio, enquanto Buenos Aires era apenas escala na viagem, servindo no policiamento ao contrabando, e ainda concorrendo para o provisionamento dos que por ela passavam. Isto já marca a diferença que houve entre as cidades brasileiras e as do Prata, tôdas à margem do caminho percorrido pelo mesmo comércio. Aquelas ricas da prata que recebiam em abundância, e donas de ótima moeda; estas empobrecidas, recorrendo-se às vêzes de valores tão precários, como as mercadorias de consumo local.

João Ribeiro já se refere à importância do comércio com o Prata, nos primeiros desenvolvimentos que teve o Rio de Janeiro. Ora D. Alice Canabrava traça agora a respeito um quadro muito mais amplo e elucidativo.

O desenvolvimento que a escritora paulista deu à sua tese, vai longe, e o comércio que se tentou fazer através do Paraguai evitando a passagem por Buenos Aires, é o escoamento das mercadorias vindas dos Andes, através do Brasil, o que dá expressão, em certa época, a expansão da vida ao sul deste país.

D. Alice Canabrava chega a dizer: — “cremos que a infiltração comercial indicou o caminho para as bandeiras de apresamento, que vieram depois; deste modo, a bandeira matítima de 1635 pode ser também explicada dentro do plano de evolução do comércio luso-brasileiro no vice-reino do Peru”.

Antes da intensificação das bandeiras, uma atividade social tão significativa: o comércio, o mercantilismo. A bandeira, o apresamento do índio, já indica uma fase de organização econômica do país a se tornar agrícola. Ora antes de cultivar a terra, o europeu de fato procurou comerciar nos lugares a que chega: foi isso que aconteceu na expansão brasileira rumo ao sul.

*

* *

A história social, para cujo desenvolvimento a D. Alice Canabrava está concorrendo tanto, sempre se pronuncia em um sentido verdadeiro. Parece ela uma revisão necessária da História. Os males que surgem da própria vida local arrastando consigo as grandes instituições tais como a Igreja, o governo (e Tucuman tanto elucidada a respeito !) se revelam na sua verdadeira significação. São injunções próprias do fenômeno social localizado e não se há de atacar instituições como a Igreja, como o faz o anticlericalismo, o governo como o fazem os anarquistas preparando uma revolução e um estado de agitação geral apaixonada, o que traz a perdição do mundo. Não projetemos pois sobre a terra as sombras formadas em algum ponto isolado !

As funções religiosas, as funções governamentais, é que são às vezes utilizadas pelos elementos locais em proveito próprio. Ora isso importa em fazer história compreendendo-se a vida local como ela o

é, e, isolando-a, é que a pessoa há de perceber o que ela seja em si, mas isso sem querer comprometer com o particular o que é universal. Há pois a verdadeira feição proba do historiador: estar atento no que é local e compreendê-lo como tal. D. Alice Canabrava é da estirpe dos que sabem fazer história e já não é sem tempo que aparecem espíritos dêsse quilate no Brasil.

A Escola de Filosofia da Universidade de São Paulo já tem por diversas vêzes provado o alto senso que imprimiu a seus trabalhos. Enquanto há organizações de ensino que forçaram tendência política, os paulistas já desenvolvem aquilo a que se pode chamar estudo do espírito social das localidades, o qual afeta as instituições universais deformando-as em relação ao meio, porém não as atingindo em si, não servindo pois de argumento contra o que é definitivo embora seja verdade em relação ao que é local.

Fazer assim é saber pôr em termos as questões históricas, e, parecendo isso pouca coisa, é, entretanto, notável inovação no meio americano, inovação que marca data na história do ensino nacional se é que antes o espírito apolítico do cientista já se revelava mas na alta expressão social da obra de um Capistrano de Abreu. Do livro já passou êle a um meio universitário eficiente, e que agrada aos brasileiros vê-lo implantado no seu país.

A orientação seguida pelos historiadores como D. Alice Canabrava, representa uma grande transformação. A idéia de evolução, isto é, de tornar as instituições, contingentes à transformação do mundo, não se vendo nêle nada de permanente (sim, aquilo a que chamaram universal): é que caiu por terra. De fato a evolução na boca dos que a anunciavam já parecia uma voragem a consumir até a própria instituição do Estado, ameaçada por uma sucessão de revoluções, incalculável. Mas fora desta idéia de transformação total, está a revelar o verdadeiro sentido das instituições de caráter universal, e as circunstâncias sociais particulares a influírem eventualmente e a dar expressão própria à vida de cada povo, apontando ao mesmo tempo o que é permanente em tôdas as épocas.

A história neste caso deixa de suposições arriscadas e volta ao que deve ser, e até mesmo ao que sempre foi. E quando se lê um historiador a escrever com critério, ganha-se confiança em quem escreve.

FEIJÓ BITTENCOURT

VOZ DE MINAS — ALCEU AMOROSO LIMA. Ensaio de sociologia regional brasileira. Livraria Editôra. Rio de Janeiro. 1945. 239 pp.

Na bibliografia, tão escassa, dos ensaios de sociologia regional brasileira, veio ocupar uma posição de relêvo o volume intitulado *Voz de Minas*, com o qual o Sr. Alceu Amoroso Lima nos apresentou aspectos da maior importância, de interesse aliás mais nacional que regional, da psicologia do mineiro, da sociologia e da cultura no grande Estado central, da espiritualidade mineira, e, afinal, do que o ilustre escritor, com razão, julga ser a missão de Minas no futuro brasileiro.

Baseado, com convém, em sólido conhecimento da história social mineira, o volume editado pela Livraria Agir não se caracteriza pelo simples elogio das qualidades há muito reconhecidas aos filhos das montanhas do Brasil central. Pelo contrário, ao lado delas não tem dúvida o autor de assinalar também os defeitos que lhes cabem, e que prejudicam, muitas vezes, a ação desenvolvida no cenário mais amplo do país. Nesse sentido, são preciosos os depoimentos de visitantes estrangeiros que desde o início do século passado têm registrado impressões do povo montanhês, os quais foram sagazmente interpretados pelo Sr. Alceu Amoroso Lima.

Com *Voz de Minas* pode ser assegurado que está reatada a tradição dos sólidos estudos de interpretação sociológica regional, entre nós iniciados pelo memorável estudo que sobre as *Populações Meridionais do Brasil* há alguns decênios publicou o Sr. Oliveira Viana.

HÉLIO VIANNA

“REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL”. N.º 95. III trimestre de 1944. Pôrto Alegre. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial. 1944. 120 pp.

O n.º 95 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* foi principalmente dedicado a transcrições, anotadas, e à publicação de documentos referentes à Revolução Farroupilha, cujo centenário de pacificação será em breve comemorado. As *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, e as *Efemérides Navais*, do comandante J. E. Garcez Palha, no volume foram convenientemente apreziadas, quanto às contribuições que oferecem à história da grande revolta, pelos Srs. Otelô Rosa e Walter Spalding.

Uma homenagem a Alcides Maia, pelo Sr. Olinto Sanmartin, e notícia do centenário de Apolinário Pôrto Alegre, tal como foi festejado pelo Instituto, além das seções habituais — também se contém na excelente *Revista gaúcha*, cuja redação está a cargo dos Srs. Manuel Duarte, Luís Carlos de Moraes e Walter Spalding.

HÉLIO VIANNA

"REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO". Diretor — Professor Nicoláu Duarte Silva. Vol. XLII. 2.º semestre de 1943. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 1944.

Está, como de costume, repleto de matéria histórico-geográfica do maior interesse, o último número de 1943 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, aparecido por ocasião do cinquentenário da instituição, transcorrido a 1 de novembro de 1944.

Redigido graças aos esforços da comissão composta dos Srs. Desembargador Dr. Afonso José de Carvalho e Professôres Nicoláu Duarte Silva e Tito Lívio Ferreira, começa êsse exemplar da *Revista* pelo relato das homenagens que ao Dr. José Tôrres de Oliveira, Presidente Perpétuo do Instituto, foram prestadas por ocasião do quadragésimo aniversário de sua admissão no respectivo quadro social.

Seguem-se alguns trabalhos lidos em reuniões da agremiação: uma biografia de "Joaquim de Toledo Piza e Almeida", pelo Sr. Marcelo Piza; "Nóbrega, fundador de São Paulo e apóstolo do Brasil", conferência do Professor Tito Lívio Ferreira; "O Visconde de Taunay, militar", pelo Cel. Tenório de Brito, e "O Visconde de Taunay, escritor e parlamentar", pelo Professor Tito Lívio Ferreira — provas da participação do Instituto nas comemorações do centenário do autor da *Retirada da Laguna*. Outra conferência comemorativa vem a seguir, do Sr. Ignor Dolgorukij, sôbre "Robert Southey, sua vida e obra", pronunciada por ocasião do centenário da morte do historiador inglês, também recordado em artigo do Sr. Ciro T. de Pádua. "Arnaldo Vieira de Carvalho" e "Um governador de São Paulo no começo do século XIX", trabalhos do Professor Dr. Ernesto de Sousa Campos, referem-se a interessante tema: a "prioridade de São Paulo no ensino médico oficial". "O convencional Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado e a Assembléia republicana de 1873", pelo Sr. Fausto de Almeida Prado Penteado; "O rio Sucuriú, afluente do rio Paraná" e "O varadouro do Camapuã na rota das bandeiras e monções para Cuiabá", pelo Sr. J. R. de Sá Carvalho; "Mitre, o estadista poeta-soldado", pelo Sr. Cristóvão de Camargo; "Nossos bandeirantes — Baltazar Fernandes", erudito estudo do cônego Luís Castanho de Almeida; "Um documento para a história de São Paulo — Como foi exonerado da Presidência da Província, em 1864, o Barão Homem de Melo", pelo autor desta nota; "Domingos Afonso Mafrense — O aspecto social da penetração no Piauí", interessante comunicação do Professor M. Gândara Mendes — são mais alguns capítulos do vol. XLII da *Revista*.

Uma seção dedicada às atividades do Instituto encerra o tomo.

HÉLIO VIANNA

“INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO — JUBILEU SOCIAL. 1894-1944. — São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 1944. 185 pp. Ilustrado.

Comemorando a passagem do quinquagésimo aniversário de sua fundação, publicou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo um volume a que foi dado o título — *Jubileu Social*, em que estão reunidos amplos elementos para a apreciação do que tem sido, desde 1894, a atividade da douta instituição paulista.

“Pioneiros e Fundadores” e “A primeira administração” — são os capítulos iniciais, destinados a recordar os que de comêço, através de numerosas dificuldades, por ela trabalharam. “Sede social” — evoca uma grande conquista da associação. A primeira consagração pública ao livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, foi promovida pelo Instituto, como lembra outro capítulo de *Jubileu Social*. “A alma do Instituto”, isto é, seu egrégio Presidente Perpétuo, Dr. José Tôrres de Oliveira, foi homenageada a seguir. A *Revista*, com o sumário de quarenta e dois volumes publicados; a Biblioteca e Mapoteca, Arquivo e Museu, “As Grandes Comemorações” empreendidas pela Casa — são os assuntos posteriores. Todo um capítulo foi dedicado ao eminente historiador das bandeiras, Dr. Afonso de E. Taunay, Presidente Honorário do Instituto. “Movimento financeiro”, “Os beneméritos”, “Diretores e datas de eleição”, “Comissões técnicas”, e, afinal, o “Cadastro Social”, compreendendo 1.140 sócios do Instituto, entre vivos e mortos, de 1894 a 1944 — encerram o volume intitulado *Jubileu Social*.

Publicações como essa, justificam e comprovam a benemerência de associações do gênero do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

HÉLIO VIANNA

LIVROS RECEBIDOS

EM JANEIRO DE 1945

- Julgamento de Apelação* — Parecer oral do Exmo. Sr. Ministro Procurador Geral da República — Acórdão do Supremo Tribunal Federal — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1928.
- Os Farçantes da Revolução* por Miguel Costa Filho — Oficinas Gráficas Alba — Rio de Janeiro — 1931.
- Poemas Heróicos da Revolução Paulista* por Mozart Firmeza — A. Coelho Branco editor — Rio de Janeiro — 1933.
- A Revolução de 32 e seus ensinamentos militares* — Coronel Álvaro de Alencastro — Papelaria Velho — Rio de Janeiro — 1933.
- A Resistência do Túnel* — Revolução de julho de 1932 — Guilherme de A. Barros — Editora Piratininga — São Paulo — 1933.
- Documentos Históricos* — Registro do Conselho da Fazenda — Bahia — 1969-1700 — Cartas Régias — 1642-1651 vol. LXV — Ministério da Educação e Saúde — Biblioteca Nacional — Tipografia Batista de Sousa — Rio de Janeiro — 1944.
- Quadros da Amazônia* — Sandoval Lage — Oficina Gráfica Espírito Santo — Rio de Janeiro — 1944.
- Estatutos e Anexos do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros* — Imprensa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1935.
- Petrus Nonius* (vol. V F sc. 4 e 4 — Lisboa — 1942) Publicação do Grupo Português da História das Ciências — Arlindo Camilo Monteiro — Imprensa Portuguesa — Pôrto — 1944.
- Escultura Antiga del Perú (Cabezas)* — Instituto de Arte Peruana — Imprenta del Museo Nacional — Lima — 1939.
- Regresso para o Reich — Volta para casa ?* por Franz Werfel — Rio de Janeiro — 1945.

Austriche a Venir por Hans Klinghoffer — Gráfica Santo Antônio — Rio de Janeiro — 1945.

Conferências — 1.^a série — 2.^a edição (Instituto Neo-Pitagórico) — Curitiba — 1944.

Memoria Histórica da Fundação do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil por Alfredo Baltazar Silveira — Tipografia do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1944.

Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama) I e II volumes por F. A. Oliveira — Editorial Ática — Lisboa — 1944.

Guia Turístico Rodoviário do Estado de Paraná — Curitiba — 1942.

Onomástica Pernambucana por Mário Melo — Livraria Universal — Recife — 1944.

O Milagre de Cibelle por L. Teixeira Leite Filho — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro — 1944.

Dizisão judiciária e administrativa para o quinquênio 1944-1948 — Estado de Pernambuco — Imprensa Oficial — Recife — 1944.

O Café no Estado Nacional (Departamento Nacional do Café) Noraldino Lima — Oficinas Gráficas Comp. Editora Americana — Rio de Janeiro — 1944.

Programas do Ensino Secundário — Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — 1943.

Sistema de Remuneração e Registro dos Professores Particulares — folheto n.º 2 — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941.

Cursos e Conferências n.º 3 — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944.

Frustrados ou Livres? Pontos de Vista — número 7 — Charles Morris.

História Orgânica da Venezuela — Dr. Ambrósio Pereira — São Paulo — 1944.

O Prédio "Martinelli" o decano dos arranha-céus do Brasil por Luís Bueno de Miranda — São Paulo — 1944.

Documentos Medievais Portugêses (Documentos particulares) vol. III (A.B. 1.101-115) acompanhados de nove tábuas. — Publicação da Academia Portuguesa de História — Editorial Ática — Lisboa — 1941.

Inscrições Portugêses de Lisboa (Séculos XII a XIX) J. M. Cordeiro de Sousa — Editorial Ática — Lisboa — 1940.

Estudantes do Meu Tempo (Crônicas do antigo Colégio Pedro II) por J. B. de Melo e Sousa — Alba editora — Rio de Janeiro — 1943.

Bibliografia da História da Literatura Brasileira — de Sílvio Romero — tomo I, 1.^o volume por Antônio Simões dos Reis — Livraria Editora Zélio Valverde — Rio de Janeiro — 1944.

A Conquista da Paz — tradução direta e completa do original norte-americano de C. J. Hambro por Edison G. Dias — Coeditora Brasília — Rio de Janeiro.

Pequeña Historia del Brasil (Biblioteca Enciclopedia Popular) por Renato Mendonça — Secretaria de Educacion Publica (2 volumes) — México — 1944.

Recompilación y Publicación de Documentos Relativos a la Historia de Artigas — Editorial Florensa & Lafon — 1944.

Tratado da Língua Vernácula (Gramática) por Brício Cardoso — Livraria Editora Zélio Valverde — Rio de Janeiro — 1944.

III Semana da Saúde e da Raça promovida pela Sociedade Brasileira de Urologia — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944.

A necessidade dos planos nas edificações públicas por Joaquim Bertino de Moraes Carvalho — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.

Assistência aos docentes mentais por Adaauto Botelho — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.

Uma viagem às Guianas (Sep. do Relatório apresentado ao Senhor Presidente da República pelo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944.

Situação Econômica (Sep. do Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944.

Los que es Rusia por W. Schapkin — Editorial "Viestnik" — Buenos Aires.

Jubileu Social (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo) 1894-1944 — Imprensa Oficial do Estado de São Paulo — São Paulo — 1944.

EM FEVEREIRO DE 1945

Congresso de Historia Argentina del Norte y Centro I e II — Academia Nacional de la Historia filial de Cordoba — Editorial Litvack — 1943.

Una Guia Pratica para la Organizacion de Bibliotecas — La Habana — 1944.

EM MARÇO DE 1945

Auroras de Diamantina — E outros poemas — Com um ensaio Biográfico de Américo Pereira — por João Júlio dos Santos — Oficinas Gráficas de "A Noite" — Rio de Janeiro — 1944.

O Tamoio — 1823 (Coleção Fac-Similar de Jornais Antigos) Introdução de Caio Prado Júnior — Zélio Valverde — Rio de Janeiro — 1944.

Almeida Garrett — Obras — 1.º e 2.º volumes — Edições Cultura — São Paulo — 1943.

O Brasil de Hoje — 1.º e 2.º volumes — Major Alexandre de Moraes — Tip. Colonial — Lisboa — 1943.

Gente sem raça por Ataliba Viana — Companhia Editora Nacional — Lisboa São Paulo.

A Carta de Pero Vaz de Caminha — Com um estudo de Jaime Cortesão — Edições Livros de Portugal — Rio de Janeiro.

O Naturalista no Rio Amazonas — 1.º e 2.º volumes — Henry Walter Bates — Tradução, prefácio e notas do Professor Cândido de Melo Leitão — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1944.

O Plano Beveridge — tradução de Almir de Andrade — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro — 1943.

História do Brasil — tomos 1.º e 2.º — As Origens e A Formação — 1500 a 1700 por Pedro Calmon — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942.

Feijó — Vida. Paixão e Morte de um Chimango por Vitor de Azevedo — Editora Anchieta Limitada — São Paulo — 1942.

Clóvis Beviláqua — O codificador imortal do Direito Civil pelo Desembargador Solon de Macedônia Soares — Tipografia do Centro, S. A. — Pôrto Alegre.

Posse do Dr. Carlos da Silva Araújo na cadeira n.º 23 em 19 de agosto de 1944 na Academia Carioca de Letras — Gráfica Sauer — Rio de Janeiro — 1945.

Santo Antônio por Constâncio Alves — Publicações da Academia Brasileira de Letras — Rio de Janeiro — 1943.

Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet — Dados Biográficos pelo Coronel Laurêncio Lago — Imprensa Militar — Rio de Janeiro — 1945.

Discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Marcondes Filho a 29 de julho de 1944, na Auditoria do Edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, ao ser inaugurada a Exposição de Edifícios Públicos, comemorativa ao 6.º aniversário do D.A.S.P. — Imprensa Nacional — 1944.

O Ensino e a Biblioteca por M. B. Lourenço Filho — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944.

Restaurantes para os Servidores Públicos por Dr. João de Albuquerque — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944.

O Governo e o Fomento da produção animal por Mário Teles — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944.

A Fábrica Nacional de Motores por Adalberto Mário Ribeiro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.

Via Sacra e Outros Poemas (Edição da Sociedade Felipe de Oliveira) Marcelo Gama — Mauá editor — Rio de Janeiro — 1944.

Recepção do Sr. Aureliano Leite (Discursos dêste e do Sr. Soares de Melo — na Academia Paulista de Letras) — Gráfica Paulista — S. Paulo — 1944.

História do Brasil por Hélio Viana — Livraria José Olímpio Editora — Rio de Janeiro — 1945.

Documentário Arquitetônico — fasc. II por José Wasth Rodrigues — Liv. Martins Editora — São Paulo.

Documentos Histórico — Cartas Régias de 1651-1667 — vol. LXXI — Tip. Batista de Sousa — Rio de Janeiro — 1944.

Historia de la Nación Argentina (Desde los origines hasta la organización en 1862) volume VI por Ricardo Levene — Imprenta de la Universidad — Buenos Aires — 1944.

Tiradentes — Instituto dos Advogados — Discurso pronunciado na sessão de 12 de outubro de 1944 pelo membro efetivo Haryberto de Miranda Jordão — Gráfica Vitória S. A. — Rio de Janeiro — 1945.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

EM JANEIRO DE 1945

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo — ano II — n.º 85 — Dezembro, 1944.

Britânia — vol. I — n.º V — Novembro, 1944.

The Catholic Historical Review — vol. XXX — n.º 3 — October, 1944.

Boletim da Agencia Católica Polonesa de Imprensa — ano II — n.º 16 — Dezembro, 1944.

Notícias da China — n.º 4 — Dezembro, 1944.

Boletín de la Biblioteca del H. Congreso de la Unión — año I — n.º 4 — Abril-Maio, 1944.

Boletim Geográfico — ano I — n.º 9 — Dezembro, 1943. Conselho Nacional de Geografia.

Indians at Work — July-August, 1944.

Revista do Serviço Público — ano VII — vol. IV — n.º 3 — Dezembro, 1944 — Rio.

Revista del Archivo Nacional del Perú — tomo XVII — entrega I — Enero-Junio, 1944.

Boletim Estatístico do Banco do Brasil S. A. — n.º 21 — Outubro, 1944 — Rio.

Informaciones Argentinas — n.º 91 — Octubre, 1944.

Revista da Liga Marítima Brasileira — ano XXXVII — n.º 448 — Outubro, 1944.

Brazilian-American — ano XXVII — n.º 1.351 — Dezembro, 1944 — Rio.

Revista Duperial do Brasil — Julho-Agosto, 1944 — n.º 20 — São Paulo.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — vol. LXIV — 1942 — Rio.

Serviço Polonês de Informações — n.º 144 — Dezembro, 1944.

Fôlha de Rio Prêto — ano IX ns. 2.410-2.412-2.414 — São Paulo.

O Puritana — ano 46 — ns. 1.839-1.841 — Rio.

Correio de Uberlândia — ano VIII — ns. 1.562 a 1.565 — Dezembro, 1944 — Minas Gerais.

Borda do Campo — n.º 587-588 — ano XIII — Santo André — São Paulo.

Cypactly — Revista de Variedades — ano XII — n.º 179 — Maio, 1944.

Dom Casmurro — (número especial de Natal), 1944 — Rio.

Correio de Uberlândia — ano VIII — n.º 1.554 — Uberlândia, 1944.

Fôlha de Rio Prêto — ano IX — n.º 2.417 — Janeiro, 1945 — Rio Prêto — São Paulo.

Resenha Musical — ano VII — ns. 73-74 — Setembro-Outubro, 1944 — São Paulo.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — ano VII — n.º 11 — Novembro, 1944.

Anales de la Academia de Artes y Letras — año XXIX — tomo XXIV — Enero-Diciembre, 1943 — La Habana — Cuba.

Bulletin Series — n.º 49-50 — Division of the State Geological Survey — Urbana — September, 1944.

A Biblioteca — Suplemento mensal do Boletim do DASP — vol. 8-9 — Agosto e Setembro, 1944.

Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala — tomo XIX, — Junio, 1944 — n.º 4.

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — ns. 121-122 — Setembro-Outubro, 1944 — ano XI — Rio de Janeiro.

Boletim da União Panamericana — Novembro, 1944.

Boletín Indigenista — vol. IV — n.º 3 — México — D.F.

Quarterly Journal — vol. 1 — num. 4 — April-May-June, 1944 — Washington.

Report of Investigations — no. 93-98-99 — Urbana, Illinois — 1944.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — ns. 16-19 — Agosto, 1944 e Janeiro, 1945.

Boletim Informativo do Ministerio de Relaciones Exteriores de la República del Ecuador, 1944.

Catalogue of Canadian — no. 35 — 1944.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo — ano II — n.º 84 — Dezembro, 1944.

Catalogue n.º 158 — English Literature.

Bulletin n.º 68 — Division of the State Geological Survey — Urbana.

Brazilian-American — ano XXVII — n.º 1.453 — Janeiro — 1945.

Revista do Clube de Engenharia — n.º 99, vol. XI — Novembro, 1944 — Rio.

Em Guarda — n.º 1, ano 4 — Rio, 1945.

Revista Nacional Literatura-Arte-Ciencia — año VII — n.º 79 — Julio, 1944 — Uruguay.

THINK — vol. X n.º 11 — November, 1944 — New York.

Informaciones Argentinas — n.º 91 — Octubre, 1944 — Buenos Aires.

Anais do Ministério da Educação e Saúde — Maio-Junho, 1943 — Rio de Janeiro.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo — ano II — n.º 86 — Dezembro, 1944.

Notícias da China — n.º 5 — Janeiro, 1945 — Rio de Janeiro.

Boletim Linotípico — n.º 61 — 1944 — Brooklyn — N.Y.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — tomo XXVII — n.º 106 — Abril-Junio, 1944 — Caracas — V.

Bulletin of The New York Public Library — vol. 48 — n.º 11 — November, 1944 — New York.

Boletim da União Panamericana — Dezembro, 1944.

América Indígena — vol. IV — n.º 4 — Octubre, 1944 — México.

Boletín Bibliografico Mexicano — año V — n.º 56 — Agosto, 1944 — Mexico.

Annual Report of the Board of Regents of "The Smithsonian Institution" — 1943 — Washington.

- Boletim da União Panamericana* — vol. XLVI — n.º 12 de Dezembro, 1944 — Washington.
- Science Digest* — vol. 16, num. 2 August, 1944.
- Reação Brasileira* — vol. III — n.º 1 — Janeiro, 1945.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia* — tomo XXVII — n.º 106 — Abril-Junio, 1944 — Caracas — Venezuela.
- The Geographical Journal* — vol. CIII — n.º 3 — March, 1944 — London.
- Britânia* — vol. 1 — n.º VI — Dezembro, 1944 — Londres.
- Boletim da Agência Católica Polonesa de Imprensa* — ano III — n.º 17 — Janeiro, 1945.
- Lista Diplomática* — Janeiro, 1945.
- Bíblós* — año II — n.º 12 — Buenos Aires, 1944.
- Correio de Uberlândia* — ano VIII — n.º 1.572.
- Brazilian-American* — ano XXVII — n.º 1.354 — Janeiro, 1945 — Rio.
- The National Geographic Magazine* — vol. LXXXVI — number-six — Washington.
- Bíblós* — año II — no. 12 (tercer trimestre de 1944) — Buenos Aires.
- Quarterly Journal* — vol. 1 — num. 4 — April-May-June, 1944 — The Library of Congress. W.
- Catalogue* n.º 673 — Books printed between 1.476 and 1944, London, W. 1.
- The Geographical Journal* — vol. CIII — n.º 6 — June, 1944 — London, S.W. 7.
- THINK* — vol. X — no. 10 — October, 1944 — New York.
- Borda do Campo* — ano XIV — n.º 591 — Janeiro, 1945 — Santo André — Estado de São Paulo.
- Fôlha de Rio Preto* — ano IX — ns. 2.416-2.418 — Janeiro, 1945 — Rio Preto.
- Anais da Academia Portuguesa de História* — (ciclo da Fundação da Nacionalidade) vols. I a V — anos MCMXL e MCMXLI — Lisboa.
- Bolctim do Museu Nacional* — *Geologia* — n.º 2 e 3 — Novembro, 1944 — *Zoologia* — ns. 23 a 30 de Agosto a Novembro, 1944 — Ministério da Educação e Saúde.
- A Grã-Bretanha de Hoje* — ns. 79-80-81 — Junho-Julho e Agosto, 1944.
- Lista Trimestral da Biblioteca de Clássicos Argentinos* — Octubre e Diciembre, 1944 — Buenos Aires.
- Catálogo de la Editorial Nova* — 1944 — Buenos Aires.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo — ano II — n.º 87
— Janeiro, 1944.

Boletim AEC — Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro
— ano I — n.º 6 — Novembro, 1944.

Cervantes — año XIX — num. 3 de 1944 — Habana — Cuba.

Boletín Bibliográfico Mexicano — Septiembre, 1944 — Mexico, D.F.

Boletim Geográfico — ano I — n.º 10 — Janeiro, 1944.

Revista Nacional de Cultura — n.º 45 — Julio y Agosto, 1944 — Caracas —
Venezuela.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina — vol. XII —
1.º semestre de 1944.

Arquivo de Direito Militar — ano III — n.º 1 — Maio a Agosto de 1944 —
Rio.

Memórias do Instituto Oswaldo Cruz — ano 1944 — tomo 41 — fascículo 1
— Rio.

Notícias da China — n.º 6 de Janeiro, 1945 — Rio.

O Popular — ano VII — n.º 610 — Janeiro, 1945 — Goiânia.

Borda do Campo — ano XIV — n.º 591 — Janeiro, 1945 — Santo André —
São Paulo.

O Globo Expedicionário — ano I — ns. 14 e 17 de Dezembro, 1944 — ano II —
n.º 18 de Janeiro, 1945 — Rio.

A Gazeta — ano XVII — n.º 4.456 — 17 de Janeiro, 1945 — Vitória —
Espírito Santo.

Borda do Campo — ano XIV — n.º 590 de Janeiro, 1945 — Santo André —
Estado de São Paulo.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo — ano II — n.º 88
— Janeiro 1945.

Catalogue — n.º 742 — Voyages and Travels — vol. 2 — part. VIII —
London.

Boletim n.º 84 do Serviço Checoslovaco de Informações — Janeiro, 1945 —
Rio.

A Voz do Mundo — Janeiro, 1945.

Contributions from the Museum of Paleontology — vol. VI — ns. 6-7 — Fe-
bruary, 1944 — University of Michigan. U.S.A.

Catalogue n.º 158 — English Literature, 1945.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — tomo XXVII — num. 106
— Abril-Junio, 1944 — Caracas — Venezuela.

- A Rodovia* — ano VII — num. 59 — Dezembro, 1944 — Rio.
- Brasílian-American* — ano XXVII — num. 1.355 — Janeiro, 1945 — Rio.
- Em Guarda* — ano 3 — num. 12 — Janeiro, 1945.
- Revista do Serviço Público* — ano VIII — vol. 1 — num. 1 — Janeiro, 1945 — Dasp.
- Boletim do Museu Nacional* — Antropologia — ns. 4-5 — Outubro e Novembro, 1944 — Rio.
- Manhumirim* — ano XVIII — n.º 897 — Maio, 1942 — Minas
- O Reporter* — ano XII — n.º 565 — Janeiro, 1943 — Nepomuceno — Minas.
- A Gazeta de Jacutinga* — ano XV — num. 866 — Dezembro, 1942 — Jacutinga Minas.
- O Verbo* — ano 5 — n.º 204 — Fevereiro, 1943 — Cidade de Recreio — Minas.
- O Instituto* — ano XI — n.ºs 90-91 — Setembro, Outubro, 1942 — Lavras — Minas.
- A Justiça* — ano XX — n.º 925 — Novembro, 1939 — Poços de Caldas — Minas.
- A Cidade* — ano IX — n.º 453 — Maio, 1943 — Campanha — Sul de Minas.
- Arauto do Sul* — ano XX — n.º 1.282 — Janeiro, 1943 — Varginha — Minas.
- O Santuário* — ano V — n.º 199 — Novembro, 1941 — Poços de Caldas — Minas.
- O Progressista* — ano XXIII — n.º 20 — Nepomuceno — Janeiro, 1943 — Minas.
- O Eco* — ano III — n.º 104 — Março, 1943 — Poços de Caldas — Minas.
- O Caxambuense* — ano III — n.º 144 — Abril, 1943 — Caxambú — Minas.
- A Cruzada* — ano III — n.º 154 — Junho, 1943 — Cidade de Espera Feliz — Minas.
- Correio Mineiro* — ano II — n.º 47 — Barbacena — Minas.
- O Sol* — ano XV — n.º 846 — Santos Dumont — Março, 1943 — Minas.
- Cidade de Barbacena* — ano XLVI — n.º 4.727 — Junho, 1943 — Barbacena — Minas.
- Cidade de Ubá* — ano VI — n.º 299 — Janeiro, 1943 — Cidade de Ubá — Minas.
- O Reporter* — ano X — n.º 564 — Março, 1943 — Uberlândia — Minas.
- Estado Novo* — ano IV — n.º 180 — Julho, 1942 — Manhuassú — Minas.

- Gazeta do Triângulo* — ano VI — n.º 304 — Janeiro, 1943 — Araguari — Minas.
- Município de Pitangui* — ano XIV — n.º 37 — Dezembro, 1942 — Minas.
- Gazeta de Paraopeba* — ano XXXII — n.º 1.761 — Janeiro, 1943 — Paraopeba — Minas.
- Correio de Uberlândia* — ano V n.º 1.096 — Janeiro, 1943 — Uberlândia — Minas.
- O Triângulo* — ano XIII — n.º 1.159 — Janeiro, 1943 — Uberaba — Minas.
- Fôlha do Povo* — ano XLIII — n.º 5 — Janeiro, 1943 — Cidade de Ubá — Minas.
- Gazeta de Leopoldina* — ano XLVIII — n.º 77 — Janeiro, 1943 — Cidade de Leopoldina.
- Fôlha de Rio Preto* — ano IX — n.º 2.424 — Janeiro, 1945 — Estado de São Paulo.
- Borda do Campo* — ano XIV — n.º 592 — Janeiro, 1945 — Santo André — Estado de São Paulo.
- Boletim Indigenista* — vol. IV — n.º 3 — Septiembre, 1944 — México. D.F.
- Anais do Arquivo da Marinha* — ano III — n.º 6 — Dezembro, 1944 — Min. da Marinha.
- Revista Brasileira de Estatística* — ano V — n.º 19 — Setembro, 1944 — I. B. Geografia.
- Bulletin The Catholic University* — vol. 12 — n.º 3 — November, 1944 — Washington.
- Fôlha de Rio Preto* — ano IX — ns. 2.430-2.432 — Janeiro, 1945 — Rio Preto — Estado de São Paulo.
- Correio de Uberlândia* — ano VIII — n.º 1.578 — Janeiro, 1945 — Minas.
- Brazilian-American* — ano XXVII — n.º 1.356 — Janeiro, 1945 — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — ano VIII — n.º 1.582 — Janeiro, 1945 — Uberlândia — Minas.
- Fôlha de Rio Preto* — ano IX — n.º 2.419 — Janeiro, 1945 — Estado de São Paulo.
- A Defesa Nacional* — n.º 367 — Dezembro, 1944.
- Ocidente* — Revista Portuguesa (mensal) vols. XXIII — n.ºs 75-76, de julho e Agosto, 1944 e vols. XXIV — ns. 77-78-79 de Setembro a Novembro, 1944.
- A Voz do Mundo*.

The National Geographic Magazine — vol. LXXXVII — num-one — Janeiro 1945 — U.S.A.

Sul América — ano XXV — ns. 98-99 — Julho a Dezembro, 1944 — Rio de Janeiro.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — vol. XLII.

Notícias da China — n.º 7 — Janeiro, 1945 — Rio.

Catalogue — n.º 95 — 1944-1945 — New York.

Revista do Serviço Público — índice do ano — IV e V — Rio de Janeiro — 1944.

Boletim do Serviço Francês de Informações.

América Indígena — vol. IV — n.º 4 — Outubro, 1944 — México, D.F.

Relatório do Tribunal de Contas — Exercício, 1943.

EM FEVEREIRO DE 1945

Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio — ano XI — n.º 123 — Novembro, 1944.

Estadística de la Producción de — “Trigo” — “Arroz” — “Algodón” — en el Perú, correspondiente al Año, 1942 — Ministério de Agricultura — Lima — Perú.

Divulgaciones Agrícolas — año 1944 — ns. 49-50 — Ministério de Agricultura de Lima — Perú.

Boletín Informativo Agrícola — vol. 2 — n.º 8 — Julio y Agosto, 1944 — Lima — Peru.

Universidad Católica Bolivariana — vol. X — n.º 36 — Abril-Mayo-Junio, 1944 — Colombia.

Boletín Bibliográfico Bolivariano — vol. IIII — n.º 18 — Medellin, 1944.

Boletim Mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da Colônia — ano VIII — ns. 1 a 12 — Janeiro a Dezembro, 1941 — Moçambique.

Notícias da China — n.º 8 — Janeiro, 1945 — Rio.

Boletín de la Academia Chilena de la Historia — año XI — n.º 29 — (segundo trimestre) 1944 — Chile.

Decreto n.º 11.089 de 30 de Novembro, 1938 — Bahia e Divisão Territorial Administrativa e Judiciária — 1944-1948 — Suplemento ao Decreto-lei número 11.089 — Bahia.

Boletín Geográfico — ano I — n.º 11 — Fevereiro, 1944 — Conselho Nacional de Geografia.

Universidad de Antioquia — n.º 65 — Julio-Agosto, 1944 — Medellin — Colombia.

Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala — tomo XIX —
n.º 5 — Septiembre, 1944.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — ano III — n.º 20 — Fevereiro,
1945.

Revista do Arquivo Municipal — ano X — vol. XCVII — Julho-Agosto, 1944
— São Paulo.

Anuário Genealógico Brasileiro — vol. VII — 1945 — São Paulo.

Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — ano IV —
n.º 5 — vol. V — (1.º semestre) — 1944 — Rio.

El Economista — n.º 86 — Septiembre, 1942 — México, D.F.

The Facts and Oils Situation — October, 1944.

Revista Acadêmica — ano 1940 a 1943 — Faculdade de Direito de Recife —
Pernambuco.

Reação Brasileira — vol. III — n.º 2 — Fevereiro, 1945.

Boletín Anuário Bibliográfico Cubano — ano V — ns. 21-22 — Enero—Junio,
1943 — Cuba.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros — 1846 — Rio de Janeiro,
1945.

Documentos Históricos — Cartas Régias — 1651-1667 — vol. LXVI — Rio,
1944.

The Hispanic American Historical Review — vol. XXIV — ns. 3 — August,
1944.

Relatório do Tribunal de Contas — exercício de 1943 — Rio, 1944.

Boletín de la Comision Nacional de Museos y Monumentos Historicos — año VI
— n.º 6 — Buenos Aires — Argentina.

Vozes de Petrópolis — Revista Católica de Cultura, 1944 — vol. 2 — fasc. 6.

Boletim Informativo do Centro Carioca — ano I — ns. 14 a 16 — Outubro a
Dezembro, 1944 — Rio.

O Globo Expedicionário — ano I — ns. 15 e 16 — Dezembro, 1944 — Rio.

Estudos — n.º 3 — Julho e Setembro, 1944 — Pôrto Alegre — Rio Grande
do Sul.

Boletín de Historia y Antigüedades — ns. 355-356 — vol. XXXI — Mayo e
Junio, 1944 — Bogotá.

Revista do Serviço Público — (índice do ano VI) — DASP — Rio, 1945.

La Moneda y las Instituciones Bancarias en Colombia — Junio, 1944 — Colombia.

Boletim da União Panamericana — Janeiro, 1945.

- Borda do Campo* — n.º 594 — ano XIV — Santo André — Fevereiro, 1945 — São Paulo.
- A Palavra* — ano VIII — n.º 248 — Fevereiro, 1945 — Niterói — Estado do Rio.
- Fôlha de Rio Prêto* — ano IX — ns. 2.416-2.426 — Dezembro, 1944 e Janeiro, 1945 — São Paulo.
- Correio de Uberlândia* — ano VIII — n.º 1.579 e 1.585 — Janeiro, 1945.
- Brazilian-American* — ano XXVII — ns. 1.357 e 1.358 de Fevereiro, 1945 — Rio.
- Pontos de Vista* — n.º 7 de Outubro, 1944 — Frustados ou Livres ? — Departamento de Cooperação Intelectual — União Panamericana — Was. D.C.
- América Indígena* — vol. IV — n.º 4 — Mexico D. F. Outubro, 1944.
- Boletim da União Panamericana* — vol. XLVII — n.º 1 — Janeiro, 1945 — Washington.
- Revista Rotária* — tomo XXIV — n.º 1 — Enero, 1945 — Chicago.
- Revista das Academias de Letras* — año VIII — n.º 54 — Novembro e Dezembro, 1944.
- Serviço Polonês de Informações* — n.º 146 — Janeiro, 1945 — Londres.
- Revista del Banco de La Republica* — vol. XVII — n.º 202 — Agosto, 1944 — Bogotá.
- Boletim do Serviço Federal de Aguas e Esgotos* — n.º 10 — Rio, 1944.
- Indians at Work* — September-October, 1944 — Chicago — Illinois.
- Bulletin of The New York Public Library* — vol. 48 — n.º 12 — December, 1944.
- Estudos* — n.º 3 — Julho — Setembro, 1944 — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.
- Boletim Bibliografico Mexicano* — año V — n.º 58 — Outubro, 1944 — México — D.F.
- Revista del Museo del Atlantico* — ns. 4-5 de Marzo, 1944 — Barranquilla — Colombia.
- O Cruzeiro* — Fevereiro, 1945 — Rio.
- Revista Brasileira de Estatística* — ano V — n.º 19 — Julho-Setembro, 1944.
- The Inter-Americano* — vol. IV — n.º 1 — January, 1945 — New York.
- A Rodovia* — ano VIII — n.º 60 — Janeiro, 1945 — Rio.
- Revista Brasileira de Geografia* — ano VI — n.º 2 — Abril-Junho, 1944 — Rio.
- Em Guarda* — ano IV — n.º 2 de 1945 — Rio.

- Revista do Clube de Engenharia* — ano 1944 — n.º 100 — vol. XI — Rio.
- Informaciones Argentinas* — n.º 93 — Diciembre, 1944 — Buenos Aires.
- Boletim Geográfico* — ano I — n.º 12 de Março, 1944 — C.N. de Geografia — Rio.
- Boletim da Agência Católica Polonesa de Imprensa* — ano III — n.º 18 — Fevereiro, 1945.
- Brazilian-American* — ano XXVII — n.º 1.359 — Fevereiro, 1945 — Rio.
- The Institute of International Education* — Pamphlet Series n.º 9 — September, 1944 — New York.
- Ciência Política* — Boletim Mensal — fas. IV-V — vol. IX — Outubro-Novembro, 1944.
- Boletin de la Academia Nacional de la Historia* — tomo XXVII — n.º 107 — Julio-Setiembre, 1944 — Caracas.
- Geographical Review* — vol. XXXV — n.º 1 — January, 1945 — New York.
- Em Guarda* — ano IV — n.º 1 — Rio, 1945.
- Digesto Econômico* — ano I — n.º 3 — Fevereiro, 1945 — Associação Comercial de São Paulo.
- Antigüedades en la Región de los Lagos Nahuel Huapi y Traful* — tomo IX — Antropología — n.º 23 — Notas del Museu de la Plata.
- Correio de Uberlândia* — ano IX — n.º 1.597 — Fevereiro, 1945 — Uberlândia.
- Borda do Campo* — ano XIV — ns. 595-596 — Fevereiro, 1945 — Santo André — São Paulo.
- Arquivos do Instituto de Direito Social* — vol. IV — n.º 3 — Dezembro, 1944 — São Paulo.
- Fôlha de Rio Preto* — ano IX — n.º 2.452 — Fevereiro, 1945 — São Paulo.
- Correio de Uberlândia* — ano IX — ns. 1.592-1.598 — Fevereiro, 1945 — Minas Gerais.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo* — ano II — n.º 90 — Fevereiro, 1945.
- Atenea* — Revista Mensual de Ciencias, Letras y Artes — año XXI — tomo LXXVIII — n.º 234 — Universidad de Concepción — Chile.
- Clarínada* — año VII — n.º 90 — Octubre, 1944 — Buenos Aires, — Argentina.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — ano XIX — n.º 213 — Novembro, 1944 — São Paulo.
- Anales de la Universidad Central de Venezuela* — año XXX — n.º 1 — Junio, 1944.
- Boletin Informativo* — Ministerio de Relaciones Exteriores — Republica del Ecuador — Noviembre, 1944.

- O Cruzeiro* — Fevereiro, 1945 — Rio de Janeiro.
- Science Digest* — vol. 16 — ns.º 1 e 3 de July e September, 1944 — Chicago.
- Boletim Informativo* — año II — n.º 18 — Outubro, 1944 — Clube de Engenharia — Rio.
- O Livro Americano* — tomo VII — ns. 11 e 12 — Noviembre 1944 — Washington, 6 D. C.
- Brazilian-American* — ano XXVII — n.º 1.360 — Fevereiro, 1945 — Rio.
- Nação Brasileira* — ano XXIII — n.º 258 — Fevereiro, 1945 — Rio.
- Boletim da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro* — ano I — n.º 7 — Dezembro, 1944 — Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Estatística* — ano V — n.º 17 — Janeiro-Março, 1944 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio, 1945.
- A Defesa Nacional* — n.º 368 — Janeiro, 1945.
- Relatório do Tribunal de Contas* — exercício de 1943 — Rio de Janeiro, 1945.
- Boletín del Archivo General del Gobierno* — tomo IX — n.º 3 — Septiembre, 1944 — Guatemala, C. A.
- Correio de Uberlândia* — ano IX — n.º 15 — Fevereiro, 1945 — Minas Gerais.
- Borda do Campo* — ano XIV — n.º 590 — Janeiro, 1945 — Santo André — São Paulo.
- Revista do Museu Nacional* — ano I — n.º 2 — Dezembro, 1944 — Rio de Janeiro.
- A Grã-Bretanha de Hoje* — ns. 82-83 — Setembro-Outubro, 1944.

EM MARÇO DE 1945

- Relatório 1943* — Departamento Administrativo do Serviço Público — 1944 — Rio de Janeiro, 1945.
- Biblioteca do Dasp* — Guia n.º 2 — 1945.
- Borda do Campo* — ano XIV — n.º 597 — Fevereiro 1945 — Santo André — Estado de São Paulo.
- Fôlha de Rio Preto* — ano IX — n.º 2.459 — Fevereiro de 1945 — Estado de São Paulo.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo* — ano II — n.º 91 — Fevereiro, 1945.
- Boletim da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro* — ano II — n.º 8 — Fev. 1945.
- Boletim Geográfico* — ano II — n.º 13 — Abril, 1944 — Conselho Nacional de Geografia e Estatística — Rio.

Correio de Uberlândia — ano IX — n.º 600 — Fevereiro 1945 — Uberlândia — Minas Gerais.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — ano VIII — n.º 1 — Janeiro, 1945 — Rio.

Brazilian-American — ano XXVII — n.º 1.361 — Março, 1945 — Rio.

Educacion — Revista de los Maestros y para los Maestros — año 5 — n.º 32 — Agosto y Setiembre, 1944 — Caracas — Venezuela.

A voz do Mundo — Fevereiro, 1945.

Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894 — Comemorativo ao Cinquentenário do Cêrcô da Lapa — Paraná — 1944.

Cardenos — ns. 13-14-15 — Academia Carioca de Letras — Rio, 1945.

Science Digest — vol. 17 — number 2 — February, 1945 — Chicago — U.S.A.

Brîtânia — vol. I — n.º VII — Janeiro, 1945.

Borda do Campo — ano XIV — n.º 598 — Março 1945 — Santo André — São Paulo.

Notícias da China — n.º 11 — Março 1945.

Boletim n.º 85 — Serviço Checoslavaco de Informações — Março, 1945.

A Lâmpada — ano XV — n.º 45 — Dezembro 1944 — Curitiba — Paraná.

Liga Marítima Brasileira — ano XXXVII — n.º 450 — Dezembro 1944.

Vida — Suplemento de Informações Internacionais, Fatos e Figuras da Polônia — tomo I — n.º 7 — Fevereiro, 1945.

Salubridad y Assitencia — tomo I — n.º 2 — Marzo y Abril, 1944 — Mexico — D.T.

The National Geographic Magazine — vol. LXXXVII — number — two. — February, 1945 — Washington, D.C. U.S.A.

Publicações da Editora "O Cruzeiro" — Catálogo.

Science Digest, vol. 16 — number 5 — November 1944 — Chicago 11 — III number 15 — number 4.

News Bulletin — Twentieth volume — n.º 3 — Dezember 1944 — New York.

Vida — revista ilustrada — tomo I — n.º 7 — Fevereiro 1945 — Rio.

Digesto Econômico — ano I — n.º 4 — Março 1945 — São Paulo.

Reação Brasileira — vol. III — n.º 3 — Março de 1945 — Rio de Janeiro.

A Defesa Nacional — n.º 369 — Fevereiro de 1945.

Revista Argentina de Derecho Internacional — 2.ª serie — tomo VI — n.º 4 — October-Noviembre-Diciembre, 1943 — Buenos Aires.

Vozes de Petrópolis — Revista Católica de Cultura — vol. 3 (N.S.) Fascículo I — Petrópolis.

Serviço Polonês de Informações — n.º 148 — 7 de Março, 1943 — Rio de Janeiro.

Correio de Uberlândia — ano IX — n.º 1.608 — Março 1945 — Minas Gerais.

Fôlha de Rio Prêto — ano IX — n.º 2.466 — Março, 1945 — Rio Prêto — Estado de São Paulo.

O Globo Expedicionário — ano II — n.º 24 — Fevereiro, 1945 — Rio.

Revista Kodak — ano XIII — n.º 4 — Novembro-Dezembro, 1944.

Arquitectura — año XII — num. 135 — Outubro, 1944 — La Habana — Cuba.

Brazilian-American — ano XXVII — n.º 1.362 — Março 1945, Rio.

Universidad Catolica Bolivariana — vol. X — n.º 37 — Julio-Agosto-Septiembre, 1944 — Medellin — Colombia.

Bolívar — organo bibliografico Bolivariano — vol. IV — n.º 19 — Julio-Noviembre, 1944 — Medellin — Colombia.

Anais da Academia Brasileira de Ciências — tomo XVI — n.º 4 — 1944 — Rio de Janeiro.

Universidad de Antioquia — n.º 66 — Septiembre — Outubro, 1944 — Medellin — Colombia.

Rumbos año I — n.º 2 — Outubro, 1944 — Medellin — Colombia.

Fôlha de Rio Prêto — ano IX — num. 2.467 — Rio Prêto — Estado de São Paulo.

Correio do Vale do Paraíba — ano IX — n.º 573 — Março, 1945 — Taubaté — Estado de São Paulo.

Diário Oficial do Estado do Amazonas — ns. 14.731 a 14.753 e 14.754 a 14.774 de 2 de Out. de 1944 a 7 de Dezembro.

A Voz do Mundo — (45.005).

The Inter-American — November, 1944.

Rodovia — ano VIII — Fevereiro, 1945 — Num. 61.

Revista do Clube de Engenharia — n.º 101 — Janeiro de 1945 — vol. XII — Rio.

Brazilian American n.º de 17 de março de 1945 — Rio de Janeiro.

Universidad de Antioquia — número 66 — Medellin — Colombia — Septiembre-October de 1944.

Revista nacional de Cultura — número 46 — Caracas — Venezuela — Septiembre y Octubre de 1944.

Books of All Ages — Catalogue n.º 674 — 1945.

Boletín de Historia y Antigüedades — numeros 357 y 358 — Volumen XXXI
— Imprenta Nacional — Bogotá.

Brazilian American — 17 de Março de 1945 — Rio de Janeiro.

Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística — Mayo-Agosto
de 1944 — tomo LIX — Mexico, D.F. ns. 3-4.

Revista del Banco de la Republica — ns. Septiembre, Octubre e Noviembre de
1944 — Bogotá — Colombia — Sur America.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo — ano II — n.º 93 —
17 de Março de 1945 — São Paulo.

Boletim Informativo do Clube de Engenharia — ano II — Dezembro 1944 —
n.º 20 — Rio de Janeiro.

Correio do Vale do Paraíba — ano IX — n.º 570-572-574 — Taubaté.

Azulso do Departamento Nacional de Produção Mineral — Divisão de Fomento
da Produção Mineral — ns. 52-57-58-59-60-61-62 de 1944 — Boletim ns.
64 e 65 de 1944.

Correio de Uberlândia — ns. 1.609, 1.610 e 1.611 de 11, 13 e 14 de Março de
1945 — Minas.

Fôlha do Povo — Bauru — 14 de março de 1943.

Fôlha de Rio Preto — n.º 2.472 de Março de 1945.

A.E.C. — órgão da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Ja-
neiro — ano II — Fevereiro de 1945 — n.º 9.

Memória do Instituto Oswaldo Cruz — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional
— ano 1944 — tomo 41 — fascículo 2.

Publicação do Museu da Bahia — n.º 4 — Secretaria de Educação e Saúde, 1944
— Imprensa Oficial — Bahia.

CENTENÁRIO DE RIO BRANCO

Celebrando-se a 20 de abril próximo o centenário do Barão do Rio Branco, o imortal chanceler do Brasil, que foi Presidente perpétuo do Instituto Histórico, de conformidade com a proposta aprovada pela assembléia geral de 29 de maio último, publicamos neste número, como contribuição àquela comemoração dois trabalhos originais: o do Sr. Ministro Tavares de Lyra, estudando a atividade daquele eminente brasileiro dentro dêste sodalício e a bio-bibliografia de Rio Branco preparada pela Sta. Maria Carolina Max Fleiuss.

No próximo número daremos divulgação a outras contribuições de sócios do Instituto, durante aquela celebração — em tórno da vida e dos feitos do Barão do Rio Branco.

PAZ DE PONCHE VERDE

Havendo o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul convocado o 4.º Congresso de História Regional, para celebrar o centenário da paz de Ponche Verde, com que se finalizou a guerra farroupilha — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, especialmente convidado para êsse certame, fêz-se representar, por designação do Embaixador J. C. de Macedo Soares, pelos seus sócios efetivos General Souza Docca, Dr. Alcindo Sodrê e Dr. Virgílio Corrêa Filho.

Não podendo entretanto comparecer, pessoalmente, por motivo justificado e superveniente, de interêsse público, àquela comemoração — o Dr. Alcindo Sodrê para ela contribuiu com interessante monografia sôbre: "D. Pedro II e a pacificação do Rio Grande" — a qual publicaremos num dos próximos números.

Também então editaremos o trabalho original apresentado pelo General Souza Docca e as impressões do Dr. Virgílio Corrêa Filho que estêve presente em Pôrto Alegre, a tôdas as sessões do Congresso de História, do qual já nos transmitiu lisongeiras primícias pelas colunas do *Jornal do Comércio*.

NOVOS SÓCIOS

A assembléia geral de 27 de dezembro último, aprovando os pareceres das comissões de História e de Admissão de sócios, votou por unanimidade, a inclusão dos nomes dos Srs. Hélio Vianna e Mário Augusto Teixeira de Freitas, no seu quadro social, como sócios efetivos. Pela fundamentação dessas iniciativas, como se encontra nas respectivas propostas, verifica-se que a preferência do Instituto recaiu agora com justiça em duas operosas personalidades: a de um jovem e brilhante historiador que alia, aos esforços das suas investigações, a autoridade de catedrático de História em instituto oficial de ensino superior e a de um geógrafo e estatístico de renome, com contribuições marcantes no setor da sua especialidade.

Na mesma assembléia foram igualmente votadas as propostas, fazendo ingressar como sócios correspondentes do Instituto, os Srs. João Fernando de Almeida Prado, de São Paulo; Luiz Viana Filho, da Bahia e Nestor dos Santos Lima, do Rio Grande do Norte — todos êles pesquisadores devotados da História pátria, para cujos estudos tem contribuído com trabalhos de relevo, que os impuseram ao aprêço e acatamento do Instituto Histórico.

PALESTRAS HISTÓRICAS

Teve o Instituto Histórico seus trabalhos, neste ano, iniciados com a erudita palestra proferida, em janeiro último, na Sala Varnhagen, pelo seu novo sócio efetivo Sr. Hélio Vianna sobre a “Vida de Martim Francisco”. Essa curiosa biografia, entremeada de episódios anedóticos de que foi tão fértil aquela brilhante e original existência do ilustre descendente dos Andradas, está publicada no presente número da *Revista*.

PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

Logo nos sejam remetidos os respectivos originais, daremos publicação à notável conferência com que o Sr. Vilhena de Moraes celebrou em 27 de dezembro último, no recinto do Instituto Histórico a passagem do “Centenário natalício de D. Vital de Oliveira, Bispo de Olinda” e ainda a interessante palestra aqui proferida, em outubro de 1944, pelo Sr. H. Carneiro Leão Teixeira.

Encareceríamos, por igual, os nossos reiterados apêlos junto aos Srs. Gustavo Barroso e Frei Pedro Sinzig, sócios efetivos, para que nos enviem as suas valiosas contribuições sobre “Epitácio Pessoa” e “Folk-lore e música brasileiras” que foram objeto de conferências, proferidas no Instituto Histórico — a fim de poderem ser, por sua vez, editadas nesta *Revista*.

ERRATA

No último volume desta *Revista* escaparam, entre outros erros de revisão, fáceis de ser corrigidos pelo leitor, os seguintes:

Pág. 187, penúltima linha — em vez de “nome criou”, leia-se “nomeou”.

Pág. 189, linha 5 — em vez de “também êle escapava”, leia-se “também êle não escapava”.

Pág. 189, linha 19 — em vez de “correu o veu” leia-se “correr o veu”.

Pág. 189, linha 30 — em vez de “lista tríplice: João Ferreira de Moura “Antônio Carneiro da Rocha e” leia-se “lista tríplice na qual figuravam João Ferreira de Moura e Antônio Carneiro da Rocha”.

Pág. 189 linha 33 — em vez de “vizinho de engenho” leia-se “vizinhos de engenho”.

Pág. 208, linha 18 — em vez de “impassibilidade alfide” leia-se “impassibilidade álgida”.

Pág. 210, linha 10 — em vez de “não muito” leia-se “não minto”.

Pág. 210, linha 23 — em vez de — “era enfado das prisões?” leia-se “era enfado das posições?”

Pág. 210, linha 28 — em vez de “seu sócia político”, leia-se “seu sócia político”.

Pág. 211, linha 1 — em vez de “nadando inútilmente” leia-se “nadando sutilmente”.

Pág. 330, linha 11 — em vez de “25 de junho de 1857” leia-se “25 de junho de 1875”.

Pág. 332, linha 17 — em vez de “25 de julho de 1875”, leia-se “25 de junho de 1875”.

Pág. 337, linha 17 — em vez de “adotava-a ao contrário últimamente restrita”, leia-se “adotava-a ao contrário timidamente restrita”.

Pág. 338, linhas 12 e 13 — em vez de “o Imperador o tinha definitivamente empossado”, leia-se “o Imperador a tinha definitivamente esposado”.

EXPEDIENTE

Tôda a correspondência concernente à colaboração nesta *Revista*, bem como a referente ao serviço de assinaturas, aquisição de exemplares ou permutas, deve ser dirigida diretamente à sede do Instituto Histórico com o seguinte enderêço — “Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Revista — rua Teixeira de Freitas n. 4 — 1.º andar — Rio de Janeiro”.

ÍNDICE

I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1. <i>Rio Branco e o Instituto Histórico</i> — por A. Tavares de Lyra	3
2. <i>O Brasil e o seu descobrimento</i> — por Max Fleiuss.....	39
3. <i>Vida e obra de Varnhagen</i> — por Clado Ribeiro de Lessa....	55
4. <i>A projeção da História do Brasil</i> — por J. F. Almeida Prado	89
5. <i>Os caminhos do Sul e a feira de Sorocaba</i> — por Aluisio de Almeida	96
II — PALESTRA	
6. <i>Martim Francisco</i> — por Hélio Vianna.....	174
III — BIO-BIBLIOGRAFIA	
7. <i>Os sócios do Instituto: José Maria da Silva Paranhos Junior (Barão do Rio Branco)</i> — por Maria Carolina M. Fleiuss	191
IV — CRÍTICA DE LIVROS	
8. Nota de Feijó Bittencourt.....	202
9. Notas (4) de Hélio Vianna.....	214
V — PUBLICAÇÕES	217
VI — NOTICIÁRIO	236

1945
IMPRESA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL